

LUIZ OCTAVIO DE LIMA



A GUERRA DO PARAGUAI



Como o “Rei dos Macacos”, o marechal que queria ser Napoleão, um jornalista soldado e um presidente degolador deflagraram o maior conflito armado da América do Sul



VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

LUIZ OCTAVIO DE LIMA



A GUERRA DO PARAGUAI



Como o “Rei dos Macacos”, o marechal que queria ser Napoleão, um jornalista soldado e um presidente degolador deflagraram o maior conflito armado da América do Sul

 **Planeta**



LUIZ OCTAVIO DE LIMA

A GUERRA DO PARAGUAI

Como o "Rei dos Macacos", o marechal que queria ser Napoleão, um jornalista soldado e um presidente degolador deflagraram o maior conflito armado da América do Sul

 **Planeta**

Copyright © Luiz Octavio Augusto de Lima, 2016

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2016

Todos os direitos reservados.

Preparação e revisão histórica: Tiago Ferro *Revisão:* Carla Fortino, Juliana Caldas e Ana Astiz /
AA Studio *Diagramação:* Maurélio Barbosa / designioseditoriais.com.br

Cartografia: Sonia Vaz

Pesquisa iconográfica: Daniela Chahin Barauna *Capa:* Sérgio Campante

Imagens de capa: Lithografia Imperial de Eduardo Rensburg, *Atlas histórico da Guerra do Paraguai*, 1871.

Batalha do Avaí. Pedro Américo. 1872-1877

Adaptação para eBook: Hondana

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L698g

Lima, Luiz Octavio de

A guerra do Paraguai / Luiz Octavio de Lima. - 1. ed. - São Paulo : Planeta, 2016.

ISBN: 978-85-422-0799-6

1. Paraguai, Guerra do, 1865-1870. 2. América Latina - História. I. Título.

16-35618

DD: 95/201
CDU: 94(89.2)'1865/1870'

2016

Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Padre João Manuel, 100 – 21o andar Ed. Horsa II – Cerqueira César

01411-000 – São Paulo-SP

www.planetadelivros.com.br

atendimento@editoraplaneta.com.br

Ao meu filho, Giovanni

A guerra é o inferno. A sua glória é toda um disparate. Somente aqueles que nunca deram um tiro, nem ouviram os gritos e os gemidos dos feridos, é que clamam por sangue, vingança e mais desolação.

William Sherman, general do Exército da União
durante a Guerra de Secessão norte-americana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- I.** O poder dos López
- II.** Grande Província das Índias
- III.** Na corte de Napoleão III
- IV.** Retorno
- V.** O “Rei dos Macacos”
- VI.** A bacia da discórdia
- VII.** Solano López, pacificador
- VIII.** A busca de um salto tecnológico
- IX.** Sucessão
- X.** Limpando o caminho
- XI.** Era de ouro
- XII.** Uruguai
- XIII.** O fator Venâncio Flores
- XIV.** O rompante de López
- XV.** A queda de Paissandu
- XVI.** O Paraguai invade o Brasil
- XVII.** O triunfo colorado
- XVIII.** Explode o conflito
- XIX.** A Tríplice Aliança

- XX.** O desastre de Riachuelo
- XXI.** Visões sobre a guerra
- XXII.** A marcha para Uruguaiana
- XXIII.** Encurralados pela Aliança
- XXIV.** Derrotados pela fome
- XXV.** Fuzilados no forte
- XXVI.** A missão suicida
- XXVII.** Tuiuti, a batalha mais sangrenta
- XXVIII.** Ana Néri e as mulheres no *front*
- XXIX.** Uma cartada para ganhar tempo?
- XXX.** Os presságios de Curupaiti
- XXXI.** Voluntários, mas nem tanto
- XXXII.** Caxias, o trunfo de Pedro II
- XXXIII.** A retirada da Laguna
- XXXIV.** A morte do herói e a segunda Tuiuti
- XXXV.** A conspiração
- XXXVI.** Os julgamentos de San Fernando
- XXXVII.** A Dezembrada
- XXXVIII.** Assunção, cidade aberta
- XXXIX.** A mãe sentenciada
- XL.** A vez do conde D'Eu
- XLI.** O massacre de Concepción
- XLII.** A campanha da Cordilheira
- XLIII.** As crianças de Acosta Nú
- XLIV.** A Caravana da Morte
- XLV.** O fim

XLVI. O destino de cada um

XLVII. Do pós-guerra aos dias atuais

LINHA DO TEMPO

NOTAS

AGRADECIMENTOS

FONTES CONSULTADAS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

APRESENTAÇÃO

As sombras do tempo obscureceram os vestígios do conflito que, por um momento, destróçou a América do Sul, mas também foi decisivo para que suas nações atingissem a vida adulta. Em cada uma dessas terras, diversas marcas, como cicatrizes, ainda são visíveis a quem se dispõe a observar com maior cuidado. E a tentativa de compreendê-las será sempre relevante.

Na área central de Assunção, por exemplo, quatro praças interligadas – plaza de los Heróes, de la Libertad, Juan O’Leary e de la Democracia – afirmam elementos cristalizadores da trajetória paraguaia. À sua volta, correm ruas e avenidas cujos nomes ecoam lugares e personagens como Cerro Corá, Solano López, Elisa Lynch, General Díaz, Humaitá e muitos outros, indelevelmente gravados nas narrativas históricas latino-americanas.

Ainda na capital, às margens do rio Paraguai, a estátua equestre de um personagem com espada em punho resiste em meio à má conservação do gramado que a cerca e à proximidade nada solene de um pequeno acampamento de sem-tetos. O visitante que demonstrar curiosidade em saber quem é o homenageado do monumento receberá do sentinela que monta guarda por ali uma resposta cheia de orgulho: “Es el *mariscal* Francisco Solano López!”.

O forasteiro atento também vai reparar que uma das linhas de ônibus de Assunção leva o nome do filho mais querido do líder político que confrontou sem tréguas as nações vizinhas – Panchito, o heroico adolescente que mesmo encurralado, como o pai, recusou a rendição. Os restos mortais do menino jazem junto aos de Solano López no Panteão dos Heróis, erguido em pleno coração da cidade.

No Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, as ruas Bartolomeu Mitre, Voluntários da Pátria, General Urquiza, General Venâncio Flores, Francisco Otaviano, Almirante Barroso, Almirante Tamandaré, General Polidoro, Uruguiana, General Canabarro e Riachuelo, a praça

General Osório e o bairro Humaitá mantêm a memória da guerra no convívio diário dos cariocas, sem que eles se deem conta disso quando correm para o trabalho ou seguem para um mergulho no mar.

Em São Paulo, as referências se dispersam por variadas regiões, como a zona oeste das ruas Cerro Corá, Curuzú, Passo da Pátria, Barão de Jaceguai, Lomas Valentinas, Peribebuí e Itapirú, assim como o centro da rua Benjamin Constant e a zona norte da Voluntários da Pátria.

Em Buenos Aires, na Argentina, os traços são mais discretos. Claro, os nomes de Mitre e Sarmiento estão nos mapas de ruas.

Se para boa parte dos sul-americanos a página da história que esses lugares evocam é uma imagem perdida na memória, para o povo paraguaio ainda está bem viva, como uma ferida não inteiramente curada que, de tempos em tempos, volta a arder com intensidade.

A Guerra da Tríplice Aliança não foi uma luta pela conquista de um trono, pela posse de jazidas minerais ou de um território específico. A controvérsia que a originou se deveu principalmente à disputa pelo controle da navegação na bacia do Prata, cujo domínio foi detido alternadamente pelo Brasil, pela Argentina, pelo Paraguai e pelo Uruguai em momentos diversos da primeira metade do século XIX. Nesse aspecto, a guerra, felizmente, só teve vencedores, pois, com todos os senões que o armistício forçado trouxe, o trânsito pelo Prata nunca mais deixou de ser livre. Sem o predomínio de qualquer uma das partes. Acessível a todas.

Falar em vencedores, aliás, seja em guerras civis, seja em conflitos entre países, pode ser um conceito tão fluido e inadequado quanto enganoso. Quando se trata de um evento em que cidades são devastadas, populações, sacrificadas, economias e culturas, desmanteladas, a única vitória possível a se comemorar é o cessar-fogo final, que leve a uma paz duradoura para todos os lados.

No caso da Guerra do Paraguai, na definição com que entrou para a história no Brasil – no Uruguai e na Argentina é conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, e no Paraguai como a Guerra *contra* a Tríplice Aliança –, a devastação afetou a todos de tal forma que mal se pode falar em um epílogo. Nenhum dos envolvidos, porém, carrega ainda tantos estigmas nem suporta tantos dos seus efeitos no dia a dia quanto o país que, ao menos oficialmente, iniciou o conflito. Para os paraguaios, a denominação comum e mais popular – Guerra da

Tríplice Infâmia – é também a mais verdadeira.

O Paraguai se constituiu e cresceu silenciosamente, encerrado em si mesmo, como que esperando o momento em que acordaria para o mundo, o que finalmente ocorreu na gestão de Solano López. A característica de nação austera, sóbria, ilhada, seria quebrada por aquele rugido, aquele espasmo, aquele estrondo devastador que foram os anos da guerra. E, de certa forma, pode-se dizer que voltou ao estado anterior pelos tempos que se seguiram após o conflito.

Embora historiadores e cientistas sociais tenham se dedicado a estudar o tema e a desenvolver interpretações das mais amplas, não raro permeadas pela ideologia do momento, os relatos quase sempre vieram cercados de mitos. Mitos de parte a parte que, embora questionados, ainda são repetidos nas ruas e até nas universidades: “O Paraguai era uma potência que foi esmagada pelos aliados”, “A Inglaterra fomentou o conflito por não se conformar com a independência econômica e política do país”. Ou definições generalizantes como “o latino-americano é um povo pacífico; o brasileiro, o homem cordial”. Uma vez disparado o primeiro tiro, todas as certezas caíram por terra como grande parte dos soldados enviados para o combate.

Com quase 150 mil mortos em cinco anos, a maior guerra de nosso continente não chegou a registrar um número de baixas capaz de fazer frente ao de conflitos ocorridos desde então: a Guerra de Secessão americana, com a mesma duração e travada pouco antes, matou 600 mil; a guerra na Síria, iniciada em 2011, contou, até 2016, algo em torno de 400 mil mortes; a da Bósnia-Herzegovina, mais de 100 mil em três anos. Aquele quinquênio de embates no Cone Sul custou ao Brasil *somente* 50 mil vidas, um número alto, porém correspondente ao total de homicídios que ocorrem no país ao longo de apenas um ano – em tempos de paz.

Se a frieza dos números não impressiona quando confrontada com carnificinas contemporâneas, seu nível de brutalidade nada ficou a dever a essas conflagrações. À frente de esquadrões que operavam modernos canhões ou empunhavam fuzis, homens lutavam corpo a corpo, à moda da Antiguidade, com lanças, espadas, sabres e punhais. Na falta de armas, algumas vezes os combates se davam com paus, pedras, tochas e até mesmo areia.

O povo do Paraguai conheceu o significado do sacrifício extremo e

demonstrou o que é um inarredável – e às vezes cego – patriotismo. A população civil pagou e ainda paga a conta maior do conflito. Além do inimigo externo, o qual combateram com enorme convicção e heroísmo, mesmo dispondo de poucos recursos bélicos e recebendo treinamento precário, os paraguaios enfrentaram o horror da fome, a humilhação, a dor física e, o pior, ao final, a perseguição empreendida por seu próprio líder, Francisco Solano López. Entre os caídos em desgraça no processo, não foram poupados nem mesmo auxiliares próximos, amigos ou parentes do *Mariscal*.

Dizem que nenhum país alcança um debate saudável sem lidar com a própria história. E aqui não se trata da saga de um só país, mas do momento definidor de todo um continente. No caso brasileiro, em que não há um mínimo de conhecimento ou reflexão da sociedade sobre o episódio, tudo está para ser descoberto e colocado na devida proporção. Os argentinos revolvem o tema, encarando – salvo raras exceções – a participação no conflito como um empreendimento de pretextos e méritos duvidosos. Para os uruguaios, foi a etapa final de décadas de embates internos e externos – o preço cobrado para sua autonomia regional. No Paraguai, tenha ou não sido um erro evitável, o desafio ainda é superar o trauma que permanece muito vivo e cujas sequelas são quase visíveis no rosto de cada um quando o assunto é mencionado. Esquecer não é uma opção.

Na guerra, paraguaios, brasileiros, argentinos e uruguaios – na maioria jovens – tiveram de sair de seus próprios mundos, de suas realidades fechadas e seguras, para ambientes inóspitos e aterrorizantes. Ao mesmo tempo que enfrentaram povos estrangeiros, foram obrigados a conhecê-los de fato, sem subterfúgios ou ideias preestabelecidas que haviam herdado. Nos outros puderam se enxergar sob uma nova e implacável ótica. Rapazes de famílias burguesas ou aristocráticas deixaram os bancos colegiais e universitários para viver privações, sofrer e testemunhar horrores que seus pais nunca haviam imaginado para eles. Escravos deixaram a servidão para viver no campo de batalha uma estranha liberdade – a de pôr a vida em risco pela nação que lhes negara todos os direitos. Os que puderam voltar para casa trouxeram consigo a semente de transformação de suas próprias sociedades – o que efetivamente ocorreu, para o bem e para o mal, no fim daquele século.

Este relato é uma dramatização de fatos longamente apurados,

fruto de extensa pesquisa, entrevistas, levantamento de imagens, estudo de publicações e material de arquivo, assim como visitas realizadas, nos países do Cone Sul, aos lugares onde os acontecimentos descritos ocorreram. Os diálogos acrescentados em algumas passagens são quase literais, adaptados de cartas, anotações e testemunhos da época feitos pelos próprios personagens ou reproduzidos posteriormente por quem conviveu com eles.

Capítulo nunca suficientemente estudado e que dificilmente terá a exposição de seus aspectos esgotada, esse monumental evento é investigado neste estudo por meio de uma narrativa que se pretende acessível e até didática, com aspectos de crônica de época, sempre ancorada em farta documentação e sem a preocupação de buscar heróis ou vilões absolutos, e sim de situar personagens e seus atos no contexto dos tempos incomuns que viveram.

Aos leitores, as conclusões.

O poder dos López

É a tarde de 1º de março de 1870. Solano López está caído, meio corpo coberto pelas águas do riacho Aquidabanigui, afluente do Aquidabã, em uma clareira do Cerro Corá, a poucos quilômetros da fronteira com o Brasil.

Com o abdome rasgado por uma lança, a cabeça e o peito feridos por golpes de espada e cercado pelos soldados do marechal Câmara, ele tenta reunir forças para se erguer e deixar a humilhante posição. Mas, no fundo, sabe que chegou ao fim, como chegaram ao fim as esperanças de comandar um Paraguai próspero, imponente, soberano, talvez líder continental.

Consegue entrever à distância, chorosa, agarrada aos filhos, em meio à vegetação, a figura de Elisa Lynch, companheira fiel dos salões europeus aos campos de batalha.

O sangue que encharca suas roupas quase tanto quanto as águas do rio lhe traz a lembrança das palavras do padre Fidel Maíz, que, em momentos alternados, fora seu inimigo, conselheiro, aliado e cúmplice: “A pior traição é aquela que vem do próprio sangue”.

Nessa hora, é inevitável o pensamento em seu pai, Carlos, no leito de morte, e no último pedido dele, um juramento, que se esquivou de fazer. “Filho, prometa-me que jamais se envolverá em um conflito armado com o Brasil”, instou-lhe então o presidente moribundo.

Teria errado em não atendê-lo? Haveria uma alternativa?

O passado talvez pudesse responder – mas não explicar a contento – como as coisas haviam chegado a tal ponto. Afinal, fora preparado desde o berço para uma missão grande demais, que nem mesmo sua enorme obstinação, sua verdadeira obsessão por um poder maior, seria capaz de realizar. E esse passado nem estava tão distante assim. No espaço de pouco mais de quinze anos, sua família e a nação

sonhada passaram do apogeu socioeconômico à devastação quase completa provocada pela guerra.

Mais velho de cinco irmãos, o futuro *El Mariscal, El Supremo*, o líder máximo do Paraguai, nasceu em 24 de julho de 1827, no bairro de Manorá, na capital Assunção, filho de Carlos Alberto Antonio López Insfrán e Juana Paula Carillo Viana, ambos oriundos de ricas e politicamente influentes famílias *criollas* – como eram chamados os descendentes de espanhóis nascidos na América.

Carlos Antonio López era um dos homens mais cultos e bem formados do país. Estudara teologia e filosofia no Real Seminario de San Carlos, chegando a usar o hábito de clérigo e a ter os cabelos raspados em tonsura, como era obrigatório aos religiosos. Formou-se em direito, tornando-se catedrático nas melhores instituições paraguaias, com ênfase em assuntos governamentais. Era sobrinho do ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, o que, no entanto, não lhe garantiu nenhuma vantagem pessoal ou pública. Ao contrário. Opositor do tio governante, tramou sua derrubada e, após o fracasso do golpe, precisou viver vários anos afastado na estância que recebeu como dote, em Villa del Rosario, 240 quilômetros ao norte da capital. Nada disso o impediria de se tornar seu sucessor, décadas mais tarde.

O fato de alguns historiadores, como Juan Emiliano O’Leary, terem apontado o nascimento de Francisco Solano López no mesmo 24 de julho,^[1] mas no ano de 1826 – apenas dois dias após a celebração do matrimônio do casal –, e o fato de que nunca foi encontrada uma certidão de seu nascimento serviram de combustível para uma das várias especulações que cercaram a vida do personagem.

Ao se tornar pai, Carlos Antonio López estava para completar 34 anos; Juana tinha apenas 19. Dada a diferença de idade, e como o casamento foi arranjado pelo segundo marido da mãe dela, o abastado Lázaro Rojas y Aranda, a elite da época dizia à boca pequena que a gravidez de Juanita era fruto de um relacionamento com o padrasto, ^[2] que teria oferecido uma ampla compensação ao noivo para preservar publicamente a honra da jovem. Um reforço a essa tese seria o fato de Lázaro Rojas ter sido escolhido como padrinho de Francisco Solano e posteriormente tê-lo instituído como herdeiro.

Embora essa teoria nunca tenha sido totalmente desmentida – ou confirmada –, o argumento mais forte contra ela é a impressionante semelhança do futuro ditador com Carlos Antonio López. Ambos eram

homens de baixa estatura, corpulentos, tendendo à obesidade, com mãos pequenas e rosto largo. O mesmo tipo físico dos irmãos mais novos, aliás. Outro aspecto sempre lembrado é a relação de confiança e afeto que Carlos sempre cultivou com o primogênito. Uma relação sempre melhor que a de Solano com a mãe.

Juana engravidou novamente pouco depois do primeiro parto e em 1828 teve a filha Inocência López Carillo. Seguiram-se Venâncio López Carillo, em 1829, Mônica Rafaela López Carillo, em 1830, e Angel Benigno López Carillo, em 1834.

Carlos e Juana não eram indivíduos de fácil trato. Se a mãe era severa e pouco amorosa com os filhos, Carlos estendia sua intransigência e seu frequente mau humor à vida pública. Como presidente, detestava a tradição, mantida no país ainda hoje, de se falar correntemente a língua indígena original, o guarani. Em um evento oficial, por exemplo, quando populares o saudaram com a expressão “Iponaité!”, algo como “Bravo!” ou “Muito bom!”, ele bradou, irritado:[3] “Quando é que perderão o selvagem costume de falar guarani em atos tão solenes?”.

A exemplo de seu pai, Francisco Solano recebeu uma educação formal de alto nível, inicialmente com preceptores em casa e depois na Academia Literária, onde teve aulas de filosofia com o prelado Marco Antonio Maíz e de matemática com o catedrático Juan Pedro Escalada.[4] Era um aluno destacado, mas já dava sinais de um temperamento rebelde. Maíz via-se obrigado a repreendê-lo com frequência. Carlos dava conselhos ao filho sempre que possível, entre seus afazeres de chefe de Estado, tentando domá-lo. Mas a natureza agressiva do menino parecia inabalável. Com os irmãos, Solano López tinha um comportamento oscilante, ora com uma atitude protetora, ora impondo sua autoridade de irmão mais velho, o que incluía a aplicação de castigos físicos aos menores. Entre os familiares era chamado pelo apelido de Pancho.

Na adolescência, aperfeiçoou seu domínio de idiomas e adquiriu sólidos conhecimentos em artes e história. Com predileção pelas descrições de batalhas, desenvolveu um enorme fascínio pela figura de Napoleão Bonaparte, devorando todos os registros que lhe caíam às mãos sobre o homem que pretendeu estender seu poderio por todo o continente europeu.

Há indícios de que Solano teria sido extremamente precoce

também no campo amoroso. Relatos populares dão conta de que teria sido pai pela primeira vez ainda na adolescência, em razão do envolvimento com uma jovem criada da casa de seus pais conhecida apenas como Benítez. Nos encontros furtivos na parte de serviço da propriedade, teria sido gerado o menino Juan León.[5]

Um amor obsessivo da juventude de Solano foi Francisca Garmendia, a *Panchita*, jovem de pele clara e cabelos negros oriunda de uma família aristocrática que caiu em desgraça no governo de Francia. Seu pai teria se recusado a pagar uma multa ao ditador e foi condenado à morte. Criada pelo espanhol José de Barrios e pela paraguaia Manuela Díaz de Bedoya, Panchita tinha a mesma idade de Solano e aos 15 anos já era considerada a mais bela jovem do Paraguai. Ela rechaçou as insistentes investidas dele, causando um grande ressentimento ao filho de dom Carlos. Ao tomar conhecimento da possibilidade de um noivado da moça com o oficial Félix Egusquiza, conseguiu que o rapaz fosse mantido por longos períodos em distantes acampamentos militares e, assim, pôs fim ao breve namoro dos dois. Os destinos de Solano e Francisca voltariam a se encontrar de forma dramática duas décadas depois.[6]

Enviado à academia militar aos 18 anos, Solano teve uma ascensão inaudita: foi promovido a general de brigada com apenas 19. Na mesma época, seu pai lhe dispensou uma prerrogativa adicional espantosa para alguém daquela idade, quando nessa carreira a maioria dos jovens ainda era cadete: nomeou-o comandante-em-chefe do Exército paraguaio.

Embora tivesse sido um civil por toda a vida, Carlos López fez questão de proporcionar aos filhos homens o treinamento nas Forças Armadas. Venâncio e Angel Benigno também foram enviados para a caserna ainda adolescentes. O caçula, porém, deixou o país por dois anos para cursar a Escola Naval do Rio de Janeiro.[7] Na capital do Império brasileiro, ele adquiriu, além da experiência militar, uma formação política liberal que o diferenciaria em seu meio e, de alguma forma, seria, anos mais tarde, a razão de sua ruína.

No comando de um numeroso destacamento, ao passar por Villa del Pilar, capital do estado de Ñeenbucú (Grito Grande, em guarani), 360 quilômetros ao sudoeste de Assunção, Solano foi recebido pela família Pessoa em seu belo casarão colonial. Ali, imediatamente se enamorou da jovem Manuela Juana Paula, a Juanita. Pelos anos

seguintes, os dois mantiveram encontros apaixonados, mas Solano demonstrava pouco entusiasmo pela ideia do casamento.

A carreira militar tomava-lhe quase todo o tempo, e por duas vezes, em 1846 e 1849, liderou incursões à área fronteira de Corrientes, no sul do país, com o objetivo de demover o ditador argentino Juan Manuel de Rosas da ambição de incorporar o Paraguai e o Uruguai à província autônoma de Buenos Aires. Rosas não escondia seu intento de recriar o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, que incluía aqueles territórios, sob o comando portenho. Chegara a promover sucessivos bloqueios à navegação estrangeira no rio Paraná, entrando em atrito com o governo uruguaio e até com a Inglaterra e a França, que realizavam comércio na região platina.

Já naquele momento, Solano se via imbuído de um papel histórico e buscava se impor como líder militar incontestado. Nos últimos dias de 1845, quando partiu para a primeira missão contra Rosas, fez um discurso emocionado, em que conclamava ao combate a tropa de 6 mil homens, descrevendo – com certo exagero – os perigos que ameaçavam seus cidadãos:

Soldados! Vosso general conta com o distinguido patriotismo, valor que sempre haveis demonstrado. Vamos encontrar o inimigo pérfido, que nega e ataca nossa independência! Façamo-lo desistir de sua marcha cruel, sangrenta e bárbara!

Pelas trilhas do estero, região do banhado paraguaio, com vegetação rasteira e clima inclemente devido ao calor e às chuvas diárias, a tropa, mal treinada e pouco acostumada aos sacrifícios das campanhas militares, não tardou a se esquecer das palavras motivadoras de seu comandante.

Apesar da liderança firme de Solano, o ânimo da expedição sucumbiu à dureza da marcha bem antes que o objetivo fosse alcançado: em 28 de fevereiro de 1846 ocorreu uma tentativa de sublevação por parte de três esquadrões cujos líderes questionaram a conveniência de uma operação que rompia o tradicional isolacionismo paraguaio e exigiram o retorno a Assunção. Solano considerou a insubordinação inaceitável e mandou fuzilar os cabeças do movimento, conhecido depois como A Rebelião de Payburé.^[8] O ambiente de revolta se retraiu, mas poucos avanços estratégicos foram alcançados, e as divisões retornaram ao Paraguai sem entrar em combate.

Da segunda investida ficaram registros igualmente exaltados de Solano, dessa vez destinados ao pai, Carlos Antonio López, que sempre começavam da mesma forma:

Viva a República do Paraguai! Independência ou morte!

Nos despachos sobre as manobras, há menções recorrentes a Francisco Isidoro Resquín, então capitão, que seria um dos militares mais fiéis sob seu comando, e ao tenente-coronel Vicente del Carmen Barrios Bedoya, futuro marido de sua irmã e irmão adotivo de Pancha Garmendia.

No dia 25 de dezembro, a mensagem ao pai foi mais emocionada:
[9]

Meus votos de cordiais felicitações pelo memorável dia em que o povo paraguaio expressou do modo mais solene seus sentimentos de liberdade e independência...

... que seus filhos saberão conservar à custa do mais caro sacrifício.

Ao final da última campanha contra Rosas, Solano soube que Juanita esperava um filho seu. O menino Emiliano Victor Pessoa López nasceu em 1850, seguido por Adelina Constanza, um ano depois. E nada de matrimônio, mesmo sendo ambos livres para oficializar a união.

Antes de Solano López, o Exército paraguaio contava com um efetivo pequeno, enfraquecido, herança da filosofia do ditador Francia, constantemente assombrado pelo temor de uma conspiração militar contra seu governo. Em sua gestão como comandante-em-chefe, Solano seguiu o caminho oposto: elevou a tropa de 5 mil para 10 mil homens, mantendo ainda 20 mil voluntários periodicamente em prontidão. Além de implantar um regime de maior disciplina e alguma visão estratégica, ele cobrou do pai investimentos em armas e munições que tornassem o país competitivo em termos bélicos. O herdeiro paraguaio vislumbrava o destino de sua terra, no mínimo, como o antigo Império Teocrático Guarani, que incluiria os Sete Povos do Rio Grande do Sul.[10] Indiscutivelmente havia em seu íntimo um sonho napoleônico.

Essa aspiração ganhou impulso quando morreu o padrasto de sua mãe, Lázaro Rojas y Aranda, deixando uma fortuna para Juana Carillo e o pedido de que o jovem Solano López fosse beneficiário da maior

parte do legado, inclusive da edificação que ainda hoje é a sede do governo do Paraguai. Com as propriedades de que já dispunham e a hegemonia política que sua linhagem exercia havia décadas no país, os López se tornaram uma das famílias mais poderosas do Cone Sul, superada apenas pelos Orleans e Bragança do Brasil. Mesmo para os padrões da monarquia europeia, seu patrimônio seria capaz de impressionar e abrir-lhes as portas dos salões mais requintados no além-mar.

Carlos decidiu mandar o filho ao velho continente em uma missão oficial. Na Inglaterra, faria a aquisição do que houvesse de mais moderno em armamentos pesados produzidos pela indústria siderúrgica britânica. Na Prússia (atual região norte da Alemanha), observaria os treinamentos de tropas e da famosa cavalaria. Na França, além de comprar equipamentos militares, atuaria como representante consular junto à corte de Napoleão III.

As gestões diplomáticas se arrastaram por meses, mas deram os frutos esperados. Todas as nações consultadas não apenas aceitaram credenciar Solano^[11] sem restrições de prazo ou de trânsito entre fronteiras, como também enviaram documentos reconhecendo a independência do Paraguai. Entre elas, o próprio reino da Espanha, ao qual o Paraguai havia sido submisso por três séculos.

“Você será meu ministro plenipotenciário nesta empreitada”, declarou o pai, com indisfarçável orgulho, a Francisco Solano.

Depois de uma despedida emocionada de Juanita e de suas crianças de colo, Solano embarcou, acompanhado do irmão caçula, Angel Benigno, do coronel José María Bruguez e do ajudante de ordens, o capitão Juan José de Brizuela. Fazia isso sem imaginar que estava deixando para trás, em definitivo, não apenas o período de sua juventude, mas um tempo sem transtornos pessoais ou familiares. Um tempo de quase completa serenidade política.

Grande Província das Índias

O nome Paraguai provém do guarani (Paraguay) e teria sido dado inicialmente ao rio que corta o país. Porém, não há uma etimologia precisa de seu significado no referido idioma indígena. As alternativas prováveis são “água que vem do mar” (em que “mar” provavelmente se refere ao Pantanal) ou uma modificação de payagua-y (rio dos paiaguás).[1]

Sua construção como nação começou marcada por alianças peculiares entre os conquistadores espanhóis e os guaranis, que povoavam a região e mantinham superioridade numérica expressiva em relação a outras tribos, com as quais mantinham uma atitude quase sempre beligerante. Antes da chegada dos europeus, as etnias locais viviam da caça, da pesca e da agricultura – tendo os guaranis o diferencial de armazenar excedentes para garantir o sustento e o contínuo crescimento de sua população.

Em 1511, o navegador português João Dias de Solis comandou a primeira expedição a entrar no rio da Prata a serviço da Espanha.[2] Mas a colonização daquela parte da América do Sul ainda levaria mais de duas décadas para ser iniciada de fato.

Em 1529, a família Mendoza, da nobreza andaluza e influente na corte espanhola por várias gerações, expressou ao imperador Carlos V o desejo de estabelecer colônias na América do Sul e explorar a região em favor da Coroa. Pedro de Mendoza[3] recebeu do soberano 2 mil homens e treze navios, com a condição de desbravar aquelas terras, construir fortes e enviar as riquezas encontradas para a Europa. Seu entusiasmo ao desembarcar foi imenso, e ele chegou a nomear a região conquistada como Nova Andaluzia, em uma homenagem às suas próprias origens. Porém, pouco depois das primeiras incursões e de fundar a cidade de Buenos Aires, em fevereiro de 1536, aos 38

anos, Pedro viu seu estado de saúde se deteriorar em decorrência da sífilis que contraíra na Espanha. No ano seguinte, estava limitado a ditar ordens do leito de enfermo, assistido pelo sobrinho Gonzalo, dez anos mais jovem, que o acompanhara na empreitada. Quando sua condição se tornou crítica, ele decidiu regressar à terra natal, mas acabou não resistindo à viagem, morrendo a bordo do navio dias após a partida.

Apesar da perda familiar, o jovem Gonzalo de Mendoza manteve o ímpeto e a meta estabelecida por seu tio. No comando da nau capitânia *La Magdalena*, ele subiu o rio da Prata continente adentro. O objetivo inicial era chegar aos domínios peruanos, cujas riquezas eram noticiadas por todo o reino de Castela. Mas ele acabaria se fixando na margem esquerda do rio Paraguai. Ali ergueu uma fortaleza, em torno da qual o capitão Juan de Salazar y Espinoza^[4] construiu em 1537 a cidade de Nuestra Señora Santa Maria de la Asunción, fundada em 15 de agosto, dia em que a Igreja Católica celebra o dia da Assunção (elevação ao Céu, de corpo e alma) da Virgem Maria.

O povoado foi por um breve tempo o coração da chamada Grande Província das Índias, cujo território demarcado pela Coroa Espanhola compreendia parte do atual Chile, da Bolívia, toda a Argentina, a Banda Oriental do Uruguai, parte dos estados brasileiros do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e o próprio Paraguai atual. A partir de 1561, passaria por um processo de desmembramento e perda de importância política, que levaria ao estabelecimento de Buenos Aires, em 1776, como capital do Vice-Reino do Rio da Prata.

O primeiro governo paraguaio seria entregue ao também integrante da expedição de Mendoza, Domingo Martínez de Irala. Sua política de colonização consistiu na delimitação das fronteiras com o Brasil, por meio de uma linha de fortificações contra a expansão portuguesa, na fundação de vilas e na promoção de casamentos entre seus subordinados espanhóis e mulheres guaranis, principal fator da formação populacional do país. Em 16 de setembro de 1541, ainda durante sua gestão, seriam inaugurados os trabalhos do *Cabildo* de Assunção, o primeiro Poder Legislativo da região.

Em suas incursões pelas terras platinas, Gonzalo de Mendoza entrou diversas vezes em combate com etnias como guaicurus e paiaguás, mas cuidou de manter os guaranis como aliados. Nomeado

governador em outubro de 1556, após a morte de Irala, incentivou a mineração de prata e o surgimento de novos centros urbanos, entre eles os de Guayrá e Xayares. Sua gestão, no entanto, foi breve: morreu menos de dois anos depois, em 21 de julho de 1558.

No final do século XVI, as missões jesuítas do sudeste do Paraguai assumiram um comando mais efetivo sobre significativa parte da população indígena e chegaram a manter 150 mil índios em 33 de suas “reduções”, propriedades que serviam não apenas como centros de conversão religiosa, mas também de produção agropecuária, de comércio, manufaturas e até de resistência ao avanço português.

Após a expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, as imensas terras da Companhia de Jesus passaram ao Estado espanhol, que as arrendou por preços baixos a camponeses livres. Essa política contribuiu para que o Paraguai, nesse primeiro momento, não formasse uma camada tão hegemônica de proprietários rurais, diferentemente do que aconteceria com seus vizinhos sul-americanos. Esses novos agricultores, na maioria mestiços, haviam sido até então protagonistas de frequentes rebeliões *comuneras* contra as autoridades espanholas.

As ideias libertárias ganharam força nas colônias hispânicas no início do século XIX graças ao enfraquecimento da própria Espanha, desgastada frente às investidas napoleônicas. O Paraguai não foi exceção e se tornou independente, por assim dizer, da noite para o dia.^[5] Ou melhor, da noite do dia 14 para o dia 15 de maio de 1811. Naquele momento, políticos e militares liderados por Fulgencio Yegros, Pedro Juan Caballero e Vicente Ignacio Iturbide depuseram o governador espanhol Bernardo Velasco, formando uma Junta Provisória para governar a nova República.

A divisão de poder levou a um período de anarquia, resolvido com a escolha de José Gaspar Rodríguez de Francia,^[6] um teólogo de temperamento austero que havia sido secretário da Junta. Pela Assembleia, foi nomeado ditador temporário e finalmente, em 1816, ditador perpétuo da República do Paraguai. A denominação “ditador” não trazia, em princípio, a conotação negativa que se verificaria nos tempos futuros em relação aos regimes autoritários latino-americanos. A classe política da época buscava mais uma familiaridade com a República Romana de onde emergira Júlio César.

Francia, porém, conduziu o país com um rigor que talvez não

encontrasse precedente nem mesmo durante a dominação espanhola. Suprimiu o *Cabildo*, expulsou as ordens religiosas que atuavam no país e incorporou seus bens, terras e escravos ao patrimônio do Estado, que se tornou o grande empresário nacional. Adotou uma política isolacionista radical, proibiu qualquer comércio com os luso-brasileiros e, em uma medida extrema, fechou as fronteiras do território, castigando com o fuzilamento todo aquele que atravessasse seus limites, tentando sair ou entrar. Também estavam sujeitos à pena de morte os culpados por roubo, tentativas de golpe de Estado e desvios de recursos públicos. Os casos de homicídio podiam ser punidos com a execução não apenas do criminoso, mas de demais membros de sua família e até de seu círculo de amigos.

Em 1820, uma trama para derrubá-lo, empreendida por membros da elite *criolla* e por oficiais militares, foi sufocada com a prisão e a condenação à morte de todos os envolvidos. Um deles, o companheiro de revolução pela independência Pedro Juan Caballero, suicidou-se no cárcere na véspera da execução. A experiência do episódio levou Francia a assumir o controle total das Forças Armadas. Para não permitir um poder paralelo e evitar o risco de novas conspirações, ordenou que as guarnições passassem a ter apenas um oficial por cada grupo de 42 soldados e seus comandos exercidos em sistema de rodízio frequente. As promoções seriam de exclusiva competência do ditador, e o posto máximo foi limitado à patente de capitão. A maioria dos soldados foi aquartelada em pequenas fortalezas construídas nas fronteiras. Na capital, ficava apenas a guarnição principal, espécie de guarda pretoriana, destinada a garantir a segurança pessoal de El Supremo, como era conhecido.



A América do Sul antes da Guerra

Desde o começo do século XIX, o Paraguai sofria com o assédio argentino e brasileiro às suas fronteiras.

Apesar da atuação despótica, Francia levava uma vida frugal e aplicava a mesma austeridade exigida aos governados à sua rotina pessoal. Certa vez, em uma de suas raras reuniões, o Parlamento paraguaio votou pelo aumento do salário do ditador e ele vetou a medida, advertindo os congressistas que não tentassem nada parecido futuramente. Sua gestão também reforçou a tradição da pequena propriedade e incentivou que cada família cultivasse verduras, frutas e legumes e criasse animais para garantir sua subsistência. Em 1828, tornou obrigatória a educação básica de todos os cidadãos, o que faria do Paraguai o primeiro país no continente a erradicar o analfabetismo.

Em meados de julho de 1840, o ditador Francia foi apanhado por uma forte chuva quando saía para sua cavalgada diária. Seus 64 anos – uma idade avançada para a época – não resistiram ao tempo adverso e, horas depois, ao retornar à sua casa, ele caiu enfermo. Seu médico particular, doutor Juan Vicente Estigarribia,[7] lhe aconselhou repouso absoluto. Francia, porém, não seguiu a recomendação e logo retomou suas atividades. Depois de uma breve melhora, seu estado piorou a partir de 16 de setembro. No dia seguinte, Estigarribia comunicou-lhe a gravidade de sua condição:

“Doutor Francia, não vejo como o senhor possa retornar ao cargo. Aconselho-o a nomear um sucessor o quanto antes”, disse-lhe o médico. “Isso pode evitar alguma crise política, algum vácuo de poder.”

Francia recusou o conselho, mas, consciente de que o fim estava próximo, tomou outras providências práticas: nomeou como herdeiras de sua quinta de Ibiray as filhas Ubalda García e María Roque Cañete e pediu que fossem pagas gratificações, com seus próprios recursos, aos soldados que patrulhavam as fronteiras da nação.

Imediatamente após a morte de Francia, ocorrida em 20 de setembro, Carlos López articulou uma série de alianças para ocupar o lugar do tio. No início de 1841 foi designado como um dos dois cônsules que governariam o país por três anos. Mariano Roque Alonso ficaria responsável pela reorganização militar enquanto López cuidaria da gestão política.

Ao fim daquele período, Carlos López[8] foi eleito presidente para um mandato de dez anos. Na ocasião, também seria aprovada a *Ley de Administración Política*, que asseverava: “O governo da República não será patrimônio de uma família”. Algo bem diferente do que ocorreria

na prática.

Além do laço de parentesco com o falecido ditador, Carlos López teria seu mandato prorrogado por duas vezes, embora sempre alegasse que aceitava essa condição a contragosto, como “um sacrifício pela pátria”. E jamais considerou a hipótese de deixar como sucessor alguém que não fosse um de seus filhos.

Seu estilo de gestão não foi, afinal, tão diferente do de Francia, com quem antagonizou por tantos anos. Suas variações de humor às vezes o levavam a condenar ao fuzilamento sumário quem cometesse a menor infração. Mestiços com até um quinto de sangue indígena ou negros escravos que fossem apanhados em pequenos delitos, como embriaguez, eram condenados a receber cinquenta chibatadas. Já descendentes “puros” de espanhóis tinham imunidade a esse tipo de castigo. Contraditório, dom Carlos concedeu cidadania aos índios em 1848.

As leis herdadas de Francia que restringiam a circulação pelas fronteiras foram mantidas. Estrangeiros estavam proibidos de comprar terras no país, e todo aquele que viesse de fora estava impedido de trazer jornais ou livros. O presidente comandava o principal periódico paraguaio, *El Semanario*, e a imprensa alternativa também seria criada por ele: *El Eco del Paraguay*, editado pelo jornalista espanhol Ildefonso Bermejo.

Mas educação e cultura eram prioridades. O mesmo Bermejo fundou uma Escola Normal, a pedido do presidente, onde se lecionavam gramática, história, matemática, lógica, ciências e catecismo.[9] O advogado Zenón Rodrigues abriu a Academia Forense. Escolas para moças dirigidas por Eduvigis de Rivière e Dorothea Duprat educavam as paraguaias. Quem se sobressaía nessas instituições recebia do governo uma subvenção para completar sua formação em universidades europeias. Entre esses bolsistas estava Juan Crisóstomo Centurión que, aos 18 anos, foi enviado à Inglaterra para estudos de literatura e direito internacional. Anos mais tarde, ele seria um homem de confiança do regime e um dos principais cronistas de seu tempo.

Carlos López distendeu pouco a pouco a política isolacionista de seu antecessor, porém mantendo as condições econômicas que permitiam a autonomia do Paraguai em relação a seus vizinhos. A exportação de matérias-primas para a Europa ganhou impulso, e a

maior parte das importações de manufaturados vinha da Inglaterra, que dava ao governo paraguaio o prazo de oito meses para o pagamento das mercadorias.

Com os estados argentinos sua posição era ao mesmo tempo beligerante e de extrema cautela, especialmente porque o ditador Juan Manuel de Rosas, governante de Buenos Aires, não abandonava a ideia de absorção do Paraguai – que via quase como uma mera província rebelde, tentando fazer da Argentina uma potência regional a partir da anexação de territórios vizinhos.

Com o Império, como era chamado o Brasil pelas demais nações do continente, o longo distanciamento verificado desde os primórdios da dominação espanhola começou a se dissipar. A ascensão de Carlos López coincidiu com o chamado Golpe da Maioridade, que levou dom Pedro II ao trono ainda adolescente e a uma política de aproximação com o país guarani desenvolvida pelo então ministro da Fazenda brasileiro, Manuel Alves Branco.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia, em 14 de setembro de 1844, em uma tentativa de desestimular as pretensões argentinas sobre aquele território. Por sua vez, o Paraguai comprometeu-se com a livre navegação pelos rios da região. Mas o Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre os dois países, negociado na ocasião, acabou por não ser ratificado pelo Legislativo brasileiro, por estabelecer que as fronteiras deveriam ser pautadas pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, segundo o qual cabia à Espanha a posse da região da Colônia do Sacramento, do Território das Missões, parte do Rio Grande do Sul e do Uruguai.[10]

Nesse período, crescia a importância da navegação brasileira no rio Paraguai, tanto por aspectos econômicos, quanto pelo tempo despendido e pela segurança do trajeto. Segundo rio em extensão fluvial da América do Sul, o Paraguai percorre 2.621 quilômetros até desaguar na bacia do Prata.[11] Dois terços de seu curso – 1.693 quilômetros quadrados – situam-se em território brasileiro, ao longo dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Num curto trecho, divide o Brasil do Paraguai, para, antes de juntar-se ao rio Paraná, transitar apenas em território paraguaio. Na época, essa era a melhor via de acesso à província de Mato Grosso. Afinal, em uma região de estradas precárias e sem ferrovias, uma única viagem de Cuiabá a Corumbá durava cinquenta dias. Da capital, Rio de Janeiro, então,

podia levar vários meses.

A bacia formada pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, tendo o rio da Prata como resultado do encontro dos dois últimos, representava a um só tempo uma bênção e uma maldição aos países da região. As fronteiras fluidas, as divisões internas profundas verificadas nas nações que se formavam após as lutas por independência e sua característica de principal via de escoamento de produtos faziam da disputa pelo controle de suas águas um foco permanente de discórdia.

Carlos Antonio López considerava crucial manter boas relações com o governo da Banda Oriental (Uruguai), comandado pelo Partido Nacional (ou Blanco), para assegurar a navegação até o oceano Atlântico. Como uma espécie de garantia desse direito, firmou um acordo, em 1850, comprometendo-se a defender o país vizinho se sua soberania fosse ameaçada. No mesmo ano, após intensas negociações conduzidas pelo brasileiro Pedro de Alcântara Bellegarde,^[12] assinou um tratado de aliança com o Brasil, que também previa o livre trânsito no Prata e a mútua defesa em caso de ataque externo. Finalmente, com a derrubada de Rosas, em 1852, o novo presidente do conjunto de províncias que formavam a Confederação Argentina, Justo José de Urquiza – apoiado e financiado pelo Brasil por meio de um empréstimo de 100 mil patações (o equivalente a cerca de 96 milhões de reais em 2016) –, reconheceu a independência paraguaia e emitiu decretos que garantiam a livre navegação no estuário do Prata, inclusive por parte da antiga nação rival.

Assim, parecia se formar a conjuntura perfeita para que, após décadas de demandas e atritos, as quatro nações pudessem chegar a um entendimento e estabelecer um pacífico trânsito fluvial pela região. O frágil equilíbrio, porém, seria muito menos duradouro do que qualquer observador pudesse imaginar.

Na corte de Napoleão III

Na Europa, informado apenas superficialmente e sempre com um atraso considerável sobre a evolução dos acontecimentos na região platina, Solano López desincumbiu-se com muita eficácia das missões que o pai lhe confiara.

Tendo desembarcado do vapor britânico *Prince* no porto de Southampton, na Inglaterra, em 15 de setembro de 1853, ele chegou a Londres cinco dias depois. Embora houvesse agendado uma audiência com a rainha Vitória,^[1] foi recebido somente pelo chanceler George William Frederick Villiers, lorde Clarendon, e ouviu do ministro que a soberana estava no recém-adquirido Castelo de Balmoral, na Escócia, sem data prevista para retornar.

Mesmo contrariado, Solano decidiu permanecer na cidade até conseguir o encontro. Nesse meio-tempo, negociou a compra de armas com a empresa Blyth & Co., fechou acordos para a aquisição de equipamentos ferroviários e máquinas colheitadeiras de algodão, encomendou uma embarcação de guerra que batizou de *Tacuari* e recrutou técnicos para impulsionar o desenvolvimento tecnológico de seu país.

Finalmente, em 24 de outubro, ocorreu a esperada entrevista com a rainha, durante a qual foi ratificado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, firmado em março daquele ano pelos embaixadores de ambos os países. Em 5 de dezembro, durante breve retorno ao país, López faria nova visita à monarca, dessa vez no palácio da ilha de With. Da Inglaterra, viajou para a Prússia,^[2] esteve na região italiana do Piemonte, onde contratou oficiais para treinar o Exército paraguaio, e de lá seguiu para a capital francesa.

Como previsto, Solano não teve muitas dificuldades em se integrar à corte de Napoleão III. Muito rico, fluente no idioma local e bastante

persuasivo, o paraguaio teve ainda a seu favor o fato de ser um admirador incondicional do tio do imperador, o lendário Bonaparte.

Também chamado Luís Napoleão, o governante do Segundo Império era o terceiro filho do rei Luís da Holanda e de Hortênsia de Beauharnais, irmã da imperatriz Josefina, primeira mulher de Napoleão I. Ascendera ao trono não apenas por sua origem familiar, mas após uma carreira como parlamentar durante a Segunda República, no esteio da Revolução de 1848 e de uma série de conflitos que culminaram na restauração da monarquia.

Solano López tornou-se amigo de Luís Napoleão e o imperador chegou a acompanhá-lo em uma visita ao Liceu de Sain-Cyr, academia de formação da infantaria e da cavalaria francesas. Ali, ao norte de Paris,^[3] assistiram a uma detalhada demonstração de exercícios militares. Do convívio também sairia um acordo para estabelecer colônias francesas no Paraguai.

O momento em que Solano López desembarcou na capital francesa era de grande efervescência, tanto na corte quanto na vida mundana. O barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito do departamento do Sena, começava a implantar reformas urbanas, a pedido do imperador, criando parques, abrindo avenidas e construindo vários edifícios públicos. Os teatros do boulevard du Temple, no Marais, ofereciam uma enorme variedade de espetáculos e eram cercados de cafés e restaurantes que agitavam a vida noturna local. Nesse período, o escritor Alexandre Dumas Filho, filho do autor de *Os três mosqueteiros*, experimentava enorme sucesso com a obra *A dama das camélias*, inspirado na própria história que vivera com a cortesã Marie Duplessis.

Figuras onipresentes na vida social parisiense por séculos, as cortesãs eram mulheres liberadas, cultas e bem estabelecidas financeiramente que não apenas frequentavam os melhores círculos como também abriam seus salões à aristocracia e à intelectualidade. Seu patrimônio geralmente derivava dos presentes – de joias a valores em dinheiro e imóveis – recebidos de bem escolhidos amantes. Antes de Dumas Filho, Balzac e Victor Hugo haviam retratado esse extrato social, e Émile Zola ainda o faria em seu romance *Naná*.

Seguindo-se à Fête des Fous (Festival dos Loucos), comemoração tradicional da época, Napoleão III realizou em 1854 um grande baile de Mardi Gras (Terça-feira Gorda de Carnaval) no Palácio das

Tulherias. O representante do governo paraguaio, claro, foi convidado. Acompanhado de Angel Benigno e do ajudante de ordens, o capitão Juan José de Brizuela, Solano López chegou à festa daquele 28 de fevereiro em seu uniforme de general com uma faixa vermelha passada sobre o peito cravejado de medalhas e comendas. Havia deixado um longo bigode, que lhe dava um ar imponente.

O Palácio das Tulherias era uma das mais belas construções da capital francesa. Próximo ao Louvre e às margens do Sena, havia sido construído por determinação de Catarina de Médici, no século XVI, no local onde funcionava antes uma fábrica de telhas (*tuiles*). Desde então, fora residência de reis, como do exigente Luís XV. Durante a Revolução Francesa serviu de moradia à família real, após sua fuga frustrada para Varennes. O edifício foi atacado durante uma insurreição popular em 1792, pouco antes da execução de Maria Antonieta em uma guilhotina montada do lado de fora de seus muros, e seria totalmente incendiado durante os distúrbios da Comuna de 1871. Naquela noite, porém, era uma visão de sonho, com suas fontes e jardins iluminados por lanternas, por onde circulavam os mais ricos e refinados cidadãos do país.

Solano foi levar suas saudações ao imperador, acomodado no salão sob um dossel tricolor que remetia à bandeira da França, ao lado da imperatriz Eugenia de Montijo, com quem o monarca se casara um ano antes. Ao ser apresentado à princesa espanhola, Luís Napoleão ficara extasiado com a belíssima jovem educada em Paris e, segundo a narrativa da corte, teria sussurrado em seu ouvido: “Como posso encontrar o caminho para o seu quarto?”. Ao que ela respondeu: “Pela capela, majestade”. O líder do Segundo Império rendeu-se incondicionalmente. Não tardou a fazer o pedido e a providenciar o matrimônio.

Feitas as honras aos soberanos, o general-brigadeiro e seus acompanhantes desceram rumo à parte externa do palácio e se misturaram às centenas de foliões em máscaras e fantasias requintadas, não raro com caixas de rapé nas mãos. Aquele comportamento superficial dos convivas causou certo desconforto à sua quase natureza militar, apreciadora da disciplina e da sobriedade. López logo se sentiu entediado com aquele ambiente, mas tentou aliviar a sensação incômoda com taças do excelente champanhe que era servido generosamente.

Apesar da beleza dos jardins e da exuberância do evento, seu pensamento se voltou para sua terra natal, onde o esperavam Juanita e seus filhos pequenos. Vieram à sua mente imagens da família e de lugares que falavam à sua memória afetiva, como o casarão na aprazível Pilar. Por um momento, pensou mesmo ter visto à sua frente, a poucos passos de onde se encontrava em seu devaneio, a expressão suave da mulher amada.

A visão, no entanto, não estava em sua imaginação; era real. Apoiada no corrimão de concreto da escadaria, em um vestido decotado que lhe expunha o colo e parte dos ombros, com uma gargantilha de veludo ajustada ao pescoço, os cabelos longos e claros com fios ruivos adornados por uma tiara, surgia ali a mulher mais bela em que jamais pusera os olhos.

O rosto juvenil abriu um sorriso para ele:

– Você está bem? – perguntou ela, em um francês mesclado a um sotaque britânico.

– Sim, estou – disse ele, um tanto perturbado.

E, tentando se recompor, pediu permissão para se apresentar:

– Meu nome é Francisco Solano López. Sou paraguaio. Um militar paraguaio.

– Me chamo Elisabeth Alicia Lynch. É o meu nome de batismo, mas prefiro ser chamada como Elisa Lynch – disse a jovem, estendendo-lhe a mão.

– Sinto curiosidade em relação ao Paraguai. Esse nome soa-me romântico.

– O Paraguai é o país do futuro e da riqueza, posso lhe assegurar – respondeu, curvando-se para um beijo na mão enluvada. – Se quiser sentar-se comigo em algum lugar, poderei falar-lhe um pouco de minha pátria, senhorita. Ou seria senhora?

Sem responder à curiosidade do estrangeiro, a jovem abriu o leque sobre o colo e deixou-se conduzir-se na direção de um assento na pérgula do palácio. Os dois iniciaram uma conversa que se estendeu por horas. A noite estava fria, mas o céu se mantinha limpo e estrelado.

A certo ponto, Elisa apontou para a orquestra sobre um platô:

– Dança comigo?

López disse que não estava familiarizado com as danças europeias, mas ela insistiu e ele cedeu.

Já era madrugada quando o jovem general ofereceu-se para acompanhá-la até sua casa. Elisa aceitou, mas fez-lhe um alerta:

– Não será fácil atravessar as ruas da cidade, porque hoje é o Descente de La Courtille.

López fez um ar intrigado, mas ela apressou-se em esclarecer:

– A madrugada da Quarta-feira de Cinzas é o ápice do Carnaval em Paris. Em vários pontos da cidade, mas principalmente em Belleville, onde fica a área de La Courtille, e pelo boulevard du Temple, homens saem em trajes de arlequim, damas da nobreza vestem-se de criadas e percorrem as ruas mascaradas, incógnitas, cantando, dançando... até gritando obscenidades – observou com um sorriso de satisfação. – E pessoas de todas as classes se misturam em uma verdadeira orgia de bebedeira e inconseqüências.

Para Solano López, aquele modo de vida feérico era algo totalmente desconhecido diante da rotina modorrenta de sua Assunção natal. Mais ainda quando comparado à quietude da Pilar de sua Juanita. Elisa disse que poderiam seguir em coche aberto até o apartamento onde morava, a oito quadras dali, fazendo um caminho que lhes permitisse apreciar melhor as folias populares. López estava completamente encantado. Já via os festejos com olhos mais compreensivos e aceitou a proposta. Ajudou a jovem cobrir-se com o manto de brocado que ela retirou do guarda-volumes e deu-lhe o braço.

O casal seguiu pela rue de Rivoli, passando pelo Louvre até dobrar à esquerda em direção à pequena rue des Bons Enfants, transversal onde ficava o apartamento de Elisa. As cenas que presenciaram no percurso foram suficientes para que López tivesse uma ideia bem aproximada da euforia que tomava conta da capital. Cidadãos passavam em antigas armaduras ou fantasias de animais, às vezes carregando mulheres sobre os ombros, misturando-se a cortejos de carruagens que transportavam casais com flores nos chapéus e em torno do pescoço, tocando guizos, soando matracas e bebendo vinho no gargalo. O espetáculo era admirado e aplaudido dos balcões das casas e das tabernas ao longo das ruas.

Solano deixou Elisa em casa com o sol nascendo, beijou-lhe as mãos e seguiu no coche dela até o hotel. Em seu quarto, por conta da excitação de que foi tomado, viu as horas se passarem sem que tirasse o pensamento dos eventos ligados ao baile. Em meio à dificuldade de

conciliar o sono, entregou-se a fantasias de uma vida ao lado de Elisa. Pela manhã, decidiu escrever uma pequena carta à amada, dizendo-se impressionado com sua beleza, agradecendo-lhe pela jornada da véspera e pedindo que ela fosse encontrá-lo.

Seu ajudante de ordens, Juan de Brizuela, entregou a correspondência a uma criada na casa de Elisa ainda antes do meio-dia. A resposta chegou no final da tarde: “O senhor poderá me ver amanhã à noite, dia 2 de março, em meu apartamento”, dizia a nota. Pelo bilhete, Solano ficou sabendo que Elisa decidira fazer dele o homenageado de um jantar que havia planejado para aquela data.

Ao chegar, Solano encontrou o salão da cortesã repleto de intelectuais, músicos, políticos e empresários, quase todos com belas acompanhantes do relacionamento de Elisa. À longa mesa de jantar, a anfitriã ergueu sua taça ao “ilustre e heroico militar vindo da América do Sul”, no que foi seguida por brindes e aplausos. Ao final da reunião, pediu a Solano que ficasse, mesmo após a saída dos últimos convidados.

Os planos para uma vida a dois começaram já na primeira noite em que passaram juntos. Diante da proposta do amante de que fossem morar no Paraguai, Elisa sentiu-se na obrigação de contar a ele toda a trajetória que havia percorrido em seus 19 anos. Solano tinha a consciência de que o objeto de sua paixão era uma mulher do mundo, como se dizia na época. Mas desconhecia os detalhes e preferiu não demonstrar curiosidade a respeito.

A jovem relatou que nascera em 1835 no condado de Cork, sul da Irlanda, filha do médico rural John Lynch e da inglesa Adelaide Schnock.[4] Fruto de uma estirpe bem posicionada socialmente e que lhe garantiu a instrução no Trinity College, em Londres, teve, desde os doze anos, lições no conservatório de música. A atividade foi incentivada pela irmã mais velha, que se casara com um crítico musical francês.

Elisa parou um pouco a conversa para mostrar a Solano um pequeno broche com o brasão de armas de sua família, onde se lia a divisa em latim *Nec temere nec timide* (Nem temerariamente, nem timidamente).

Ela omitiu o fato de que, apesar da origem afluyente, sua família foi arruinada pelo período da Grande Fome que se abateu sobre seu país natal a partir de 1845. Empobrecidos, os Lynch precisaram apelar

para soluções mais práticas a fim de garantir o futuro de seus filhos. As coisas se agravaram quando seu pai morreu, em 1849.

– Minha mãe arranhou meu casamento com um médico francês, Xavier de Quatrefarges,^[5] que tinha mais do que o dobro da minha idade e estava de passagem por Londres – prosseguiu. – Eu já conhecia um pouco do seu idioma, mas vivendo com ele em Paris tornei-me fluente. Passados alguns meses, viajamos para Argel, no norte da África, onde foi servir na Legião Estrangeira. A rotina lá era entediante. Vivíamos em um hotel destinado aos europeus, onde havia pouco o que fazer. Decidi atuar como enfermeira voluntária do Exército, para ter um tempo maior perto de Xavier. O problema é que, mesmo no hospital da brigada, ele gastava muitas horas no laboratório, pesquisando insetos e endemias tropicais. No fundo, eu não passava de uma menina tola aos olhos do meu marido. Sem tê-lo ao meu lado como gostaria, passei a fazer cavalgadas, tanto pela capital argelina quanto pelos postos avançados das Forças Armadas. Isso me ajudava a distrair a mente, mas meus passeios acabaram por despertar a atenção dos oficiais.

Elisa relatou o assédio intenso que sofreu naquele período por parte do coronel D'Aubry, do Exército francês, que foi se tornando cada vez mais inoportuno. Segundo ela, a rejeição fez com que ele espalhasse o boato de que ela seria amante do jovem conde russo Mikhail Alexandrovich Meden, com quem era vista frequentemente conversando na cidade. Por conta da escalada da intriga, o conde e o militar acabaram por se bater em um duelo, no qual o primeiro ficou levemente ferido e o segundo terminou morto.

– O escândalo que se seguiu foi tal que meu marido não viu mais condições de ficarmos juntos – prosseguiu a jovem. – Nós nos liberamos mutuamente do compromisso e, por ter sido celebrado pelas leis inglesas, e sem o reconhecimento das autoridades francesas, nosso casamento foi considerado inválido na França. Não tive sequer direito a uma pensão.

Solano ouvia a tudo com atenção, mantendo o rosto imóvel, como quem esperasse o momento em que as revelações se tornariam ainda mais embaraçosas para ambos.

– De volta a Paris, caminhava às margens do Sena quando ouvi alguém chamar meu nome. Era a ex-esposa de um oficial do Regimento de Argel. Ela vinha se mantendo bem na cidade desde que

passara a frequentar o salão de uma certa senhora Théophile Dumont. [6] Nesse encontro, ela me explicou: “É um lugar onde se pode ouvir boa música, conhecer cavalheiros da melhor aristocracia, manter com eles conversas sobre assuntos como política, vida cultural e, se for do seu interesse, iniciar um relacionamento que traga vantagens para ambas as partes”.

A jovem fez uma pausa e tomou as mãos de Solano entre as suas.

– Fui convidada a fazer parte do grupo. Relutei um pouco, mas decidi aceitar.

Solano pôs sua mão no rosto de Elisa. Ela voltou-se para ele novamente.

– Você não imagina... Uma das primeiras pessoas que encontrei ali foi aquele admirador russo, Meden, que duelou por minha honra.

– E vocês tiveram um romance, afinal? – perguntou Solano, tomado por um doloroso ciúme da mulher com quem mal começara a se relacionar.

– Sim. Um breve romance. Ele precisou regressar à Rússia e me deixou apenas um bilhete. A coragem que encontrou para arriscar a vida por mim em Argel lhe faltou naquele momento de despedida. E... aqui estou eu.

Solano a abraçou.

– Elisa, Elisa – disse, beijando-lhe os cabelos claros. – Fique comigo.

Ela baixou os olhos:

– Como poderei viver ao lado de um homem tão poderoso, trazendo comigo esse passado?

Na verdade, longe de precisar ser persuadida, Elisa buscava mais uma absolvição. Queria a segurança de que ele não questionaria sua moral. Completamente apaixonado, Solano recorreu aos seus bons recursos de oratória para um breve e sincero discurso de convencimento à jovem:

– Não me interessa nada disso. Prometo que jamais usarei as desgraças por que teve de passar como forma de rebaixá-la ou causar-lhe algum mal. Pode confiar na minha palavra. Aceite minha oferta e venha comigo para Assunção. Vamos deixar tudo para trás. Vamos construir uma vida realmente nova.

E insistiu:

– Diga que sim. Por favor, diga agora.

Ela voltou-se para ele e respondeu, sorrindo, já sem nenhum traço de hesitação:

– Sim, *mon beau sauvage*. – Instituído um apelido que passaria a usar com frequência para o amante, um tipo exótico aos seus olhos. – Sim.

IV

Retorno

Nas semanas seguintes, Solano López intensificou sua atuação diplomática pelo continente europeu. Em março, foi recebido em Turim, Roma e Madri. Para essa última visita, levou uma carta de recomendação da imperatriz espanhola Eugenia, entregue por ela própria, nas Tulherias, no dia 12 daquele mês, em uma deferência muito especial. Em 5 de abril, o rei da Sardenha o recebeu^[1] e concedeu a ele a Cruz de Comendador da Ordem Sacra e Militar de S. S. Maurício e Lázaro, assim como o Grande Cordão da mesma ordem para ser levado ao presidente do Paraguai, Carlos López.

Em termos políticos e comerciais, a viagem de Solano estava sendo um sucesso, mas a notícia de seu envolvimento com a cortesã ecoou em Assunção e deixou a família López indignada. As informações chegaram aos pais dele por intermédio de Angel Benigno, o irmão caçula que acompanhara Solano à Europa e que se mostrou desde logo desfavorável àquela relação. Carlos enviou uma correspondência ao mais velho e exigiu seu retorno imediato. Ao tomar ciência da decisão da filha, a mãe de Elisa, na Irlanda, também se mostrou inconformada com o fato de que, depois de uma temporada na inóspita Argel, ela agora pensasse em partir para a distante América do Sul – a seu ver, uma terra primitiva, com escravos e indígenas, animais selvagens e toda sorte de doenças tropicais.

Mal havia decidido pôr em marcha o plano de regressar levando a amada consigo, Solano López foi surpreendido por uma revelação: Elisa esperava um filho seu. Ela seria mãe pela primeira vez, e ele, pai pela quarta (ou terceira, se descartada a paternidade de Juan León Benítez). O paraguaio, porém, sentia uma felicidade inédita. Estava totalmente envolvido e, tomado por um otimismo embriagante, tinha esperanças de que tudo daria certo ao retornar.

Nas semanas de preparativos que se seguiram, Solano tratou de fechar todos os negócios possíveis, entre eles a contratação de tripulantes para conduzir o navio *Tacuari* ao Paraguai.[2] Elisa também organizou sua vida levando em conta que talvez jamais voltasse ao Velho Mundo. Essa preocupação acabou por retardar sua partida além do imaginado.

Nesse meio-tempo, o idílio do casal foi um tanto perturbado por uma intervenção de madame Dumont, a proprietária do salão até pouco antes frequentado por Elisa. Em uma carta repleta de comentários adulatários, ela deixava claro nas entrelinhas que não dispensaria a jovem de sua “atividade pregressa” sem obter algum tipo de compensação. Citava, inclusive, nomes de aristocratas que poderiam criar “algum tipo de mal-estar” se soubessem da partida iminente de sua companhia preferida. Ao final, pedia a Solano e Elisa um auxílio financeiro para “realizar uma viagem”, cuja necessidade surgira inesperadamente. Foi atendida sem nenhuma barganha.

Um complicador adicional surgiu na figura de Quatrefarges,[3] que, ao ser informado da situação da ex-mulher e da fortuna dos López, reapareceu tentando buscar alguma vantagem em troca de não impor embaraços à relação dela com o filho do presidente do Paraguai. Solano apressou-se em oferecer ao médico uma soma que lhe permitiria estabelecer-se na França sem depender mais da atividade em Argel. Selado o acordo entre os dois com taças de conhaque, Quatrefarges saiu de cena.

O ano de 1854 já estava perto de terminar quando o novo casal finalmente embarcou no porto de Bordéus, no sudoeste da França, rumo ao Prata, a bordo do *Tacuari*.

Na manhã de 24 de dezembro, o barco ancorou no Rio de Janeiro, atraindo a curiosidade dos transeuntes da região do porto. Em uma caminhada na área central da cidade, Solano ficou impressionado com o belo casario, a vista da Baía de Guanabara e, sobretudo, com o número de africanos que circulavam pelas ruas.

Foi recebido com amabilidade por Pedro II em São Cristóvão.[4] O imperador conferiu a ele a Comenda da Ordem de Cristo e entregou-lhe outra condecoração a ser enviada a Carlos Antonio López. Elisa ficou a bordo do *Tacuari*. Solano preferiu não levar sua concubina ao Palácio Imperial. Depois o grupo seguiu viagem.

Quando o navio se aproximava do litoral argentino, Elisa começou

a sentir contrações. Ela ainda teve tempo de desembarcar em Buenos Aires e logo foi atendida por um prestigiado médico da cidade, que realizou seu parto. Como oficialmente ainda estava casada com o militar francês, o menino foi registrado como Juan Francisco Lynch de Quatrefarges. Em família, porém, seria sempre chamado pelo apelido de Panchito. O bebê estava saudável, mas, passadas duas semanas de seu nascimento, Elisa ainda não se sentia forte o suficiente para seguir viagem. Solano conformou-se com o fato de que precisaria deixá-la por um tempo na capital portenha, enquanto seguiria rio acima para prestar contas da missão a seu pai e preparar o terreno para a apresentação de sua mulher à sociedade paraguaia.

Carlos López recebeu o filho em Assunção com uma atitude entre o afável e o contrariado. Não deixou de comentar a barba que Solano havia cultivado no final de sua estada na Europa e o lembrou de que ele precisaria retomar o quanto antes as funções de ministro da Guerra e da Marinha. Mas o advertiu que antes precisavam tratar de “um assunto pessoal também grave”. Entre charutos, eles travaram um diálogo tenso:

– Francisco Solano, você não pretende trazer essa mulher para o convívio de sua família, não é certo?

– Com todo o respeito, sim, seria muito importante que vocês recebessem bem essa mulher, como diz. Elisa é uma moça muito educada e doce.

– Isso está fora de questão, filho – cortou Carlos. – O histórico dessa senhora já precedeu a sua chegada. Ela é uma dama do mundo. Uma aventureira! Como pretende me suceder um dia no comando do país tendo ao seu lado uma criatura sem moral?

Solano ficou rubro. Teve o impulso de erguer o braço contra o pai, mas manteve-se calado.

– Tomá-la como sua amante, vá lá... – prosseguiu dom Carlos. – Você já não tem Juanita nesses termos? E aquela é uma moça de boa família. Leve essa dama para uma de nossas casas nas redondezas da cidade e não apareça mais com ela em público, nem a traga aqui. Sua mãe está transtornada com toda essa situação...

Com a respiração ofegante, contendo-se para não incorrer em desrespeito a um só tempo ao pai e ao mandatário do país, Solano elevou a voz:

– Pois saiba que Elisa gerou um neto seu!

Carlos López viu-se aturdido. Pensou no futuro político que preparava para o herdeiro, sentiu-se confuso por alguns instantes, mas se refez rapidamente. E limitou-se a pedir:

– Pancho, meu filho, leve-a para uma de nossas casas. Ela será bem mantida com a criança. E ficamos por aqui. Não vamos falar mais sobre isso.

Quase dois meses depois, Elisa Lynch chegou à capital paraguaia. Solano foi esperar seu desembarque do vapor e exultou ao vê-la sair, com o sorridente Panchito nos braços.

Seus familiares os observaram dos balcões e janelas do Palácio dos López, na praça Constituição, a pouca distância do porto. Além de Carlos e Juana, estavam ansiosos para saciar a curiosidade seus filhos Venâncio, Mônica Rafaela, Inocência e o noivo dela, o coronel Vicente Barrios Bedoya, na companhia dos pais, Manuela Díaz de Bedoya e José García Del Barrio. Ao verem o casal passar em carruagem aberta, com o bebê, todos puderam constatar que Elisa era realmente mais bela do que qualquer relato poderia descrever, mas não se dobraram aos encantos da irlandesa.

Juana Carillo ficou especialmente incomodada com o traje da jovem, cujo decote amplo expunha o colo e parte dos ombros de uma forma que não era vista entre as mulheres de Assunção. Os paraguaios tinham uma tradição de austeridade e discrição, em nada acostumados a roupas chamativas ou comportamentos extravagantes.

– Espero que Francisco Solano não insista mais na ideia de trazê-la para o nosso convívio – disse Juana ao marido, em tom de advertência, enquanto o jovem casal desaparecia de vista.

– Não se preocupe. Acredito que isso já ficou bem claro – garantiu dom Carlos.

Solano López precisou acomodar a amada na residência de amigos que aceitaram recebê-la após a longa viagem. Depois de deixar as bagagens no aposento que lhe foi destinado e acomodar Panchito em um berço improvisado pelos donos da casa, Elisa foi até o balcão, para observar a paisagem do lugar onde provavelmente passaria o resto da vida. Solano entrou no quarto, aproximou-se dela e a envolveu em um abraço.

– Não é Paris. Nem Londres.

– Isso não é importante. Talvez seja um porto mais seguro, longe das intrigas da África, longe da agitação mundana da Europa – ela

respondeu, tranquila. – É disso mesmo que estou precisando.

– Isso não é conversa de uma mocinha de vinte anos – brincou Solano. – Sua vida está só começando. Mas fico feliz em saber que se sente bem aqui.

Na manhã seguinte, o casal partiu para uma propriedade da família López em Patiño, às margens do lago Ipacarái, isolada dos mexericos assuncenos.

A distância, porém, não foi suficiente para evitar o repúdio da sociedade paraguaia à situação de concubinato vivida por Solano com a “gringa aventureira”, como muitos passaram a chamá-la. Os bispos locais também se negaram a celebrar a união do casal no rito católico por considerar que a estrangeira não era desimpedida.

Mesmo aborrecido, Solano viu algumas vantagens na situação, e a principal delas era a de manter-se independente, podendo escolher quando e com quem se relacionaria, sem as obrigações do matrimônio. Apesar do ambiente de harmonia com a amada irlandesa, ele não abandonou sua relação com Juanita Pessoa, em Pilar. Após seu retorno ao Paraguai, ela daria à luz o terceiro filho, José Félix. O mais velho, Emiliano, bem cedo seria enviado a escolas nos Estados Unidos e na Europa. E Solano ainda pôde se dedicar a um novo romance, com a jovem Ana Carreras, com quem teve a menina Rosita, que levaria para morar e ser educada por Elisa.

Madame Lynch, como passou a ser conhecida, aceitava essa situação até certo ponto, mas se ressentia do isolamento e de uma vida excessivamente pacata, longe da capital. Depois de alguma insistência, ela conseguiu que Solano lhe adquirisse um casarão na rua Fábrica de Balas,^[5] a duas quadras da catedral e a uma do lugar onde dom Carlos estava construindo um teatro de ópera planejado para ser uma réplica do La Scala de Milão.

O imóvel, com seu imponente portão e fachada com catorze janelas, ocupava um quarteirão e foi decorado com a mobília que a jovem trouxera de seu apartamento parisiense. Na lateral, havia um acesso às estrebarias e, em um grande anexo, ela criou um requintado salão de chá, que passou a utilizar diariamente após o repouso da tarde, honrando o hábito britânico adquirido nos anos de estudo em Londres. Logo também passou a contar com os serviços regulares de um cabeleireiro paraguaio que, dizendo-se europeu, usava o pseudônimo de dom Henry.

Essa rotina requintada fez com que as mulheres da capital espalhassem que “a casa de madame Lynch” era uma reprodução do “prostíbulo de luxo de Paris, de onde Solano a tirara”.^[6] Ironicamente, apesar da ostentação e da vida pregressa, Elisa mostrou-se mais devotada e fiel que o parceiro, sempre às voltas com casos amorosos. Não se teria mais notícias de outro relacionamento de Elisa até o fim da vida. Indiferente aos julgamentos na nova pátria, Elisa tentou fazer da propriedade que lhe fora dada um verdadeiro centro cultural. A residência possuía, inclusive, uma sala de música, sendo frequentada por casais amigos, diplomatas europeus e até mesmo pelo núncio apostólico, que seu companheiro fazia questão de recepcionar ali, em elegantes jantares. Dessa forma, sua presença ia aos poucos se impondo à sociedade local, que copiou alguns de seus hábitos e até adotou nos salões de baile modismos como o estilo de dança “London”, que ela trouxera para a nova pátria.

Os pais e irmãos de Solano, porém, nunca abrandaram sua rejeição à estrangeira. Seu nome não era pronunciado na família e sua existência não era considerada. À exceção de Venâncio, nenhum dos parentes sequer pisou na residência de Elisa. Certa vez, as irmãs Inocência e Mônica Rafaela foram convidadas para jantar lá, mas nem se deram ao trabalho de responder. Ao final da década de 1850, quando houve um baile de gala no Club Nacional, em que todas as famílias importantes da capital estiveram presentes, Elisa foi obrigada a esperar do lado de fora do palacete, em sua carruagem, até que o presidente Carlos se retirasse, em atendimento à exigência dele de que nunca se encontrassem.

As questões pessoais da família López, porém, estavam perto de se tornar insignificantes diante da hecatombe que estava por vir – e que nem as previsões mais pessimistas poderiam indicar.

V

O “Rei dos Macacos”

O que Solano López encontrou em seu retorno não foi apenas a oposição da família e da sociedade à sua nova união, mas também um ambiente político carregado como poucas vezes sentira antes. Os acordos firmados entre os vizinhos nos anos anteriores estavam não apenas sendo descumpridos por todas as partes, estavam se esfacelando.

Na Argentina, o Congresso da Confederação questionava o Tratado de Limites, de 1852, segundo o qual o território do Paraguai se estenderia até o rio Bermejo, às regiões do Chaco (extensão ao sul da Bolívia e ao norte da Argentina) e de Misiones (junto ao sul do Brasil). E o cancelaria por inteiro no final de 1855.

Mas eram as relações com o Brasil as que haviam se deteriorado mais seriamente. Em seu gabinete de trabalho, Carlos López lembrou ao filho que, enquanto ele estivera fora, decidira condicionar a livre navegação em seus rios por barcos brasileiros à definição dos limites entre os dois países. O governo paraguaio não reconhecia como território brasileiro a área ocupada entre os rios Branco e Apa, como reivindicava o Império.

– Essa discussão foi adiada por anos; já é tempo de resolvê-la – disse dom Carlos.

– Sim, meu pai, eu me lembro de que havíamos começado a pressionar nesse sentido desde antes da minha ida à Europa. Mas não acredito que o Brasil cederá pela via diplomática – opinou Solano.

– Exatamente por isso estamos enfrentando uma conjuntura que poderá nos levar a uma guerra com o Império... – afirmou dom Carlos.

Tudo começara em fevereiro de 1853, quando o presidente paraguaio recebeu o plenipotenciário brasileiro Felipe José Pereira

Leal para tratar da questão dos limites. Não houve avanços nos encontros seguintes, porque o encarregado de Pedro II insistia que as negociações sobre a navegação na bacia platina e a demarcação de fronteiras deveriam ser tratadas separadamente.

Em nota de 7 de março daquele ano, o governo paraguaio reforçou sua posição, ao mesmo tempo que fez uma ameaça velada à administração do imperador: “O governo da República pede que um tratado de limites preceda o de comércio e navegação, porque considera isso como meio eficaz de garantir sua segurança e *evitar conflitos*”.

Em 10 de junho, o representante brasileiro entregou a resposta oficial, em que explicava, novamente, as razões de separar os dois assuntos e colocava em questão as “verdadeiras intenções” paraguaias.

O ministro das Relações Exteriores paraguaio, Benito Varela, elevou o tom da contenda, por meio de uma carta^[1] ao encarregado de negócios do Império em que afirmava:

Vossa Senhoria,

Esquecendo-se do indeclinável dever que impõe a missão que lhe foi conferida por seu governo para representá-lo ante a República, permitiu-se faltar publicamente ao respeito e às considerações recomendadas por todos os governos em suas ordens e instruções a seus agentes diplomáticos e tem se dedicado à intriga e à impostura por ódio ao supremo governo da República. Sua Excelência me ordenou que lhe comunicasse que este ministério suspende toda a correspondência com V. Sa. até que dê inteira satisfação sobre seus procedimentos ofensivos e até que prometa sinceramente guardar a fidelidade e o respeito devido ao senhor presidente da República. Caso contrário, Sua Excelência está disposto a mandar-lhe seus passaportes e dar as devidas explicações ao governo de sua majestade, o imperador.

Como represália às negativas brasileiras de negociar nos termos exigidos e irritado com a indiferença da representação imperial ao seu protesto, Carlos López expulsou Pereira Leal de Assunção em 29 de novembro de 1854. Além disso, criou obstáculos decisivos à navegação brasileira no rio Paraná.

No Brasil, o Senado, a imprensa e os comerciantes com interesses no Mato Grosso repercutiram o atrito. A opinião pública cobrou uma resposta enérgica de dom Pedro, e este, mesmo sabendo que poderia sofrer críticas da oposição, mobilizou um verdadeiro esforço de guerra.

“Seria uma veleidade pueril querer amedrontar o Paraguai apenas com um simulacro”, anotou o imperador em seu diário no início de

dezembro, o que demonstra que estava disposto a ir às últimas consequências.

Naquele momento, Pedro II ainda não era o senhor gordo de espessas barbas brancas retratado nas suas representações mais conhecidas. Tinha barba e cabelos louro-escuros. A altura – de quase 1,90 metro –, os olhos azuis e a pele muito clara indicavam a herança genética materna dos Habsburgo da Áustria, predominante sobre os laços paternos com os Bourbon espanhóis e os Bragança de Portugal. O ar, porém, já era grave, resultado de uma criação por tutores que o haviam preparado por toda a infância e a adolescência para ser um líder político. Era um homem de hábitos sóbrios que vestia diariamente uma simples casaca, calça e gravata pretas.

Nascido no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1825, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon era o sétimo filho de dom Pedro I e da imperatriz Leopoldina – e seu único herdeiro do sexo masculino a ultrapassar a infância. A mãe morrera quando ele tinha 1 ano e o pai falecera em Portugal quando tinha 8. Em 7 de abril de 1831, após a abdicação de Pedro I, havia sido aclamado segundo imperador do Brasil com apenas seis anos de idade. José Bonifácio de Andrada e Silva, tutor do menino, o apresentou ao povo de uma sacada do Paço da Cidade, em meio a salvas de artilharia que o aterrorizaram. Em 1833, a Assembleia Geral do Império destituiria o patriarca da independência e nomearia em seu lugar Manuel Souto Maior, o marquês de Itanhaém.

Pedro II foi educado no Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, por preceptores leigos e religiosos que lhe incutiram o pendor pela vida intelectual. O currículo imposto consistia em aulas de aritmética, língua escrita, geografia, história, astronomia, ciências naturais, francês, inglês, latim, grego, hebraico, religião, filosofia, música, dança, esgrima e equitação.[2] Com linguistas alemães, desenvolveu interesse pelo árabe, o persa e o sânscrito. No final da adolescência, montou no palácio um laboratório de química e, pela vida afora, se acostumiava a esquecer das maçantes questões políticas manipulando tubos de ensaio.

Em 1843, com apenas dezessete anos, foi casado por procuração com a princesa Teresa Cristina de Bourbon, do reino das Duas Sicílias, quatro anos mais velha. O retrato que lhe enviaram era animador e o

levaram a fantasiar uma vida de romance. “É muito formosa, serei feliz”, registrou em diário.

Ao longo de dez meses uma fragata foi preparada para buscar a noiva, com seis damas de honra, equipada de uma cabine com leito de mogno e dossel de cetim branco. O cerimonial para a chegada de Teresa Cristina previa o repicar de sinos das capelas, igrejas e conventos da capital, além de salvas de canhão, espetáculos de fogos de artifício e o transporte do imperador até a fragata em um barco movido por 24 remadores com chapéus adornados com fitas nas cores das Duas Sicílias.

Ao receber a esposa no porto, o jovem Pedro caiu das nuvens e não conseguiu esconder o ar de decepção: “Ela era baixa, quase uma anã, ela era gorda, ela coxeava. Ela era feia. Findava-se o retrato, findavam-se os sonhos...”, escreveu depois.

– Lembre-se da dignidade de seu cargo – disse-lhe a condessa de Belmonte, preceptora que ele tratava como Dadama e que era o mais próximo que tivera de uma mãe. – Cumpra o seu dever, meu filho.[3]

Obediente, o jovem Pedro aceitou a imposição. Além de reforçar as ligações com a casa real de sua avó, Carlota Joaquina, de quem sua noiva era sobrinha, Pedro II receberia da escolhida um dote de 2 milhões de francos. No encontro seguinte, desculpou-se com ela pela recepção fria em sua chegada, atribuindo o próprio comportamento à “forte emoção do momento”. E o casamento foi confirmado.

O ânimo do imperador foi restaurado em parte pelo nascimento do herdeiro Afonso Pedro, em 1845. Porém a morte da criança, aos dois anos de idade, por convulsão febril, confirmaria a maldição dos Bragança, que atingia os meninos mais velhos da casa. Segundo a lenda familiar, o antepassado João IV havia espancado um franciscano, que julgara impertinente, e este profetizou que nenhum filho primogênito dos Bragança haveria de reinar. Como se revelou depois, a “maldição” nada mais era que consequência de violentos surtos provocados pela epilepsia,[4] transtorno neurológico que vinha acometendo a família por várias gerações. Pedro I, por exemplo, havia tido episódios convulsivos em público, um deles na infância, durante um evento solene, ao lado do pai, o rei dom João VI.

Depois do filho mais velho, vieram as meninas Isabel Cristina, em 1846, e Leopoldina Teresa, em 1847. Em julho do ano seguinte nasceria um novo varão, Pedro Afonso, que parecia gozar de melhor

saúde do que o irmão mais velho. Mas, em 9 de janeiro de 1850, o menino teve uma morte súbita, também durante um episódio de convulsão febril, na Fazenda Imperial de Santa Cruz. Em carta a Joaquim Teixeira de Macedo, responsável por aquela propriedade, Pedro II expressou sua dor: “Foi o golpe mais fatal que poderia receber, e decerto a ele não resistiria se não me ficassem ainda mulher e duas crianças”.

O próprio dom Pedro II não gozava de boa saúde. Além dos eventuais surtos epiléticos, era diabético, condição que lhe provocava gangrenas nos pés e comprometia gradualmente sua visão. Ainda assim, era um trabalhador compulsivo. Normalmente, acordava às sete da manhã e não dormia antes das duas da madrugada. Sua rotina era reservada em grande parte aos negócios de Estado, e o tempo livre disponível era gasto com leituras e estudos, quando não dedicado a eventuais amores extraconjugais. Exigia que os políticos trabalhassem oito horas por dia e impôs uma conduta rigorosa na seleção de funcionários públicos, baseada na moralidade e no mérito. Para estabelecer o padrão, também vivia de forma simples.^[5] E recusou as reiteradas propostas para aumentarem o valor de sua remuneração, de 800 mil réis por ano, ou 90 mil libras – cerca de 450 mil reais em 2016.

Contradições, acertos, erros de leitura histórica ou método à parte, não se poderia negar que tanto o imperador brasileiro quanto Carlos López tinham agendas positivas e projetos ambiciosos para seus respectivos países. Se Mitre, Urquiza e Flores naquele momento eram caudilhos lutando para garantir seu núcleo local de poder, que resolviam suas questões pessoalmente nas frentes de batalha, de espada em punho, e governavam territórios ricos, mas caracterizados por grandes extensões de pastagens, o paraguaio e o brasileiro buscavam ombrear suas nações com as mais desenvolvidas do mundo. O primeiro visava tornar o Paraguai econômica e militarmente forte, com um povo alfabetizado, bem alimentado e com serviços de melhor qualidade. O segundo sonhava tirar o Brasil do atraso por meio da ciência, da industrialização e do incentivo à cultura, sob um regime de serenidade política e benevolência com os opositores.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Gravura publicada na *Semana Illustrada* representando o poder moderador de Pedro II.

No reinado de Pedro II, o Brasil viveu uma fase de grandes transformações: foi o período de apogeu do Ciclo do Café – entre 1860 e 1869, já era fonte de 49% da produção mundial – e o início do Ciclo da Borracha; o algodão maranhense apareceu com importância crescente na pauta de exportações, sobretudo nos anos em que a produção norte-americana esteve interrompida pela Guerra da Secessão; a produção de cacau também cresceu na segunda metade do século, principalmente na Bahia, à medida que seu consumo aumentava na Europa. Após a rápida introdução dos serviços de telégrafo, na década de 1850, seguiu-se uma onda de investimentos em novas tecnologias, sobretudo de comunicação e transporte: construíram-se navios a vapor nos estaleiros do Rio; foram abertas ferrovias e rodovias, como a rodovia União e Indústria, ligando Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), e a São Paulo Railway, estrada de ferro ligando o porto de Santos à cidade de São Paulo; a infraestrutura foi reforçada com a construção de açudes, siderúrgicas e a aquisição de maquinário do exterior; o setor têxtil se firmou como um dos mais importantes da economia imperial.

Em 1879, a estrada de ferro D. Pedro II recebeu a primeira instalação de energia elétrica no país. Dois anos depois, foi iniciado o trabalho de substituição dos lampiões a gás por lâmpadas

incandescentes na capital.

A vida cultural também ganhou impulso. Foram inaugurados teatros líricos e a música teve seu maior expoente em Carlos Gomes, que certa vez admitiu publicamente o incentivo oficial: “Se não fosse o imperador, eu não seria Carlos Gomes”. A partir de 1850, foi criado um programa governamental de bolsas para estudantes de pintura na França e na Itália. Na literatura, a predominância do romantismo não impediu o surgimento de outras correntes, como a do realismo, e a poesia abrigou parnasianos e simbolistas. A imprensa ganhou inovação em forma e conteúdo com o periódico satírico *A Semana Ilustrada*.

O Carnaval promovia, nas ruas, o encontro da elite com o povo. As famílias abastadas desfilavam em carros abertos e iam aos bailes de máscaras; as camadas mais populares realizavam os “entrudos”, manifestações de origem portuguesa. As Grandes Sociedades, apreciadas até por Pedro II, caracterizavam-se pela crítica social e a politização. Os eventos sociais também se expandiam para os esportes, como ocorreu com a inauguração do Prado Fluminense, em 1851, e do Derby Club, em 1868.

A construção do posto alfandegário de importação e exportação na antiga Ilha dos Ratos – rebatizada como ilha Fiscal – foi um marco não só na economia como também na arquitetura do Rio de Janeiro. Sob a supervisão do imperador, o projeto foi realizado pelo então engenheiro-diretor de obras do Ministério da Fazenda, Adolpho José Del Vecchio, que optou por erguer ali um castelinho em estilo gótico-provençal.

No Segundo Reinado foram criadas as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife e fundados o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico – inspirado no Institut Historique de Paris –, que o imperador gostava de frequentar e cujas sessões presidiu por mais de quinhentas vezes. Consciente de que sua verdadeira vocação era a de estudioso ou educador, quando via sua autoridade contestada pela classe política, repetia uma frase bem conhecida pelos que lhe eram próximos: “Se não me quiserem como governante, levarei minha vida como professor”. Dom Pedro também tinha preocupações ambientais: em 1862 iniciou um projeto de recuperação da vegetação e dos mananciais da Floresta da Tijuca, que havia sido devastada pela exploração de madeira e pelas lavouras de café e de cana-de-açúcar.

Pedro II procurou evitar o desgaste e os inconvenientes que a concentração de decisões poderia lhe trazer com a criação, em 1847, do Conselho de Ministros, limitando-se a exercer um poder moderador. Inspirado no modelo britânico, esse sistema legislativo brasileiro ficou conhecido como “parlamentarismo às avessas”. No parlamentarismo tradicional, o primeiro-ministro é indicado pelo partido com maioria, enquanto no Império brasileiro o imperador indicava o chefe do governo e este escolhia os demais membros do Ministério. No Segundo Reinado houve 32 Conselhos de Ministros, ou Gabinetes.

Dois partidos, o Conservador e o Liberal, revezavam-se no comando do governo. O primeiro grupo, o dos “saquaremas” — o nome do município onde um de seus líderes, o visconde de Itaboraí, sediava as reuniões do grupo -- era uma coalizão de proprietários rurais ligados às lavouras de exportação e funcionários públicos de carreira, todos predominantemente escravagistas; o segundo, conhecido como dos “luzias” — em razão de seu levante, em 1842, na vila mineira de Santa Luzia —, era formado por profissionais liberais e comerciantes urbanos que pretendiam maior autonomia para as províncias em um modelo federativo. Mas também defendiam a manutenção da mão de obra escrava. Na prática, diferiam muito pouco quando se tratava de sensibilizar-se aos anseios populares. “Nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, sentenciou o político pernambucano Holanda Cavalcanti.

Em meio aos avanços, porém, a escravidão persistia. Era uma questão que colocava o monarca em um dilema e a qual ele tentava resolver por etapas, a começar pelo fim da importação de novos cativos. Em termos pessoais, dizia-se totalmente contrário a esse regime de servidão e deu mostras disso. Ao completar a maioridade, havia recebido como parte de sua herança quarenta escravos e mandou libertar todos. Mas sempre adiava uma solução definitiva da questão. Nos escritos que deixou, demonstra temer que a abolição causasse ora um colapso econômico no país, ora a eclosão de uma guerra civil. Esse temor não era infundado, visto que, quando defendeu a ideia publicamente, na fala do trono de 1866, foi severamente atacado pela classe política e pela opinião pública.

Assim, Pedro II conseguiu, nos primeiros anos de seu governo, lidar com um Brasil estável e, sob certo ponto de vista, próspero. Ao

final da década de 1840, os movimentos liberais e separatistas já haviam cessado. Os últimos deles – a Guerra dos Farrapos, no Sul, e a Revolução Praieira, em Pernambuco – foram encerrados com anistias concedidas aos revoltosos pelo governo imperial.

Sob o temperamento taciturno, de poucas palavras, e a fachada serena que lhe valeu cognomes como O Magnânimo, Pedro II sabia impor sua vontade e tomar decisões difíceis para garantir seus domínios. “Era a luva de veludo que escondia a mão de ferro”, definiu o historiador Leandro Karnal, professor doutor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em seu reinado, as fronteiras do Brasil continuaram a se expandir pelos territórios vizinhos ao sul e ao oeste, algo que não passou despercebido pelos López.

Naquele final de 1854, em resposta ao ultimato paraguaio, o imperador convocou seu ministro da Marinha, José Maria da Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco, para uma conversa grave.

Ao mesmo tempo eficiente estrategista e negociador hábil, Paranhos seria um dos homens mais influentes do Segundo Reinado no Brasil. Baiano de rica família de Salvador, mudara-se bem jovem para o Rio de Janeiro, onde se dividiu em uma breve carreira militar, o jornalismo, a atuação política e a diplomacia. Bem cedo também ingressou na maçonaria, tornando-se irmão na Loja Comércio e Artes, no centro do Rio. A sociedade, da qual dom Pedro I havia feito parte, estabelecia-se com força no continente e naquele momento atraía políticos, empresários e integrantes do Exército, que se apoiavam mutuamente.

Ao receber Paranhos no Palácio São Cristóvão, Pedro II determinou uma forte reação. Seus objetivos seriam obter a livre navegação do rio Paraguai, em primeiro lugar, e fazer com que o governo de Carlos López se desculpasse pela expulsão de Pereira Leal. Comentou que era avesso às atividades bélicas, mas que precisava agir com firmeza no episódio:

Não tenho vocação militar, Paranhos. Sou um homem mais voltado às artes, à ciência e às letras”, disse o imperador ao ministro. “Mas admito que talvez seja necessário utilizar efetivamente a força naval para atingir essas metas. Peço que não poupe meios.

Sem perda de tempo, o ministro incumbiu o almirante Pedro Ferreira de Oliveira de levar uma esquadra de vinte navios à baía do Prata. Apesar do sigilo pedido por dom Pedro, a mobilização vazou

quase que imediatamente. O próprio *El Semanario* do Paraguai publicou uma notícia, ainda em 2 de dezembro, com base no depoimento de “um comerciante italiano não identificado”, segundo o qual o Brasil estaria reunindo navios para mandar ao Paraguai.[6] O relato dava conta de que “em poucos dias chegará a São Borja uma força de 2 mil homens; a esquadra brasileira está determinada a subir e invadir o Paraguai pelo rio Paraná”.

Ao tomar conhecimento do estado de beligerância em que se encontravam as duas nações, em sua volta a Assunção, naquele início de 1855, Solano López ficou indignado. Relatou ao pai, em seu gabinete, o encontro que tivera com o imperador, um mês antes, já em meio a essa crise, sem que o soberano lhe tivesse dito palavra sobre o caso. Interpretou os rapapés e as condecorações recebidas como demonstrações de falsidade. Sentiu-se apunhalado pelas costas.

– Esse imperador traiçoeiro! – bradou, inconformado, a dom Carlos.

E, adquirindo um ar furioso, emendou, esmurrando a escrivania:

– Esse traiçoeiro Rei dos Macacos!

VI

A bacia da discórdia

Em 20 de fevereiro de 1855, as vinte canhoeriras da esquadra brasileira já se encontravam em território paraguaio, tendo a fragata *Amazonas* como nau capitânia. A viagem havia sido repleta de dificuldades. Os navios pesados, com cascos de madeira e calado – o ponto mais baixo da embarcação – profundo, encalhavam com frequência e enfrentavam dificuldades nas manobras e deslocamentos.

[1]

Na margem direita daquele ponto do rio Paraná localizava-se Itapirú, povoado da província de Ñeembucú, ao sul do país, onde havia uma pequena fortificação, pouco mais que uma casa de dois andares protegida por muretas, erguida no tempo do ditador Francia. Apenas dez soldados garantiam sua segurança. A margem esquerda do rio estava submetida à Confederação Argentina, mais precisamente à província de Corrientes.

Carlos López ordenou a mobilização das forças paraguaias contra a “iminente” invasão brasileira. Pôs Assunção em estado de guerra, e as baterias costeiras de Humaitá, já no rio Paraguai, receberam ordem para abrir fogo contra qualquer navio brasileiro que tentasse passar dali. A maior parte da população deixou a capital, e o tesouro público foi levado para o vilarejo de Trinidad. Ao embarcar no vapor *Tacuari*, para ir ao encontro das forças brasileiras, seu filho Solano não dispensou o habitual discurso motivador:[2]

Soldados! Vamos lutar, porque nos obriga a isso um governo que, falando de paz e amizade, nos traz a guerra e seus males, atropela nossos rios e pretende nos impor sua autoridade e suas ordens. Nossa resistência será um protesto eterno contra a injustiça do Brasil!

Ao chegar à região conflagrada, no dia 23 de fevereiro, Solano López deparou-se com a impressionante visão da esquadra reunida em

formação de combate, com fileiras de canhões apontados para a sua direção.

Tentando manter o sangue-frio, gritou de sua posição ao almirante brasileiro Pedro Ferreira:

– A guerra ou a paz?

– Paz! – respondeu o brasileiro.

O general-brigadeiro paraguaio então pediu ao almirante que se reunisse com ele em terra e mantivesse apenas uma embarcação naquelas águas.

Ferreira cedeu às condições e a esquadra recuou rumo a Corrientes, onde ficou fundeada, o que motivaria alguns protestos de políticos confederados.

O ardil de Solano López representou uma virada na situação, pois o almirante brasileiro passou da condição de invasor à de quase refém. Ele e um pequeno grupo de auxiliares foram escoltados na fragata *Amazonas* até Assunção e, sem autonomia para deixar o porto quando quisessem, viram-se obrigados a gastar os dois meses seguintes em negociações com o ministro das Relações Exteriores paraguaio, José Falcon.

Nessa situação desfavorável, a missão brasileira acabou assinando duas convenções com as autoridades paraguaias, em 27 de abril de 1855. A primeira convenção^[3] garantia a liberdade de navegação e criava arcabouços legais para o comércio e os investimentos entre os cidadãos de ambos os países. No entanto, o artigo 20º estabelecia o prazo de até seis anos para o início de sua vigência.

A segunda convenção criava restrições à fixação de cidadãos nas regiões em disputa e limitava a movimentação de naus brasileiras de guerra em águas territoriais paraguaias. Sobre a delimitação das fronteiras, as autoridades de Assunção sinalizavam que poderiam aceitar o princípio do *uti possidetis*, preceito do direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre ele – o que em tese seria favorável ao Brasil.^[4] Mas nada ficou realmente definido.

Por ter retornado ao Rio de Janeiro^[5] com suas vinte embarcações sem ter disparado um só tiro e com um tratado duvidoso, Pedro Ferreira de Oliveira foi mal recebido pela classe política e pela imprensa. Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, presidia o Conselho na época e, em 16 de julho, explicou as razões

pelas quais o governo imperial rejeitaria o acordo feito em Assunção:

– A condição imposta para a livre navegação é o ajuste de limites, e nesse ajuste o Paraguai pretende conquistar uma parte do nosso território.

Voltava-se, dessa forma, ao impasse de 1853, com a manutenção dos obstáculos à circulação de embarcações brasileiras pelo rio Paraguai e a frustração das expectativas paraguaias de obter a definição de suas fronteiras. “A missão Pedro Ferreira foi um desastre diplomático”, resumiu o político Joaquim Nabuco em seu livro *Um estadista do Império*, de 1897.

No dia 6 de dezembro de 1855, Carlos López enviou ao Brasil o ministro plenipotenciário paraguaio, José Berges, com o objetivo de negociar as mesmas pendências.[6] O imperador designou para a interlocução o ministro José Maria da Silva Paranhos, agora responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros. Mas as discussões só ganharam impulso no começo do ano seguinte, quando Paranhos obteve uma contrapartida importante ao conseguir que fosse separada a questão da navegação das tratativas sobre os limites.

Em 6 de abril de 1856, enfim, o governo paraguaio assinou com o Brasil o tratado[7] que garantiu a reabertura das comunicações fluviais entre o Império e a província do Mato Grosso, além de estabelecer um prazo futuro para delimitar a linha fronteira. O avanço era evidente, mas ainda estava longe de garantir um convívio tranquilo entre os dois países.

No mesmo período, Carlos López foi reeleito pela segunda vez, tendo seu mandato estendido por mais três anos – menos que nas ocasiões anteriores e com inéditos votos contrários, ainda que poucos. Uma de suas primeiras medidas na nova etapa foi a de voltar a impor obstáculos à livre navegação pelos rios internacionais da região, sob a alegação de controle da febre amarela e da cólera, supostamente trazidas com embarcações brasileiras.

Interpretada como uma provocação gratuita, a preocupação dos paraguaios fazia sentido. Em maio de 1855, o Brasil vira surgir uma epidemia de cólera-morbo,[8] provavelmente transmitida por imigrantes portugueses que desembarcaram em Belém do Pará. A doença causaria 1.009 mortes naquela capital, e em toda a província a mortalidade chegaria a mais de 5 mil indivíduos. A partir desse foco, a cólera se espalhou por Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte,

Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Na Bahia, até abril de 1856, quando o surto começou a ceder, a epidemia ceifou as vidas de 36 mil pessoas.[9] No Rio, a faixa da população mais atingida foi a dos escravos e a dos moradores de rua ou de cortiços, por serem menos assistidos pelas instituições de saúde. O primeiro grupo teve mais de 5 mil mortes registradas e, o segundo, em torno de mil.

Em 5 de fevereiro de 1857, o Conselho de Estado imperial defendeu um enrijecimento da posição brasileira, considerando que o ato paraguaio “era um insulto, uma ameaça à navegação, à segurança e aos interesses brasileiros”.

Ainda assim, o acirramento das tensões com a República vizinha também significou ganhos políticos e econômicos para o Mato Grosso: a província passou a receber atenção privilegiada do governo imperial, que lhe destinou maiores recursos financeiros e apoio logístico. Afinal, circulava na região a notícia de que o Paraguai “preparava-se para uma guerra”. E não sem razão: em abril de 1857, Solano López encomendara à Inglaterra duzentos rifles, seiscentas pistolas, seis canhões, barômetros e outros acessórios para equipar as Forças Armadas sob seu comando.[10] Era um reforço às aquisições de material bélico que já vinham sendo feitas em anos anteriores.

– Está claro que o Império pretende estabelecer um posto avançado contra o nosso território naquela área – alertou Solano López a seu pai. – Já nos invadem com frequência e, em algum momento, nos atacam a partir dali.

De fato, logo no início da vigência do tratado de 1856, o governo da província de Mato Grosso decidiu pela ocupação militar na divisa meridional com o Paraguai. Em outubro de 1857, o Império brasileiro tornou Mato Grosso uma região portuária e concedeu à Inglaterra franquia de navegação em suas águas, o que foi considerado pelo governo paraguaio um gesto de aberta provocação.

– Não podemos mais esperar para agir – argumentou Solano a Carlos López.

– Concordo que precisamos encontrar uma solução mais definitiva, mas não estou convencido de que o caminho seja o do confronto. Prefiro comandar meu país pela pena, e não pela espada – ponderou dom Carlos. – Espero que vocês, meus herdeiros, sigam por essa mesma trilha quando eu não estiver mais aqui.

As tensões aumentaram com o apresamento de embarcações brasileiras, como o vapor *Paraguaçu*, sob o pretexto de contrabando de armas. Após intensa troca de farpas entre os representantes diplomáticos de ambos os países, Carlos López anulou o tratado de 1856, submetendo a navegação comum a regulamentos que eram a negação do que havia sido estipulado e que tornavam impossível qualquer comércio com a província de Mato Grosso. O Centro-Oeste brasileiro estava a ponto de se tornar uma região conflagrada.

Quando o conflito parecia iminente, a diplomacia conseguiu uma vitória que serviu para dissipar as tensões e desarmar os espíritos, ao menos temporariamente: em 12 de fevereiro de 1858, as autoridades brasileiras e paraguaias assinaram uma convenção adicional ao tratado de 1856, que garantia a livre navegação pelos rios Paraná e Paraguai. Esse acordo ficou conhecido como Acordo López-Paranhos. [11] Nele, mesmo sem o ajuste definitivo de limites, estabeleceu-se a área em litígio e reconheceu-se uma parte despovoada do território de Bahia Negra como propriedade do Paraguai. O Brasil se manteria no território até o rio Apa, respaldado por títulos de posse “inquestionáveis”.

Esfriados os ânimos deste lado da bacia do Prata, seria a vez de estourar a discórdia na margem argentina, em que a iminência de um banho de sangue exigiria uma surpreendente ação dos paraguaios.

VII

Solano López, pacificador

Ao longo do ano de 1859, as tensões entre o governo de Buenos Aires e a Confederação, que reunia as demais províncias argentinas, estavam chegando ao ponto de uma guerra civil. Defensor de uma Argentina unificada, sob um comando central, Bartolomeu Mitre Martinez, chefe das Forças Armadas portenhas, fomentava então um levante contra o sistema federal de Justo José de Urquiza. O clima se agravou com o assassinato do governador de San Juan, Nazareno Benavídez, em abril, atribuído a um agente buenairense.

Na sequência desses fatos, o Congresso da Confederação votou uma lei determinando a incorporação da “província dissidente” ao bloco, “por meios pacíficos ou pelo uso da força”. Urquiza preparou então um cerco a Buenos Aires a partir da localidade próxima de San José de Flores, ameaçando invadir a capital com as forças favoráveis à manutenção dos estados autônomos. Em resposta, o governador de Buenos Aires, Valentín Alsina, autorizou Mitre a atacar Santa Fé e determinou o bloqueio marítimo de Paraná, capital da Confederação, em Entre Ríos.

Bartolomeu Mitre havia tido uma trajetória curiosa e cheia de contradições. Homem de letras e militar, revolucionário e defensor do liberalismo econômico, ele nascera em 26 de junho de 1821 em Buenos Aires. O sobrenome com que ficou famoso derivava de uma abreviação de Mitropoulos, de suas origens familiares gregas. Teve sua vocação para poeta e literato reprimida pelos pais, que o mandaram ainda adolescente para a estância de amigos a fim de se tornar um agricultor. Seus primeiros escritos contra o governante Juan Manuel de Rosas lhe valeram um exílio em Montevideu, onde atuou como jornalista e soldado, tendo alcançado a patente de tenente-coronel aos 25 anos. A essa altura, já estava casado com a uruguaia Delfina de

Vedía e tinha dois filhos e duas filhas. Um golpe de Estado no ano seguinte derrubou o presidente José Ballivián, a quem apoiava, e ele teve de se refugiar na Bolívia. Dois anos depois, uma revolução na nova pátria o fez seguir para o Peru. Dali para o Chile, onde atuou como redator do jornal *El Comercio*, de Valparaíso. Após a queda de Rosas, regressou à Argentina.[1]

Depois que Brasil, Inglaterra e Estados Unidos fracassaram em fazer avançar um acordo de paz na Argentina, o Paraguai abandonou o habitual isolamento e decidiu intervir. Na verdade, Carlos Antonio López havia sido instado por Urquiza a unir forças contra Buenos Aires. O governante paraguaio não concordou, mas propôs enviar seu filho Solano para mediar a demanda.

No dia 27 de setembro de 1859, Solano López partiu de Assunção a bordo do vapor *Tacuari*, acompanhado por uma comitiva formada por seu irmão Angel Benigno, pelo comandante José María Aguiar, pelo capitão Rômulo Yegros, pelo major Antonio de la Cruz Estigarribia e pelo alferes Pedro Duarte, rumo ao estuário do Prata, onde tentaria dar cabo da missão diplomática.

Naquele momento, Buenos Aires se encontrava em real perigo. Em 23 de outubro, as forças de Mitre haviam entrado em combate com as da Confederação em Cañada de Cepeda, em Santa Fé. Apesar da ampla superioridade numérica, foram derrotadas e se retiraram. Seria o primeiro de uma série de resultados bélicos negativos ou duvidosos para o comandante portenho, que sempre se mostrou mais dotado de sorte do que de brilho como estrategista militar. Ao regressar à capital, tentou dar um verniz de triunfo à acachapante derrota com uma inverdade: “Aqui trago intactas vossas legiões!”, discursou à população.

Sabendo que Urquiza estava muito próximo de devastar aquela capital, Solano López foi ao seu encontro em Arrecifes, no dia 27, e lhe fez um apelo: “Precisamos impedir que a bela cidade de Buenos Aires seja o teatro de uma sangrenta luta entre os filhos de uma mesma pátria”.

Estimulado pela vitória de Cepeda, Urquiza não se mostrou aberto a negociações. Solano, porém, trabalhou incansavelmente nos dias seguintes por uma paz honrosa para os portenhos e a reconciliação entre os argentinos. Seus esforços, afinal, deram resultado: em 11 de novembro de 1859, as duas partes chegaram a um acordo e assinaram

o Pacto de San José de Flores.

O tratado previa, entre seus dezesseis pontos, que Buenos Aires se declararia parte integrante da Confederação Argentina e prometeria jurar a Constituição Nacional de maio de 1853, na íntegra ou com reformas a discutir em uma convenção em Santa Fé. Entre as contrapartidas estava a de que a gestão da aduana argentina, a maior fonte de renda da província, continuasse sob a administração portenha por mais cinco anos.[2] Seu banco e sua ferrovia também seriam preservados. Firmou-se ainda que nenhum cidadão argentino de qualquer dos lados seria molestado nem teria bens confiscados por expressar suas opiniões políticas.

Urquiza e seus aliados federalistas suspenderam o sítio, retirando suas tropas. A animosidade ficou adormecida, mas latente, e, no ano seguinte, os conflitos retomariam uma escalada que culminaria na Batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861. Nela, em uma atitude até hoje inexplicada, quando se encontrava em clara vantagem contra as forças de Bartolomeu Mitre, Urquiza preferiu retirar-se, deixando a vitória nas mãos dos unitaristas. As versões que circulam desde então para justificar seu ato variam de um mal súbito sofrido pelo federalista a uma orientação da maçonaria de que Urquiza não agredisse o irmão Mitre, já que ambos faziam parte daquela organização.[3]

Em 1862, já eleito presidente da nação e com a Confederação debilitada, Mitre aceitaria definitivamente os termos do Pacto de San José de Flores.

Como reconhecimento por seus esforços em evitar uma guerra maior entre as províncias de Buenos Aires e Entre Ríos, Solano López foi distinguido com elevadas honrarias: recebeu o título de Pacificador e foi presenteado pelo governador Alsina com um álbum comemorativo do acordo; de Urquiza, recebeu a Espada (da batalha) de Cepeda; e ainda foi convidado a ingressar na sociedade maçom.

Embora fosse um católico convicto e a Igreja da época hostilizasse aquela entidade, Solano concordou em se tornar um irmão, como vinham fazendo cada vez mais militares graduados e integrantes das classes políticas sul-americanas. Além de Mitre e Urquiza, eram maçons o embaixador Domingo Faustino Sarmiento, que sucederia Mitre na Presidência da Argentina, e o líder colorado uruguaio Venâncio Flores. Pedro II era uma exceção, embora seu pai houvesse se tornado mestre, em 1822, e vários de seus ministros fossem

integrantes da maçonaria.

O entrerriano Justo de Urquiza saudou o acordo com um discurso inspirado,[4] ainda que excessivamente otimista:

Já não há unitários nem federalistas! Irmãos todos, graças aos esforços de paz do ilustre mediador do Paraguai! A ele se deve em grande parte tão faustoso resultado. Nenhuma demonstração de gratidão será demasiada para honrar sua amizade. A República Argentina lhe deve uma mostra de apreço! A cidade de Buenos Aires lhe deve uma palma!

Urquiza e López manteriam pelos quatro anos seguintes uma amizade que incluiria o envio mútuo de presentes de Natal às respectivas famílias. Urquiza chegou a convidar López para ser padrinho de batismo de um de seus filhos. O líder paraguaio acabou não comparecendo à celebração, alegando compromissos de Estado.

Solano López deixou Buenos Aires em 29 de novembro, com o sentimento triunfante de que as tensões no Cone Sul estavam perto do fim e que isso garantiria uma paz duradoura ao Paraguai, assim como um melhor equilíbrio de forças diante do peso do Império. No embarque, porém, Angel Benigno fez uma ponderação que jogou água fria no entusiasmo do irmão mais velho:

– Pancho, não se iluda. Ao promovermos a paz entre eles, assinamos nossa condenação.

– Que disparate é esse! – reagiu Solano. – A Confederação sempre foi uma ameaça às nossas fronteiras, ao nosso modo de vida. Já se esqueceu do que passamos com Rosas? Tê-los como aliados e em paz com Mitre encerra nossas preocupações.

– Ao contrário – ponderou Benigno. – Com uma República Argentina pacificada e forte, essa ameaça pode ter dobrado de tamanho.

Em seu êxtase pela missão bem-sucedida, Solano não conseguia compreender o que o caçula estava falando.[5] A seu ver, o Paraguai saía do episódio prestigiado, respeitado, em boas relações com parceiros políticos importantes. Enxergava na missão que acabava de cumprir o início de uma união de forças entre seu país, a Província Oriental (Uruguai) e a República Argentina. Benigno não insistiu, mas, por carta, reiterou o argumento ao ministro José Berges, que havia ficado em Assunção:

O Paraguai ganhou influência com o acordo, mas a Confederação perdeu, e estamos expostos a perder muito mais. Ao celebrarmos aquele pacto, à boa-fé, teremos de temer

Quando o *Tacuari* zarpou, Solano estava decidido a desfrutar de seu triunfo diplomático sem se incomodar com outras preocupações. Pouco depois, no entanto, quando percorria o convés com os membros de sua comitiva, a embarcação foi sacudida pelo estrondo de um canhão disparado em sua direção. Todos correram para a amurada e logo compreenderam o que sucedia: o ato hostil viera de uma flotilha britânica que surgiu à sua frente, com nada menos que catorze navios de batalha capitaneados pelas naus *Buzzard* e *Grapples*.^[6] Solano chegou a considerar um bombardeio como resposta, mas acabou cedendo aos apelos dos marinheiros ingleses que tripulavam seu barco. Eles temiam represálias às suas famílias, na terra natal, se fossem envolvidos em um combate contra seus compatriotas. Ordenou, então, ao comandante que se comunicasse com os ingleses e pedisse para que abrissem a passagem rio acima.

O capitão sinalizou por bandeiras que estava enviando um pequeno barco até a frota para buscar informações. Uma hora mais tarde, seu emissário retornou, informando que os navios ingleses estavam sob as ordens do almirante Stephen Lushington, herói da Guerra da Crimeia, e que este dissera ter instruções para não permitir a saída da embarcação de Solano López das águas argentinas. Ressaltou que qualquer tentativa de resistência seria respondida por sua artilharia e motivaria um ataque, com os 2 mil homens de que dispunha, ao território paraguaio.

Perguntado sobre a razão da hostilidade, Lushington respondeu: “A questão do Sr. Canstatt, um continuado insulto a Sua Majestade!”.

James Canstatt era um anglo-uruguaio que havia sido preso meses antes em Assunção por suspeita de envolvimento em uma conspiração para assassinar o presidente Carlos López.^[7] O governante havia usado o episódio para reafirmar a soberania paraguaia, mas sabia que sua decisão teria consequências.

Entendendo a razão do bloqueio, ainda que indignado, Solano López não viu alternativa senão preparar seu retorno por via terrestre. Antes, no entanto, levou um protesto às autoridades consulares britânicas. O ministro da Inglaterra em Buenos Aires, Edward Thornton, enfatizou que a resposta inglesa à prisão de Canstatt só seria evitada com a soltura do cidadão, o pagamento de uma

indenização a ele e uma declaração de desagravo à Grã-Bretanha pela falta de respeito a seu cônsul no Paraguai, Charles A. Henderson.

As relações com o Reino Unido, que até então eram as melhores, especialmente no plano comercial, vinham se desgastando desde o ano anterior, quando a rainha Vitória havia recebido Carlos Calvo, representante do Paraguai, sentada em seu trono e com a coroa à cabeça. A atitude foi interpretada por Carlos López como de desprezo por seu enviado. Em resposta, o dirigente paraguaio recebeu as credenciais do ministro William Dougal Christie sentado no trono presidencial, com seu melhor chapéu, sem cumprimentá-lo ou saudá-lo.

Informado do incidente, e para se prevenir de um eventual ataque da flotilha inglesa, dom Carlos ordenou que se reforçasse a fortaleza de Humaitá, construção quase centenária à margem direita do rio Paraguai, que vinha sendo reequipada em sua gestão.

De Londres, Carlos Calvo, que era uruguaio de nascimento e servira a outros governos do Cone Sul, como a Argentina, aconselhou Carlos López a empreender uma guerra menos sangrenta e mais eficaz: a da opinião pública britânica. Recomendou a soltura de Canstatt, o que foi feito; levou o caso a professores de direito ingleses; e expôs suas razões a jornalistas londrinos, assim como a membros do Parlamento. Logo seus argumentos chegaram ao chefe do governo, John Russel, que culpou exclusivamente o comandante Lushington pelo atrito e enviou um pedido oficial de desculpas ao governo de Assunção, encerrando o caso. A Inglaterra tinha preocupações maiores, pois vivia um período economicamente desfavorável e enfrentava revoltas em seus domínios, especialmente na Índia.

Se na Europa o assunto desapareceu como se nunca tivesse ocorrido, no Paraguai foi festejado pelas autoridades como um triunfo sobre a potência colonial, fortalecendo o nacionalismo guarani.

O engrandecimento do país vizinho e suas possíveis pretensões territoriais começavam a preocupar a classe política brasileira e o próprio imperador Pedro II. Tornava-se evidente que, sob o comando dos López, o Paraguai não mais se contentaria com seu papel de coadjuvante silencioso, e estava claro que começava a flexionar seus músculos para alçar voos maiores – não necessariamente pacíficos.

VIII

A busca de um salto tecnológico

No final da manhã de 21 de outubro de 1861, uma ruidosa fanfarra anunciou o início das atividades da Estação Ferroviária Central de Assunção, entre a rua Libertad (hoje Eligio Ayala) e a avenida Bogado (hoje *mariscal* López). A estação em si ainda levaria quase três anos para ser concluída sob supervisão do engenheiro britânico Alonso Taylor e se tornaria um dos principais monumentos arquitetônicos paraguaios, inspirada nas gares europeias, com fachada adornada por 54 colunas e detalhes criados por arquitetos italianos.

Naquele dia, a construção limitava-se a uma pequena recepção e bilheteria que davam acesso à plataforma. Mas a inauguração do primeiro percurso, que já era feito experimentalmente desde junho daquele ano, sintetizava a entrada do Paraguai em uma nova era. Além de integrar localidades mais distantes à capital, também serviria no futuro para facilitar o escoamento da produção agrícola até o porto.

Em discurso, Carlos López saudou a conquista como “um marco da modernização, um símbolo da transferência da Revolução Industrial inglesa ao país, um caminho de esperança que se abre para todos nós”. E recordou, com emoção, o dia em que sua filha Mônica Rafaela bateu graciosamente um martelo no primeiro trilho, em 1857, inaugurando os trabalhos de construção. O projeto havia ficado a cargo do grupo de engenheiros enviados da Europa por seu filho Solano, comandados pelo britânico George Paddison, com equipamentos, dormentes, locomotivas e assentos importados da Blyth & Co. A mão de obra, no entanto, seria de soldados que trabalhariam até doze horas por dia com apenas um descanso semanal. Neste aspecto, o parentesco com a Revolução Industrial era patente.

No primeiro momento, o trajeto coberto pela máquina era de

apenas oito quilômetros até o vilarejo de Trinidad, a localidade preferida do presidente, onde ele possuía uma propriedade, que anos depois seria transformada em jardim botânico. O objetivo, porém, era levar a via férrea até Paraguari, a 72 quilômetros de distância da capital. A locomotiva pioneira, que acabou conhecida como *Sapucaí* (“grito”, em guarani) – por conta do estrondoso apito que por muito tempo assustava a população local —, levava apenas um vagão de passageiros, com 36 assentos. Ao desembarcar no destino, o presidente, acompanhado de políticos e outros convidados, assistiu a uma corrida de touros, como parte das comemorações.

Os mais entusiasmados com a novidade chegaram a espalhar a informação de que a ferrovia inaugurada era a primeira da América do Sul, o que não correspondia aos fatos.^[1] Essa honra coube à linha Georgetown-Plaisance, na Guiana Inglesa, em 1848. A ferrovia Assunção-Trindad seria a sexta.

Ufanismo à parte, Carlos López tinha certa razão ao mencionar o salto tecnológico que vinha sendo empreendido por sua administração. No ano anterior, ele pagara 12 mil pesos a estaleiros londrinos para a construção de navios. A indústria têxtil, criada na gestão de Francia, expandia-se lenta, mas continuamente. O serviço de telégrafo era um dos mais eficientes da América do Sul. E, meses antes da abertura da ferrovia, dom Carlos havia fechado contrato com empresários ingleses para o estabelecimento de uma metalúrgica em Ibicuí. Também se propagou na época a ideia de que essa seria uma iniciativa inédita no continente. Novamente um exagero, já que o Brasil tinha forjas desde o século XVI.

Era, sem dúvida, um grande esforço na direção de uma pátria industrial, mas o fato é que o país ainda tiraria seu sustento principal das mesmas atividades que nos últimos séculos: da extração de minérios e de madeira, da produção de erva-mate, de fumo e da criação de gado.^[2]

A centralização da maior parte das riquezas e das terras – chamadas de Estâncias da Pátria – nas mãos do Estado e de uma reemergente elite *criolla* em nada contribuía para enfrentar as seculares contradições sociais. Uma arroba (14,7 quilos) de erva-mate, por exemplo, rendia ao camponês apenas um centavo de libra e era revendida por 25 libras pelos permissionados – classe de arrendatários a quem era permitido explorar as terras públicas que começava a

surgir com a gradual abertura do Paraguai. O país enriquecia, assim como os mais próximos ao poder, mas a riqueza não chegava à maior parte da população, e não se conquistavam direitos trabalhistas.

Em fevereiro de 1862 chegou a Assunção o enviado da República Oriental Juan José de Herrera, primeiro representante diplomático uruguaio no Paraguai. Ao apresentar-se a Carlos Antonio López, o diplomata externou suas preocupações com o equilíbrio de forças na região e com a possível ameaça de ações bélicas argentinas e brasileiras, tentando atrair o apoio paraguaio ao governo de Montevideú, do Partido Blanco, acossado pela oposição colorada.

– Temos conhecimento de que o grande problema que seu país enfrenta é a dependência de um local para aportar suas embarcações mercantes, dom Carlos – abordou Herrera, sem muitos rodeios. – Sabemos que utilizam o porto de Buenos Aires para esse fim e que cedo ou tarde os portenhos criarão dificuldades, ou por sua aproximação com o Império, ou por suas próprias questões regionais. Nosso presidente, Bernardo Berro, está disposto a firmar convosco um tratado de comércio direto, para que o Paraguai utilize apenas os nossos serviços portuários e o de nenhuma outra nação, recebendo para isso todas as facilidades desejadas.

Carlos López recusou a oferta, argumentando que essa decisão poderia motivar uma guerra com Buenos Aires. Herrera afirmou, então, que, mesmo sem exclusividade, o porto de Montevideú ficaria à disposição das embarcações paraguaias. Dom Carlos aceitou. Não era o ideal para os orientais, mas ainda assim uma excelente notícia para ambos: na prática, os uruguaio atraíam um aliado diante de seus poderosos vizinhos, e o Paraguai, sem muito alarde, garantia uma alternativa de trânsito pelo Prata, que punha fim à sua dependência de Buenos Aires para escoar produtos ao exterior.

Em março de 1862, Carlos Antonio López começou a queixar-se de problemas de saúde. Sentia-se fraco, constantemente indisposto, e passou a despachar com mais frequência de sua residência. Foi nela que teve um novo encontro com Juan José de Herrera, logo no início do mês, dessa vez para tratar da ingerência do Brasil na República Oriental. Em busca de um apoio mais explícito do Paraguai, Herrera alertou Carlos López sobre o perigo das ideias políticas externas, que poderiam minar a estabilidade da região[3].

Carlos López tinha consciência de que a ameaça dizia muito mais

respeito à República Oriental, ao governo uruguaio, do que ao Paraguai, onde a dissidência era praticamente nula e as interferências internacionais pouco percebidas.

– Estou mais preocupado com os problemas perto de casa, senhor Herrera. De um lado, temos os mais incorrigíveis anarquistas [referindo-se aos argentinos], que pretendem absorver e dividir o Paraguai. E, do outro, os *macacos* [falando dos brasileiros], sempre traidores e possuidores de duas caras – devolveu dom Carlos, segundo palavras relatadas pelo próprio Herrera em suas memórias, publicadas anos mais tarde.

O presidente paraguaio – como o filho caçula Angel Benigno – temia que os portenhos, com Bartolomeu Mitre, depois de bater as províncias do interior argentino, pudessem tentar outra aventura contra seu país. E expressou na habitual forma ríspida seu sentimento sobre a aproximação entre Buenos Aires e Brasil:

– Os *macacos* são nossos inimigos mais tenazes, porém também os mais covardes. Eles não se atreveriam a nos enfrentar sozinhos. Teriam de fazer uma aliança com os anarquistas.

Antes de retornar a Montevideú, em abril, o representante oriental teve uma nova conversa com dom Carlos. Nela, voltou à carga na tentativa de selar um acordo de defesa recíproca que garantisse o Paraguai e o seu país contra eventuais investidas brasileiras e argentinas. Tentou, ainda, distanciar as relações comerciais entre o Paraguai e o Brasil:

– O comércio com o Mato Grosso, que produz e consome artigos similares aos paraguaios, é um erro, presidente. E aquela província situa-se a uma distância duas vezes maior que a de Assunção a Montevideú. Não há nada a perder e tudo a ganhar com uma aproximação maior entre as nossas nações.

Carlos López prometeu pensar sobre o assunto, mas não tomou nenhuma decisão concreta a respeito. A verdade é que estava se afastando dos assuntos de Estado, deixando as questões mais relevantes para o filho Solano López. Sentindo-se debilitado fisicamente, e precavendo-se contra futuros embarços, promoveu uma alteração nas normas para se ocupar a Presidência: baixou a exigência da idade mínima para o cargo de quarenta para trinta anos. Seu primogênito estava chegando aos 35.

IX

Sucessão

No mês de agosto de 1862, o estado de saúde de Carlos Antonio López se agravou. Ao perceber que não se recuperaria mais, acelerou o processo de sucessão, de forma a evitar conflitos que abalassem o país após a sua morte. Embora Solano fosse seu filho mais velho, ele começou a hesitar, pensando se não seria mais sensato indicar o filho caçula, Angel Benigno, como seu herdeiro político. Considerava-o mais ponderado e mais identificado com sua forma de governar que o impulsivo primogênito. Apressou-se em nomeá-lo vice-presidente, um cargo até então inexistente no Paraguai.

Solano López captou as intenções paternas e teve uma forte reação.

– Meu pai, cometerá um enorme erro se entregar a nação ao comando de Benigno – reagiu. – Ele não tem o pulso necessário para conduzir este país. Não tem apego às questões de Estado e porá todo o seu legado a perder.

Carlos argumentou que Benigno era bem preparado, tinha um grande conhecimento dos países vizinhos e inclusive estudara no Brasil, onde recebera uma excelente formação política, além da militar.

– O Brasil... Ora! Sabemos muito bem o que esperar do Império!

– Solano – respondeu o pai. – Não temos nada a ganhar com um conflito com o Brasil. Tenha isso em mente. É melhor uma relação difícil, com percalços eventuais, que nossa total ruína por causa de uma condução diplomática desastrada. Não podemos nos rebaixar, mas um confronto seria o pior dos mundos.

– Meu pai, não cometa o desatino de nomear Benigno seu sucessor. Se me confiar esta missão, prometo que irei honrá-la. E fazer do Paraguai a potência regional que sonhamos. Além do mais, há o problema da idade mínima para se ocupar a Presidência! A legislação

que alterou ainda não permitiria a posse dele...

– Já alterei uma vez e poderia alterar outra – lembrou Carlos López, que nunca se acanhou em moldar as regras do jogo às suas conveniências.

A insistência do primogênito, dia após dia, acabou por convencer o pai de que talvez fosse melhor mesmo um governante forte, talvez mais truculento que forte, do que alguém visto como tolerante em demasia. Redigiu um decreto testamentário nomeando o filho Francisco Solano seu vice-presidente e sucessor.[1]

Ao saber da decisão do marido, Juana Carillo não escondeu seu desapontamento.

– Por que não Benigno, Carlos? – teria dito.

– Não percamos tempo em discussões estéreis – teria se limitado a responder o presidente. E ao filho caçula, explicou-se:

– Benigno, você é muito capaz, mas seu irmão tem melhores condições políticas para liderar esta nação. Só peço que seja fiel a ele e lhe dê apoio.

O caçula consentiu, sem nada contrapor. Nos dias que se seguiram, a saúde do governante tornou-se ainda mais frágil. Os órgãos entraram em falência, e ficou claro que não se recuperaria.

Às três horas da madrugada de 10 de setembro, uma quarta-feira, a capital paraguaia foi sacudida por cinco tiros de canhão anunciando a morte do presidente. Junto ao leito de Carlos López estavam Juana e o padre Fidel Maíz, que ministrou ao moribundo os últimos auxílios espirituais.

Às 9h45, foi iniciado o velório público no Palácio dos López. Autoridades e membros da sociedade local fizeram fila para prestar homenagem ao ex-presidente. Após missa solene na catedral metropolitana, o ataúde foi colocado em uma carruagem fúnebre, coberta de flores e puxada por quatro cavalos com penachos negros, e seguiu pelas principais ruas da capital, ladeado por militares com braçadeiras pretas e acompanhado por uma parte da população. À sua passagem, pessoas do povo faziam reverências. Os homens posicionavam seus chapéus contra o peito.

Ao deixar os limites da cidade, o corpo de Carlos López foi levado para Trinidad, onde seus restos foram depositados na igreja local, em cerimônia oficiada pelo prelado Fidel Maíz. Francisco Solano indicara o nome do religioso para reitor do Colégio Seminário e considerava

pedir ao papa Pio IX que o nomeasse bispo auxiliar do Paraguai.[2] O afeto que havia se formado entre eles fez com que, passado o momento do luto, o virtual presidente lhe pedisse um favor: o de batizar Frederico, quinto filho que tivera com Elisa, nascido naquele ano de 1862.

Maíz concordou, mas impôs a condição de que a cerimônia se realizasse na catedral de Assunção. Solano se opôs, lembrando que sua aparição pública junto a Elisa com o bebê de ambos em um evento religioso seria um prato cheio para o falatório na cidade. Disse saber que a criança era considerada ilegítima e a ligação do casal, pecaminosa aos olhos da Igreja. A ideia era que o batismo fosse feito de forma discreta, na casa de Elisa. Como Maíz não cedeu, o general-brigadeiro recorreu ao padre Manuel Antonio Palacios, que atendeu ao pedido sem colocar restrições. Em retribuição, Solano prometeu indicá-lo para a vaga de bispo auxiliar, prometida anteriormente a Fidel Maíz.

No dia 16 de outubro, passado pouco mais de um mês de vacância de poder, o Congresso se reuniu para deliberar a sucessão. Era a primeira sessão da casa desde que, seis anos antes, o mandato de Carlos Antonio López havia sido renovado pela última vez. Solano apresentou aos parlamentares a carta-testamento com o lacre de seu pai. O deputado Carlos Riveros leu o documento, que recomendava a eleição do primogênito, lembrando que ele participava, havia muito, da gestão governamental.

Começou um burburinho, e algumas vozes se levantaram contra a indicação. Benigno López argumentou que, fosse quem fosse, o sucessor não poderia ter atribuições extraordinárias como seu pai havia tido e que era o tempo de administrar com maior participação do Legislativo. O deputado José María Varela levantou uma questão de ordem, lembrando que, embora o país não tivesse uma Constituição em vigor, a Lei de Administração Política não previa o critério da hereditariedade no preenchimento das funções públicas e desaconselhava o controle do Estado por uma família. Também lembrou que Carlos López já havia atropelado a legislação, ao baixar a idade mínima exigida para ocupar a Presidência, a fim de favorecer o filho mais velho. Varela chegou a propor o nome do embaixador José Berges para futuro governante, mas não encontrou receptividade no plenário.

O padre Fidel Maíz, presente à sessão, foi mais longe, propondo a convocação imediata de uma Assembleia Constituinte e opondo-se abertamente à aclamação de Solano López, que ouviu a tudo com expressão enfurecida, mas sem dizer nada.

Ao final da sessão, porém, a maioria dos presentes acatou a vontade expressa por dom Carlos no decreto testamentário e confirmou a eleição de seu filho por um período de dez anos.[3] Solano declarou aos congressistas:

– A nação deve romper seu relativo isolamento e se fazer ouvida. O Paraguai está destinado a ser o centro do progresso na América do Sul, cultural, artística e tecnicamente. Venham comigo construir esse destino!

Benigno cumprimentou o irmão e retirou-se sem disfarçar a contrariedade. Fidel Maíz estava acabrunhado e desculpou-se pela fala anterior:

– Entende que fiz uma ponderação, não, general? Mas pode contar com meu apoio irrestrito.

– Entendo, padre. Sem ressentimentos – retrucou Solano, com ar irônico.

E, assim, Solano López chegava ao poder, como o terceiro integrante consecutivo da família a governar o Paraguai em meio século.

Um de seus primeiros atos foi o de ordenar um censo militar em todo o país. Em seguida, determinou que Juan Pedro Escalada, que o educara, recebesse uma pensão vitalícia “por sua dedicação à instrução da juventude”. E, finalmente, pediu a abertura de um processo[4] contra os religiosos Fidel Maíz e José del Carmen Moreno, imediatamente levados para o cárcere público. Depois de aguardarem julgamento por meses, os padres seriam destituídos de seus postos no Colégio Seminário e condenados a dez anos de prisão cada um pelo crime de conspiração. O deputado José Varela, que também contestara o direito de Solano López ocupar a Presidência, foi posto a ferros e ficaria preso até morrer.

X

Limpando o caminho

Pouco antes de passar pelo julgamento, o padre Fidel Maíz recebeu em sua cela a visita do religioso Manuel Antonio Palacios, recém-nomeado bispo auxiliar do Paraguai. Palacios atendia a um apelo do sacerdote, que pretendia expor suas razões e afirmar sua inocência. Uma iniciativa inútil, uma vez que o agora superior era tido como uma das peças principais da rede de espionagem que López instalara na Igreja do Paraguai. Confissões não tinham mais seu segredo resguardado e comentários politicamente comprometedores chegavam rapidamente ao chefe de Estado. Entre as acusações feitas a Fidel Maíz estavam a de ter comentado que Angel Benigno López era mais indicado para suceder o pai, mas havia até quem acusasse o padre de ser um convertido ao protestantismo.

Maíz sustentou ao bispo que “como sacerdote e cidadão” havia se preocupado em defender uma Constituição para o país, para que os paraguaios não vivessem sob o risco de ter um presidente “com poderes extraordinários e ditatoriais”.

Palacios advertiu o prelado de que deveria se ater à sua missão, que se encontrava acima das questões meramente terrenas.

– Não disse Nosso Senhor Jesus Cristo, “Dai a César o que é de César”? – lembrou o bispo.[1] – Deixemos, portanto, aos políticos e aos governantes a discussão dos assuntos do país. Que pretende com suas atitudes, padre? Sublevar os ânimos da juventude? Quebrar a bendita paz em que vivemos?

– A Constituição... – tentou argumentar Fidel Maíz.

– Não é teologia... Deixemos essas preocupações para os políticos. Somos felizes por ter um presidente patriota e cristão – encerrou Palacios.

O bispo estendeu ao prisioneiro a mão direita para que Maíz

beijasse o anel episcopal.

Certo de que seu destino estava selado, o padre obedeceu com ar desalentado e viu o superior deixar sua cela sem dizer mais nada. Os dois se veriam semanas depois, na corte, quando Maíz descobriria que seu julgamento seria presidido exatamente pelo bispo Palacios.

Afastado Fidel Maíz, Solano López voltou-se para a sua segunda maior preocupação: Benigno López. No período inicial de seu governo, ele tomou o cuidado de despachar o caçula para missões na fronteira sul do país, neutralizando um importante foco de contestação de sua legitimidade como sucessor de Carlos López.

O jovem consentiu, talvez porque fosse alguém mais preocupado com um estilo de vida abastado que com as obrigações de um estadista. Se Solano era o mais poderoso do Paraguai, Benigno era certamente o mais rico. Oito anos antes, ele já havia encomendado ao arquiteto italiano Alessandro Ravizza, a construção de um palacete na rua Palmas, um palacete neoclássico, adornado por colunas, relevos, balcões de ferro forjado e com um amplo salão interno revestido de mármore, que se destacava na paisagem da região central e hoje é a sede do Ministério das Relações Exteriores. Seu patrimônio em imóveis ia muito além e se expandiu nos anos seguintes com a compra de uma casa na rua La Guerra, de um edifício na rua Libertad, em Assunção, uma estância nos campos de Mbururu e duas propriedades no distrito de Encarnación.

Francisco Solano utilizava trabalho escravo em um tempo em que essa mão de obra não chegava a 10% da população. Mas nada que se comparasse à verdadeira compulsão de seu irmão Benigno por essa atividade.[2] Mesmo quando as leis paraguaias já consideravam automaticamente libertos os cativos que completassem 25 anos, se fossem homens, e 24, se fossem mulheres, o filho caçula dos López tanto pagou por trabalhadores que ultrapassavam essas idades quanto por adolescentes. Há inúmeros registros de aquisições de escravos feitas por ele entre 1852 e 1864, sendo dois deles comprados no Brasil.[3] Antes dos 30 anos, era um dos maiores senhores de escravos do país.[4]

Entre novembro de 1858 e setembro de 1859, Benigno comprou cem cabeças de gado, cem novilhos, sessenta cavalos de raça e 25 éguas, todos animais de fazendas estatais, um modelo que havia se desvirtuado das propostas originais implantadas no governo de

Francia e no qual as linhas entre público e privado, de função social e de interesse da elite governante haviam se tornado difusas.

O enriquecimento de toda a família López por meio do controle do Estado era evidente. Solano mandou construir em Trinidad um casarão de dois pisos, altas colunas e cercado de varandas próximo ao local onde seu pai já tinha erguido uma casa mais modesta, anos antes. Já mantinha duas casas para Elisa, uma em Assunção e outra no lago Ipacaráí. O palácio onde vivia e despachava havia sido herança do padrasto da mãe, Lázaro Rojas. Ainda hoje é a belíssima sede do governo do Paraguai. Sua mãe vivia no imóvel erguido por Carlos López, que ocupava um quarteirão inteiro na plaza Constitución, em frente ao Congresso. Dom Carlos também era dono de um imóvel que chamava de *Choza Adelina* e que hoje sedia a firma Rieder & Cia., na esquina das avenidas Salinares (hoje Perú) e Artigas (hoje *mariscal Solano López*), em frente à estação de Cambio Grande.[5]

Em 1855, o outro filho de Carlos López, Venâncio López, fez erguer um palacete na esquina da rua Estrella com rua Colón, também projetado por Alessandro Ravizzi. O italiano foi um dos 231 profissionais de arquitetura, escultura e construção trazidos da Europa por Solano para modificar a paisagem urbanística de Assunção. Entre eles, vieram o também italiano Andrés Antonini, o húngaro Francisco Wisner de Morgenstern e os ingleses Alonso Taylor e John Owen Moyniham.

Benigno López mantinha duas famílias: uma em Assunção, com Justa Petrona Decoud Egusquiza, mãe de duas filhas e um filho dele, e outra em Villa Concepción, onde era dono de uma estância, com Maria del Carmen Agüero Uriarte, com quem teve dois filhos e uma filha.

O irmão Venâncio, embora apenas um ano mais jovem que Solano, tinha com o presidente uma relação mais tranquila, ainda que cerimoniosa. Nas correspondências dirigia-se sempre a ele como “meu estimado irmão”. Solano o nomeou ministro da Guerra e da Marinha; Francisco Sánchez, amigo da família, já com 67 anos, tornou-se vice-presidente e ministro do Interior; José Berges foi para a pasta das Relações Exteriores; o coronel Saturnino Bedoya, casado com Mônica Rafaela, irmã de Solano, foi encarregado de cuidar do Tesouro Nacional. As demais pastas foram igualmente distribuídas entre parentes e amigos próximos.

Era quase uma família da realeza. Uma nobreza sem coroa.

XI

Era de ouro

O ano de 1863 pode ser considerado o de apogeu da gestão dos López no Paraguai. A safra agrícola crescia; a extensão ferroviária de Assunção a Paraguari, a 66 quilômetros da capital, prosseguia a baixo custo, com o emprego de mão de obra de prisioneiros e soldados; o palácio do governo passou por uma intensa reforma; iniciou-se a construção do Oratório da Virgem de Assunção e a do Teatro Nacional; estabeleceu-se um novo aquartelamento em Cerro León, no qual foram reunidos 5 mil soldados; e as questões concernentes à navegação fluvial pareciam ter se tranquilizado, especialmente por conta das boas relações com o Uruguai de Bernardo Berro, que garantia aos navios com produtos paraguaios trânsito livre até o estuário do Prata, e de lá ao Velho Continente.

Com a Inglaterra, mantinham-se vantajosas trocas comerciais, intensa compra de armas e equipamentos militares, além de transferência tecnológica por meio de visitas frequentes de engenheiros e cientistas daquele país. Com a França, além do sucesso no plano dos negócios, os laços de amizade com o imperador estavam mais sólidos do que nunca. Logo que foi eleito, Solano fez questão de comunicar o fato através de carta a Napoleão III, e o monarca enviou-lhe uma resposta calorosa.^[1]

Solano López designou Gregorio Benítez como secretário da delegação paraguaia em Paris e não se furtou a aproveitar a missão do subordinado para satisfazer uma vaidade pessoal: entre as incumbências dadas ao representante estava a de encomendar na joalheria Fontana & Cia. uma condecoração incrustada de brilhantes.

[2] A peça, que seria usada por *El Mariscal* em cerimônias oficiais e bailes de gala, teria o custo de 16.500 francos, algo como 60 mil reais em 2016.

Embora o Paraguai fosse uma república, um dos principais modelos de López era o Segundo Império francês. Um quadro mostrando Luís Napoleão, em traje de gala, com cetro, coroa e manto de arminho, pintado por Franz Winterhalter em 1855, despertou o fascínio do governante sul-americano, que adquiriu daí em diante o hábito de se fazer retratar à moda dos nobres, inclusive como fazia com frequência Pedro II. Ainda na França, em 1853, encomendara uma gravura em bico de pena, em que aparecia em requintadas roupas civis, com um fino e longo bigode. Ao retornar, foi fotografado algumas vezes em uniforme militar e, a partir de 1862, posaria para telas de artistas, como Aurelio Garcia, em cenários com estandartes, colunas e cortinas de veludo, assim como para retratos equestres, muito semelhantes aos que vira na Europa. Mesmo após sua morte, o culto à sua imagem foi reforçado com uma bela obra do italiano Guillermo da Re, de 1900, em que o *Mariscal* monta um cavalo branco em traje militar e faixa azul, branca e vermelha sobre o peito.

Reforçando essa representação autocrática, o novo presidente paraguaio baixou um decreto segundo o qual deveriam constar do currículo escolar ensinamentos como: “O rei não está sujeito, nem sua autoridade depende do povo, sobre o qual ele reina e manda. E dizer o contrário seria dizer que a cabeça está sujeita aos pés”.

Para comemorar o primeiro aniversário de sua gestão, um ano em que, sob sua perspectiva, tudo correu às maravilhas, Solano mandou preparar um baile à fantasia no Club Nacional inspirado no que havia presenciado em Paris quase uma década antes. Entre a sociedade assuncena, os dias que precederam o evento, marcado para 7 de novembro, foram de grande agitação e entusiasmo. E, na data em questão, o perímetro compreendido entre as ruas Palma, Atajo e 25 de Diciembre foi tomado por uma multidão de curiosos. No começo da noite, a fachada do Club Nacional resplandecia, com lâmpadas de azeite coloridas iluminando suas entradas.^[3] Todas as janelas estavam ornadas com troféus e bandeiras. A cada carruagem que chegava, deixando casais ou famílias em seus trajes exuberantes, elevava-se o rumor dos populares.

Solano López não escondeu a satisfação que lhe causou o brilho da festa. O presidente, que assistira aos grandes eventos de Paris, sentia-se orgulhoso da elegância e do luxo reunidos naquele salão. Aos acompanhantes, ele comentou que a mulher assuncena em nada devia

em graça às que havia conhecido nos círculos sociais europeus. A Elisa, sua escolhida, porém, não foi permitido estar ao seu lado naquele momento de consagração. Ela se manteve informada do sucesso do baile em sua casa, a poucos quarteirões dali.

O ano, entretanto, não seria encerrado no mesmo clima de bonança com que havia transcorrido até então. Naquele momento, começava a surgir uma turbulência que logo viria a se converter em uma devastadora tempestade. E o seu principal aliado no Prata forneceria a primeira faísca da tormenta.

XII

Uruguai

Assim como o Paraguai, o Uruguai havia conquistado sua independência da Espanha em 1811, quando ainda mantinha a denominação de Província Oriental do Rio da Prata ou Banda Oriental do Uruguai – Oriental por estar a leste do rio que margeava seu território. O levante culminou na Batalha de Las Piedras, contra os espanhóis, em que o general José Gervasio Artigas emergiu como herói nacional. A autonomia durou pouco: em 1817, forças portuguesas tomaram Montevideú e anexaram grande parte do território sob o nome de Província Cisplatina. Localizada no estuário do Prata, era uma região estratégica, como via de transporte de mercadorias, inclusive de metais vindos da região andina, por fazer a ligação dos rios Paraná e Paraguai com o oceano Atlântico.

Em agosto de 1825, Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe lideraram um grupo de resistentes que empreenderam uma insurreição contra os ocupantes luso-brasileiros e passaram à história como Os Trinta e Três Orientais.^[1] O movimento resultou na chamada Guerra da Cisplatina, que durou três anos.

Alimentando pretensões de recuperar o território, as Províncias Unidas do Rio da Prata, majoritariamente argentinas, tomaram o partido dos patriotas orientais, fornecendo-lhes, na medida do possível, soldados, armamentos e alimentação.

É preciso lembrar que a independência argentina, em 1816, não havia resultado em um país de configuração unificada, mas sim nas Províncias Unidas do Rio da Prata, que compreendiam a Província Oriental em questão, mais Buenos Aires, Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé, Cuyo, Córdoba, Misiones, Tucumán, Salta, Alto Peru e Cochabamba. Em 1825, essas duas últimas se destacariam do bloco para formar a República de Bolívar – em homenagem ao herói das

lutas de independência de boa parte da América espanhola –, rebatizada naquele mesmo ano como Bolívia.

Após quase quinhentos dias de combates na região da Cisplatina, estava claro que não haveria solução satisfatória se o conflito se arrastasse indefinidamente. Inglaterra e França, que tinham interesses comerciais na região, passaram a trabalhar em conjunto nas negociações de paz. Quando finalmente veio o Tratado de 1828, o saldo se mostrou negativo para todas as partes: as Províncias Unidas haviam acumulado enormes prejuízos comerciais decorrentes dos bloqueios empreendidos por navios brasileiros, e o Império, que teve elevados gastos para sustentar os combates, acabou devolvendo a maior parte dos territórios invadidos.

O armistício também estava longe de ser uma garantia de tranquilidade ao país nascente. Em 1830, foi promulgada a primeira constituição da que seria denominada República Oriental do Uruguai. E a cena política passou a ser dividida entre os partidos Nacional, ou Blanco – da elite agrícola conservadora liderada por Manuel Oribe –, e Colorado – liberal, porta-voz dos interesses comerciais de Montevideú, sob o comando de Fructuoso Rivera. Oribe foi designado presidente e estreitou seus laços com o ditador argentino Juan Manuel de Rosas.

Em 15 de junho de 1838, Rivera encabeçou um golpe e assumiu o comando do país. O destituído Oribe refugiou-se em Buenos Aires, e o líder colorado declarou guerra a Rosas. Em 1843, o Exército argentino iniciou um cerco a Montevideú que duraria nove anos e levaria os uruguaios a pedir reforços até ao líder italiano Giuseppe Garibaldi.

Em meados de junho de 1851, o imperador Pedro II, aconselhado por seus ministros, viu na situação instalada no Cone Sul a possibilidade – e mesmo a necessidade – de retomar a influência brasileira na região. Era o momento de convocar um dos homens mais confiáveis do Império para esse tipo de tarefa: Caxias.

Luís Alves de Lima e Silva, então conde de Caxias, era amigo de Pedro II desde que se tornara seu mestre de armas, instrutor de esgrima e equitação, ainda no período da Regência. O pai, Francisco de Lima e Silva, fizera parte do triunvirato que governou o país enquanto o imperador aguardava a maioridade e o havia designado para acompanhar a formação militar do herdeiro de Pedro I.

Filho, neto e sobrinho de militares, Caxias nascera no Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1803 e fora aceito na Real Academia de

Artilharia, Fortificação e Desenho aos quinze anos de idade. O curso integral (que durava sete anos) era compulsório para artilheiros e engenheiros, porém soldados de infantaria só eram obrigados a comparecer às aulas do primeiro e do quinto ano. Apesar da dispensa, ele decidiu adquirir a formação completa,[2] o que talvez tenha sido a origem remota do termo “caxias”, sinônimo no Brasil de quem faz questão de cumprir regras e regulamentos além do exigido.

No reinado de Pedro I, ainda bem jovem, Lima e Silva havia tido papel ativo na Guerra de Independência. Participara por três anos da Guerra Cisplatina e combatera os revoltosos da Balaiada e da Farroupilha. Foi iniciado na maçonaria em 1831, tendo como padrinho o conde de Lages. Em 1847, tornou-se senador vitalício.

Quando seus familiares passaram à oposição, ele se manteve leal a Pedro II, uma atitude que, somada aos demais atos de bravura, o imperador soube reconhecer e premiar com medalhas, promoções e títulos. Agora, mais uma vez, a fidelidade do súdito se fazia necessária. Observando o cenário deflagrado no estuário do rio da Prata, o imperador temia que o desequilíbrio de forças, ao final dessa guerra – que já era chamada Guerra Grande –, prejudicasse os interesses do Brasil na região.

– Meu caro amigo, se nada fizermos, vença Rosas ou vença Oribe, Argentina e Uruguai se fundirão em um só país após esse conflito – disse Pedro II a Caxias. – O controle do Prata por uma só nação vai nos criar grandes dificuldades. Temos de agir para impedir essa distorção.

– Vossa Majestade sabe que pode contar comigo – respondeu o conde, que também era comandante das Armas da Corte. – Vou organizar as tropas e acredito que até o final de agosto estaremos no território da República Oriental.

Ajudados pelas forças lideradas por Caxias, os colorados conseguiram derrotar Oribe, mas tiveram de aceitar o preço de assinar tratados em que autorizavam o Império a intervir nos assuntos internos do Uruguai. O governo brasileiro não apenas utilizou militar e politicamente essa prerrogativa, como incentivou a ocupação de territórios fronteiriços por fazendeiros sulistas.

Lima e Silva foi elevado à condição de marquês e em breve se tornaria ministro da Guerra. Rosas foi deposto como líder da Confederação Argentina e partiria para o exílio na Inglaterra, onde

ficaria até a morte.

Além do apoio militar, os colorados uruguaios também contaram com uma decisiva ajuda financeira por parte dos brasileiros. Mesmo antes da entrada do Império no conflito, o industrial e banqueiro Irineu Evangelista de Sousa forneceu empréstimos à causa dos liberais, a pedido do então ministro de Assuntos Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, seu amigo. Era parte da chamada “diplomacia dos patações”, cujos financiamentos também beneficiaram o governo do Argentino Urquiza, em Entre Ríos e Corrientes, e atraíram para o Brasil a hegemonia sobre a região.[3]

Órfão de pai aos cinco anos no Rio Grande do Sul e levado para o Rio de Janeiro aos nove, Evangelista de Sousa havia galgado os degraus da formação escolar e profissional com grande esforço, mas àquela altura já se tornara imensamente próspero, como banqueiro, comerciante e proprietário de um estaleiro onde foram construídas dezenas de navios. Ele ainda seria o pioneiro das ferrovias brasileiras e da iluminação a gás na capital do Império. Em 1854, receberia o título de visconde de Mauá. E era mais um personagem do Segundo Reinado que trazia um histórico de atuação na maçonaria.

Embora o texto do armistício firmado em 8 de outubro de 1851 contivesse a expressão romântica “Não haverá vencedores nem vencidos”, a verdade é que o Uruguai estava arruinado: a população se reduzira, abandonando o país; 80% dos habitantes remanescentes eram analfabetos; a criação de gado estava falida; os territórios das Missões Orientais e mais uma franja adicional entre os rios Quarai e Ibicuí haviam sido entregues ao Brasil; e o Estado teve de fazer frente a dívidas de guerra com os impérios brasileiro, britânico e francês.

Esse cenário de caos representou uma oportunidade para Evangelista de Sousa. Uma vez presente em Montevidéu, onde, inclusive, adquiriu uma mansão no elegante bairro El Prado, ele começou a expandir seus negócios pelo Cone Sul. Seus interesses passaram a abranger o comércio de erva-mate, farinha e diversos aspectos da indústria de processamento. Em 1857, fundaria o Banco Mauá Y Cia., o primeiro estabelecimento bancário da República Oriental, com status de Banco Central e autorização para emitir papel-moeda. Em seguida, abriu filiais nas províncias argentinas de Buenos Aires e Santa Fé. Sua instituição chegou a ser citada pelo escritor francês Júlio Verne no romance *Da Terra à Lua* como um dos

principais bancos das Américas.

Se a condução política na região mudou de mãos muitas vezes no período, o fluxo de capitais tinha um único rosto e um só comando: Mauá. “Era o árbitro financeiro do Prata”, resumiu o historiador argentino José María Rosa.[4]

XIII

O fator Venâncio Flores

Longe de representar um período de maior tranquilidade, o fim da chamada Guerra Grande daria início a uma era de turbulência política no Uruguai. O acordo de paz firmado em 1851 definiu o nome do general Eugenio Garzón como novo presidente da República, mas este morreu repentinamente, antes mesmo de tomar posse no cargo. Em seu lugar foi eleito o senador Juan Francisco Giró, tendo o herói de guerra Venâncio Flores como chefe político de Montevideu. Em setembro de 1853, um motim militar derrubou Giró e empossou um triunvirato formado por Flores, Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera. Os dois últimos morreram em 1853 e 1854, deixando Venâncio Flores, aos 45 anos, sozinho no exercício do mandato, previsto para terminar em 1º de março de 1856. Porém, em agosto de 1855, outro levante militar destituiu Flores, que partiu para um exílio argentino, seguido por um grande número de correligionários.

Em seu período como refugiado, Venâncio Flores reforçou seus laços com Bartolomeu Mitre, nomeado ministro da Guerra de Buenos Aires, apesar dos resultados duvidosos em suas campanhas militares. Em novembro de 1861, Mitre entregou a Flores o comando de suas tropas e o incumbiu de uma das ações mais sangrentas da história argentina: na madrugada do dia 22 daquele mês, apanhando de surpresa as guarnições do Exército da Confederação, que dormiam no acampamento de Cañada de Gómez, em Santa Fé, as forças de Flores degolaram mais de trezentos homens. Entre os que conseguiram escapar do ataque estavam José Hernández, que seria autor do clássico da literatura argentina *Martin Fierro*, e Leandro Alem, fundador da União Cívica Radical.

Estabelecido em Buenos Aires, Flores dedicou-se a planejar pacientemente o retorno ao poder no Uruguai. Além do apoio de

Mitre, que se tornou presidente em 1862, atraiu a adesão do Brasil à sua causa. Essa aproximação despertou os temores do presidente Bernardo Prudêncio Berro, que governava a República Oriental, apoiado pelo Partido Blanco.

Para evitar o “emparedamento” entre os dois vizinhos, Berro decidiu lançar mão do único dispositivo de pressão que dispunha: estreitar ao máximo seus laços com um terceiro país fronteiro – Paraguai – obtendo dele, se possível, a promessa de cooperação militar.

As gestões do emissário Juan José de Herrera junto a Carlos López haviam sido pouco produtivas. Porém, quando Francisco Solano López sucedeu o pai, as esperanças uruguaias reacenderam-se. Herrera, que agora era ministro de Assuntos Estrangeiros do governo de Berro, destacou Octavio Lapidó para retomar a missão, considerada vital ao seu país. Em março de 1863, entregou ao comandado instruções para que obtivesse do chefe de Estado paraguaio a promessa de um tratado de aliança que definiu como “ofensiva-defensiva”. E o orientou a argumentar com López nas seguintes bases:[1]

Se sobreviesse, da parte de Buenos Aires ou do Brasil, ou de ambos em aliança, um ataque à independência, integridade ou soberania de uma das duas repúblicas, qual deveria ser a atitude da outra? O Uruguai protestaria firmemente contra isso e não trepidaria em se pôr de acordo com a nação amiga ameaçada para anular a pretensão e resistir ao ataque. E o Paraguai? Faria o mesmo, caso sobreviesse tal eventualidade à República Oriental?

A revolução, no entanto, já estava em curso. Em 14 de abril de 1863, Venâncio Flores deixou Buenos Aires em um pequeno navio mercante, com uns poucos companheiros – de sete a quarenta, segundo as diferentes versões –, e desembarcou dias depois na aldeia de Rincón de Las Gallinas, à margem esquerda do rio Uruguai. Era o início do que chamaria de Cruzada Libertadora.

Impulsivo e temível no campo de batalha, Flores encarnava o caudilho por excelência. O termo, ainda hoje muito popular na América Latina, define um líder regional ou nacional, com traços paternalistas, que baseia seu poder mais no carisma pessoal junto às massas e no uso da força por meio dos grupos que o apoiam do que nas normas legais e na consistência de suas ideias.

Sua imagem correspondia à lenda: embora não fosse alto, a barba espessa, o cabelo longo repartido de lado e a aparência rude,

intimidadora, tornavam sua presença sempre imponente. Já contava então 55 anos, mas mantinha o ímpeto de um soldado jovem, com a vantagem da experiência de quarenta anos em combates diretos. A vida política surgira como consequência de uma intensa história militar, algo muito diverso da carreira sacerdotal que seus pais haviam sonhado para ele. Era um guerreiro por vocação – e também por prazer.

Em 2 de junho, seus revolucionários entraram em confronto com o Exército nacionalista de Servando Gómez, próximo ao riacho Coquimbo, no sudoeste uruguaio. Mesmo em menor número, os floristas levaram a melhor, em parte porque, em vez de comandar o batalhão, Gómez manteve-se a meia-légua de distância durante todo o combate, que terminou com cem baixas para os governistas. Os vencedores despojaram os mortos da batalha entre os gritos de “Saquem-lhe os ponchos que no outro mundo não faz frio!”.

Durante toda a refrega, um cachorro vira-lata se posicionou ao lado de Flores e, ao final do dia, seria adotado por ele como uma espécie de talismã. Geralmente impiedoso com os homens, mas terno com os animais, o general batizou o “voluntário enigmático”, como o qualificou, com o nome de Coquimbo e o levaria consigo como um integrante adicional de seu Exército.[2]

No dia 25 do mesmo mês, Flores atacou o destacamento do general Diego Eugênio Lambas em Las Cañas, quase duzentos quilômetros acima. O grupo foi apanhado de surpresa por uma centena de soldados a cavalo e cerca de quarenta na infantaria. “Uma horda que promoveu vandalismo desenfreado”, relatou Lambas, cuja divisão teve cem integrantes mortos.

Enquanto a expedição de Flores avançava, uma nova preocupação veio a se adicionar às tarefas de Herrera como chanceler: seu governo apreendeu em Fray Bentos o vapor argentino *Salto*, sob o fundamento de que este levava contrabando de armas aos revoltosos. Em represália, Mitre capturou o vapor de guerra oriental *General Artigas*.

O estado de beligerância foi decisivo para que o ministro uruguaio Herrera não adiasse mais o envio do emissário Octavio Lapido ao Paraguai. Lapido chegou a Assunção em 9 de julho e teve seu primeiro encontro com Solano López no dia 14. Seus argumentos foram bem recebidos de tal forma que julgou estar perto de fechar o acordo de cooperação militar com seu anfitrião. Em 20 de julho, porém, o

ministro de Relações Exteriores paraguaio, José Berges, levou a ele uma resposta negativa.

O fato é que as relações de López tanto com Bartolomeu Mitre quanto com Justo José de Urquiza seguiam tranquilas e não havia um real interesse da parte dele em quebrar a política de neutralidade com os vizinhos. O federalista Urquiza, mais próximo, era simpático aos governistas blancos uruguaios. Mas mesmo Mitre lhe enviava cartas cordiais para combinar, por exemplo, maneiras práticas de dirimir questões de limites ainda subsistentes entre os dois países.

Por essa época, no Brasil, os pronunciamentos na Câmara dos Deputados, no Senado, no Legislativo rio-grandense e na imprensa em geral instavam o governo imperial a tomar uma posição firme sobre a questão uruguaia: de um lado, fazendeiros sulistas ultrapassavam de forma contumaz os limites da fronteira norte daquele país, levando gado e até escravos para o território vizinho.^[3] De outro, os ruralistas orientais reagiam com emboscadas que terminavam frequentemente em tortura e morte dos invasores. O governo do Uruguai criara tarifas de importação ao gado trazido do Rio Grande do Sul, mas fracassara em controlar a circulação dos animais por suas fronteiras. Também tentava, sem muito sucesso, impedir o uso de mão de obra escrava por brasileiros nos limites de seu território – a escravidão no Uruguai havia sido abolida durante a guerra de 1848-1852, quando foi necessário enviar um contingente de afrodescendentes para as frentes de batalha.

Em meio ao clima de guerra civil que se instalava entre os uruguaios, os brasileiros já estavam em armas ao lado do Partido Colorado, apoiando – militarmente, mas não de forma oficial – os movimentos de Venâncio Flores.

O grupo revolucionário encontrou seu maior desafio até então em 16 de setembro, em Las Piedras. Confrontado com as forças governistas lideradas por Lucas Moreno, Flores esteve a ponto de ser morto, e o capitão Fausto Aguiar, seu ajudante, foi atingido por uma lança no ombro. Seu Exército teve de se dividir, seguindo uma parte para o norte do rio Negro, e outra para Durazno, a 180 quilômetros da capital. Apesar dessa pequena vitória, o governo de Montevideú já pressentia que o movimento estava chegando a um ponto alarmante.

Ao tomar conhecimento desses avanços, Solano López despertou para a gravidade da ameaça ao governo oriental. E pediu a seu

chanceler José Berges que enviasse uma mensagem a Rufino Elizalde, ministro de Relações Exteriores de Buenos Aires, pedindo explicações sobre a invasão de Flores ao Uruguai e sobre em que medida o governo portenho estava participando dessas ações. Elizalde respondeu, reiterando a neutralidade de seu país.

O ministro uruguaio Herrera não se satisfaz com a mensagem paraguaia, que considerou “débil na forma e pouco explícita”,^[4] e orientou seu representante a cobrar do governo de Solano López uma ação bélica contra Buenos Aires.

– A situação não comporta meios-termos – disse Herrera a Lapidó.
– Que o Paraguai mande sua esquadra ao Prata. O momento é propício.

Abandonando a inércia, Solano López ofereceu-se como mediador do conflito. Ele julgava já haver chegado o tempo de se reconhecer a relevância de seu país, ao menos no contexto geopolítico regional, e desejava ser ouvido. Sua arbitragem, contudo, foi recusada pelos representantes argentinos, o que significou um profundo golpe no orgulho do líder paraguaio.^[5] A rejeição o levou a repensar seu convívio com os vizinhos platinos, promovendo uma mudança na dinâmica que vinha tendo com eles.

Elizalde e Mitre tentaram amainar o tom da celeuma justificando a negativa em aceitar a mediação do Paraguai como uma forma de evitar um desaire com o imperador do Brasil, cuja participação – garantiram – também havia sido dispensada. Ao mesmo tempo, cobraram esclarecimentos sobre o interesse paraguaio na questão.^[6] Em resposta, Solano López disse que seu desejo de neutralidade era grande, “mas não ilimitado”.

As seguidas gestões de Herrera e Lapidó junto ao governo de Assunção começavam a surtir efeito. O líder paraguaio estava mordendo a isca uruguaia. Já começava o ano de 1864 abandonando a eterna equidistância e assumindo uma atitude mais abertamente hostil à Argentina. Em muito breve, sua mudança de humor também se voltaria para o Brasil.

XIV

O rompante de López

O endurecimento da diplomacia paraguaia coincidiu com o fim do governo do uruguaio Bernardo Berro, em 1º de março de 1864. Considerando que não havia clima político para eleições, o Senado empossou em caráter interino o presidente da Casa, Atanasio de la Cruz Aguirre Aguado, como chefe de Estado da República Oriental.

O novo governante manteve Juan José Herrera como chanceler, mas Octavio Lapido foi substituído por José Vásquez Sagastume no posto do Paraguai. Aguirre os incumbiu de solicitar a López gestões diplomáticas junto ao Brasil, auxílio financeiro e o envio de navios de guerra aos rios Uruguai e Prata, além de uma força de infantaria e artilharia que correspondesse “ao aparato bélico brasileiro em águas orientais”.

Atanasio Aguirre era um dirigente de palavras fortes, mas de ações pouco eficazes. Não dispunha de um Exército numeroso nem especialmente bem treinado. As campanhas militares em que o país havia se envolvido desde 1825 deixaram o efetivo reduzido e seus remanescentes desmotivados para tantos combates. Ainda mais em um momento em que os inimigos eram seus próprios compatriotas, muitos vindos de intensos treinamentos no exílio argentino. Diferentemente de Flores, o novo presidente participara de batalhas apenas na juventude. Agora sexagenário, desenvolvia uma atuação de burocrata desde 1833, tendo sido comissário de guerra, deputado e senador.

É verdade que, ao assumir o governo da República Oriental, a crise regional já se agravara de uma forma que talvez não pudesse ser remediada. Seu principal apoiador, Solano López, usufruindo de uma onda de prosperidade e voltado às suas próprias questões de fronteiras, não era capaz de medidas efetivas para garantir a estabilidade do governo blanco. Na Argentina confederada, possuía

aliados que pouco lhe ajudavam, por estarem mais preocupados em confrontar os unitaristas de Buenos Aires. Estes, por sua vez, minavam seu governo, apoiando as ações dos colorados. E o Brasil tomava sorrateiramente partes de seu território, onde 40 mil indivíduos – cerca de 18% da população – falavam português.

Naquele momento, os ânimos brasileiros estavam especialmente acirrados pelo fato de o administrador da localidade uruguaia de Paissandu, Leandro Gómez, ter mandado açoitarem publicamente um guarda nacional rio-grandense que se recusara a prestar o serviço militar no Uruguai. Ao justificar a recusa, exibira seu título de cidadão brasileiro. Em resposta a esse e outros incidentes, o Partido Liberal, que acabara de assumir o comando do governo imperial, decidiu enviar uma missão diplomática ao Uruguai chefiada pelo conselheiro José Antonio Saraiva e respaldada por forças militares, sob a liderança do vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, o barão de Tamandaré.

Aos 57 anos, o experiente Tamandaré conhecia bem a região, onde já havia mostrado seu valor em episódios históricos relevantes. Décimo filho do imigrante português Francisco Marques Lisboa, tenente da Marinha encarregado do porto de Rio Grande, Joaquim passara a infância entre a gente do mar, ouvindo narrativas de viagens, perigos e batalhas. Excelente nadador e conhecedor de todos os tipos de barcos, mercantes ou de guerra, mas sem a ascendência nobre que era exigida aos oficiais, apresentou-se como voluntário da Marinha aos treze anos e foi aceito aos quinze. Tenente na Guerra Cisplatina aos dezoito, foi capturado com outros brasileiros pelo navio argentino *Ana*, no litoral de Santa Fé. Depois de três semanas, porém, arrebatou a embarcação e a levou até Montevidéu, conseguindo fugir por terra. Ainda no Cone Sul, combateu a Revolução Farroupilha e na guerra contra Oribe e Rosas.

Tamandaré era um homem de ação que se orgulhava de se desincumbir rápida e eficientemente de suas missões. Sua esquadra, porém, amargou meses fundeada no estuário, à espera de ordens do Império, enquanto as gestões do conselheiro Saraiva prosseguiram lentamente em Montevidéu. O capitão tenente Euzébio José Antunes, um de seus comandados, recordaria três anos mais tarde, em depoimento escrito, o ânimo impaciente dos oficiais da Marinha com a indefinição: “Não podia ser, realmente, mais desgraçada a situação militar do Império quando tivemos de fazer soar o canhão no rio da

Prata para desafronta da honra nacional e para conseguir as garantias a que tinham direito os brasileiros residentes no Estado Oriental. Nunca almirante algum se viu encarregado de uma missão tão árdua, tão pouco definida, com tão escassos elementos, como o então barão de Tamandaré nessa circunstância!”.^[1]

Os trâmites consulares se arrastaram sem grandes resultados até julho, quando o governo oriental aceitou incluir nas negociações com o Brasil o plenipotenciário britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, e o ministro de Relações Exteriores argentino, Rufino de Elizalde. Parecia um avanço, mas logo ficou claro que era uma manobra diversionista de Aguirre, e o grupo se dissolveu em 7 de julho. Frustrado, Saraiva apresentou um ultimato ao Uruguai em 4 de agosto: ou um acordo saía imediatamente, ou haveria retaliações. Ignorado, informou a Aguirre que os comandantes brasileiros iniciariam um ataque ao país. E retornou ao Rio de Janeiro.

Agora, tudo dependia de Tamandaré, que permaneceria em Montevideu como a maior autoridade brasileira, cabendo-lhe a direção política e militar. O vice-almirante emitiu, então, um aviso exigindo que os dois únicos navios de guerra do Uruguai, o *Villa del Salto* e o *General Artigas* – devolvido por Mitre -- permanecessem em suas docas. Apenas a tripulação do *General Artigas* obedeceu à determinação. Em 24 de agosto, Francisco Pereira Pinto, capitão de mar e guerra sob as ordens de Tamandaré, patrulhava o rio Uruguai com duas corvetas e uma canhoeira quando surpreendeu o *Villa del Salto* levando tropas da Confederação para lutar contra os colorados. Deu tiros de advertência e ordenou sua rendição, mas a embarcação uruguaia conseguiu escapar para águas argentinas. Duas semanas depois, o capitão Pereira Pinto avistaria novamente o *Villa del Salto* no rio Uruguai. Dessa vez, suas corvetas atacaram o navio oriental, que encalhou perto de Paissandu, onde sua tripulação em fuga o incendiou.

Apesar dessas ações, Tamandaré tentava demonstrar que não agia contra o Uruguai e que tinha intenções pacíficas. No dia 25 de agosto, aniversário da independência da República Oriental, por exemplo, os navios brasileiros em Montevideu embandeiraram-se e emitiram salvas festivas de canhões. E, em ofício de 29 de agosto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, relatou que explicara aos seus comandantes de navio que o objetivo da missão não era o de molestar

os habitantes nem de humilhar a soberania do Uruguai.[2] Comentou, em seguida, que um procedimento contrário poderia levar a uma guerra, para a qual não se julgava preparado, “com o risco de reunir as duas bandas do rio da Prata contra nós”, referindo-se ao Uruguai e à Argentina.

O estrago, porém, já estava feito e, no dia 30, em meio à escalada de atritos e à mobilização de tropas imperiais, o Uruguai rompeu relações diplomáticas com o Brasil. Como resposta, o Império estabeleceu um quartel e uma guarda fronteiriça de 4 mil homens na região da divisa com Bella Unión para impedir que os uruguaios avançassem em território brasileiro.

Em paralelo, os rebeldes de Venâncio Flores voltaram ao sul do Uruguai, chegando a Florida, a cem quilômetros de Montevidéu. A conquista da vila se deu de forma brutal. Além das baixas sofridas pelos governistas em combate, Flores mandou fuzilar todos os oficiais sobreviventes.

Assustado com o avanço da Cruzada Libertadora de Flores, o governo de Aguirre colocou o país em estado de emergência. Fechou o diário *El Siglo*, propagandista dos colorados, deportou centenas de suspeitos de conspiração e nomeou um Conselho de Guerra, integrado por José Brito del Pino e Ignacio Oribe, irmão mais novo do já falecido líder blanco Manuel Oribe.

No dia 12 de outubro, 6 mil homens chefiados pelo marechal de campo rio-grandense João Propício Mena Barreto e pelos brigadeiros Manuel Luís Osório e José Luís Mena Barreto, invadiram o Uruguai. Distribuídos por duas divisões de infantaria, que incluíam 1.200 voluntários trazidos pelo general Antonio de Souza Netto, tomaram o município de Melo, capital da província de Cerro Largo, no nordeste do país. O objetivo principal daquela etapa, porém, era conquistar Paissandu, cidade estratégica e economicamente importante, por ser porto, curtume e local de extração de sal.

O barão de Tamandaré então decidiu unir forças com Venâncio Flores e, em breve troca de cartas, propôs um pacto com o líder rebelde. Flores respondeu-lhe positivamente, prometendo que, reconduzido ao poder, daria ao Brasil “condigna reparação em tudo que fosse justo, equitativo e em harmonia com a dignidade nacional”. A aliança seria oficializada em 20 de outubro como Pacto de Santa Lúcia.

Isso feito, parte da esquadra de Tamandaré aproximou-se de Montevideú e posicionou-se de forma a impor um bloqueio à capital. Ao tomar conhecimento dessa movimentação, o Paraguai enviou uma nota ao governo brasileiro em que definia a manobra como um ato de guerra.

Solano López compreendeu que o governo blanco estava com os dias contados, o que poderia significar um isolamento paraguaio e o comprometimento de seu trânsito na região do Prata como nunca antes havia ocorrido.

O governo da República Oriental valeu-se da situação para reforçar sua estratégia de atizar a intriga entre o Paraguai e o Império. Em correspondência de 24 de outubro ao ministro Berges, o emissário Sagastume apelou à vaidade de López para atraí-lo à luta contra brasileiros e colorados: “Cabe ao Paraguai a glória invejável de levar seu poder e suas armas ao próprio teatro dos acontecimentos, para libertar o grande princípio da independência e o futuro destes povos”.

A seguir, aconselhou uma ação de surpresa: “O governo do Paraguai estaria no seu direito se invadissem o Brasil em silêncio”. E, descartando possíveis apoios ao Império, avaliava que Mitre, por ser republicano, não se aliaria a dom Pedro II. Acreditava ainda que os escravos brasileiros seriam capazes de aderir à causa uruguaia, “inimiga de seus opressores”.

Na mesma mensagem, Sagastume pedia o envio de 4 mil soldados e vinte navios à região oriental, além de um subsídio mensal de 80 a 100 mil pesos durante o período de guerra.

López não se deixou comover pelas palavras do representante uruguaio. Recusou enviar ao Prata o destacamento militar pedido, assim como o auxílio financeiro solicitado pelos orientais.^[3] Ele não descartava a possibilidade de um confronto com o Império. Suas atenções, porém, estavam mais voltadas para o Centro-Oeste brasileiro.

O governo oriental então se valeu da presença de seus agentes em Assunção para obter uma ação imediata de López. Entre esses agentes encontrava-se o coronel do Exército uruguaio Juan J. Souto, que passava por comerciante em Assunção e gozava da intimidade do líder paraguaio. Souto começou a entender por onde obteria sua adesão e a oportunidade de fazê-lo agir.

Na última semana daquele mês de outubro, o governo brasileiro

preparava o navio *Marquês de Olinda* para uma viagem a Mato Grosso, levando a bordo o novo governador daquela província, coronel Frederico Carneiro de Campos. Souto ficou sabendo que o vapor transportaria grande quantidade de armas e considerável quantia em dinheiro. Ele escreveu ao presidente paraguaio, dando conhecimento de tudo e aconselhando-o a se apoderar dos navios. Ironicamente, essa correspondência foi deixada para López no próprio *Marquês de Olinda*, durante uma escala na capital uruguaia, sem que seus tripulantes tivessem conhecimento do que se tratava.

Em 10 de novembro de 1864, o navio chegou a Assunção. O governador e sua comitiva foram recebidos com todas as honras por Solano López, a quem o capitão entregou a carta do agente Souto. Sem abrir a correspondência de imediato, o presidente seguiu em trem para o acampamento militar de Cerro León, a 56 quilômetros da capital.

Às duas da tarde do dia seguinte, o *Marquês de Olinda* já havia levantado âncora e prosseguia viagem, rio acima. Teria sido um percurso tranquilo, caso López não tivesse lido a mensagem de Souto na base do Exército pela manhã.

As informações contidas na carta, dando conta da preciosa carga, deixaram sua mente agitada. Ele vislumbrou naquela oportunidade o momento de empreender uma ação que mostraria a força de sua nação sobre o Império, conquistando ao mesmo tempo uma vantagem estratégica, militar, financeira – e também de imagem. Tomou, assim, a decisão mais infeliz de sua vida política até então: sem perder tempo, enviou aos seus ministros em Assunção a ordem de que o barco brasileiro fosse perseguido e capturado pelo *Tacuari*.

Mesmo tendo saído consideravelmente mais tarde, o vapor de guerra paraguaio, sob o comando do capitão inglês George F. Morice, logo recuperou o atraso. O *Tacuari* era o mais veloz dos navios que sulcavam aquelas águas. Assim, sem dificuldades, Morice conseguiu alcançar o *Marquês de Olinda* antes que o barco deixasse a fronteira paraguaia. Ele ordenou ao capitão brasileiro que o seguisse, de volta à capital. Na noite seguinte, os dois vapores já se encontravam ancorados, lado a lado, no porto de Assunção. Todas as pessoas a bordo do navio brasileiro foram colocadas sob custódia e proibidas de se comunicar com qualquer um em terra. As armas, cargas e mantimentos foram confiscados, assim como os valores em dinheiro, equivalentes a 200 mil dólares atuais.[4]

Ao saber do fato, o ministro brasileiro em Assunção, Viana de Lima, redigiu uma nota ao governo paraguaio pedindo explicações. No dia seguinte, 14 de novembro, seu colega paraguaio José Berges formalmente declarava que a relação de amizade existente entre os dois países tinha cessado “pela conduta brasileira de ter invadido a República Oriental”. A mensagem também informava que a navegação por brasileiros estava proibida na região.

De volta a Assunção, Solano López avaliou com Berges e com seu irmão Venâncio as possíveis consequências que seu rompante acarretaria. Mesmo consciente da gravidade daqueles atos – de guerra, que colocavam o Paraguai no olho do furacão platino –, acreditava que o episódio mostraria que sua nação não estava adormecida nem disposta a aceitar um papel coadjuvante diante de seus vizinhos. Ele também encontrou apoio em Elisa, que louvou sua demonstração como líder militar e o incentivou a ser firme diante dos acontecimentos, assim como de suas consequências. Após dez anos de relacionamento, ela se tornara uma figura influente não apenas na vida pessoal do companheiro, mas também nas questões de Estado.

Para dar uma aparência regular à tomada do *Marquês de Olinda*, uma Corte do Almirantado foi improvisada. Dias depois, foi divulgada a apreensão do barco brasileiro como preço de guerra.

O presidente de Mato Grosso foi mantido prisioneiro, assim como o engenheiro militar, o comandante e a tripulação do vapor.[5] Depois de alguns dias de detenção a bordo, todos, com exceção dos engenheiros de outras nacionalidades, foram transferidos para barracas montadas próximo às margens do rio Paraguai e, depois de algumas semanas, mandados para a fortaleza de Humaitá, no sul do país. Nenhum deles jamais veria novamente seus parentes ou sua terra, tendo morrido, um a um, na prisão, de fome e maus tratos. O navio brasileiro nunca foi devolvido: seria incorporado à frota paraguaia e receberia oito canhões para uso militar.[6]

O diplomata dos Estados Unidos em Assunção, Charles Ames Washburn, interveio em favor do representante brasileiro e conseguiu que Viana de Lima recebesse de volta seu passaporte para deixar Assunção em segurança. Em carta ao seu governo, Washburn expressou seu julgamento a respeito do episódio: “Essa agressão, de maneira tão inesperada e insultante, não deixou espaço para acordos e arranjos de termos de paz”.

Uma semana depois, com o apoio da Armada Imperial, as forças rebeldes sob o comando de Venâncio Flores avançavam em direção a Paissandu, na margem direita do rio Uruguai. Ali se armava o cenário para a mais encarniçada batalha em toda a Cruzada Libertadora do caudilho colorado.

A queda de Paissandu

Embora a direção das operações militares no Prata estivessem a cargo do vice-almirante Tamandaré, aos olhos do Império era urgente recolocar o ponto de vista diplomático no trato da situação. Recorreu-se, para isso, ao ex-ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos, nomeado conselheiro. Ele chegou a Buenos Aires em 2 de dezembro de 1864, sendo recebido por Bartolomeu Mitre. O presidente reafirmou seu desejo de manter-se neutro no conflito, garantindo a Paranhos nunca ter apoiado Venâncio Flores, “nem com um cartucho”. O portenho evitava qualquer movimento brusco, qualquer gesto ostensivo que o colocasse em confronto com o entrerriano Urquiza ou com o paraguaio López, ambos simpatizantes dos blancos uruguaios.

Paranhos decidiu, então, entender-se diretamente com Venâncio Flores. Tamandaré foi buscar o colega brasileiro em Buenos Aires e os três tiveram uma conferência em Fray Bentos, no litoral oeste uruaio. O caudilho Flores, geralmente inflexível, estava passando por uma momentânea crise de consciência, por temer um massacre contra seu próprio povo em Paissandu. Paranhos e Tamandaré conseguiram convencê-lo de que a conquista da cidade era fundamental para a vitória de sua causa e que talvez isso pudesse ser feito de forma menos sangrenta do que se anunciava. Ao final do encontro, ouviram do líder rebelde que era “um dever sagrado a aliança com o Brasil, contra o governo de Aguirre e contra o Paraguai”.

Com Justo José de Urquiza, Paranhos decidiu aplicar a velha “diplomacia dos patações” à qual o entrerriano era mais sensível. Enviou como emissário a Entre Ríos o coronel Manuel Luís Osório, futuro marquês de Herval, com a missão de adquirir dele 30 mil cavalos ao preço exorbitante de treze patações de ouro cada. Ao ouvir

a proposta, os olhos de Urquiza brilharam. Ele já era o homem mais rico e o maior proprietário de terras da Confederação, mas não resistiu à oferta de 390 mil patações, mais de 300 milhões de reais em 2016. Fechou o negócio, que garantiu ao Brasil uma dupla vantagem: ao mesmo tempo que atraía a simpatia do general, desfalcava enormemente sua cavalaria, muito mais eficiente que a infantaria, neutralizando uma eventual ameaça ao Império vinda daqueles lados. [1]

Tais medidas iam colocando o governo do uruguaio Aguirre em uma situação de asfixia. A essa altura, colorados, não apenas dos centros urbanos, mas também das áreas rurais, aderiam às forças de Flores, assim como desertores do serviço militar. E ganhava expressão o grupo dos fusionistas, que, desde 1851, propunha a união das correntes políticas em uma frente ampla nacional, o que deixava os blancos mais isolados. Sob o comando de Leandro Gómez, Paissandu era um dos últimos bastiões de resistência dos governistas. Era guarnecida por 1.274 homens e quinze canhões. A população civil que permaneceu na cidade também se preparou para suportar o ataque.

O capitão de mar e guerra brasileiro Francisco Pereira Pinto enviou dois navios para isolar a região por mar. Tamandaré, que estava em Buenos Aires até esse momento, assumiu o comando do bloqueio em 3 de dezembro. O coronel portenho José Félix Murature o seguiu com o vapor *Guardia Nacional*. Na mesma data, por terra, Venâncio Flores atingiu as cercanias da cidade com 3 mil homens, quase todos a cavalo.

Enquanto as tropas brasileiras se apresentavam em comportados uniformes compostos de casaca azul-marinho, calça branca e sapatos comuns, a horda de Flores trajava roupas civis mais rústicas e talvez até capazes de causar uma impressão mais forte nos adversários: ponchos, chapelões, lenços no pescoço, botas longas, látigos, às vezes lanças nas mãos e garruchas na cintura. Nas fileiras do caudilho, seguia, como em outros confrontos, uma mulher com chapéu de palha, camisa clara, calça azul, sapatos sem salto e cinto passado na altura do umbigo. Era a Índia Catalina,[2] cuja habilidade com a lança e a ferocidade em combate já a tornavam lendária.

Buscando evitar o confronto brutal que se anunciava, Flores enviou um emissário oferecendo a Gómez a possibilidade de rendição, com a garantia de poupar sua vida e a dos habitantes da cidade. Este

respondeu com um bilhete: “Só me renderei quando sucumbir!”.

Entre 6 e 8 de dezembro, Flores liderou o primeiro ataque, com o uso de oitocentos soldados de infantaria, sete canhões e um destacamento adicional de seiscentos brasileiros. As defesas montadas por Leandro Gómez evitaram bravamente um resultado desfavorável e ainda capturaram três canhões dos invasores.

O ataque a Paissandu deixou claro a Atanasio Aguirre que a coalizão entre os rebeldes de Flores e as Forças Armadas brasileiras estava muito perto do triunfo. Sua única arma agora era a propaganda, por meio de ações políticas de efeito. A principal delas ocorreu em 18 de dezembro, um domingo. Naquela manhã, diante de uma grande concentração popular, ele subiu os degraus de uma plataforma montada na praça Independência, no centro de Montevideú, acompanhado de seus ministros, generais e membros da comissão extraordinária administrativa. Depois que todos tomaram assento, o escrivão do governo leu seus decretos 13 e 14, que declaravam nulos os tratados com o Brasil firmados em 12 de outubro de 1851, assim como suas alterações de 1852. Concluída essa leitura, Aguirre tomou a palavra:

– Esses tratados foram arrancados violentamente à República pelo Império do Brasil! – discursou ele. – Se hoje chegamos a este ato, é devido às repetidas queixas e aos irritantes ultrajes que nos vem fazendo sem motivo o Brasil. E que dão justíssimo direito à República de proceder como estamos fazendo! Viva a independência oriental!

Depois do discurso do presidente, o escrivão descoseu as folhas dos tratados e as foi passando, uma a uma, a um funcionário encarregado de reduzi-las a cinzas em uma pira improvisada no palanque, enquanto uma banda executava o hino nacional. Ao fim do ritual, o escrivão separou a capa e os selos para serem enviados ao museu da cidade. Houve aplausos e alguns gritos da multidão, como “Morte aos macacos[3] e aos traidores!”.

O rumo do conflito, porém, em nada se alterou. Após o fracasso da primeira investida contra Paissandu, Tamandaré e Venâncio Flores decidiram esperar pelo marechal de campo João Propício Mena Barreto, que vinha do norte com 7.011 homens, doze canhões e duzentas carroças de abastecimento. Suas tropas passaram facilmente por grupos de gaúchos uruguaios armados apenas de mosquetes, facões e boleadeiras (espécie de funda composta de bolas metálicas

amarradas entre si por cordas).

Enquanto o reforço não chegava, os rebeldes sofreram alguns duros reveses. Os resistentes de Paissandu conseguiram capturar quarenta colorados e quinze brasileiros, que foram decapitados e tiveram as cabeças espetadas acima das trincheiras do Exército de Gómez, à vista de seus compatriotas.

Finalmente, em 29 de dezembro, o marechal Mena Barreto acampou com suas tropas a poucos quilômetros da cidade, à espera do sinal para atacar. No último dia de 1864, às nove horas da manhã, brasileiros e colorados lançaram a investida final contra Paissandu, armados de fuzis e canhões franceses *La Hitte*, que disparavam obuses a uma distância de 2,4 quilômetros. Enquanto as canhoeiras da esquadra de Tamandaré bombardeavam frontalmente as defesas dos governistas, as tropas brasileiras atacavam pelo flanco direito e as do general Flores pelo esquerdo. As divisões em terra tomavam rua após rua, incendiavam casa após casa.

As 4 mil bombas lançadas pelos agressores podiam ser vistas e ouvidas até em algumas partes de Entre Ríos e Corrientes, do outro lado do rio Uruguai. Conhecida como a “cidade branca”, Paissandu ia se convertendo em uma grande fogueira.

Depois de dois dias de combates quase ininterruptos, com os ombros inchados pelos coices das carabinas que não pararam de atirar um só momento, Gómez e seus soldados se refugiaram na igreja da praça principal, ainda preservada, onde também se encontrava parte da população civil. Os campanários foram improvisados em postos de observação dos movimentos inimigos. A bandeira oriental tremulava em uma das torres. Tamandaré deu a seus homens 48 horas para içarem o pavilhão do Brasil em seu lugar. O prazo por pouco não foi cumprido à risca: 52 horas de fuzilaria depois, e com a rendição dos resistentes, o marinheiro Marcílio Dias, negro livre que havia ingressado na Armada Imperial uma década antes, subiu à torre da matriz e deu o grito de vitória, acenando para seus companheiros com a bandeira do Brasil.

Ao depor as armas, Leandro Gómez recebeu de um oficial brasileiro a oferta de ficar sob a custódia das tropas imperiais com a garantia de sua vida. O governista recusou a proposta e foi entregue ao general colorado Francisco Belén, que pretendia levá-lo até Flores. Antes que pudesse ser conduzido, o prisioneiro foi morto a tiros pelo

general Gregorio Suárez, seu compatriota, conhecido como Goyo Jeta (Goyo, diminutivo de Gregorio, e *jeta*, beijo, por ter lábios grossos salientes),[4] que tivera vários membros de sua família mortos por Gómez. Alguns dos soldados de Flores arrancaram o longo cavanhaque do cadáver, tiraram seu uniforme e suas botas, apunhalaram seu corpo e o arrastaram pelas ruas como despojo de guerra. Somente alguns dias depois seus restos mortais seriam reclamados pelos parentes.

A selvageria que se instaurou após a batalha estava apenas começando. Um soldado florista, Eleutério Mujica, levaria o cavanhaque de Gómez para seu navio e o usaria como pincel no rosto de seus companheiros, em tom de escárnio. Os sitiadores uruguaios saíram à caça de sobreviventes entre as ruínas e, encontrando indivíduos armados apenas de pedras e paus, os eliminaram a golpes de punhal ou de espada.

Como estava se tornando habitual nas guerras civis uruguaias, Gregorio Suárez ordenou que os prisioneiros restantes fossem *quintados*, o que significava que um em cada cinco seria executado. No caso de Paissandu, o número de condenados chegava a mais de cem. Os primeiros grupos, de cinco em cinco, já haviam sido passados em armas e mais um começava a ser alinhado em frente ao pelotão, quando o coronel portenho José Murature impediu que a matança prosseguisse, invocando uma ordem vinda de Flores e Tamandaré. No lado uruguaio, a baixa mais lamentada foi a da Índia Catalina, que morreu de lança em punho.

Leandro Gómez se tornaria uma figura mítica na história uruguaia, e a resistência na povoação seria eternizada em poemas, *como Invocación a Paysandú*, de Olegario Andrade (*Sombra de Paissandu! / Leito de morte / onde a liberdade caiu violada! / Altar de supremos sacrifícios!*), e canções como *Heroico Paysandú*, que traz os seguintes versos do cantador argentino Gabino Ezeiza (1858-1916):

Heroico Paissandu, eu te saúdo
Irmão da pátria em que nasci
Teus versos e tuas glórias incandescentes
Se cantam em minha terra como aqui
Os bardos que temos no Prata
Que estão no Olimpo em sua canção
Dedicam a esse povo de valentes
Sua maior e sublime inspiração

A população de Entre Ríos, que havia testemunhado à distância o espetáculo desesperador da queda de Paissandu, foi tomada de uma intensa comoção. O trauma levou o coronel entrerriano Manuel Navarro, indignado, a cobrar, em carta,[5] uma atitude de Urquiza:

Os atentados e crimes que a cada dia cometem os infames brasileiros nos enchem de coragem e só ansiamos o momento de vingar o sangue dos mártires de Paissandu. Os amigos, cremos e esperamos que Vossa Excelência não manterá a calma diante dos bárbaros crimes dos brasileiros.

Urquiza, porém, guardou silêncio absoluto, mantendo-se recolhido às suas estâncias e ao Palácio San José. E em 23 de fevereiro respondeu positivamente a um pedido de Bartolomeu Mitre de que apoiasse a causa do Brasil no embate. O presidente portenho, com grande alívio, enviou logo em seguida ao colega entrerriano uma mensagem de agradecimento na qual afirmava: “Nos toca combater de novo sob a bandeira imperial!”.

Assim, os blancos orientais estavam entregues à própria sorte. E somente uma intervenção militar do Paraguai poderia promover uma virada significativa em sua situação.

XVI

O Paraguai invade o Brasil

Embora preocupado, dom Pedro II estava razoavelmente satisfeito com o curso dos acontecimentos na região platina. Tudo indicava que a vitória das forças de Flores e do contingente brasileiro sobre o governo blanco no Uruguai chegaria em muito breve e, com ela, certamente um período de paz.

Suas atenções naquele momento se viam mais voltadas para o plano doméstico, com os preparativos para o casamento de suas filhas Isabel e Leopoldina.

Temendo traumas semelhantes ao que passara com seu matrimônio arranjado, o monarca havia pedido ajuda na busca de bons partidos a seus parentes na Europa, frisando que os jovens escolhidos deveriam passar um tempo no Brasil, ainda que sua vinda não implicasse em “compromisso prévio de casamento”. O príncipe de Joinville, casado com sua irmã Francisca, indicou seu sobrinho francês Gastão d’Orleans, o conde D’Eu, de 22 anos, filho do duque de Nemours e neto do rei Luís Filipe, deposto pela revolução de 1848. O outro jovem sugerido foi o alemão Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo-Gota, duque de Saxe, de dezenove anos, primo de Gastão, nascido e criado no mesmo Castelo d’Eu dos Orleans.

O plano inicial era casar Gusti, como era conhecido o alemão, com a herdeira do trono brasileiro.^[1] Ao chegar, porém, ele e Leopoldina logo iniciaram um namoro, e o primo francês aceitou a proposta de esposar Isabel. Luís Augusto, alto, de cabelos castanhos e olhos azuis, era extrovertido, carismático e despreocupado. Gostava de caçar e logo conquistou a simpatia dos sogros. Gastão, no geral, era mais introspectivo, talvez por ser um pouco surdo. Criticava com frequência o estilo de vida brasileiro e fazia questão de expressar sua opinião sobre tudo. Tinha cabelos claros, sobrancelhas finas, olhos pequenos,

que nunca pareciam totalmente abertos, e feições delicadas. Um bigode curto era o único aspecto de maturidade no rosto quase infantil. Formava um par improvável com Isabel, baixinha, de bochechas fartas, nariz aquilino, cabelos ondulados, pálpebras levemente caídas sobre os olhos.



Joaquim Insley Pacheco – Coleção Princesa Isabel
Princesa Isabel e o Conde D'Eu, recém-casados, em 1864.

O casamento de Isabel e Gastão ocorreu em 15 de outubro de 1864, na Capela Imperial, no Rio de Janeiro, celebrado por dom Manoel Joaquim da Silveira, arcebispo da Bahia e primaz do Brasil. Foi retratado por Pedro Américo e Vitor Meirelles, artistas famosos por suas representações dos momentos históricos do Império, e chegou a ser objeto de uma crônica do escritor Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*.^[2] Após a cerimônia, houve uma parada militar comemorativa em frente ao Paço Imperial, no centro da cidade, e o casal seguiu para Petrópolis, onde passaria a lua de mel.

O matrimônio de Luís Augusto e Leopoldina foi realizado exatamente dois meses depois, em 15 de dezembro, deixando em Pedro II a sensação de que havia cumprido com êxito uma etapa fundamental de sua vida.

A calma do soberano foi abalada ao saber que, ao mesmo tempo que Tamandaré e Venâncio Flores realizavam a investida final contra o alvo estratégico que era Paissandu, o Exército paraguaio iniciava um violento ataque à província de Mato Grosso.

O Império ainda tentava tratar pela via diplomática o episódio da captura do vapor *Marquês de Olinda* quando foi surpreendido pela notícia de que o forte Nova Coimbra, no lado brasileiro do rio Paraguai, havia sido devastado por soldados guaranis.

Se o arresto do navio brasileiro havia sido fruto de um impulso de Solano López, a tomada de Mato Grosso era visivelmente resultado de um plano preparado com grande antecedência. Até um ano antes, o Exército paraguaio contava com, no máximo, 28 mil veteranos. Em março de 1864, Solano López começou a engrossar seus contingentes ao reunir no acampamento militar de Cerro León 30 mil recém-alistados de 16 a 50 anos de idade, que passaram a ser treinados para a guerra pelo major Pedro Duarte. Ao mesmo tempo, exercitaria 17 mil recrutas em Encarnación, 10 mil em Humaitá, 4 mil em Assunção e 3 mil em Concepción. Portanto, até agosto, 64 mil novos soldados foram preparados para entrar em combate. Também havia montado uma esquadra composta pelo *Tacuari* e pelos vapores *Paraguari*, *Iporá*, *Igureí*, *Jejuí*, *Salto*, *Pirabebé*, *Ibera* e *Paraná*. A eles foi agregado o apreendido *Marquês de Olinda*. Era um poderio, mesmo se confrontado com todas as nações próximas reunidas.

Aos irmãos e aos auxiliares próximos, como José Berges, Vicente Barrios e Saturnino Bedoya, Solano López explicou as razões que o

levaram a optar pela invasão de Mato Grosso: “Se não o pegarmos agora, teremos que ir *a las manos* com o Brasil em algum outro momento menos conveniente para nós. É preciso fazer-me respeitar pelas repúblicas vizinhas dando uma lição ao Império”.^[3]

López insistiu que não poderia assegurar a independência paraguaia, a fixação de limites com o Brasil e a Argentina ou o domínio dos rios sem enfrentar e vencer o maior adversário. A guerra que seu pai menos desejara em toda a vida estava começando.

O paraguaio também contava receber alguns apoios importantes como o de seu amigo Urquiza, de Entre Ríos e Corrientes, e possivelmente do portenho Mitre. O Uruguai de Aguirre seria um aliado natural e certo. A seu ver, tal coalizão bateria com facilidade o Império, que, apesar de sua extensão, dispunha de um contingente armado reduzido – de 18 mil efetivos – e pouco organizado. Um gigante com pés de barro.

Em 13 de dezembro o governo paraguaio havia emitido uma declaração de guerra ao Brasil. O Império deu pouca importância à ameaça, acreditando que não teria nenhum efeito prático.

Porém, no dia 24, véspera de Natal, López deslocou à região do Mato Grosso duas colunas, uma de 5 mil homens sob o comando do coronel Vicente Barrios, seu cunhado, e outra de 4 mil guiados pelo coronel Francisco Isidoro Resquín. As tropas seguiram em cinco vapores, entre eles *o Marquês de Olinda*, dotados ao todo de doze canhões.

No dia 27 de dezembro, a vanguarda da força de Barrios, com 3.200 soldados, atacou o forte brasileiro de Nova Coimbra, às margens do rio Paraguai, localizado a cem quilômetros de Corumbá. Mesmo prejudicados pelo elemento-surpresa e pela absoluta inferioridade numérica – eram apenas 235 brasileiros, dos quais 155 militares, dez índios guaicurús e setenta mulheres –, os sitiados resistiram sob o comando do tenente coronel Hermenegildo Portocarrero, que ali se encontrava em visita de inspeção, acompanhado de sua esposa, Ludovina, e da filha Carlota.

Naquela noite, sob a liderança de dona Ludovina, as mulheres abrigadas no forte fabricaram 3.500 balas de fuzil com o auxílio de buchas feitas com retalhos de roupas. Os resistentes provocaram cerca de duzentas baixas nas hostes de Barrios.

Na manhã seguinte, o comandante paraguaio intimou o forte a se

render. Portocarrero respondeu: “Tenho a honra de declarar que, segundo a doutrina que rege o Exército brasileiro, a não ser por ordem de autoridade superior, a quem transmito cópia desta nota, somente pela sorte das armas entregarei Coimbra”.

Após dois dias de combates, por água e por terra, os brasileiros abandonaram o forte em direção a Corumbá. A fuga foi empreendida à noite, sem ser pressentida pelo inimigo. Ao perceber o ocorrido, os paraguaios tomaram dez canhões da fortificação e seguiram os rastros dos fugitivos.

Corumbá era uma cidade de porte razoável, ponto de intenso comércio fluvial, com mil habitantes, além de ter uma boa posição defensiva e uma guarnição bem equipada. Esta era comandada pelo coronel Carlos Augusto de Oliveira, que incentivou os moradores a ficar e resistir.^[4] Mas, assim que soube da aproximação dos paraguaios, o militar pôs suas tropas num barco e tomou o rumo de Cuiabá, a capital da província. Um ato de covardia que encheu a população de ira e vergonha.

Quando os paraguaios chegaram à cidade, em 4 de janeiro, promoveram um saque generalizado. As casas foram pilhadas e os objetos de valor divididos entre os soldados. As mulheres mais jovens foram levadas para o barco do comandante Barrios. Os homens aprisionados seriam mandados para campos de trabalho no Paraguai, em cidades como Concepción, ou simplesmente mantidos em estado de penúria na capital Assunção. Permaneceram ali apenas as crianças e as idosas, que também foram submetidas a trabalhos forçados.

O coronel Carlos Augusto de Oliveira e seu contingente, que haviam fugido antes do ataque, não foram muito longe. O navio *Anhambáí*, que os levara, foi capturado pelo vapor paraguaio *Iporã* e todos os ocupantes feitos prisioneiros.

Ao mesmo tempo em que esses eventos ocorriam, mais ao sul a coluna de Francisco Resquín invadia outra porção do território mato-grossense: com apenas dezenove soldados para defendê-la, a colônia militar de Dourados foi dizimada em 29 de dezembro. Seu comandante, o tenente João Ribeiro, deixou uma mensagem escrita antes de sucumbir às forças paraguaias: “Sei que morro, mas meu sangue e dos meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão do solo de minha Pátria”.

O avanço dos soldados guaranis prosseguiu por outras localidades,

como Nioaque, Miranda e Coxim, mas os invasores não chegaram a atingir Cuiabá, justamente a cidade mais preparada para resistir a um ataque. Conquistados aqueles objetivos, Vicente Barrios e Francisco Resquín retornaram a Assunção levando cabeças de gado, armas e munições apreendidas, deixando pequenas guarnições em cada ponto ocupado.

Alguns dos moradores da região deflagrada pensaram ter visto no coronel Resquín o homem que havia passado semanas em Corumbá um ano antes. O paraguaio havia se apresentado como fazendeiro e fizera muitas perguntas sobre as localidades próximas, a pretexto de adquirir terras por ali. Olhando em retrospecto, a conclusão foi de que aquela visita havia sido um ato de espionagem preparatório da futura ação militar ordenada por Solano López.

XVII

O triunfo colorado

Depois da trágica conquista de Paissandu, as tropas brasileiras receberam ordens de marchar com Venâncio Flores sobre a capital uruguaia. Em 2 de fevereiro, iniciaram o cerco por meio da cidade próxima de Colônia de Sacramento, onde as forças coloradas acamparam à espera da renúncia do governo blanco.

Aguirre, contudo, não parecia disposto a entregar o poder sem luta. Ordenou a conquista da cidade brasileira de Jaguarão, município localizado no extremo sul do Brasil e fronteiro ao Uruguai. Uma força de 1.500 soldados governistas dividiu-se em dois corpos, um sob o comando do general Basílio Muñoz e outro sob o do coronel Timoteo Aparicio. O ataque foi facilmente repellido pelos brasileiros. No caminho de volta à capital, o pelotão do general Muñoz foi saqueando propriedades e capturando todos os escravos que encontrou.

Em 9 de fevereiro, numa manobra política um tanto desesperada, Aguirre fez arrastar e pisotear uma bandeira brasileira, supostamente capturada por Muñoz em Jaguarão, pelas avenidas litorâneas de Montevideú, ao som de uma banda de música. Tudo foi feito de forma a que os efetivos embarcados nos navios de Tamandaré testemunhassem o espetáculo da baía.

As notícias da aproximação de Flores e a marcha de 20 mil soldados brasileiros para a capital despertaram nos governistas a tentação do quanto pior melhor. Havia entre eles os que viam em um possível bombardeio de Montevideú, e no caos que sobreviria, uma forma de angariar a solidariedade de nações europeias no conflito, atraindo, assim, uma intervenção externa que lhes assegurasse a manutenção do poder. Inglaterra, França, Espanha e Itália mantinham um intenso comércio no Prata e – imaginavam os blancos – tomariam seu partido para evitar prejuízos aos seus negócios. Foi enviada,

inclusive, uma missão a Napoleão III, com o pedido de que ele mandasse forças para apoiar a causa.

O mandato de Aguirre terminou em 15 de fevereiro, e o presidente do Senado, Tomás Villalba Albín, representando um grupo favorável à paz, assumiu a Presidência da República. Poucas horas após a posse, concordou em selar um acordo com os rebeldes colorados. No mesmo dia, tropas francesas, italianas e espanholas desembarcaram em Montevideú, a pedido de Villalba. Não para combater os floristas, como desejavam os blancos radicais, mas para dissuadir esse grupo de tentar um golpe para retomar o poder. Nenhum tiro precisou ser disparado, e Montevideú capitulou intacta.

O conselheiro Paranhos acreditava que não era adequado obter a rendição da cidade e passá-la incondicionalmente a Venâncio Flores. Insistiu que a capitulação de Montevideú deveria ser negociada por ele, conjuntamente com o líder colorado. Flores mostrou-se cordato quanto a isso, honrando as promessas feitas, e, em 20 de fevereiro de 1865, assinou o Protocolo de Paz de Villa Unión com o brasileiro^[1] e o senador uruguaio Manuel Herrera y Obes. Ao assumir o governo provisório que foi constituído pelo acordo, anistiou todas as partes envolvidas no conflito, declarou nulos os atos contra o Brasil e devolveu à nação vizinha as terras confiscadas pelos blancos.

Subitamente, a discórdia parecia se dissipar, e as negociações apontavam para um desfecho sereno. Pelo lado brasileiro, porém, havia fricções: Tamandaré era o comandante em chefe das operações e se sentia posto de lado por Paranhos, que não o consultava mais.^[2] Ele queria um desagravo pelo que os blancos haviam feito à bandeira nacional em 9 de fevereiro e punições severas aos responsáveis pela queima dos tratados em praça pública. Aguirre, no entanto, retirou-se da cena política discretamente, assim como parte de seu grupo, sem sofrer maiores consequências.

Dias após a assinatura do Protocolo, o governo de Flores desagravou a bandeira brasileira, içando-a no forte de San José e saudando-a com uma salva de 21 tiros, respondida, ao mesmo tempo, pela corveta *Bahiana*, com a bandeira uruguaia içada no mastro grande. A notícia do fim da guerra foi recebida com festa no Rio de Janeiro. O imperador brasileiro foi aclamado por milhares de pessoas ao desfilar pelas ruas após a proclamação da vitória.

Mas, quando divulgados os termos do acordo, a opinião pública

logo se reverteu. Tamandaré criticou ao governo imperial, por escrito, a benevolência de Paranhos com o inimigo e anexou à mensagem um pedido de demissão, que não foi aceito.[3] O ministro dos Negócios Estrangeiros propôs ao imperador a destituição de Paranhos como forma de acalmar os ânimos – o que foi feito. Mesmo assim, o futuro visconde do Rio Branco recebeu prêmios no Uruguai, na Argentina e até mesmo no Brasil, pelas ações que ajudaram a pôr fim ao conflito e a formar uma aliança com o novo governo oriental.

Ao voltar ao Brasil, Paranhos se defendeu no Senado: “Digam o que quiserem sobre o ato diplomático de 20 de fevereiro; vocês não serão capazes de tirar de mim esta grande convicção: o pensamento de que naquela solução eu salvei a vida de 2 mil compatriotas e evitei a destruição de uma importante capital”.

A Cruzada Libertadora havia atingido seu objetivo. Porém, longe de iniciar uma era de paz no Cone Sul, o fim dos combates no Uruguai foi apenas o prelúdio da grande tragédia que assolaria o continente.

XVIII

Explode o conflito

No final de dezembro de 1864, após a invasão de Mato Grosso, ainda sem suspeitar da formação de uma frente que se fortalecia entre os demais países do Prata, Solano López pediu ao governo argentino a permissão para que as tropas paraguaias atravessassem seu território rumo ao Rio Grande do Sul. Naquele momento, quando o desfecho da contenda entre blancos e colorados estava nos estertores, ele pretendia exigir uma satisfação militar sobre a invasão do Uruguai pelo Brasil. Em carta a Justo José de Urquiza, garantiu: “Essa manobra necessária não representa uma ameaça às províncias amigas nem ao governo nacional argentino”.

O general Urquiza expressou o seu “apoio” a López, mas aconselhou-o a pedir a permissão do governo de Buenos Aires. Em 14 de janeiro de 1865, o ministro José Berges escreveu ao chanceler Rufino de Elizalde: “Solicitamos que os Exércitos do Paraguai possam transitar pela província de Corrientes no caso de que a isso forem obrigados por operações de guerra”.

Depois do retorno “em cima do muro” dado pelo federado Urquiza, López teve o pedido negado por Mitre. O líder portenho argumentava que se permitisse o trânsito do contingente estaria rompendo a posição de neutralidade que defendia em público. A resposta sugeria ainda que ele utilizasse a porção entre Paraguai e Brasil, onde havia “uma ampla zona fronteiriça na qual ambos os países poderiam cruzar armas”.

Pressentindo que essa negativa seria respondida militarmente pelo Paraguai, o cônsul argentino Adolfo Soler pediu baixa de seu posto em Assunção, alegando que seria substituído em breve por um funcionário mais graduado. E partiu para Buenos Aires.

O clima se agravava e, em 15 de fevereiro, Solano López decidiu

convocar uma sessão do Congresso Nacional. Era uma medida extraordinária. Por determinação de López, foi aprovado um pacote de medidas contra o Império do Brasil, além de outorgado ao presidente o título de marechal (*mariscal*) dos Exércitos pátrios, o que lhe facultava nomear seis brigadeiros e três generais de divisão.^[1] Foi criada também a Ordem Nacional do Mérito e conferida a ele próprio o título de cavaleiro dessa comenda, inspirada na Legião de Honra criada pelo imperador francês Napoleão Bonaparte. O Congresso Extraordinário lhe permitiu ainda a contratação de um empréstimo de até 5 milhões de libras esterlinas na City de Londres e a livre emissão de papel-moeda.

– O governo argentino deveria nos ajudar na guerra que nos move o Brasil, rompendo o equilíbrio do Prata – declarou López no Congresso. – Quando há uma nação inquieta e maligna disposta a causar danos às demais, todas as outras têm direito a reunir-se para reprimi-la e reduzir sua possibilidade de fazer mal!

Em 18 de março, a notícia de que a Argentina havia permitido à esquadra do agora almirante Tamandaré tomar a direção do rio Paraguai foi a gota d'água que levou o Congresso Extraordinário a autorizar uma declaração de guerra ao governo de Mitre. Nela, López enumerava os motivos para iniciar o confronto com a nação vizinha, que iam da negativa de conceder “o trânsito inocente por seu território” e da “conivência argentina com a derrubada do governo uruguaio” até as caricaturas de sua pessoa publicadas pela imprensa portenha.

A declaração de guerra foi enviada no dia 29 de março de 1865 pelo ministro José Berges ao forte de Humaitá, no sul do país. Ali, o coronel Wenceslao Robles, comandante da guarnição, incumbiu o tenente Cipriano Ayala de levá-la ao cônsul paraguaio em Buenos Aires, Félix Egusquiza. Este recebeu o documento em 3 de abril e fez a notificação ao chanceler Rufino de Elizalde, que o passou a Bartolomeu Mitre.

Em seu gabinete, observado por Elizalde, o presidente argentino leu e releu a notificação, mantendo o pedaço de papel nas mãos por um longo tempo, em silêncio. De repente, seu rosto se iluminou e o semblante contraído relaxou.

– E se... – Deixou a expressão no ar, aparentando estar organizando o pensamento antes de emitir uma frase completa. – E se

deixarmos essa declaração oculta do público por algum tempo?

Elizalde franziu a testa, intrigado.

Consciente de que haveria um ataque paraguaio de qualquer jeito e que perduravam fortes bolsões de apoio nas províncias àquele que já era chamado de “Átila das Américas”, o melhor a fazer seria engavetar o documento e aguardar um ato de agressão concreto.[2]

– Veja, Rufino. Qualquer coisa que fizermos agora poderá dar a López um *casus belli*, um pretexto para justificar sua guerra – explicou Mitre. – Porém, se ele nos atacar sem que essa declaração chegue ao público, a Argentina aparecerá, mesmo aos olhos dos nossos opositores, como vítima de uma agressão gratuita e desleal. – E resumiu: – Será a luta da liberdade contra a tirania!

O ministro das Relações Exteriores achou a ideia excelente. Havia menos a perder – afinal, a jurisdição sob ameaça era a de Urquiza – e muito a ganhar em termos de adesões. Só era preciso ocultar o conteúdo do documento da classe política e da imprensa. Em paralelo, entraria em entendimento secreto com o Brasil, a fim de preparar o terreno para o confronto. Mitre pediu ao chanceler um cuidado adicional:

– O emissário paraguaio...

– Sim, Cipriano Ayala é o nome dele – emendou Elizalde.

– Vamos detê-lo sob a alegação de espionagem. Ele não pode ter contato com ninguém nem dizer o que veio fazer no país – ordenou o presidente.

– Tem razão – disse o chanceler. – Não podemos correr esse risco.

Assim, Ayala foi preso quando se preparava para deixar Buenos Aires. Surpreso, ele nunca imaginaria que sua passagem pela cidade lhe custaria uma permanência no cárcere por quatro longos anos.

Em 11 de abril, o Paraguai iniciou o movimento previsto pelo líder portenho. Determinou o envio ao litoral argentino de uma flotilha de cinco vapores de guerra, entre eles o *Marquês de Olinda*, roubado do Brasil. A operação bélica seria comandada por Wenceslao Robles, imediatamente promovido a general graças às novas prerrogativas concedidas a López pelo Congresso. Naquela data, o *Mariscal* divulgou um proclama, com mais um de seus famosos discursos de motivação.

Soldados! Acatando a soberana resolução da Nação, ireis por segunda vez levar vossas armas ao solo argentino para lavar a afronta que a demagogia não cessa de jogar sem motivo algum sobre nossa pátria.

Apesar dos cuidados de Mitre, os rumores de que haveria um ataque ao país corriam por Buenos Aires desde 8 de abril. Naquela data, o representante inglês Edward Thornton perguntou a Elizalde se os boatos procediam, e o argentino negou ter conhecimento do assunto. Não obstante, a novidade se espalhava. No dia 11, o próprio órgão de imprensa mitrista, o *La Nación Argentina*, publicou:

Uma notícia da maior gravidade circula desde sábado em Buenos Aires: tal é a que o tirano do Paraguai, chegando ao paroxismo da loucura, depois de haver declarado guerra ao general Flores e ao Brasil, declarou-a também à República Argentina.

O concorrente *El Nacional* chegou a ir além, com um “profético” editorial intitulado *Triple Alianza*, que dizia:

Antes de terminar esta semana poderemos anunciar aos nossos leitores que se formou uma tríplice aliança entre a República Argentina, o Império do Brasil e o Estado Oriental contra López, de Assunção. Se isso ocorrer, estarão satisfeitos os nossos mais ardentes desejos de derrubar o tirano que oprime o Paraguai.

Em 12 de abril, o clima ufanista já contaminava o *La Tribuna*:

Se for fato a guerra com o Paraguai, o popular presidente Bartolomeu Mitre estará na linha de frente dos Exércitos aliados que marcharão para redimir o povo paraguaio. Que invejável posição! Um homem de coração e inteligência como o general Mitre gozará ao ver-se à frente de um Exército encarregado de realizar tão altos destinos.

No mesmo dia, a flotilha paraguaia partiu do forte de Humaitá composta dos vapores *Tacuari*, *Paraguari*, *Yporá*, *Ygurey* e *Marquês de Olinda*. Na manhã de 13 de abril chegou ao porto de Corrientes, onde deixou seus batalhões, após capturar os navios *Gualeguay* e *25 de Mayo* diante de uma breve e ineficaz reação dos argentinos. As embarcações foram levadas até Humaitá com cinquenta tripulantes feitos prisioneiros.

Entusiasmado, Solano López quis se apresentar à frente do conflito e chegou a iniciar os preparativos para a excursão. Mas Elisa Lynch teve com ele uma conversa que o fez mudar de ideia, apelando para os seus sentimentos em relação ao filho caçula, de pouco mais de um ano:

– Solano, a saúde de nosso Leopoldito não vai bem. Ele tem febres constantes, e seria melhor que ficasse conosco acompanhando o seu estado – recomendou a irlandesa.

López argumentou que nada poderia fazer pelo estado do menino,

estivesse próximo ou distante. Elisa, então, recorreu ao bispo Manuel Antonio Palacios, que gozava da inteira confiança do presidente. O religioso era presença constante à sua mesa de jantar e havia montado uma verdadeira rede de espionagem, baseada principalmente nas revelações feitas por críticos e opositores nos confessionários católicos. Ele reforçou o apelo de Elisa, utilizando razões às quais o *Mariscal* era certamente mais sensível.

– Senhor, seu afastamento da capital em um momento como este poderia suscitar rebeliões internas, talvez uma conspiração no seio do próprio governo, para tirá-lo do poder – disse o bispo.

Ouvindo essas ponderações, Solano aceitou a ideia de, ao menos, adiar sua partida e permaneceu em Assunção, mantendo contato com seus representantes por meio de cartas e telegramas. Além do mais, estava seguro de que o triunfo da empreitada seria rápido e completo. Segundo seus planos, o general Robles e o coronel Antonio de la Cruz Estigarribia seguiriam com suas tropas pelas margens do rio Paraná, o primeiro rumo a Uruguaiana e o segundo a São Borja, ambas localidades fronteiriças do Rio Grande do Sul. Após se encontrarem, destruiriam a esquadra brasileira. Sem entender o quanto o jogo estava virando, imaginava ainda que, com o apoio do general Urquiza por terra, atacaria brasileiros e colorados no Uruguai, devolvendo ao Paraguai uma configuração favorável ao seu livre trânsito na região do Prata.

O começo foi, de fato, promissor. A cidade de Corrientes, capital da província, não recebeu as tropas lopistas como quem enfrenta invasores. Os embates ocorridos com portenhos poucos anos antes – e que tinham em Mitre a figura catalisadora – ainda estavam na memória daquela região. E havia outras afinidades dos povos correntinos com os paraguaios, como o hábito de falar guarani.

O governador Manuel Ignacio Lagraña ensaiou uma resistência com alguns soldados, mas acabou por deixar o palácio e se instalou no vilarejo próximo de San Roque. Três líderes locais logo receberam do general paraguaio a administração da zona ocupada.[3] Um deles era Victor Silvero, que havia feito visitas a Assunção, tornara-se amigo de Solano López e compartilhava com ele a opinião negativa sobre Bartolomeu Mitre. Os outros dois eram Teodoro Gauna, ex-ministro da província, e Sinforoso Cáceres.

O chanceler José Berges, o capitão Angel Benigno López e o

sargento José de la Cruz Martínez ficaram por ali, à frente de uma força de 3 mil soldados. Robles levou um contingente de 25 mil homens em direção ao sul. Desceu até Goya, às margens do rio Paraná, onde ocupou o porto, sem maiores incidentes, e ficou à espera de novas ordens de Assunção.

Conforme havia planejado, Bartolomeu Mitre explorou a ação paraguaia. Em Buenos Aires, o despertar dos brios patrióticos foi imediato, levantando o que um jornal da época qualificou de “eco vibrante de indignação”. No dia 21 de abril, conclamou a juventude do país a pegar em armas pela honra da pátria. A adesão nos dias seguintes foi massiva. Estudantes deixavam os bancos colegiais e universitários pelo alistamento e ocupavam as ruas com clarins e tambores, festejando a própria decisão. Entre eles estavam o filho do vice-presidente Marcos Paz, Francisco, e Domingo Fidel Sarmiento, filho do embaixador argentino nos Estados Unidos, Domingo Faustino Sarmiento. Foram voluntários ainda Carlos Pellegrini, futuro presidente argentino, então com dezoito anos, e, com 23, Leandro Alem, que seria o fundador do Partido da União Cívica Radical.

Jovens da elite portenha se fizeram fotografar por daguerreótipos em vistosas fardas e com espadas luzidias, herdadas dos antepassados. Foi o caso dos irmãos Montes de Oca – Alejandro, de 18 anos, que chegaria a general de brigada, Rómulo, de 19, que tombaria na Batalha de Curupaiti, e Juan José, de 21, que morreria no ano seguinte, no hospital de Corrientes, em decorrência de ferimentos em combate.[4]

Em meio ao clima festivo, num rasgo mais exaltado, ao discursar para uma multidão na capital, o presidente Mitre formulou uma expressão que correu a República Argentina e entraria para a história:

– Em 24 horas nos quartéis! Em quinze dias em campanha! Em três meses em Assunção!

XIX

A Tríplice Aliança

Ao final do mês de abril de 1865, estava claro que uma coalizão entre os países do Prata para enfrentar Solano López se formaria a qualquer momento. As conversas entre os governos de Mitre, Flores e dom Pedro II vinham se intensificando à medida que se desenhava uma invasão do sul do Brasil e do norte do Uruguai pelo Exército paraguaio. Finalmente, em 1º de maio, saiu a decisão que oficializaria, secretamente, a entrada desses aliados na guerra.

O Tratado da Tríplice Aliança foi assinado em Buenos Aires pelos chanceleres Rufino de Elizalde, da Argentina, Francisco Otaviano, do Brasil, e Carlos de Castro, do Uruguai. Diferentemente do que se possa pensar, o documento não expressava uma resposta intempestiva aos fatos que ocorriam naquele momento na região de Corrientes. Um ano antes, quando a guerra civil na República Oriental entrava em sua fase mais aguda, representantes de Mitre e do imperador já discutiam com Flores uma união de forças para um futuro muito breve. E, em 28 de outubro de 1864, o presidente argentino deixara entrever, por meio do *La Nación Argentina*, que um acordo estava próximo.

As alianças no rio da Prata estão assim definidas: alianças da civilização e das formas regulares de governo: a República Argentina, o Brasil e o general Venâncio Flores, representante do Partido Liberal na Banda Oriental, significam indubitavelmente a ordem e a paz, as formas regulares de governo, as liberdades e garantias para os cidadãos nacionais e para os estrangeiros que se coloquem sob seu amparo.

Para quem se declarava avesso ao belicismo – “Soldados são assassinos fardados”, chegava a dizer aos assessores –, Pedro II acumulara em pouco tempo um histórico expressivo de participação em conflitos. O imperador brasileiro já vinha tomando providências para prevenir um novo ataque surpresa, dessa vez no sul. Em 7 de janeiro de 1865 havia emitido o decreto 3.371, criando o Corpo de

Voluntários da Pátria^[1] em uma cerimônia que teve a presença do então marquês de Caxias, afastado das frentes de combate por estar atuando ao lado dos conservadores no Parlamento.

– Sabes o que penso – disse Pedro II a Caxias. – Não vejo sentido em qualquer guerra, mesmo que justa, se é que isso existe. Já deveria ser o tempo de se garantir uma paz duradoura, pela via diplomática, em lugar de deixar as decisões para o campo de batalha. Mas talvez não haja outra opção. – E, parafraseando o filósofo anglo-irlandês Edmund Burke, completou: – Há sempre um limite além do qual a tolerância deixa de ser virtude.

O Brasil não dispunha de muitos recursos. O ano anterior havia sido especialmente difícil. Já começara com a quebra da até então vigorosa Casa Bancária Alves do Souto & Cia., que alarmou seus quase 10 mil clientes e causou um efeito dominó na economia imperial, além de um crescente endividamento com bancos ingleses. Depois, as questões platinas custaram tempo e energia. Finalmente, viera a invasão do Mato Grosso pelo “inconsequente” Solano López.

Já Venâncio Flores desfrutava de um retorno triunfante ao poder e saboreava um breve tempo de tranquilidade cercado pela esposa, Maria García Zamora, os sete filhos – seis homens e uma mulher – e mesmo o cão Coquimbo, que o acompanhava até nos jantares de gala e em reuniões de gabinete.

Infelizmente, o momento não permitia mais a procrastinação de uma medida conjunta. Entre 20 e 24 de abril os chanceleres Francisco Otaviano e Rufino de Elizalde prepararam os termos do tratado,^[2] cuja redação não chegou a contar com a participação do representante uruguaio – que iria a Buenos Aires apenas para a assinatura –, mas foi acompanhada de perto pelo presidente argentino.

O sigilo em torno do documento era justificado, uma vez que seus artigos eram extremamente duros com a nação beligerante. Os objetivos estabelecidos consistiam em retirar do Paraguai a soberania de seus rios, responsabilizar o país pelas dívidas de guerra, desarmar e distribuir seus armamentos entre os aliados e... repartir seus territórios em litígio entre a Argentina e o Brasil. Mais: o conflito só poderia ser dado por encerrado após a destituição de Solano López. O comando geral caberia a Mitre e a liderança naval, ao almirante Tamandaré.

Justo José de Urquiza não participou dessas negociações e, como

na Província de Corrientes um grupo de federalistas havia se unido ao Exército invasor, Bartolomeu Mitre temia que, em algum momento, o entrerriano se aliasse a Solano López, pretendendo um golpe de Estado pelo poder na Argentina. Mas seus temores se dissiparam quando recebeu uma carta de apoio do antigo rival. O presidente então deu a ele a incumbência de reunir um contingente de 5 mil homens. Urquiza se comprometeu a reunir 8 mil, uma oferta mais generosa do que a realidade poderia confirmar.

O Brasil podia lançar em campo 18 mil homens, dos quais 8 mil estavam nas guarnições do sul; contava com uma força naval considerável e bem treinada, com uma esquadra de 42 navios, embora alguns deles, pelo calado, não fossem apropriados à navegação fluvial. As forças do Uruguai contavam menos de 3 mil homens, sem unidades navais.

O Paraguai dispunha de mais de 60 mil homens bem treinados. A maioria de seus canhões estava fixada na fortaleza de Humaitá, onde também se encontravam grandes efetivos de infantaria.

O plano desenhado pelo marquês de Caxias previa uma força de uns 9 a 10 mil Voluntários da Pátria atuando no Mato Grosso com o intuito de recuperar o território ocupado e, se possível, invadir o Paraguai pelo norte, atraindo para essa região importantes forças guaranis, o que aliviaria os combates mais pesados ao sul – onde teria o apoio de argentinos e uruguaios. A espinha dorsal dessa força seria um corpo de voluntários, constituído basicamente de mineiros e paulistas, com um efetivo de 6 mil homens.

Entretanto, mineiros e paulistas tinham outros planos, e, por mais que se estimulassem os alistamentos, o efetivo final não chegou a um terço do pretendido. Preocupadas, as autoridades começaram a reforçá-lo com pequenas unidades de outras províncias, como um grupo de engenharia do Rio de Janeiro e tropas do Paraná. Mais tarde, soldados goianos e mato-grossenses foram agregados à coluna, que no seu auge chegou a ter 2.800 homens.

No Rio de Janeiro, o 2º Batalhão de Voluntários foi reunido no quartel do Campo de Santana, sob o comando do capitão Manuel Deodoro da Fonseca, de 37 anos.[3] Como Caxias, ele era oriundo de uma família essencialmente militar, mas se diferenciava por sua infância pobre e sem proximidade com os círculos do poder. O pai e os sete irmãos haviam feito carreira no Exército – seis deles iriam à

guerra contra Solano López. Alagoano de nascimento, já havia participado do combate à Revolução Praieira, em Pernambuco, e da intervenção brasileira contra o governo de Atanasio Aguirre no Uruguai.

A partida das primeiras tropas do Rio para a fronteira mato-grossense com o Paraguai se deu em clima de festa. Senhoritas jogavam flores sobre os jovens soldados que desfilaram pelo centro da cidade. Orgulhosos, eles exibiam o distintivo dourado de voluntário no braço esquerdo do uniforme. Familiares os saudavam entre lágrimas.

Formado na esteira do patriotismo que tinha tomado conta do Brasil, o Corpo dos Voluntários que se alistavam naquele início da guerra recebeu do governo a promessa de algumas vantagens, a serem oferecidas ao final do conflito: prêmio de 300 mil réis (36.900 reais em valores de 2016); lotes de terra; preferência nos empregos públicos; patentes de oficiais honorários; assistência a órfãos, viúvas e mutilados de guerra.

Em 1865, o armamento-padrão do Exército imperial eram os fuzis de percussão, com canos raiados, e munição calibre 14,8 milímetros, sistema Miniè. Porém, como não havia armamento em quantidade suficiente para todo o efetivo, foram também utilizadas armas em desuso, com canos de alma lisa (sem raiamento). Os oficiais armavam-se por conta própria, todos com espadas de aço. Os mais abastados adquiriam revólveres Lefauchaux e Colt, mas a maioria possuía somente pistolas de percussão, monotiro.

Desde que a notícia da invasão paraguaia do Mato Grosso havia chegado às províncias brasileiras, a população se mobilizara para fazer doações aos cofres imperiais, em um crescente esforço de guerra. Funcionários públicos e oficiais militares abriram mão de uma parte de seus salários; comerciantes e senhores de engenho ofereceram vultosas quantias; esposas e mães dos militares doaram joias, costuraram camisas e prepararam lençóis de linho para os hospitais de sangue, como eram chamados os centros médicos na frente de batalha.

Se no Rio de Janeiro e em Buenos Aires a guerra despertava os fervores heroicos da população, nas províncias argentinas era tema impopular e causa de indignação contra a hegemonia portenha. Após a tomada de Corrientes pelos paraguaios, houve levantes antimitristas em Mendoza, San Juan, La Rioja e San Luís. O caudilho catamarquenho Felipe Varela, que ficaria conhecido como O Quixote

dos Andes, instigou a rebelião com um discurso arrebatado:[4]

– Ser portenho é ser cidadão exclusivista e ser provinciano é ser mendigo, sem pátria, sem liberdade, sem direitos. Esta é a política do governo de Mitre. Soldados federais! Nosso programa é a prática estrita da Constituição jurada, a ordem comum, a amizade com o Paraguai, e a união com as demais repúblicas americanas!

Na cidade de Corrientes, todavia, começava a ganhar força um movimento inverso. Os novos administradores não eram figuras realmente representativas da comunidade. Eram menos ainda caudilhos influentes. Seu poder repentino era frágil e dependia de quanto fosse durar a ocupação. E a insatisfação da população local crescia em função das atitudes opressoras dos paraguaios. O desrespeito aos direitos dos cidadãos era frequente, assim como saques a suas casas. Em uma dessas ações, um piano de cauda foi retirado e enviado como presente a Elisa Lynch, em Assunção.

Fiel à sua promessa a Mitre, Urquiza tratou de arregimentar um exército para liberar a região invadida. Em 11 de maio, ele e seus recrutas saíram do acampamento de Calá, em Entre Ríos, e foram até Basualdo, na divisa com a província de Corrientes. Ali os esperava o coronel Antonio Ezequiel Berón, com uma divisão de nove esquadrões. O estado da tropa era desanimador: faltavam-lhe armamentos, uniformes, mantimentos e montarias. A venda dos 30 mil cavalos argentinos ao Brasil, feita por Urquiza, já mostrava seus graves efeitos. Não havia condições para uma mobilização imediata.

Em 25 de maio, uma divisão aliada conseguiu retomar a cidade de Corrientes, mas a glória durou pouco mais de 24 horas. Para a investida, o Alto Comando da Tríplice Aliança havia organizado uma expedição formada por dezenove barcos de guerra, entre eles as canhoiras brasileiras *Parnaíba*, *Araguari*, *Iguatemi*, *Mearim*, *Itajaí*, *Jequitinhonha*, *Beberibe*, *Belmonte*, *Ipiranga*, os vapores argentinos *Pampero* e *Pavón*, mais de cinquenta peças de artilharia e 2.287 combatentes sob o comando do vice-almirante Francisco Manuel Barroso, apoiados por 1.800 homens do general uruguaio Wenceslao Paunero, recém-chegado. A ocupação da cidade foi defendida pelo sargento José de la Cruz Martínez, acompanhado do ministro José Berges, e pelo vapor *Pirabebe*, sob o comando do tenente Toribio Pereira.

O ataque terrestre-fluvial começou às 15h30, e duas horas mais

tarde os paraguaios já batiam em retirada. Além de armamento e munições em considerável quantidade, foram capturadas três peças de artilharia e uma bandeira. As baixas do lado lopista chegaram a 120 mortos e 83 feridos.^[5] Os atacantes tiveram 69 mortos e 215 feridos. Apesar da vitória, não permaneceram na cidade, o que estimulou as forças paraguaias a retornar.

Em 28 de maio, reconquistada Corrientes,^[6] os lopistas realizaram um ato religioso pelos mortos paraguaios em combate e, em seguida, baixaram uma série de medidas para enquadrar os habitantes da cidade ocupada. A menor suspeita passou a ser suficiente para um julgamento sumário e o menor sinal de patriotismo argentino, castigado com a pena de morte. Antonio Emilio Castello afirmou em seu livro *Historia ilustrada de la Provincia de Corrientes*: “Um dia, os invasores levaram a cabo uma feroz matança de índios chaquenhos (da região do Chaco) nas ruas de Corrientes. Os indígenas pobres vendiam desde muitos anos lenha e comida, de casa em casa, e, como alguns se negassem a receber papel-moeda paraguaio, foram exterminados a golpes de sabre e balaços em pleno dia”.

Solano López considerou a momentânea retomada de Corrientes um alerta de que a travessia pela Argentina não seria o passeio tranquilo que ele havia imaginado. Com parte relevante de seu governo deslocada para a região do confronto,^[7] sentia-se isolado em Assunção, onde recebia notícias dos acontecimentos da guerra com um atraso temerário. Mesmo desaconselhado por Elisa, que insistia em sua permanência na capital, ele decidiu partir para mais perto da linha de frente. O filho Leopoldo sucumbira à febre semanas antes e, com a morte da criança, nem mesmo o argumento de acompanhar seu estado de saúde existia mais para prendê-lo em Assunção. Em 2 de junho de 1865, o *Mariscal* anunciou a decisão em um proclama público:

O desenvolvimento que vai tomar a luta em que está empenhada a pátria com a tríplice aliança brasileira-argentino-oriental já não me permite continuar fazendo o sacrifício de permanecer longe do teatro da guerra. Sinto a necessidade de participar pessoalmente das fadigas dos bravos e leais defensores da pátria. (...) O deus dos exércitos velará sobre nossas armas!

Depois de passar o comando da nação ao vice-presidente Francisco Sánchez, até então uma figura que se limitava a acompanhar as decisões do governo sem voz ativa, Solano cuidou dos preparativos da

viagem e despediu-se dos familiares e dos amigos mais próximos que haviam ficado na capital. Finalmente, em 9 de junho, deixou Assunção rumo ao quartel de Humaitá.

Jamais voltaria a ver a cidade.

O desastre de Riachuelo

Naquele começo de junho de 1865, o general Robles, que se encontrava na região de Goya, duzentos quilômetros ao sul da capital de Corrientes, deslocou sua tropa terrestre, assim como os vapores de guerra que o acompanhavam, para reforçar as defesas da cidade. Em uma parada no vilarejo de Peguahó, no dia 9 de junho, enviou uma mensagem a Solano López, relatando a situação de tranquilidade após um confronto naval com as forças brasileiras que patrulhavam o rio Paraná, dias antes, quando recebeu um ferimento de espada no peito:

É coisa de ver o entusiasmo e a algazarra dos soldados pelo combate e em recordar os feitos que cada um viu, cuja conversação não cessa até agora. Até os correntinos que nos acompanham ganharam novo valor e entusiasmo, em vista do espírito que anima os paraguaios. O comentário especial dos soldados que entraram em ação é sobre a aflição dos *macacos* e sobre como todos os barcos que passavam perto deles ouviam gritos de socorro e mil outros de desespero.

O espírito otimista da carta não evitava um assunto que se agravava – a condição precária dos efetivos: “Tenho por bem avisar Vossa Excelência que alguns corpos da coluna já se encontram com séria falta de vestuário”.

Naquele momento as tropas e a esquadra paraguaia fixaram-se em Riachuelo. O povoado onde o rio de mesmo nome adentrava o território formava um canal e garantia uma posição resguardada – próxima ao rio Paraná, mas, ao mesmo tempo, fora do campo de visão dos navios brasileiros. Essa situação animou os paraguaios a executar um ataque à flotilha inimiga.

Logo ao chegar ao forte de Humaitá, no mesmo 9 de junho, Solano López ordenou que fossem preparadas todas as embarcações disponíveis e escolhidos os mais aptos para comandá-las. No dia seguinte, acompanhou a partida dos vapores que se juntariam às

forças de Robles em Riachuelo. E bradou: “Ide e trazei-me os navios brasileiros!”.

López ficou em terra e recebeu a notícia animadora de que o tenente-coronel Estigarribia já se encontrava na fronteira do Rio Grande do Sul, próximo de alcançar o primeiro objetivo definido para aquela região.

No início da manhã do dia 11 de junho, um domingo, ainda sob uma fraca luz natural e uma forte neblina, o capitão Pedro Ignacio Meza, comandante da esquadra paraguaia, a bordo do *Tacuari*, aproximou-se dos navios aliados – nove vapores com 59 canhões, uma fragata, três corvetas e cinco canhoelras. Meza contava para o ataque com sete navios com 38 canhoelras mais seis chatas – plataformas com artilharia atreladas a embarcações. Na prática, somente o *Tacuari* era equipado como navio de guerra; os demais eram barcos mercantes com adaptações para o combate.

O ídolo de López, Napoleão Bonaparte, costumava dizer aos seus generais que existem bons e maus planos de batalha. Segundo ele, os bons quase sempre falham devido às circunstâncias imprevistas. Em Riachuelo, apesar de uma boa estratégia, as coisas já começaram mal para os lopistas: uma avaria mecânica no vapor *Yverá* atrasou o avanço da formação, fazendo com que o combate só fosse iniciado após as nove horas, quando a neblina já havia se dissipado, assim como o elemento-surpresa.

Wenceslao Robles seguiu ao encontro de Meza a bordo do *Marquês de Olinda*, pilotado por seu irmão mais novo, o tenente Ezequiel Robles. Para aliviar as dores no ferimento em seu peito, o general havia tomado uma quantidade de conhaque além da que consumia habitualmente, o que afetava a sua comunicação com os tripulantes.[1] Não obstante, atendeu à ordem de abrir fogo contra os brasileiros liderados pelo almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, à frente da nau capitânia *Amazonas*. Tamandaré, comandante em chefe das operações navais aliadas, não se encontrava naquelas águas. Havia permanecido no estuário do rio da Prata.

Do posto de observação de um dos navios de guerra brasileiros, ouviu-se o grito de “Navio à proa!”, seguido de “Esquadra inimiga à vista!”.[2]

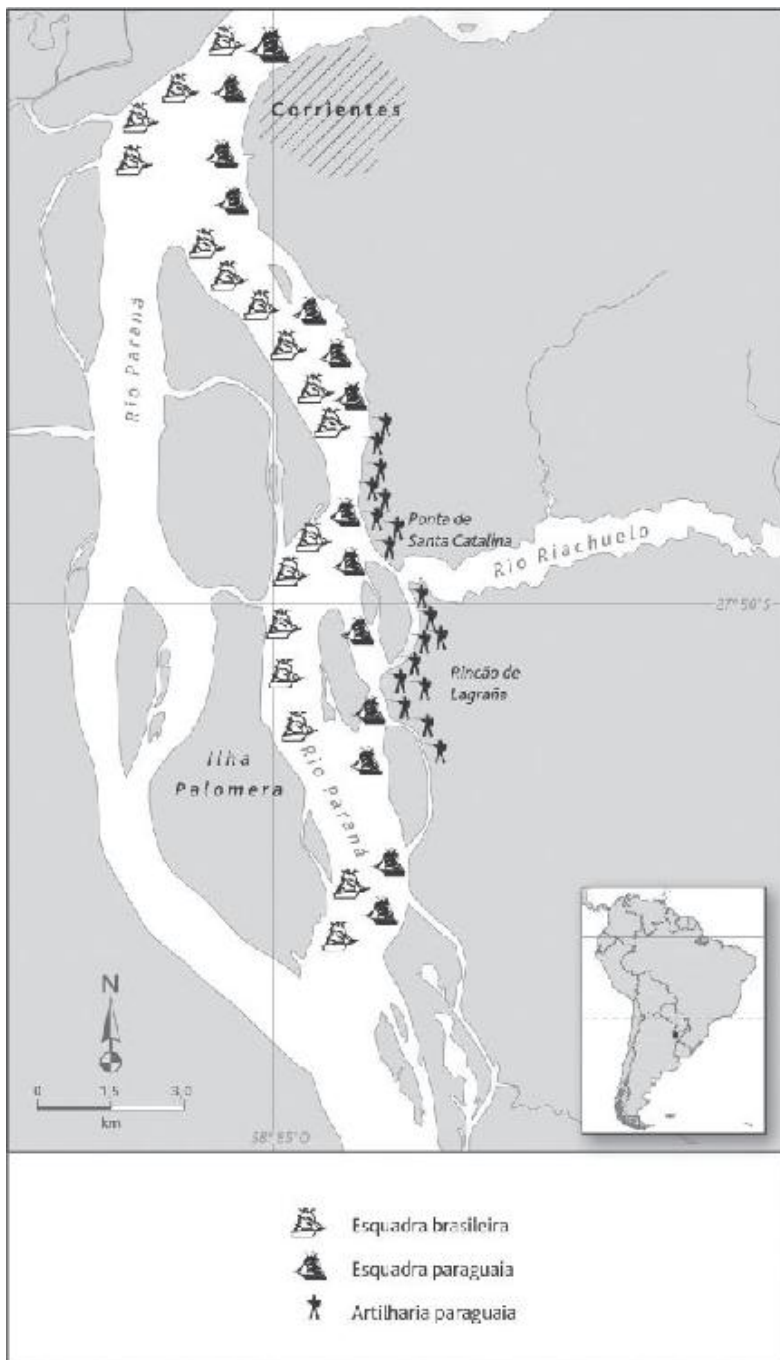
Diante do alerta, Barroso mandou içar um sinal aos demais comandantes: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”,

seguido de outro, com a instrução: “Atacar e destruir o inimigo o mais de perto que puder”. O lado brasileiro contava com 2.287 combatentes; o paraguaio com 1.472.

O comandante ordenou que fossem reativadas as caldeiras, largadas as amarras sobre as boias e preparados os canhões das baterias. Atiradores guarneceram as gáveas. Os encarregados da munição desceram aos paióis e voltaram trazendo projéteis e metralhadoras, que empilharam nas amuradas. E começou o fogo.

Na troca de artilharia, uma das primeiras baixas paraguaias foi justamente Pedro Meza, que, agonizante, passou a liderança ao capitão Remigio Cabral, naquele momento ao comando do *Ygureí*.

A pequena profundidade na confluência entre os rios Paraná e Riachuelo representava um adversário extra para os brasileiros, cujos navios tinham calados mais profundos que os dos paraguaios. Ao tentar passar pelo canal, o *Jequitinhonha*, segundo maior navio da esquadra do Brasil, encalhou a pouca distância das baterias de terra do coronel lopista José María Bruguez, composta de 38 canhões. Mesmo respondendo à altura, não pôde mover-se. Ainda assim, conseguiu repelir a tentativa paraguaia de abordagem simultânea pelo *Tacuari*, o *Marquês de Olinda* e o *Paraguari*.



Batalha do Riachuelo

Movimentação de navios e tropas durante o combate na margem argentina do Rio Paraná.

O brasileiro *Parnaíba* deixou a formação e foi em socorro do *Jequitinhonha*, mas antes de alcançá-lo bateu o leme num banco. O

comandante tentou governá-lo só com as velas, mas deparou-se com o *Paraguari* pela proa, o *Tacuari* por bombordo (lado esquerdo do rumo da embarcação) e o *Salto* por estibordo (lado direito).

A situação da esquadra brasileira nessa hora era crítica: o *Belmonte* e o *Jequitinhonha* encontravam-se encalhados, fora de combate, e os paraguaios abordavam o *Parnaíba*, invadindo seu convés. Os paraguaios tomaram o navio desde a popa até o mastro grande. Nessa luta se sobressaíram, do lado dos brasileiros, o guarda-marinha João Guilherme Greenhalgh, o capitão Pedro Affonso Ferreira e o tenente Feliciano Inácio Andrade Maia, que sucumbiram na defesa da embarcação. O marinheiro imperial Marcílio Dias, que já havia se destacado no episódio de Paissandu, resistiu o quanto pôde em luta contra quatro atacantes paraguaios. Conseguiu matar dois deles, mas teve o braço direito decepado a golpes de machadinha. A bandeira brasileira foi arriada, e a situação parecia encaminhar-se para um desfecho favorável ao Paraguai.

O comandante do *Parnaíba* deu ordens de incendiar o paiol de pólvora para que a embarcação não caísse em mãos do inimigo. Após uma hora de luta, a esquadra brasileira veio em seu socorro, e os navios paraguaios abandonaram o costado do vapor, que içou novamente a bandeira brasileira.

A essa altura, Barroso emitiu outro sinal que seria celebrizado pela história: “Sustentar o fogo que a vitória é nossa”. Em uma manobra ousada, jogou a proa de aço da fragata *Amazonas* contra o casco do paraguaio *Jejuí* e também contra uma das chatas inimigas, afundando ambos. Avistando o *Salto* parado, repetiu a manobra, pondo-o a pique. Mandou tocar a máquina a toda força e foi sobre o *Paraguari*. Este se abriu quase ao meio e a tripulação o abandonou. A manobra se repetiu mais uma vez contra o *Marquês de Olinda*, que, atingido pela proa, desceu o rio desgobernado, à deriva, para encalhar mais abaixo. No choque, o mastro se partiu e atingiu em cheio o tenente Ezequiel Robles, comandante da embarcação. Seu braço esquerdo ficou esmagado e foi rapidamente amputado pelos tripulantes, mas o tenente recusou maiores cuidados, alegando que precisava continuar lutando. Em poucas horas estava morto, em consequência da intensa perda de sangue.

A esquadra paraguaia perdeu quatro embarcações e quatro chatas. O restante, surpreendido pela manobra, fugiu rio acima, sob a

perseguição do *Beberibe* e do *Araguari*, que os fustigaram com os seus canhões até desaparecerem na distância, retornando a Humaitá. Às 17h30 a batalha estava terminada, com clara vitória da esquadra comandada por Barroso. A guerra-relâmpago de López havia fracassado inteiramente. Em decorrência do episódio, os navios brasileiros bloquearam o acesso do rio Paraguai a partir do rio Paraná, e o país de Solano López tornava-se incapaz de receber armas e auxílio do exterior pela via fluvial.

Reconhecido pelos companheiros por sua reiterada bravura, o marinheiro Marcílio Dias encontrou em Riachuelo sua missão final.[3] Os ferimentos sofridos causaram-lhe a morte no dia seguinte, tendo sido sepultado com as honras do cerimonial marítimo nas próprias águas do rio Paraná, em 13 de junho de 1865. Um mês e meio depois, em 1º de agosto, o quartel-general da Marinha Imperial incorporou à Força Naval um navio a vapor adquirido na Grã-Bretanha para servir para o transporte de tropas, dando a ele o nome de *Marcílio Dias*, em homenagem ao heroísmo do cabo de esquadra nas campanhas do Cone Sul. Também com o seu nome seria criada a Medalha de Valor Militar e batizados torpedeiros, clubes náuticos, fundações e hospitais navais.

Ao receber as primeiras notícias de Riachuelo, *El Mariscal* extravasou sua ira sobre a figura do capitão Pero Meza, comandante da operação que redundara em desastre, sem saber que este já estava morto. “Vou fuzilá-lo pessoalmente pelas costas!”, rugiu. López também ordenou que fosse proibida a publicação de notícias sobre a derrota, assim como a divulgação, mesmo às famílias, da lista dos que morreram em combate.

Depois de içar a bandeira branca do *Marquês de Olinda* no canal do Riachuelo, o general Wenceslao Robles retornou com a tripulação ao acampamento em terra. Dias depois, ele receberia de Solano López uma benevolência maior que a destinada a Meza. López pediu ao tenente-coronel Paulino Alén Benítez que lhe enviasse a Ordem Nacional do Mérito. O emissário, entretanto, encontrou o chefe militar com um ânimo nada amistoso.

Ao receber a condecoração que lhe mandou López, o general Robles desdenhou a honraria e entregou-a a José Villalva, seu ordenança, dizendo: “Leve, guarde isso; que não ande mais por aí”.[4]

Mais tarde, enquanto cuidava da ferida no peito, que continuava a doer intensamente, explicou ao soldado Villalva a razão de sua

revolta. E pediu: “Não diga nada que mandei guardar. Mas não é esse disparate que deve defender-nos, e sim nossa coragem e boas armas. Em lugar disso, que não me serve de nada, onde estão o armamento e o bom vestuário que tenho pedido para as tropas?”.

O uniforme regular dos soldados paraguaios consistia em um capote vermelho e calça branca. Mas era comum entre eles, principalmente os de origem indígena, ir à frente de batalha em trajes sumários, vestindo apenas uma espécie de saia, a *chiripá*, às vezes sem camisa, com uma manta ou um poncho curto sobre os ombros, e quase sempre sem calçados. O clima no Paraguai era quente durante quase o ano todo, bem diverso do que enfrentavam naquela região da Argentina, com o inverno já se aproximando.

Robles estava inconformado com o fato de suas tropas passarem fome, gelarem de frio e por conta disso caírem doentes. Mas havia outras razões para suas alterações de humor: além do ferimento que o atormentava, ele se amargurava pela morte de seu irmão Ezequiel, ocorrida em Riachuelo, na defesa do *Marquês de Olinda*. Para piorar, vinha abusando da bebida, o que prejudicava seu julgamento estratégico e o levava a expressar suas opiniões sobre o governo e o comando de López com uma perigosa franqueza.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
Combatente paraguaio com o traje típico guarani – o *chiripá*.

– Diga ao presidente que vou acabar dispersando a tropa – chegou a dizer a um emissário do *Mariscal*. – E que não me procurem depois!

Se o almirante Barroso foi condecorado com a Imperial Ordem do Cruzeiro e recebeu do imperador o título nobiliárquico de barão do Amazonas, em referência à nau capitânia que comandou na batalha do Riachuelo, Robles, com a atitude de desprezar a honraria concedida,

enfureceu Solano López.

E pagaria caro por isso.

Visões sobre a guerra

São muitas as controvérsias sobre os mais variados aspectos dessa guerra,^[1] a começar pela própria forma como é chamada em cada país envolvido – e segundo o ponto de vista político a partir do qual se analisa o episódio. Nenhum elemento, porém, desperta mais divergências do que a análise dos fatores que teriam desencadeado o conflito.

No imediato pós-guerra, a explicação mais corrente era também das mais simplistas: tudo teria se originado do furor expansionista de Solano López, que, contra todas as evidências, acreditou que poderia derrotar as nações vizinhas e conquistar porções de seus territórios, exigindo um sacrifício de vidas humanas sem precedentes nas Américas. Embora tivesse certo fundo de verdade, a tese carecia de bases mais sólidas por deixar de lado o contexto deflagrado que a região do Prata vivia e em cujas hostilidades o Paraguai não era o único nem o principal envolvido.

Para o general brasileiro Augusto Tasso Fragoso, autor de *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai* (1934), ao recusar o oferecimento de mediação feito por Solano López durante o conflito entre blancos e colorados no Uruguai, Buenos Aires teria causado fortíssimo golpe na “alma prepotente e vaidosa do ditador”, sendo este “um dos fatores determinantes no seu procedimento ulterior”. A partir dessa ótica, a invasão militar e a deposição do governo uruguaio, empreendidas pelo Império, constituíram apenas parte dos pretextos que “serviram a López para realizar suas ambições”.

Essa visão perdurou e foi aceita até o governo autoritário de Rafael Franco, no Paraguai, que elevou López a herói nacional em 1936. O historiador Juan O’Leary (1879-1969) praticamente inaugurou a corrente depois conhecida como Lopismo Positivo, que coincidiu com

o golpe liderado pelo general Alfredo Stroessner em 1954 e que manteria o país sob regime militar por 35 anos. Foram tempos de reabilitação plena para Solano López, que passou à condição de defensor da nacionalidade paraguaia. Um personagem atacado não por seus erros, mas pelos ideais que teria abraçado até a morte.

Curiosamente, essa figura mitificada foi em parte absorvida pelos intelectuais latino-americanos a partir dos anos 1960. Com um diferencial importante: na nova interpretação, López e o Paraguai que vinha construindo haviam sido alvos de uma conspiração do Império Britânico, por assumir uma autonomia econômica excepcional no continente, por fechar seus mercados ao comércio da Inglaterra e até por rivalizar com os ingleses na exportação de manufaturados.

O jornalista e historiador argentino León Pomer obteve grande repercussão ao advogar essa teoria em seu livro *Guerra do Paraguai, grande negócio!* (1968), um dos vários trabalhos que dedicou à análise do conflito e que faria parte do movimento conhecido como Revisionismo, muito popular em todo o Cone Sul. Pomer cita que, em 1860, 38% das exportações inglesas eram de tecidos de algodão, cuja matéria-prima o Paraguai produzia e cuja indústria têxtil começava a se firmar, algo que supostamente, entre outros fatores, ameaçava mercados e empregos britânicos. Esses pretextos, entretanto, podem ser contestados, especialmente se observarmos que, naquele ano, por exemplo, o comércio exterior paraguaio registrado foi de apenas 560.392 libras esterlinas, enquanto o da República Oriental do Uruguai, que tinha a metade do território, havia sido de 3,607 milhões de libras esterlinas. A Argentina alcançara 8,951 milhões e o Brasil, 23,739 milhões.

Diretor do Museu Casa da Independência, o historiador paraguaio Carlos Pucineri Scala sempre defendeu a ideia revisionista de que o nascente Paraguai, em início de desenvolvimento, foi destruído pela Inglaterra, tendo o Brasil, a Argentina e o Uruguai como executores do crime. “Tínhamos a fundição de ferro de Ibicuí, uma ferrovia, conseguíamos fabricar barcos, e Assunção ostentava belos prédios, de traçado europeu, feitos por arquitetos ingleses e italianos. Intransigentes, os López não deixavam os ingleses entrarem no país para fazer negócios, o que acabou fazendo com que aquela potência acumulasse ódio contra eles”, declarou.

A corrente revisionista argentina[2] tem entre seus nomes mais

destacados José Maria Rosa, Pacheco O'Donnell, Hugo Chumbita e Felipe Pigna. O primeiro apresenta em *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas* uma visão até simpática da participação do Brasil, ao mesmo tempo que critica severamente a atuação de seu conterrâneo Bartolomeu Mitre.

Já no estudo *Caudillos e intelectuales contra la Guerra de la Triple Alianza*, Chumbita define o episódio como tragédia de efeitos duradouros, mas ressalva que dele surgiram iniciativas positivas e agregadoras:

A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai foi um acontecimento crucial na América: uma contenda devastadora na qual se chegou a aniquilar um povo e cujas sequelas ruinosas castigaram também os vencedores; um momento da história que marcou o destino dos Estados do Cone Sul, colocados diante do dilema de tentar o caminho do desenvolvimento independente ou de subordinar-se à órbita das grandes potências capitalistas. A guerra suscitou na Argentina a resistência dos povos do interior e uma vasta insurreição federal solidária com as Repúblicas vizinhas, impulsionando uma geração política e intelectual a comprometer-se pela causa da união sul-americana.

No Brasil, o jornalista Júlio José Chiavenatto publicou em 1979 *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Nele, reforça a trilha aberta por Pomer e desmistifica o heroísmo das forças aliadas, expondo as crueldades praticadas contra a população paraguaia, especialmente nos confrontos finais. A abordagem repercutiu muito mal nos meios militares brasileiros, e o livro só escapou de ser apreendido pelo governo do general Figueiredo porque seus auxiliares avaliaram que uma ação como essa desmoralizaria o processo de abertura política em curso. Ainda assim, uma medida do Conselho Federal de Educação baniu seu uso como fonte de estudo.

Em entrevista publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em 28 de outubro de 2007, Chiavenatto manteve seus argumentos sobre a interferência britânica,[3] como mostra o trecho a seguir:

[O Paraguai] era praticamente o único Estado livre da influência inglesa no Cone Sul. O Brasil, e a Argentina muito mais, não tomavam nenhuma medida importante sem a anuência da Inglaterra. Não poderiam ter ido à guerra se a Inglaterra não tivesse feito os espetaculares empréstimos que a financiaram. O Paraguai era livre desse esquema. Por ser um país “insular”, não era tão fácil, inclusive geograficamente, interferir no Paraguai quanto no Brasil. Em determinado momento, o Paraguai criou um desequilíbrio de poder que com outras razões – o Paraguai também não é inocente – gerou a guerra.

Sobre as motivações financeiras para o estímulo ao envolvimento

do Brasil, o jornalista reforçou o ponto de vista defendido em sua obra:

Não se pode ignorar que, quando começou a guerra, o Brasil começou a tomar empréstimos cada vez maiores da Inglaterra. Nunca poderia ter sustentado a guerra sem os empréstimos. A dívida externa do Brasil cresceu, e os empréstimos foram quase exclusivamente para a guerra. É evidente que na relação com a Inglaterra havia várias contradições – como há na relação com os Estados Unidos hoje. O Paraguai estava para a Inglaterra assim como Cuba estava para os Estados Unidos.

É preciso lembrar, porém, que no período que antecedeu o conflito as relações do Paraguai com a Inglaterra eram substancialmente melhores que as do Brasil com o Império Britânico. Em sua estada em Londres, em 1853, Solano López abriu um canal de cooperação com o governo, com o empresariado e mesmo com a comunidade científica daquela nação, tornando o Paraguai um grande comprador de produtos e serviços do Reino Unido. De lá foram trazidas embarcações a vapor, ferrovias, siderúrgicas e peças de vestuário, assim como foram contratados engenheiros, pesquisadores, tripulantes de navios e consultores de diversas áreas. Em paralelo, era um momento no qual a economia inglesa passava por dificuldades e surgiam levantes nas colônias. Certamente, matar uma “galinha dos ovos de ouro”, como era aquele cliente sul-americano, não era das ideias mais brilhantes.

A colaboração britânica seguiria por toda a duração da guerra: o coronel inglês George Thompson foi o estrategista militar que contribuiu decisivamente para os melhores resultados obtidos em combate pelos paraguaios. Outro inglês, George Frederick Masterman, chefiava os serviços farmacêuticos paraguaios durante a guerra. Os médicos Frederick Skinner e William Stewart, também ingleses, comandavam o atendimento aos doentes e feridos no forte de Humaitá. Os profissionais britânicos eram, portanto, homens da maior confiança de Solano López ao longo do conflito.

Se havia alguma relação complicada no continente com o governo da rainha Vitória era a do Brasil de Pedro II. O ambiente estava tenso desde agosto de 1844, quando uma lei proposta pelo ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, havia elevado de 15% para 30% as taxas alfandegárias sobre produtos importados que não tivessem equivalente nacional e até 60% para as mercadorias que tivessem concorrentes parecidos ou iguais no país. A Inglaterra, que dominava uma gorda fatia das atividades comerciais brasileiras, foi a principal

prejudicada.

Um ano depois, o parlamento britânico aprovou o Bill Aberdeen Act, uma legislação que proibia o tráfico de escravos no oceano Atlântico e concedia aos navios ingleses a prerrogativa de apreender e até destruir qualquer embarcação que estivesse realizando esse tipo de atividade. Com base nessa medida, até maio de 1851, foram capturados pela Marinha Real britânica 368 navios negreiros brasileiros, muitos em águas territoriais do país.

A animosidade entre os dois impérios aumentou em 1860, quando o recém-chegado embaixador William Dougal Christie, que já havia demonstrado inabilidade como plenipotenciário em Assunção, denunciou o não cumprimento da Lei Regencial de 1831, que garantia a liberdade de todos os negros trazidos ao Brasil como cativos a partir daquele ano. A atitude – correta, aliás – do representante britânico causou um grande mal-estar entre as elites brasileiras, que não abriam mão da utilização de escravos.

O momento não era bom, mas era possível piorar. Em abril de 1861, o navio *Prince of Wales*, que partira de Glasgow, na Escócia, rumo a Buenos Aires, acidentou-se próximo à costa do Rio Grande do Sul, já em águas brasileiras. No naufrágio, doze marinheiros morreram. Os sobreviventes seguiram em direção à cidade de Rio Grande para comunicar o fato às autoridades brasileiras. Enquanto a tripulação estava em terra, louças, tecidos, azeites e vinhos foram saqueados do barco. Christie, então, exigiu do governo imperial um pedido formal de desculpas e a indenização pelos danos. O imperador, contudo, negou-se a atender aos pedidos do embaixador.

No ano seguinte, outro incidente abalou a já desgastada relação bilateral. Em 17 de junho de 1862, dois oficiais e o capelão do navio de guerra inglês *Fort*, bêbados e em trajes civis, promoveram arruaças no bairro da Tijuca. Ao serem interpelados por um policial, reagiram com violência e acabaram detidos. O embaixador Christie exigiu a demissão do comandante dos policiais que efetuaram a prisão e um pedido formal de desculpas do governo brasileiro, além de aproveitar o momento para voltar a cobrar a indenização pela carga roubada no ano anterior. Mais uma vez foi ignorado.

Finalmente, em 1863, uma esquadra inglesa que zarpara do Rio de Janeiro aprisionou cinco navios mercantes brasileiros que estavam em alto-mar. Dom Pedro II exigiu desculpas formais do governo inglês e

pediu a liberação das embarcações. Diante da resposta negativa, o imperador convocou o rei da Bélgica, Leopoldo I, para arbitrar a questão. O monarca belga decidiu em favor dos brasileiros e determinou que houvesse um pedido de desculpas por parte da representação britânica. Sem obter resposta, o Brasil acabou rompendo relações com a Coroa britânica. As rusgas diplomáticas só chegaram ao fim em 1865, quando os ingleses se retrataram.

Ainda nesse campo, o ministro plenipotenciário britânico Edward Thornton, que serviu em Assunção e Buenos Aires, é sempre lembrado pelos revisionistas como incentivador do ataque dos aliados ao Paraguai. E, de fato, há cartas em que ele declara seu desprezo pelos López, que define como tirânicos e sem moral, referindo-se inclusive à condição de Elisa Lynch como amante de Solano. Em uma delas, descreve o povo guarani como “submetido ao terror e ao despotismo”. No entanto, às vésperas do conflito, enviou uma mensagem ao presidente paraguaio na qual dava conta de que as relações da Inglaterra com o Brasil estavam “abaladas”, mas esperava que as nações vizinhas “chegassem a um entendimento”. Ademais, o expansionismo do Império Brasileiro chocava-se com os interesses da Inglaterra e mesmo dos Estados Unidos no continente. Não havia sentido em reforçar o poder regional de Pedro II.

O argumento de que o Reino Unido incentivara a guerra para que o Brasil se endividasse junto aos bancos da City de Londres também carece de solidez. É verdade que o empréstimo de 6,963 milhões de libras dos Rothschild ao governo brasileiro em 12 de setembro de 1865 foi utilizado para comprar navios de guerra, e nesse sentido a Inglaterra deu uma contribuição importante para a vitória dos aliados sobre o Paraguai. Mas não houve nenhum outro financiamento ao Brasil durante toda a guerra, e os empréstimos ingleses representaram entre 10% e 15% do total de despesas do Brasil com a Guerra do Paraguai. Antes do conflito, o governo imperial recorria até com maior regularidade aos banqueiros britânicos: em 11 de janeiro de 1843, tomou emprestadas 732 mil libras; em 27 de julho de 1852, 1,010 milhão; em 19 de maio de 1858, 1,523 milhão; em 23 de fevereiro de 1859, 508 mil libras; em 16 de março de 1860, 1,373 milhão; e em 7 de outubro de 1863, 3,855 milhões. Encerrada a guerra, aí, sim, o processo de endividamento se aceleraria, chegando a somar 22 milhões de libras entre 1871 e 1888, uma situação que

comprometeria a estabilidade do regime monárquico brasileiro.

O Congresso paraguaio, por sua vez, na sessão de 5 de março de 1865 – no início da guerra, portanto –, autorizou seu governo a tomar emprestadas 5 milhões de libras esterlinas de Londres. Não há confirmação de que o financiamento tenha sido efetivado em sua totalidade; os registros da época falam em uma retirada de um milhão de libras. De qualquer forma, a decisão parlamentar desfaz o mito de que o Paraguai jamais solicitou empréstimos à City durante a gestão dos López, ao mesmo tempo que reitera o quanto eram amistosas as relações comerciais e financeiras entre o Paraguai e o Império Britânico no momento da eclosão do conflito.

Na Argentina, é possível considerar indícios da influência da Inglaterra sobre o confronto, ainda que longe de serem categóricos. Na década de 1860, havia por parte de Buenos Aires uma inegável pressão pela abertura do mercado paraguaio, iniciativa que agradava aos ingleses. Mas é sabido que Bartolomeu Mitre e seu grupo eram antigos defensores do liberalismo econômico, sem que precisassem de grandes incentivos adicionais para isso, reprovando a linha de administração lopista. Em 24 de maio de 1860, por exemplo, o embaixador Domingo Faustino Sarmiento escreveu no periódico *El Nacional*: “Temos fé que há de chegar o momento em que os países vizinhos à desgraçada população do Paraguai intervirão para melhorar as condições de governo tão anômalo, como é o de dom Carlos Antonio López”.

Em 1865, quando a Argentina se envolveu no conflito, a presença britânica no país era sentida nas mais diversas atividades. O inglês Thomas Armstrong, sozinho, acumulava funções de diretor da Compañia del Ferrocarril Central Argentino, presidente da Bolsa de Comercio, Vocal da Casa da Moeda e do Banco de la Província de Buenos Aires. Ele logo se comprometeu a doar 50 mil pesos anuais ao esforço de guerra, mas é duvidoso que tenha cumprido a promessa até o fim. De qualquer forma, essas iniciativas não consistiam em ações de Estado promovidas oficialmente pelo Império Britânico.

Em *A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*, o historiador Alfredo da Mota Menezes, doutor em história da América Latina, rebate as interpretações revisionistas e aponta as questões internas dos quatro países envolvidos que redundaram no confronto generalizado. O revisionismo, aliás, foi alvo de inúmeras críticas

partidas de uma terceira vertente, representada no Brasil principalmente pelos historiadores Ricardo Henrique Salles e Francisco Doratioto, autor de *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*— obra monumental que resultou de anos de estudo, inclusive nas regiões em que se deu o conflito. A historiografia mediadora, como ficou conhecida essa vertente, afirma que o Paraguai não se constituía em um exemplo de modernidade econômica e social às vésperas da guerra, como querem os revisionistas. Oferece uma visão ao mesmo tempo menos oficialista e menos apaixonada ideologicamente.

Ricardo Salles, autor do livro *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, enxerga no Brasil a culpa pelo conflito. “O Paraguai avisou que, se o Brasil invadisse o Uruguai, declararia guerra. López só declarou guerra porque achou a invasão uma ameaça fatal a ele”. Segundo Salles, a história oficial brasileira trata a invasão ao Uruguai e a Guerra do Paraguai como conflitos diferentes, quando, a seu ver, trata-se de um só. “A invasão ao Uruguai foi um ato agressivo, que desencadeou a guerra”, afirma.[4]

Mesmo no Paraguai, onde as feridas ainda abertas são uma tentação para a preferência de versões vitimizadoras ou heroicas, destacam-se nomes como o de Herib Caballero Campos, doutor em história e mestre em história do mundo hispânico, cujas abordagens sobre a Guerra da Tríplice Aliança são resultado de investigações levadas a cabo com rigor, sem a preocupação de defender uma tese política pré-determinada. “Não se pode negar que o Paraguai teve um desenvolvimento na gestão dos López, ainda que parcial e mais no plano tecnológico do que no social”, avalia ele. “O modo de produção, porém, se modificou pouco. Para o trabalhador, não houve grandes mudanças.”

O argentino Rosendo Fraga atribui a tragédia que envolveu o Paraguai não às forças externas, mas a dois erros de cálculo do *mariscal* López: o primeiro teria sido o ataque a Mato Grosso, imaginando que o Brasil não suportaria uma guerra prolongada e em dois flancos distantes; o segundo, acreditar que a Argentina, dividida, penderia para o seu lado. “Como essas premissas não se cumpriram, a guerra foi perdida logo no primeiro ano. Todo o resto foi consequência”, resume.

Para Herib Caballero, a decisão se deu na Batalha do Riachuelo:

“Ali, o Paraguai perdeu o contato com o exterior, a não ser por uma ou outra nave inglesa ou francesa”, avalia. “Foi um golpe fatal.”

XXII

A marcha para Uruguiana

Se Riachuelo havia imposto uma derrota catastrófica à esquadra lopista, o contingente comandado pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia fazia progressos em marcha acelerada rumo ao Rio Grande do Sul. Em 8 de junho de 1865, ele e sua coluna de quase 10 mil soldados, organizada pelo major Pedro Duarte, chegaram ao vilarejo correntino de Santo Tomé, a oito quilômetros da fronteira com o Brasil. Traziam cinco canhões, vinte canoas e trinta carretas com víveres e provisões diversas.

A partir dali, Estigarribia, que era chamado de Coronel Lacú (abreviatura de seu sobrenome la Cruz), preparou-se para entrar em São Borja, no lado brasileiro, com mais de 6 mil homens. Pela margem argentina do rio Uruguai, Pedro Duarte conduziu uma tropa de 3 mil rumo a San José de Restauración, junto a Paso de los Libres, com o objetivo de tomar Uruguiana.

Duarte, assim como Estigarribia, tinha traços indígenas e falava o guarani como primeira língua. Ambos utilizavam o idioma espanhol apenas em eventos e encontros oficiais.[1] Suas missões corriam em paralelo desde muito antes, uma vez que já haviam estado com López nas negociações de paz em Buenos Aires, anos antes, e participado ativamente da preparação do Exército paraguaio. No plano militar, havia entendimento, mas o relacionamento pessoal estava longe de ser perfeito.

A princípio superior hierarquicamente a Estigarribia, que era sargento até o início do conflito, Duarte foi ultrapassado pelo colega, que recebeu uma promoção para tenente-coronel e assumiu o posto de Cerro León, que até então lhe cabia. O major, por sua vez, foi removido para Encarnación, menos importante, onde Estigarribia atuara. Essa movimentação, baseada em critérios nunca bem

explicados, criou um clima de mútua desconfiança entre eles.

Na manhã de 10 de junho, o contingente de Estigarribia atravessou o rio, em grupos de vinte por vez, em pé sobre canoas que iam e voltavam para buscar mais soldados, até que todos eles chegassem ao lado brasileiro. Mesmo alertado sobre esse avanço, o chefe das forças imperiais na fronteira, coronel Antônio Fernandes Lima, não acreditou na rapidez dos paraguaios e moveu-se sem pressa com seus 2 mil homens na direção do inimigo.

Às dez horas da manhã, a coluna paraguaia já estava nas cercanias de São Borja, dando início a um tiroteio, que foi recebido por uma débil resistência de lanceiros comandados pelo coronel Ferreira Guimarães. Depois de quatro horas de confronto, chegou à cidade o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria, sob o comando do tenente-coronel João Manuel Mena Barreto, que já havia tomado parte na campanha do Uruguai. As forças brasileiras não somavam sequer 650 indivíduos, mas puderam manter a posição por dois dias, enquanto os moradores se retiravam em carroças, a cavalo ou a pé. Ao fim desse período, a guarnição militar recuou para localidades próximas.

Estigarribia permaneceria em São Borja por uma semana, período em que grande parte das casas da cidade, abandonadas, foi alvo de saques por suas tropas. No dia 19 de junho, animado pela vitória tranquila, o Exército paraguaio partiu para Uruguaiana, onde esperava obter sucesso semelhante, após se juntar à divisão de Pedro Duarte.

Depois de investir contra São Borja, o coronel Lacú enviou o capitão de cavalaria José del Rosario López, com quatrocentos homens, para Los Garruchos, cem quilômetros ao norte. Estigarribia havia recebido a notícia de que soldados brasileiros estavam se movimentando por aquelas redondezas e temia um ataque pela retaguarda. Todos no destacamento, inclusive Rosario López, eram oriundos de Caazapá, departamento do centro-sul paraguaio.

O comandante enviou batedores para patrulhar os arredores e, como ninguém foi avistado, decidiu retomar o rumo sul. A marcha se deu em ritmo lento, pois a chuva forte dos dias anteriores havia deixado o caminho alagado, e não restavam canoas para a sua expedição. No dia 25, porém, ao passar por trás do rio Mbutuy, o grupo de Rosário López foi interceptado por 3.500 homens das tropas imperiais, que integravam a 1ª Brigada, do coronel Antônio Fernandes Lima, e a 4ª Brigada, do coronel Alves de Mesquita.

Na madrugada de 26 de junho, os paraguaios estavam encurralados nas margens do rio.[2] Sem condições de posicionar-se no terreno, Rosario López suportou as primeiras cargas enviando grupos de soldados para se embrenhar nas matas e tentar ações de guerrilha. Quando os ataques se intensificaram, os paraguaios iniciaram a tática de formação em quadrado, com os feridos protegidos no centro.

Dos quatrocentos combatentes paraguaios, 116 foram mortos e 120 ficaram feridos. Os brasileiros sofreram quase oitocentas baixas e, após cinco horas e meia e onze ataques sucessivos, as forças do Império abandonaram o campo de batalha. Rosario López reuniu os sobreviventes, recolheu as armas dos mortos e retomou a expedição. Dois dias depois, reuniu-se a Estigarribia.

Ao tomar conhecimento em Humaitá da heroica resistência de seus soldados no evento, Solano López ficou eufórico. Após o desastre de Riachuelo, vinham em boa hora as notícias da tomada de São Borja e da resistência de Mbutuy. Ordenou que o capitão Rosario López fosse promovido e enviou a ele a Medalha da Ordem Nacional do Mérito, além da inclusão de homenagens ao militar no boletim do Exército e nas páginas do *El Semanario*.

O próprio Bartolomeu Mitre, comandante em chefe das forças aliadas, comunicou em carta ao seu ministro da Guerra e da Marinha, Juan Andrés Gelly y Obes, detalhes que lhe haviam chegado do confronto. E reconheceu a fibra dos paraguaios de Caazapá: “Com tática e valor, eles tomaram posições vantajosas, morrendo em seus postos sem render-se”.

Em contraste, na frente argentina a situação era de total desordem naquele momento. A força reunida por Justo José de Urquiza, de 8 mil homens, seguia a contragosto em direção a Concordia, vilarejo no limite norte da província de Entre Ríos com o Uruguai, para onde o presidente Bartolomeu Mitre havia partido em 17 de junho a fim de assumir o comando das operações. No dia 24, Mitre já se encontrava na localidade quando recebeu o general Osório e sua tropa, composta de 15 mil brasileiros.

Em 3 de julho, Urquiza acampou com o regimento em Basualdo, a poucos quilômetros de Concordia, e partiu para avistar-se com Mitre. [3] Sua saída provocou rumores de que o líder entrerriano estaria, na verdade, voltando para casa e abandonando a luta. O boato não demorou a se espalhar. Como agravante, havia o fato de que o

contingente não se sentia motivado a combater os paraguaios, com quem guardavam mais afinidades do que com os portenhos. No momento em que a guerra se via tão impopular na Confederação, era o pretexto que faltava para motivar deserções em massa. Alguns chegavam a gritar “Morra, Mitre!”, inconformados com um presidente que, a seu ver, não os representava.

Urquiza havia parado à noite na estância de Gregorio Castro, a meio caminho de seu destino, e já se preparava para dormir, quando emissários lhe trouxeram a notícia de que sua tropa estava debandando. Rapidamente, tomou o rumo de volta e, ao chegar às barracas, cerca de 3 mil integrantes já haviam deixado seus postos e outros tantos foram flagrados preparando-se para partir. O dia ainda não amanhecera quando o general reuniu as forças para fazer um alerta e uma ameaça:

– Não é verdade que estou pensando em desistir da luta! A pátria exige que façamos a guerra! – bradou Urquiza. – Quero que saibam que, daqui em diante, todo aquele que for apanhado desistindo do combate ou que for capturado após a fuga será sumariamente fuzilado!

Embora temível, a ameaça não surtiu efeito. A autoridade do chefe – que, anos antes, havia comandado as ações em Caseros, Cepeda e Pavón –, estava esvaziada. Nas madrugadas seguintes, as fugas foram se sucedendo, e, por volta do dia 7, já não havia um efetivo mínimo para se levar algum confronto a efeito ou mesmo apoiar o Exército brasileiro. Urquiza acabou por desistir das punições aos que restaram e recuou para recomeçar do zero.

Desde a vitória em Riachuelo, o panorama favorável aos aliados vinha se revertendo. A investida lopista teve seu vigor renovado com a gradual tomada dos pontos na fronteira do Rio Grande do Sul, ao longo do rio Uruguai.

Em Corrientes, para onde as tropas do general Wenceslao Robles haviam retornado, o aparato repressivo à população se intensificava a cada dia. Na madrugada de 11 de julho, uma terça-feira, soldados paraguaios, a mando de Solano López, capturaram em suas casas cinco mulheres dos principais líderes da resistência. Levadas aos calabouços do *Cabildo* para serem forçadas a revelar o paradeiro dos maridos, elas suportaram os maus-tratos bravamente. A única ressalva feita pelo *Mariscal* foi a de que, nos interrogatórios, as senhoras não fossem

“desonradas”. Dias depois, foram todas transferidas para a prisão de Humaitá. Uma delas, Victoria Bart de Ceballos, escreveria mais tarde um relato sobre sua detenção:

Dali nos conduziram até um ponto denominado Guardia Tacuara, onde nos colocaram em uma carreta e nos levaram ao povoado de San Juan, viajando dia e noite. Em San Juan, ficamos como reféns por dois anos, ao fim dos quais fomos trasladadas para Caá Pucú, para passar um ano mais naquele lugar.

A última etapa de seu cativeiro foi uma penosa caminhada atravessando morros e cruzando rios, passando frio e fome, até chegarem a Assunção.[4] Na capital, seriam finalmente libertadas pelas tropas brasileiras mais de três anos depois. Elas passariam à história como As Cativas Correntinas e ganhariam um monumento na cidade.

A prisão das mulheres dos resistentes foi um capítulo cruel do cerco a Corrientes, mas àquela altura o destino do general Robles estava praticamente selado. Já irritado com o subordinado pelo pouco-caso demonstrado por ele ao receber a honraria da Ordem do Mérito, pela catástrofe de Riachuelo e pelas informações que vinha recebendo sobre o comportamento do militar, Solano López recebeu dele uma correspondência que seria a gota d’água.

Naquele começo de julho de 1865, o general decidiu encaminhar ao presidente, em Humaitá, a informação de que estava sendo contatado insistentemente pelo legionário Fernando Iturburu, que tentava convencê-lo a depor as armas e se render às forças aliadas. A Legião Paraguaia era formada por opositores do *Mariscal* no exílio – caso de Iturburu. Muitos deles conspiravam para derrubar os López desde a década de 1850. Com o início da guerra, também passaram a ser chamados de legionários os desertores ou prisioneiros guaranis que se uniam às linhas inimigas[5].

Mesmo tendo afirmado que recusara a proposta de Iturburu, Robles despertou desconfianças e enfureceu o *Mariscal* com seu comunicado:

– Há muito tempo essa divisão se mostra inoperante, perdendo tempo com pequenos atritos e consumindo nossos recursos inutilmente – disse ele no forte de Humaitá a Luis Caminos, seu secretário e oficial do Ministério da Fazenda. – Está na hora de dar um basta na atuação desse irresponsável!

Em 23 de julho, o cunhado de López, Vicente Barrios Bedoya, já

ministro da Guerra em lugar de Venâncio López – que ficara em Assunção –, foi enviado a Corrientes para notificar Wenceslao Robles de sua substituição pelo general Francisco Resquín e da ordem para que o acompanhasse até Humaitá, onde ficaria detido à espera de julgamento por uma Corte Militar.^[6] Desde aquele momento, conhecendo como conhecia o temperamento de Solano, Robles abandonou qualquer esperança e preparou-se para enfrentar a pena capital.

XXIII

Encurralados pela Aliança

Na fronteira com o Brasil, o esquadrão guarani continuava seu avanço. Em 18 de julho, o grupo de Pedro Duarte empreendeu a complicada travessia dos rios Ypeju e Toropaso fixando-se em La Cruz, ainda na margem argentina do rio Uruguai. No dia 21, seiscentos paraguaios da divisão confrontaram oitocentos correntinos aliancistas que, ao final do embate, debandaram por completo. A essa altura, Antonio de la Cruz Estigarribia, o coronel Lacú, encontrava-se muito próximo, acampado em Itaqui, no lado oposto do rio.[1] Estava a cem quilômetros de Uruguaiana, onde os dois contingentes deveriam se encontrar em alguns dias.

Solano López estava esperançoso. Acreditava que a conquista de Uruguaiana estava garantida, e dali a entrada na República Oriental seria uma tranquila consequência. O sabor da vitória seria efêmero, porém. Ainda que apaixonado pela vida militar, e mesmo tendo investindo pesados recursos na montagem de imponentes Forças Armadas, *El Mariscal* era um estrategista limitado. Sem experiência de campo – diferentemente de seu modelo, Napoleão, praticamente nunca havia enfrentado pessoalmente um inimigo –, ele confiava excessivamente em seu poder de liderança. A centralização do comando em suas mãos, no forte de Humaitá, distante do teatro de operações, acarretou dificuldades adicionais na campanha ofensiva e provocou sérios erros de orientação.

Ao começar a guerra, seu plano parecia fazer sentido, mas dependia de uma série de premissas que não se realizaram, como a adesão do líder das províncias argentinas, Justo José de Urquiza. Problemas de comunicação com o comando de seu Exército, um enorme gasto de recursos bélicos para manter Corrientes sob domínio e uma sucessão de reveses – o pior deles sendo Riachuelo – causariam

a reversão de sua vantagem em um tempo muito curto.

As tropas paraguaias eram mais numerosas, por conta do recrutamento em massa que incluiu até mesmo os oficiais da reserva, e formadas por soldados que demonstravam bravura. Mas o isolamento em que seu país viveu por tantos anos e a precariedade de seus armamentos representavam desvantagens importantes. Os aliados dispunham de um contingente menor, porém, por terem participado de guerras regionais desde a primeira metade do século, eram mais experientes e conheciam melhor o terreno onde combatiam.

Nesse momento, entrou em cena um adversário tão implacável quanto os mais bem armados exércitos: o frio. O inverno sulista em 1865 foi um dos mais rigorosos da história na região, registrando temperaturas negativas que castigavam os paraguaios, acostumados a um clima quente e a mínimas que nunca iam abaixo de 16º C. Com um agravante: foi um período especialmente chuvoso.

Além de enfrentarem condições climáticas adversas, os soldados paraguaios permaneciam com as fardas molhadas, por não possuírem uniformes de reserva ou mesmo barracas. Os campos da região caracterizavam-se por uma vegetação rasteira, dos pampas, sem árvores de onde se poderia retirar madeira para se improvisar cabanas. Botas ou sapatos eram um privilégio de oficiais; os combatentes usavam sandálias ou faziam a marcha descalços. O comandante Estigarribia anotou em diversos momentos a morte de soldados por pneumonia.

No começo de agosto, Estigarribia recebeu um comunicado de Solano López: “Recolha os mantimentos que puder em Uruguaiana e siga imediatamente para a República Oriental pelo caminho de São Miguel”. O *Mariscal* prometia ir com suas tropas até as margens uruguaias do rio Paraná, onde se encontrava a esquadra imperial, e ordenava que o coronel fosse encontrá-lo. Informava na mensagem que pretendia capturar “dez ou doze barcos brasileiros” naquelas águas.[2]

O comandante ordenou que as tropas levantassem acampamento e encaminhou-se para Uruguaiana. Ao chegar lá, no dia 5 de agosto, sem que explicasse a razão, desobedeceu a determinação presidencial e se instalou na cidade sem prazo para deixá-la. É possível que temesse prosseguir por conta das condições lastimáveis em que se encontrava seu destacamento. Se verdadeira, a preocupação teria sido

exagerada, já que a região da fronteira, defendida por esparsas tropas sob o comando do general Davi Canabarro, tinha poucas condições de resistência. O fato é que, se o coronel não seguiu a ordem de Solano, o *Mariscal* tampouco deixou Humaitá rumo ao Uruguai.

Pouco depois da chegada, um emissário entregou a Estigarribia uma mensagem de Pedro Duarte, que havia se instalado nas barrancas do riacho Yatay (Jataí, para os brasileiros), na margem direita do rio Uruguai. O bilhete dizia que o presidente oriental Venâncio Flores havia partido de Concordia, onde encontrara Mitre, com um contingente de 4.500 homens para fazer frente às tropas paraguaias. O coronel Lacú respondeu-lhe que isso devia ser um boato sem fundamento e que se manteria na posição. Duarte retrucou que não podia avançar em função do bloqueio exercido por um vapor aliado, que frustrara todas as suas tentativas de atravessar o rio, atirando nas canoas de seus efetivos. Pediu que Estigarribia abordasse o barco e o neutralizasse. A resposta foi uma ironia: “Se está com o ânimo abatido, venha se juntar à força de Uruguaiana, que verei se posso liberá-lo de participar das batalhas”.^[3]

Em 17 de agosto, após duas semanas isolados, sem poder fazer a travessia para Uruguaiana, Pedro Duarte e seu grupo perceberam a aproximação de um impressionante contingente, uma gigantesca massa de soldados, a cavalo e a pé. Era a tropa de Venâncio Flores, reforçada por 4 mil combatentes sob o comando do general Wenceslao Paunero, 1.400 cavaleiros do general correntino Juan Madariaga, 1.200 da infantaria do coronel também correntino Simeón Paiva, mais trinta peças de artilharia. Duarte, por sua vez, contava com um só canhão e menos de 3 mil homens.

Flores atacou o centro das tropas paraguaias, Paunero, o flanco direito e Suárez, o flanco esquerdo. A cavalaria de Madariaga investiu pela retaguarda. O resultado foi inevitável: uma carnificina. Metade do contingente paraguaio foi morto em combate ou degolado após a batalha, e os soldados restantes – trezentos deles feridos – foram feitos prisioneiros. Entre estes, Flores encontrou dezenas de uruguaios ligados ao Partido Blanco que haviam se refugiado no Paraguai após a volta dos colorados ao poder. Mandou fuzilar um a um.

Pedro Duarte foi tomado prisioneiro pelo coronel oriental Magariños Cervantes. Perdera o revólver quando a explosão de uma bomba próxima de onde se encontrava fez seu cinturão romper-se em

plena batalha. Em seu cavalo com arreios de prata, assim como eram suas esporas, empunhando a espada retorcida por tantos golpes desferidos e recebidos, continuava a se defender como possível. Já tinha sérios ferimentos nas mãos e nos dedos quando escapou de um golpe fatal de baioneta, graças a um grito do coronel Magariños Cervantes:

– Soldados! Deixem esse oficial! Não lhes façam mal!

Domingo Fidel Sarmiento, filho do embaixador Domingo Faustino Sarmiento, participara do confronto e, naquela noite, escreveu à família em Buenos Aires que os paraguaios não eram “inimigos dignos dos aliancistas”, por terem se rendido “facilmente”. Sua mãe respondeu que ainda era cedo para esperar uma capitulação paraguaia: “López em sua casa será mais forte do que imaginam”, alertou.

Informado do massacre de Jataí, Estigarribia preparou a tropa para uma retirada, e já começava a se afastar de Uruguaiana quando foi abordado pelos homens do general brasileiro Davi Canabarro. Ordenou uma reação, mas Canabarro evitou o combate e tomou o rumo de volta à cidade em um aparente ato de covardia.

Mas Canabarro era um osso duro de roer, um homem de quase 70 anos que já participara de todas as guerras e revoluções no Cone Sul desde a Cisplatina. Sua suposta fuga era uma emboscada bem urdida.

Acreditando estar em vantagem, Estigarribia seguiu o rastro do velho general, que o levou de volta às portas de Uruguaiana, onde teve seu exército cercado pelo pelotão de Canabarro somado às forças aliadas que haviam combatido em Jataí e agora retornavam totalizando 15 mil homens. Quando a esquadra do visconde de Tamandaré se posicionou nas proximidades, estava mais claro do que nunca que a situação era irremediável. Instado a depor as armas, o coronel Lacú a princípio manteve sua posição. Em carta aos comandantes aliados, declarou:

Ainda que eu esteja perdido, a honra e a obediência às ordens do supremo governo de minha pátria me mandam morrer antes de entregar as armas que me confiaram.

Em 5 de setembro, Estigarribia rechaçou outra intimação com um protesto:

Se Vossas Excelências se manifestam tão zelosas quanto a liberdade do povo paraguaio,

segundo suas próprias expressões, por que não começam por libertar os infelizes negros do Brasil, que compõem a maior parte da sua população e gemem no mais duro e espantoso cativeiro para enriquecer e sustentar a ociosidade de algumas centenas de grandes do Império? Desde quando se chama de escravo um povo que elege por livre e espontânea vontade o governo que preside seu destino?

E, parafraseando a resistência espartana,[4] encerrou: “A fumaça dos canhões nos fará sombra”. [5]

XXIV

Derrotados pela fome

Avesso ao militarismo na juventude, dom Pedro II mudou sua forma de encarar as guerras depois que o conflito atingiu a região Sul do Brasil. Em julho de 1865, o imperador concluiu que deveria assumir um protagonismo maior nas operações contra o Paraguai. Sua liderança, imaginou, ajudaria a estimular alistamentos para o seu exército, ainda muito carente de efetivos, e sua presença no *front* poderia servir para elevar o ânimo dos combatentes brasileiros e dos chefes aliados. Ademais, as princesas estavam – além de bem-criadas – casadas. E sua amada condessa de Barral – com sua missão como preceptora encerrada – havia partido para a França, ao encontro do marido e do filho.

Essa revisão de conceitos o levou, em um primeiro momento, a posar para fotos no Palácio São Cristóvão vestindo uniforme militar e traje de campanha.[1] Posteriormente, as imagens foram aplicadas, por meio de montagens, a cenários que simulavam as frentes de batalha, para serem usadas como peça de propaganda pró-guerra. Naquele mesmo mês, começou a preparar uma expedição com objetivo de conhecer de perto a situação dos combates e verificar os avanços feitos pelos aliados. Um dos primeiros a ser comunicado da decisão foi o marquês de Caxias, que reagiu mal à ideia.

– Majestade, entendo a grandeza de seus propósitos, mas não acredito que uma aventura dessas valha os riscos que poderá correr – ponderou Caxias. – Não me refiro apenas aos perigos dos combates, mas também aos riscos de moléstias, provocadas pelos rigores do clima ou pelas epidemias que costumam surgir nessas frentes de batalha, sempre profusas em miasmas.

– Caro Caxias, sabes que costumo viajar pelos mais distantes insalubres e locais do Império – retrucou dom Pedro. – Não é certo

que um governante fique encastelado, distante da vida e dos acontecimentos que afetam seu povo. Esse périplo já é um fato consumado, e faço questão absoluta de que, sendo bom amigo e conhecedor da região, me acompanhe.

Caxias concordou a contragosto. Mais ainda ao saber que faria parte da comitiva o ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, por quem não nutria a menor simpatia e cuja atuação questionava fortemente.

O Conselho de Ministros também recebeu a notícia com espanto, e seus argumentos não diferiram muito dos de Caxias. Mas Pedro II não arredou de seu projeto. Dias antes de partir, o monarca disse aos genros que gostaria de contar com a companhia de ambos na viagem. Um pensamento que o entristecia era o de que, nesse momento, poderia estar na empreitada com seus próprios filhos homens, Afonso e Pedro, não tivessem eles morrido na infância. Mas a presença dos príncipes aplacaria um pouco esse sentimento. E o contato com a realidade da vida fora dos palácios lhes reforçaria o caráter.

Gastão d'Orleans, o conde D'Eu, ficou bastante entusiasmado com a notícia. Desde o começo da guerra vinha pedindo ao sogro que lhe entregasse o comando das tropas, algo que o imperador nem sequer cogitou. Mas conhecer o cenário dos conflitos já seria um excelente começo. Recém-chegado de uma longa viagem pela Europa acompanhado da princesa Isabel, com quem estava casado havia oito meses, o rapaz de 23 anos já estava desejoso de espantar o tédio reinante no Palácio Imperial. As majestades eram avessas à vida mundana, e o jovem casal gastava as horas de seus dias em leituras de Walter Scott, Alexis de Tocqueville e Octave Feuillet. Em uma carta aos parentes europeus, dias antes, Gastão desabafara:[2]

Come-se em família às cinco, com uma rapidez prodigiosa. Depois, se o tempo estiver bom, passeia-se pela propriedade, uma espécie de jardim quase inculto, composto principalmente de mangueiras e bambus gigantes. Em seguida, volta-se para casa para tomar chá; as princesas fazem música; olham-se fotografias e fazem-se jogos de prendas. E às nove e meia está tudo terminado!

Augusto, o duque de Saxe-Coburgo, às vésperas de completar vinte anos, não criou obstáculos, como sempre. Mas seu interesse por batalhas era imensamente menor do que pelas caçadas. No entanto, considerou que na região visitada poderiam surgir boas oportunidades

para se dedicar à atividade que amava mais do que qualquer outra.

Em 1º de agosto, o trio subiu a bordo do vapor *Oiapoc*, acompanhado do marquês de Caxias e do ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. A primeira escala foi em Santa Catarina. Por ali, detiveram-se apenas um dia em terra e logo prosseguiram até Porto Alegre, onde chegaram no dia 5 e foram recebidos com uma procissão de archotes e bandeiras, encerrada com uma serenata.

A partir da capital do Rio Grande do Sul, o imperador e seus genros prosseguiram por terra. Fizeram paradas em Pelotas, Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava, São Gabriel, Rosário do Sul, Alegrete e São Borja, e cruzaram o rio até Restauración, quase sempre sob chuva forte. Nessas últimas duas cidades constataram a destruição causada pelos ataques paraguaios, ainda visível mais de dois meses depois.

No caminho de Alegrete, a comitiva imperial presenciou o sacrifício de bois e a preparação de um churrasco, alimento típico do Sul que o monarca e os príncipes nunca haviam provado até então.[3]

No dia 29 de agosto, acampado com seu grupo na fronteira sudoeste do rio Grande, dom Pedro II recebeu uma carta do presidente oriental Venâncio Flores, enviada de Uruguaiana e assinada por ele como “Seu melhor e mais fiel amigo”. Nela, o caudilho uruguaio relatava o sucesso da batalha de Jataí, no dia 17, felicitava o imperador pelo procedimento dos batalhões brasileiros, “que se portaram com fidalguia e honra”, pedia-lhe uma conferência e anunciava que estava enviando ao soberano uma das quatro bandeiras paraguaias que haviam caído nas mãos dos aliados. Finalmente informava a respeito dos inimigos vencidos: 1.200 deles foram feitos prisioneiros e levados para Restauración, sob a guarda do presidente Mitre.



Luiz Terragno – Coleção Princesa Isabel

Dom Pedro II em traje de campanha antes de partir para Uruguiana em 1865.

Como estavam muito próximos daquela cidade, Pedro II resolveu conferir as condições em que os detidos em batalha estavam sendo mantidos. Já havia sido informado dos degolamentos e temia que estivessem sendo perpetrados crimes de guerra contra os sobreviventes. O cenário que encontrou no campo de prisioneiros o

tranquilizou quanto a isso. Nos galpões onde haviam sido reunidos, os paraguaios estavam maltrapilhos, é verdade, mas encontravam-se abrigados e recebiam alimentos, sem sofrer maus-tratos. Entre eles, encontrou Pedro Duarte. O comandante da divisão derrotada garantiu-lhe que estava bem e relatou ao imperador que Flores havia lhe oferecido dinheiro e cavalos para que voltasse ao Paraguai, levando a notícia de sua derrota. Disse ter recusado a oferta, por ter a certeza de que seria fuzilado a mando de Solano López.

Despreocupado, Augusto, o jovem duque de Saxe, foi à caça e voltou no fim da tarde carregado de rolinhas e codornas. Já Gastão, o conde D'Eu, não só era atento a tudo o que testemunhava no país, como também considerava a nação adotiva como sua. Sempre que se referia ao Brasil, em família ou entre autoridades, utilizava a denominação “nossa pátria”, mesmo carregando no “r”. Durante a viagem, o conde raramente se afastava do sogro e, munido de papel e lápis, anotava todos os detalhes da jornada, incluindo detalhes da paisagem e relatos dos tipos humanos encontrados pelo caminho.

A expedição terminaria às nove horas da manhã do dia 11 de setembro, quando o imperador e os príncipes consortes chegaram, a cavalo, ao acampamento de Uruguaiana, vislumbrando as primeiras barracas ao longo de uma faixa de terreno arborizado. Não tardaram a vir ao encontro de Pedro II o comandante das forças brasileiras, Manuel Marques de Souza, barão de Porto Alegre, e, logo atrás, o visconde de Tamandaré, que os recebeu com um grande sorriso. A infantaria e a artilharia do Exército de Porto Alegre estavam em formação de batalha para receber o imperador, que, ainda na montaria, as passou lentamente em revista.[4]

Entre os pelotões, destacavam-se a 1ª e a 2ª Companhia de Zuavos, formadas na Bahia por voluntários negros. Muitos desses defensores do Império, como eles mesmos se denominavam, haviam sido sargentos na Guarda Nacional ou profissionais como carpinteiros e tipógrafos, o que sugere que antes dali gozavam de pelo menos uma razoável posição social e econômica. Na época, o Brasil era a maior sociedade escravista nas Américas, com 1,5 milhão de homens e mulheres cativos. Mas pelo menos 4 milhões de afrodescendentes livres ou libertos viviam no país e constituíam dois quintos da população total de 10 milhões de habitantes.

Também formavam fileiras dois batalhões de Voluntários da Pátria:

o 1º, da cidade do Rio de Janeiro, e o 5º, da província do Rio de Janeiro. Por ter entrado em campanha mais tarde, o último ainda conservava os uniformes em melhor estado que os demais.

Mal havia acabado de cumprir o ritual, o soberano foi surpreendido pelas aparições do presidente uruguaio, Venâncio Flores, e do argentino, Bartolomeu Mitre, que tinham chegado de Concordia na véspera, seguidos por um numeroso Estado-Maior. Embora sem grande pompa, era um momento histórico, uma rara conferência de chefes de Estado e em uma região onde se encontravam os limites de seus três países. A Tríplice Aliança na Tríplice Fronteira.

Pedro II vestia farda azul-escura com uma comenda no lado direito, dourada como os botões no peito, os galões nos punhos e a fivela do cinto. Sua calça em brim trazia faixas amarelas nas laterais, da mesma cor que a faixa de seu quepe azul-marinho. Sob a chuva fina, usava grandes botas de couro e uma larga capa preta adornada por uma pequena faixa de veludo da mesma cor nas bordas. Bartolomeu Mitre vestia calça azul-marinho metida em botas de montar com cano alto, fardão também azul com fios de ouro transversais bordados nos ombros, pequena gravata preta sobre a camisa de colarinho branco, colete onde se via pender uma banda com as cores argentinas (azul-celeste e branco) e quepe com largo galão dourado. Venâncio Flores trazia quepe mostarda, fardão azul-marinho, sobretudo escuro um tanto gasto, capa preta de borracha e coturnos longos. Ostentava um enorme bigode castanho – como sua farta cabeleira – e barba grisalha.

O imperador cumprimentou cada um e pediu que Flores ficasse à sua esquerda e Mitre à sua direita. Augusto manteve uma discreta distância do grupo, assim como o barão de Porto Alegre, o ministro Silva Ferraz e o marquês de Caxias. Gastão d'Orleans, sempre muito curioso, postou-se à direita do governante portenho, sem se dar conta de que aqueles homens tinham assuntos urgentes e extremamente graves a discutir.

– Que tal foi a viagem? – dirigiu-se o rapaz a Mitre.

– Foi muito boa – respondeu o argentino, intrigado. – Com quem tenho a honra de falar?

– Sou genro do imperador – replicou Gastão.

Mitre tirou o quepe e fez uma reverência, numa demonstração de que a mística da monarquia exercia efeito mesmo sobre líderes de

nações republicanas. O jovem não pôde deixar de notar uma depressão circular no lado esquerdo da fronte de seu interlocutor. E não se acanhou em perguntar a razão da cicatriz.

– É sinal de uma bala que me feriu, não me lembro em qual batalha – respondeu o argentino.

Dom Pedro II, que ia falando com Flores, parecia incomodado com a interferência do conde e apressou-se a trazer Mitre para a conversa. A presença do soberano no palco da guerra mostrou-se providencial, pois, apesar do clima cordial naquele momento, havia vários dias que Mitre, Flores e Porto Alegre discutiam sobre a quem deveria caber o comando das operações. Mitre arrogava a função para si, alegando que era o representante militar máximo da aliança; Porto Alegre argumentava que a atual beligerância ocorria em território brasileiro e, assim, segundo o Tratado, o comando caberia aos brasileiros; Flores insistia que vinha perseguindo Estigarribia e seus homens desde o outro lado da fronteira e, portanto, deveria ter essa prerrogativa. Após uma rápida deliberação, prevaleceu a ponderação de Pedro II, para quem Porto Alegre deveria comandar sob a supervisão de Mitre. Uma solução ao gosto do “jeitinho brasileiro” que satisfizesse a todos. Flores também foi voto vencido ao defender a entrada imediata em Uruguaiana. Os demais opinaram por continuar pressionando de fora até obter uma rendição.

O diálogo não se estendeu por mais tempo, porque a chuva ficou intensa e todos concordaram em acompanhar o imperador até o quartel imperial – uma pequena habitação adaptada para hospedá-lo.

Naquela tarde, o comandante Estigarribia pediu um cessar-fogo para que a população remanescente de Uruguaiana pudesse deixar a cidade, o que foi autorizado por Mitre.

No dia 13, mesmo com muita chuva, acompanhado de sua pequena comitiva, o imperador montou a cavalo logo cedo para visitar a flotilha comandada pelo visconde de Tamandaré e se encontrar com os chefes aliados em uma das embarcações. No caminho, passou diante do acampamento de Flores e foi saudado pelos soldados, que lhe apresentaram armas, envoltos em capotes escuros. Flores juntou-se a eles, e todos foram cavalgando até a margem do rio Uruguai. Tamandaré estava à espera do grupo com um escaler. Mitre já se encontrava a bordo.

Reunidos, os mandatários das três nações discutiram os termos de

um ultimato a Estigarribia. Basicamente, exigiam sua rendição incondicional. O ministro brasileiro da Guerra, Silva Ferraz, ofereceu-se para levar pessoalmente o documento ao comandante inimigo – e por essa razão receberia tempos depois o título de barão de Uruguaiana.

Nos dias seguintes, os sitiados foram bombardeados, sem descanso, por 54 peças de artilharia posicionadas em terra e água.[5] Esse quadro, somado à fome intensa e à indigência quase completa dos paraguaios, serviu para demover a obstinação do comandante guarani. O embate havia resultado na perda de 59 chefes, 5 mil soldados, 540 sabres, cinco canhões, 19 carroças e diversas canoas. Do lado uruguaio haviam sido disparados 231 mil cartuchos. Mitre e Flores participavam diretamente das ações. Pedro II as observava a certa distância.



Joaquim Insley Pacheco – Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Pedro II em traje militar no Rio de Janeiro: inicialmente avesso à guerra, com o recrudesimento do conflito lançou mão de estratégias publicitárias para estimular os alistamentos.

Em 18 de setembro, quando já se encontrava cercado por mais de um mês, Estigarribia deu sinais de que se entregaria. Mas indicou as condições: que seus oficiais pudessem regressar ao Paraguai ou seguir livres para o destino que desejassem; que lhes fosse permitido manter suas armas; que os soldados e oficiais orientais que formavam em suas fileiras fossem entregues à custódia do Império, e não a Venâncio

Flores, cuja fama de degolador todos temiam.

As condições foram aceitas, à exceção do item que se referia à manutenção das armas pelos oficiais. O coronel Lacú avisou que estava de acordo e, às quatro da tarde, uma longa fileira de paraguaios foi deixando os limites da cidade em direção ao acampamento inimigo. Muitos deles mal tinham roupas e mostravam alto grau de desnutrição. Durante o cerco haviam chegado a se alimentar de ratos e, sem água potável, a beber querosene. Quase todos haviam sofrido com a disenteria.

À frente do pelotão, soldados vinham tocando tambores, em um desfile que tornava a rendição ainda mais melancólica. Dos quase 12 mil integrantes do contingente original, restavam menos de 5 mil.^[6] O aspecto positivo era que um banho de sangue maior havia sido evitado na libertação da cidade.^[7] E, dessa vez, os orientais blancos infiltrados nas tropas guaranis tiveram a vida poupada.

Muitos dos soldados paraguaios seriam obrigados a se incorporar aos Exércitos aliados. Alguns deles, perguntados se preferiam ser levados como prisioneiros ou lutar contra as forças de López, chegavam a responder que não eram realmente paraguaios, mas guaranis, e agora desejavam ser brasileiros, justificando sua nova condição de legionários.

O lado brasileiro não contabilizou imediatamente a absorção dessas forças, até porque o imperador desaprovava a prática – o que não serviu para impedi-la. Em toda a guerra, 2.458 paraguaios foram levados para o Brasil, a maior parte para o Rio de Janeiro. Mitre também não era favorável à ideia, mas o Exército argentino acabou incorporando 1.030 paraguaios, cabendo a cada um o soldo mensal de sete pesos. O uruguaio Flores agregou setecentos prisioneiros à sua tropa e enviou outros seiscentos para trabalhar em Montevideú.

Nos dias seguintes, Pedro II, Mitre e Flores percorreram Uruguaiana e ajudaram pessoalmente a população que retornava a limpar e reorganizar a cidade, bastante atingida pelo sítio prolongado. Dom Pedro chegou a pernoitar com os genros em uma casa da localidade.

No dia 23 de setembro, o acampamento recebeu a visita do ministro britânico em Buenos Aires, Edward Thornton. Ele fora encarregado pelo governo da rainha Vitória de exprimir ao imperador seu pesar pela sucessão de incidentes envolvendo os dois países desde

1862 e pela consequente ruptura diplomática.

O imperador pediu que sua barraca fosse preparada para o encontro, com candelabros, bandeiras e tapetes. Compareceram à cerimônia os comandantes de todos os corpos, vestidos em trajes de gala, desejosos de assistir à satisfação que se daria à honra do Império do Brasil. Ao lado da tenda, formou-se um batalhão de linha completo. Pedro II sentou-se ao fundo da barraca, ao lado do ministro da Guerra, de Caxias, Porto Alegre e Tamandaré, à espera do embaixador Thornton. Este não tardou a chegar, em uma carruagem escoltada por um destacamento de cavalaria.[8] Depois de uma saudação ao imperador e aos presentes, entregou a dom Pedro uma carta da rainha Vitória e proferiu um longo discurso em francês, em que declarou: “Sua Majestade nega da maneira mais solene toda intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil”. O imperador fez-lhe um agradecimento igualmente em francês, e uma banda postada do lado de fora tocou a marcha *Niterói*, seguida de *God Save the Queen*.

Normalizavam-se, assim, as relações entre os dois impérios. Meses depois, Thornton seria nomeado ministro no Rio de Janeiro.

No dia 25, após uma missa solene pela manhã, Pedro II e sua comitiva prepararam-se para partir. Bartolomeu Mitre foi ao encontro do imperador e conversaram pela última vez quando foram seguindo, lado a lado, até a margem do rio Uruguai. Ali os batalhões argentinos os saudaram com rufos de tambores. Instantes depois, o grupo imperial estava a bordo do vapor *Onze de Junho* para iniciar a longa viagem de volta.

A notícia da rendição de Uruguaiana foi recebida com fúria por Solano López, em Humaitá. Ele já se encontrava inconformado com a derrota de Jataí, pela qual culpava o coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, que recusou ajuda à divisão de Pedro Duarte, “separada dele apenas por um rio”. Agora, tendo conhecimento de que o comandante havia deposto as armas sem lutar até o fim, colocava a cabeça dele a prêmio:

– O covarde Estigarribia responderá diante de Deus e da pátria por esse ato vergonhoso de nossa história!

Após a explosão, López encerrou-se em seu alojamento por três dias, sem manter contato com ninguém. Ao final desse período, convocou uma reunião com seus chefes militares, os ministros que o acompanhavam no forte e o próprio bispo Manuel Palacios. Depois de

um rápido desabafo, aguardou que alguém se pronunciasse a respeito do desastre militar sofrido – que poderia significar a derrota definitiva do Paraguai. No entanto, houve apenas um silêncio pesado e prolongado no ambiente. Indignado, esbravejou:



Coleção particular

Dom Pedro com os genros, os príncipes Luís Augusto de Saxe-Coburgo e Gastão d'Orleans, no campo de Alegrete, durante a viagem à frente de batalha. Gravura de Janet-Lange a partir de desenho de Maximo Alves. 1865. *L'illustration Journal Universel*, Vol. XLVL, no 1.186.

– Vejo que parecem indiferentes a essa desgraça nacional, que deveríamos deplorar. Até agora, só uma pessoa nesta fortificação reagiu a elas devidamente: o major Francisco Luis González, que surpreendi com lágrimas nos olhos quando recebemos as terríveis notícias.

E voltando-se para o oficial, disse:

– Eu lhe agradeço, major.

Como todos se mantivessem quietos, limitou-se a concluir:

– Saíam todos, imediatamente!

Longe de ser punido por seus captores, Estigarribia teve um destino bem mais confortável do que ele próprio poderia imaginar. Entregue

às forças brasileiras após assinar a capitulação, permaneceu vários dias com trânsito livre no acampamento dos aliados, inclusive autorizado a manter sua espada e a portar armas de fogo. Mais tarde, recebeu uma oferta de asilo e rumou para o Rio de Janeiro, onde passou o resto de seus dias usufruindo intensamente da vida social da cidade.

O coronel Rosario López, herói de Mbutuy, conseguiu escapar de Uruguaiana antes da rendição. Maltrapilho e faminto, alcançou um acampamento paraguaio em 27 de setembro e foi detido por seus compatriotas. Após três meses de prisão e interrogatórios, foi liberado, à espera de que seu destino fosse decidido pelo *Mariscal*. A partir daí, não houve mais nenhum registro de sua existência, fosse por prisão, fosse por fuzilamento, fosse por ato de bravura.[9]

Tendo a tentativa de invasão do Brasil e do Uruguai resultado em absoluto fracasso, o *Mariscal* ordenou, menos de um mês depois, a retirada de suas forças do território argentino, liberando a província de Corrientes. Até para ele parecia evidente que a guerra estava perdida e logo chegaria ao fim.

Mas não foi o que ocorreu. O pior, para todas as partes, ainda estava por vir.

Fuzilados no forte

A volta de Pedro II ao Rio de Janeiro foi apoteótica. Até mesmo jornais portugueses louvavam sua atitude de ter ido à fronteira para posicionar-se junto ao Exército na frente de batalha. “Sua Majestade é digno do respeito, do amor, da dedicação dos brasileiros. É feliz todo o país que tem a fortuna de ter como monarca um sr. dom Pedro II”, publicou *O Commercio* de Coimbra.^[1]

O Jornal do Commercio, na capital do Império, registrou sobre o triunfal desfile de retorno:

Um único pensamento dominava a multidão: ver e saudar com a expansão do mais santo regozijo o imperador e seus augustos genros. Mais bela festa de amor e gratidão nunca se observou no Rio de Janeiro. O imperador e os príncipes trajavam sobrecasacas militares e traziam nos semblantes os sinais da afadigosa missão patriótica que souberam tão dignamente cumprir. Em todo esse tempo, esteve o Largo do Paço atotado de povo, que vitoria com ardor o defensor perpétuo do Brasil, e que prorrompeu em novas e arrebatadoras aclamações no momento em que Suas Majestades Imperiais seguiam para São Cristóvão pouco antes das seis horas da tarde.

Era um momento de grandes festejos também para os argentinos de Corrientes, mesmo com sua capital arrasada pelos seis meses de ocupação paraguaia. No dia 3 de novembro, eles reconduziram solenemente o governador Manuel Lagraña ao comando da província, colocando ponto-final em uma penosa etapa do conflito.

O contingente invasor abandonava o território argentino, e, até Passo da Pátria, seu destino final, no lado paraguaio do rio Paraná, as forças lopistas iam saqueando e incendiando os povoados por onde passavam. No cortejo seguiam também os membros do triunvirato que administrou a capital da província durante a ocupação – Victor Silvero, Teodoro Gauna e Sinforoso Cáceres –, agora considerados párias em sua terra. Somadas as perdas das tropas de Estigarribia às

da campanha de Corrientes, as baixas guaranis naqueles poucos meses de guerra chegavam a 21 mil mortos, quase um terço de todo o exército original. E, dos 19 mil que regressavam ao Paraguai, cerca de 5 mil estavam enfermos.

As sucessivas derrotas abateram profundamente o ânimo dos soldados paraguaios, assim como da população. Os veículos de imprensa, porém, eram proibidos de informar mortes ou fracassos militares das tropas do *Mariscal*. Por meio do telégrafo, ele fiscalizava em Humaitá tudo o que era publicado nos jornais de Assunção e exercia, assim, a censura prévia. Nos meses seguintes, chegou a montar uma gráfica itinerante na qual se produziam impressos oficiais. O tom do noticiário era geralmente consagrado à exaltação das “qualidades invencíveis dos soldados paraguaios” e às virtudes cívicas de López sobre a “covardia e perfídia dos aliados”. De resto, havia sempre espaço para ridicularizar os adversários na guerra, às vezes em função de situações reais, como ocorreu quando Bartolomeu Mitre sofreu uma queda do cavalo em uma rua de Concordia. “Sobre essa queda há umas poucas de linhas de motejos!”, comentou, divertido, o conde D’Eu com dom Pedro II ao folhear o *El Semanario*.

Do ponto de vista da Tríplice Aliança, o problema continuava a ser a virtual impossibilidade de obter a adesão confederada. Depois da debandada ocorrida em Basualdo, Justo José de Urquiza tentava reorganizar um exército com recrutas de Entre Ríos. Embora se falassem em voluntários, a verdade era que muitos eram arrancados de suas casas ou estâncias para engrossar as fileiras dos aliados. Com muito esforço, o caudilho pôde reunir 6 mil homens em um acampamento militar montado em Juquerí. Mas, em 8 de novembro, nem mesmo a presença do general foi capaz de conter a deserção da maior parte dos convocados, quando o grupo marchava próximo à divisa com Corrientes. Mesmo tendo condenado diversos fugitivos recapturados ao fuzilamento, Urquiza percebeu que sua causa estava perdida. Antes de dar por encerrada sua participação militar na guerra, enviou os 751 remanescentes a Bartolomeu Mitre, com um grito ao coronel Manuel Caraza, que os acompanhou:[2]

– Coronel Caraza! Faça voar a cabeça de qualquer um que resista!

Recolhido ao Palácio San José, Urquiza limitou-se dali em diante a tratar do abastecimento de carne e mantimentos às frentes de batalha, o que representou um lucrativo negócio para os confederados pelos

anos seguintes.

Bartolomeu Mitre demonstrou melhor capacidade de arregimentar forças e firmar alianças. Em outubro, ele partiu de Concordia à frente de uma tropa de 35 mil homens, entre argentinos, uruguaios e brasileiros.

Os percalços da duríssima jornada foram descritos^[3] pelo historiador Francisco Doratioto na obra *Maldita guerra*:

Para evitar a morte por fadiga das montarias, muitos soldados carregavam as selas de seus cavalos e tinham, ainda, que ajudar a desatolar as pesadas carretas transportando armamento e mantimentos que os exauridos bois não conseguiam puxar.

No dia 12 de novembro, Mitre montou acampamento junto ao arroio Batel, em Mercedes, na região central da província de Corrientes, e se preparou para a invasão do território paraguaio.

Um jovem tenente aproveitou a marcha através das províncias de Entre Ríos e Corrientes para desenhar, com grafite sobre folha de papel, esboços das manobras militares e das paisagens. De rosto imberbe e claro, e aparentando bem menos do que seus 25 anos recém-completados, cabelos negros e muito lisos penteados para trás, o portenho Cândido López desistira meses antes de uma viagem à Europa, onde cursaria belas-artes nas academias italianas e francesas. ^[4] Em vez dos estudos no além-mar, ele decidira engrossar as fileiras do batalhão da Guarda Nacional de San Nicolás de los arroyos contra o líder paraguaio – com quem não tinha parentesco, apesar do sobrenome.

Dois anos antes, quando pintara um elogiado retrato do presidente Mitre, Cândido López não imaginava que o teria muito em breve como seu comandante nos campos de batalha. Em pouco tempo, participou de alguns dos principais acontecimentos do conflito, como o combate de Jataí e a rendição de Uruguaiana. Mas seu olhar de artista não privilegiava os momentos heroicos ou sangrentos. Seus croquis retratavam travessias de arroyos, acampamentos militares, embarques de tropas, invernações de gado, fortalezas inimigas conquistadas, navios amigos sobre os rios Paraná e Paraguai. Mais de uma vez, ao vê-lo traçar esses registros, Mitre acercou-se dele e, com sua veia de jornalista falando alto, disse ao rapaz: “Caro Cândido, acredito que suas imagens serão o principal testemunho desta guerra”.

Se o grupo de Mitre vinha armado e bem preparado por terra,

Tamandaré, com sua flotilha, garantia o bloqueio da subida para o rio Paraguai, nas águas de Buenos Aires. Barroso sustentava a posição ao longo do rio Paraná na faixa oeste de Corrientes, entre Passo de Cuevas e as Barrancas de Mercedes, conquistadas em 12 de agosto. Uma divisão comandada pelo general Osório saía de Uruguaiana e seguia ao encontro dos aliados, cujo comando brasileiro estava a cargo de Marques de Souza, o barão de Porto Alegre.

Acuado, Solano López começou a reorganizar suas forças, passando a adotar o princípio da “guerra defensiva” naquela região fronteira, onde a natureza, por si só, já oferecia uma férrea resistência aos agressores. A ideia era empreender ações de guerrilha que minassem lentamente as fileiras inimigas. Foram reforçados os quartéis de Humaitá e Curuzú e erguida uma nova fortaleza em Curupaiti. Na supervisão dos projetos estava o engenheiro britânico George Thompson.

Com a queda do general Robles, seguida pela defecção de Antonio de la Cruz Estigarribia e de Pedro Duarte,^[5] era também o momento de confiar em novas lideranças militares. A primeira medida havia sido nomear o cunhado Vicente de Barrios Bedoya ministro da Guerra e da Marinha no lugar de seu irmão Venâncio, que foi rebaixado a comandante geral das armas na capital. Além do substituto de Robles, Francisco Isidoro Resquín, López apostou em uma nova estrela: o tenente-coronel José Eduvigis Díaz, de 32 anos. Responsável pela formação, no início da guerra, do Batalhão 40, integrado por jovens da elite assuncena, ele fizera seu batismo de fogo no combate de Romero Guazú, em julho daquele 1865. Durante a retirada de Corrientes, em outubro, causara uma forte impressão entre os chefes e os comandados ao organizar a travessia do rio Paraná com milhares de soldados paraguaios e 100 mil cabeças de gado confiscadas, sem sofrer ataques dos navios brasileiros que patrulhavam aquelas águas. Além da devoção absoluta ao *Mariscal*, outro fator pessoal o aproximava do presidente: sua mulher, Izidora, era governanta na casa de Elisa Lynch em Assunção, onde era tratada como amiga e confidente.

Em 1º de dezembro, Solano López transferiu seu quartel-general para a fortaleza de Itapirú, em Passo da Pátria, 21 quilômetros ao sul de Humaitá, na confluência dos rios Paraguai e Paraná. Ao chegar ao novo posto, emitiu um proclama, ainda perpassado pela frustração com a derrota de Uruguaiana:

A Tríplice Aliança agora se sente valente com a vilanesca rendição de Uruguaiana e com a vossa retirada os crê débeis. Confio que logo dareis ao mundo provas de vossa bravura e decisão no combate, como até aqui haveis feito de vossa abnegação e constância.

No dia 25 de dezembro, as tropas aliadas dos generais Mitre e Marques de Souza, num total de 50 mil homens, chegaram a Ensenaditas, na margem argentina do Paraná, depois de se encontrarem em Corrales, ao norte de Corrientes. O contingente montou acampamento e a flotilha do almirante Barroso veio lhe dar cobertura tomando posição nas margens próximas. Nas primeiras semanas, as hostilidades por parte dos aliados limitaram-se ao fogo trocado pela esquadra com Itapirú. Por sua situação geográfica – erguida sobre uma rocha banhada permanentemente por águas agitadas –, a fortificação paraguaia impedia uma aproximação mais vantajosa aos navios brasileiros, cujos bombardeios foram pouco eficazes.

Enquanto isso, o general paraguaio José María Bruguez ordenava incursões pontuais de pelotões ao território inimigo. Nessas missões, os soldados cruzavam as águas do Paraná em canoas, pirogas, agarrados a troncos ou mesmo a nado, geralmente à noite. Os ataques furtivos funcionaram bem por um tempo, com poucas baixas e a captura de armas, mantimentos e até cabeças de gado.

O começo de 1866 foi marcado por justificações de López contra antigos subordinados. Logo em 6 de janeiro, seu tribunal militar proferiu contra o general Wenceslao Robles, derrotado em Riachuelo, o veredicto que já era esperado pelo réu:[6] mesmo sem evidências mais fortes que embasassem a decisão, o comandante da primeira etapa da guerra foi condenado à morte por “faltas graves e traição à pátria”. A decisão, de fato, havia sido tomada por López desde o momento da detenção de Robles, seis meses antes. Junto ao principal sentenciado, seriam passados em armas três auxiliares do general. Determinado a transformar o episódio em um exemplo aos soldados menos empenhados e possíveis desertores, ele recomendou que a execução fosse realizada com grande aparato.

Na tarde de 8 de janeiro, todos os batalhões foram reunidos no pátio da fortaleza. O pelotão de fuzilamento posicionou-se, e foi trazido o soldado José Villalba, ordenança do general destituído. Tremendo muito, ele foi vendado e, com as mãos presas às costas em

uma estaca, aguardou o cumprimento de seu destino. O bispo Manuel Palacios benzeu o rosto do condenado, fez um gesto ao comandante do pelotão sinalizando que podia iniciar a carga e afastou-se. Ao sinal do comandante, o pelotão disparou. O corpo tombado para a frente foi recolhido e arrastado a alguns passos de distância. O mesmo ritual se repetiu com o capitão Juan Francisco Valiente, secretário do general, e com o alferes Manuel Gauna, ajudante de ordens.

O general Robles foi levado ao poste e, antes de receber a carga, observou que López resmungava ofensas, encarando-o com uma expressão de ódio. Finalmente foi executado o sargento José de la Cruz Martínez, que comandava a guarnição de Corrientes quando a cidade foi temporariamente tomada pelos aliados em 25 de maio de 1865.

Terminadas as execuções, a tropa gritou três vezes em uníssono:

– *Viva el mariscal Solano López!*

XXVI

A missão suicida

Em 30 de janeiro de 1866, Bartolomeu Mitre iniciou uma ação temerária – e não coordenada com os demais aliados – contra um alvo paraguaio. Ao se aproximarem da região próxima ao Passo da Pátria, o comandante em chefe havia determinado que o Exército aliado se dividisse em dois corpos: o seu, composto de uruguaios e argentinos, seguiria para o extremo norte de Corrientes e se posicionaria à espera da travessia para atacar Itapirú; o de brasileiros permaneceria no Alto Paraná sob as ordens do brasileiro Marques de Souza.

Feita essa partilha, incumbiu o general portenho Emilio Conesa^[1] de atacar a costa inimiga com os 1.700 homens da Divisão de Guardas Nacionais de Infantaria, chamada de Divisão Buenos Aires, uma tropa originalmente de cavalaria que foi improvisada para combates em terra.

Por toda a noite, seus soldados, em grupos de duzentos por vez, cruzaram o arroio Pehuajó, onde tropas lopistas se concentravam próximo a alguns currais. Na madrugada do dia 31, iniciaram a emboscada, que motivou uma rápida debandada dos paraguaios, chefiados pelo tenente Celestino Prieto.

A euforia pela vantagem inicial por parte dos portenhos se converteu em uma desagradável surpresa, quando as forças guaranis, abrigadas nas matas, passaram a empreender uma carga massiva sobre eles. Desconhecedores do terreno e contando apenas com a luz da lua, os integrantes da Divisão Buenos Aires encontraram dificuldade em achar abrigo. Atolaram-se em áreas pantanosas, cheias de juncos e de vegetação com espinhos. Através das áreas alagadas, sapatos e botas embaraçavam seus movimentos, enquanto os paraguaios, descalços na maioria dos casos, conseguiam cobrir rapidamente diversos pontos do terreno. A situação piorou com a chegada de setecentos homens a

mando do tenente-coronel José Eduvigis Díaz.

Após quatro horas de tiroteio, contavam-se novecentas baixas no lado argentino e 170 no paraguaio. Segundo os relatos da época, mesmo tendo mantido uma distância que lhe permitia ouvir a troca de fogo e os gritos de socorro de seus comandados, Mitre não mandou reforços ao campo de batalha. Quando o dia amanheceu, finalmente ordenou a retirada dos batalhões, que foi feita sob a perseguição dos paraguaios além da fronteira argentina.[2]

Logo que a notícia do combate chegou à capital portenha, os jornais condenaram a conduta do comandante em chefe aliado, com variadas interpretações para seu fracasso no episódio: alguns o qualificaram como inepto; outros viram sua atitude como eivada de má-fé. A suspeita desses últimos era a de que Mitre havia se valido da operação para tentar se livrar dos combatentes gaúchos de Buenos Aires, alinhados com seus opositores políticos, e oficiais da mesma tendência, como Dardo Rocha e o próprio general Conesa. Esse objetivo, se existente, foi frustrado em parte, uma vez que Rocha e Conesa saíram ilesos do confronto. O primeiro, inclusive, viveria para ser governador da capital argentina quinze anos mais tarde.

Embora a superioridade bélica de suas forças fosse evidente, a autoridade de Mitre começava a sofrer abalos. Depois do incidente de Pehuajó, ele enfrentava a insatisfação das tropas com a demora em efetivar a invasão do Paraguai e amargurava-se com a hostilidade dos confederados argentinos à sua causa. Mesmo na província de Buenos Aires, sua atuação era questionada. Para piorar, no dia 2 de março, após um mês de inatividade, um revés semelhante em uma operação que ordenou à Divisão Oriental de Venâncio Flores quase custou a aniquilação daquela unidade. “O que será de nós, se à situação crítica em que nos encontramos se agrega a apatia do general Mitre?”, escreveu o uruguaio à sua esposa, Maria, um dia depois do fiasco.[3]

Os aliados começaram a virar o jogo em 20 de março, quando os encouraçados[4] (navios de madeira revestidos de chapas metálicas) *Tamandaré* e *Bahia* e o barco *Cisne*, da Marinha Imperial, chegaram às águas do Paraná, à altura de Itati. A bordo do primeiro estavam o próprio visconde de Tamandaré e o presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, que havia se reunido ao brasileiro pouco antes. Ao passar diante das defesas de Itapirú, foram bombardeados sem sucesso pela artilharia lopista. Após dois dias de patrulhamento, a pequena

frota enfrentou e inutilizou uma chata paraguaia. No dia 27, outra chata teve mais efetividade ao atingir o *Tamandaré*, causando-lhe 37 baixas.

Na noite de 5 para 6 de abril, protegidas pela neblina, as forças do 1o Corpo do Exército brasileiro, comandadas pelo general Manuel Luís Osório, desembarcaram na ilha Carayá, vizinha a Itapirú, para iniciar o ataque à fortaleza.

O contingente argentino preparou-se para o fogo a partir de Corrales, no lado correntino, enquanto a esquadra imperial, agora completa, concentrava-se nas proximidades.

No assalto, Itapirú recebeu 1.500 bombas. Destacaram-se na empreitada o pelotão do coronel João Carlos Villagran Cabrita e o comando chefiado pelo capitão Deodoro da Fonseca, cujo desempenho na guerra já havia lhe garantido menção especial na ordem do dia de 25 de agosto de 1865.

Na madrugada de 10 de abril de 1866, tentando desalojar os brasileiros de sua posição, o lado paraguaio enviou contra eles 29 canoas, com um efetivo de 1.260 homens do tenente-coronel José Eduvigis Díaz. O contingente, entretanto, foi rechaçado com grandes perdas e teve de retirar-se sob o ataque da esquadra brasileira.

Mas os aliados também sofreram reveses: a frota de Tamandaré se viu forçada a recuar diante do fogo do forte de Itapirú. O coronel Villagran Cabrita foi morto por uma bomba a bordo de uma chata que continha munições para a guarnição da ilha Carayá – posteriormente seu nome seria dado a ela. No decorrer da mesma ação, foi inutilizado ainda o vapor brasileiro *Henrique Martins*. O confronto custou novecentas baixas paraguaias e mil aliancistas. Em 16 de abril, Itapirú foi intensamente bombardeada, enquanto um efetivo de 10 mil aliados cruzava o rio Paraná.

O general Osório foi o primeiro a pisar no território inimigo. “Mostraremos ao mundo que as legiões brasileiras no Prata só combatem o despotismo e fraternizam com os povos!”, conclamou ele, sem esperar pelo restante das tropas que poderiam lhe dar cobertura.

[5]

Osório era um líder na melhor acepção, admirado pelas tropas por seus atributos de estrategista militar, assim como pela bravura, tendo, ao mesmo tempo, um temperamento afável, divertido e um tanto mulherengo. Nascido em uma família de agricultores açorianos de

Santa Catarina, alistara-se aos 15 anos como voluntário na Cavalaria da Legião de São Paulo. Logo participou das guerras de Independência e da Cisplatina, tendo sido decisivo na pacificação do Sul após a Revolução Farroupilha. Aos 27 anos, casara-se com Francisca Fagundes, tendo como padrinho Emilio Luis Mallet, que agora lutava ao seu lado. Atuara ainda na guerra contra Oribe e Rosas e na intervenção no Uruguai a favor dos colorados.

Ao longo do dia, mais de 40 mil combatentes adentraram o sul Paraguai sem encontrar resistência.^[6] Diante da invasão estrangeira, Solano López ordenou o abandono de Itapirú, o que permitiu a sua ocupação pelas tropas brasileiras em 18 de abril. Transformada em acampamento aliado com o desenvolvimento da campanha, essa posição logo se converteria numa pequena cidade onde conviveriam militares, comerciantes e aventureiros e onde se encontrariam desde barbeiros, dentistas, casas de jogo, bordéis, uma igreja e até mesmo uma casa bancária. Uma escala obrigatória para aqueles que iam ou retornavam das frentes de batalha.

A conquista da fortaleza de Itapirú não foi suficiente para aplacar as críticas da imprensa argentina sobre a situação do conflito. A batalha da propaganda receberia um golpe mais forte naquele mesmo mês, quando o lorde inglês John Russell teve acesso à íntegra do Tratado Secreto da Tríplice Aliança e inseriu o texto no *British Blue Book*, uma publicação voltada para círculos diplomáticos e militares vitorianos. Os itens listados e a proposta de divisão do território paraguaio vazaram para a imprensa e causaram grande escândalo. O político e escritor argentino Juan Bautista Alberdi traduziu o documento para o espanhol e o publicou no periódico *La America*, de Buenos Aires, no final de abril.

A reação popular foi a de concluir que a guerra não havia sido motivada pelo ideal de garantir aos paraguaios um regime liberal, uma nova Constituição e garantias individuais, como se havia prometido, mas principalmente para lotear o território guarani entre seus vizinhos. O *El Pueblo* de 9 de maio denunciou “a trama urdida pelo Império” e qualificou o tratado de “obra de cinismo e abjeção (...), que nos ferve o sangue de indignação diante de tanto servilismo”.

Um detalhe que causou especial estupor foi a evidência de que Mitre havia permitido deliberadamente a invasão de Corrientes. O

editorial do *La America* de 23 de maio[7] afirmou: “O *Livro azul* de uma monarquia egoísta, como as tábuas do profeta no Sinai, vem advertir à democracia muda ou adormecida que a venderam por trinta dinheiros”.

Tuiuti, a batalha mais sangrenta

Quando as tropas aliadas adentraram a fronteira paraguaia, após a tomada de Itapirú, coube a Venâncio Flores estabelecer um acampamento na região de Estero Bellaco, lugar próximo ao forte, com vegetação rasteira, muitos cactos e alguns descampados. No comando da divisão oriental e de um corpo do Exército argentino estava o general uruguaio Wenceslao Paunero.

O alívio durou pouco. Na tarde de 2 de maio de 1866, 6 mil paraguaios, comandados pelo coronel José Eduvigis Díaz e dispondo de quatro peças de artilharia, atacaram as forças ali estacionadas com rapidez e surpresa. Nos primeiros momentos chegaram a dominar completamente as tropas argentinas, que sofreram dezenas de baixas, até que essas foram ajudadas por batalhões trazidos das proximidades pelo general Osório.

O saldo da investida foi motivo de muita manipulação pelos dois lados. No quartel-general de López, transferido para Passo Pucú, anunciou-se que o número de mortos entre os paraguaios havia sido de, no máximo, trezentos, e que o de feridos havia sido em torno de mil, enquanto se divulgava que os aliados haviam perdido de 5 a 6 mil combatentes, entre mortos e feridos, além de “quatro canhões rajados com seus carros de munição e todos os fuzis”. Em carta ao seu vice-presidente, Marcos Paz, datada de 3 de maio de 1866, Bartolomeu Mitre garantia que os paraguaios haviam tido mais de 1.200 soldados mortos, além de perder “três peças de artilharia, duas bandeiras e cerca de oitocentos fuzis”. Ainda na correspondência, ele afirmava que as baixas aliadas haviam sido de 656 homens, “em sua maior parte feridos”.^[1]

Estudos e depoimentos posteriores deram conta de que, na verdade, os paraguaios sofreram uma derrota que lhes custou 2.500

baixas, entre mortos e feridos, mas o contingente de Flores tampouco contou um resultado muito animador: cerca de quatrocentos mortos e 1.500 feridos, além da perda dos quatro canhões. Àquela altura, era cada vez mais evidente que, mesmo com vitórias, o custo em vidas humanas nessa guerra seria bastante alto para todas as partes.

A lentidão no avanço das tropas também adicionava drama à situação dos combatentes: as privações que já estavam se tornando rotineiras para o lado paraguaio começavam a ser sentidas também pelos soldados aliados, após meses acampados. Os chamados vivandeiros, que montavam banquinhas para a venda de mantimentos nas margens do rio Paraguai, não apareciam com frequência, e os alimentos comprados nem sempre duravam o suficiente até a volta deles. O voluntário argentino Francisco Seeber, filho da melhor elite portenha, então com 24 anos, recordaria em carta a angustiante experiência de não ter nenhum alimento:[2]

Na noite de 2 de maio não tinha o que comer, nem havia almoçado (...). Meu colega Martín Bustos se aproximou, perguntando se tinha algo para lhe dar, pois estava com um apetite devorador. Respondi que só podia lhe oferecer minha capa de borracha. (...) Impossível conciliar o sono; a ideia de não poder satisfazer o apetite aumentava o desespero. É a segunda vez nessa campanha que passo muita fome. E imaginei o que sentem os pobres, que vivem isso com frequência. Comecei a cantar, para tentar me distrair e animar o Martín, a canção da Matilde de Shabran, de Rossini: “Ho una fame, ho una sede ed un freddo...” [Tenho uma fome, uma sede, um frio...]. De repente, ouvi uma voz amiga. Era meu assistente Espinosa, que me disse: “Capitão, quer um pouco de farinha, que acabei de conseguir?” Respondi, felicíssimo: “Que venha essa farinha e toma um abraço por sua heroica aquisição!” (...) Ato contínuo, eu e Martín Bustos pusemos as colheres na farinha cozida. E creio que tanto ele como eu jamais estivemos em um banquete do qual saímos tão satisfeitos!

Em Passo Pucú, o núcleo familiar de López foi reunido de forma inédita, uma vez que em Assunção Solano nunca havia vivido sob o mesmo teto que Elisa Lynch. Ela chegara às proximidades do campo de batalha com os quatro filhos remanescentes – Juan Francisco, Enrique Venâncio, Carlos Honorio e Frederico, já que Corina Adelaide e Leopoldo não haviam sobrevivido à primeira infância – e dois enteados, Adelina Constanza e José Félix, filhos mais novos de Juanita Pessoa. Todos se instalaram em uma casa sobre uma colina, com telhado de palha, cercada por laranjais. Próximo dela, instalaram-se em casebres de madeira e palha o bispo Manuel Antonio Palacios, os generais Vicente Barrios e Francisco Resquín. Doze outras construções

foram transformadas em enfermarias. Mais ao longe, havia uma capela e um cemitério.

Nesse novo acampamento, o *mariscal* López reuniu os comandantes e expôs a eles sua determinação de fazer do combate seguinte a batalha decisiva:

– Vocês terão três semanas para organizar o ataque com o qual esmagaremos definitivamente os inimigos de nossa pátria. Mobilizaremos todos os homens, todas as armas e todos os recursos estratégicos nessa luta. Montaremos uma ratoeira e atacaremos pelo norte, sul, leste e oeste. Os que restarem serão empurrados de volta para além do rio Paraná. Será a investida para a vitória! – disse Solano.

O plano de atacar por quatro setores distintos não era impraticável. Era de fato engenhoso. E foi bem recebido pelos subordinados. As forças aliadas estavam quase todas concentradas em torno do lago Tuiuti, em uma área de um quilômetro quadrado. O elemento-surpresa poderia compensar a inferioridade numérica do Exército guarani, que agora contava um efetivo de menos de 25 mil homens contra os mais de 32 mil integrantes da Tríplice Aliança estacionados na região. Desses, 21 mil eram brasileiros, 10 mil, argentinos e cerca de 1.200, uruguaios.

Ficou acertado que os coronéis Díaz e Hilário Marcó fariam o ataque pela frente e pela esquerda, em direção ao centro do terreno, o general Resquín pela direita e o general Barrios, pela retaguarda. Díaz elogiou o esquema pensado por López, mas pediu a ele uma precaução:

– *Mariscal*, deixaremos 6 mil homens guardando o nosso acampamento. Mas seria importante que eles se mantivessem de prontidão para o caso de precisarmos de reforços – propôs.

Solano reagiu mal à sugestão:

– Coronel, não tenho a menor dúvida de que isso não será necessário. Nosso triunfo nessa batalha será total, e arrasaremos o inimigo por completo.

A operação começou a entrar em curso na noite de 23 de maio daquele 1866. De algumas partes do acampamento aliado foi possível perceber a movimentação dos paraguaios nas linhas contrárias. Ouviam-se o bater das asas e os pios das aves do estero, que estavam mais agitadas do que de costume. De quando em quando,

aumentavam o burburinho de vozes, o ruído de carroças puxadas, o roçar da passagem de pessoas e cavalos na vegetação. Mas nenhum alarme foi dado, nem se considerou o perigo de um ataque maior.

O dia amanheceu, e, depois de uma longa calmaria, precisamente às 11h30, os paraguaios caíram sobre os aliados desprevenidos no terreno aberto. O coronel José Pons Ojeda, mercenário espanhol apelidado de León de Palleja, que havia organizado tropas a serviço de Venâncio Flores, anotaria em um diário, após o episódio:

Eram oitocentos ginetes paraguaios, vestidos com camiseta vermelha e chiripá de montaria, lenço no pescoço e manta um tanto suja sobre os ombros. Homens de feições entalhadas, com a pele bronzeada e a expressão feroz e embriagada. (...) os braços fortes brandindo os afiados sabres (...) que se arrojavam sobre nossos soldados.

Sucedendo a cavalaria, chegaram por terra os batalhões da infantaria paraguaia, armada com fuzis e lanças. O estratagema de Solano López era muito arriscado. Qualquer falha poderia pôr tudo a perder. E, como o campo de batalha não é capaz de reproduzir à risca os planos traçados em uma mesa de campanha, é claro que nem tudo saiu como o esperado.

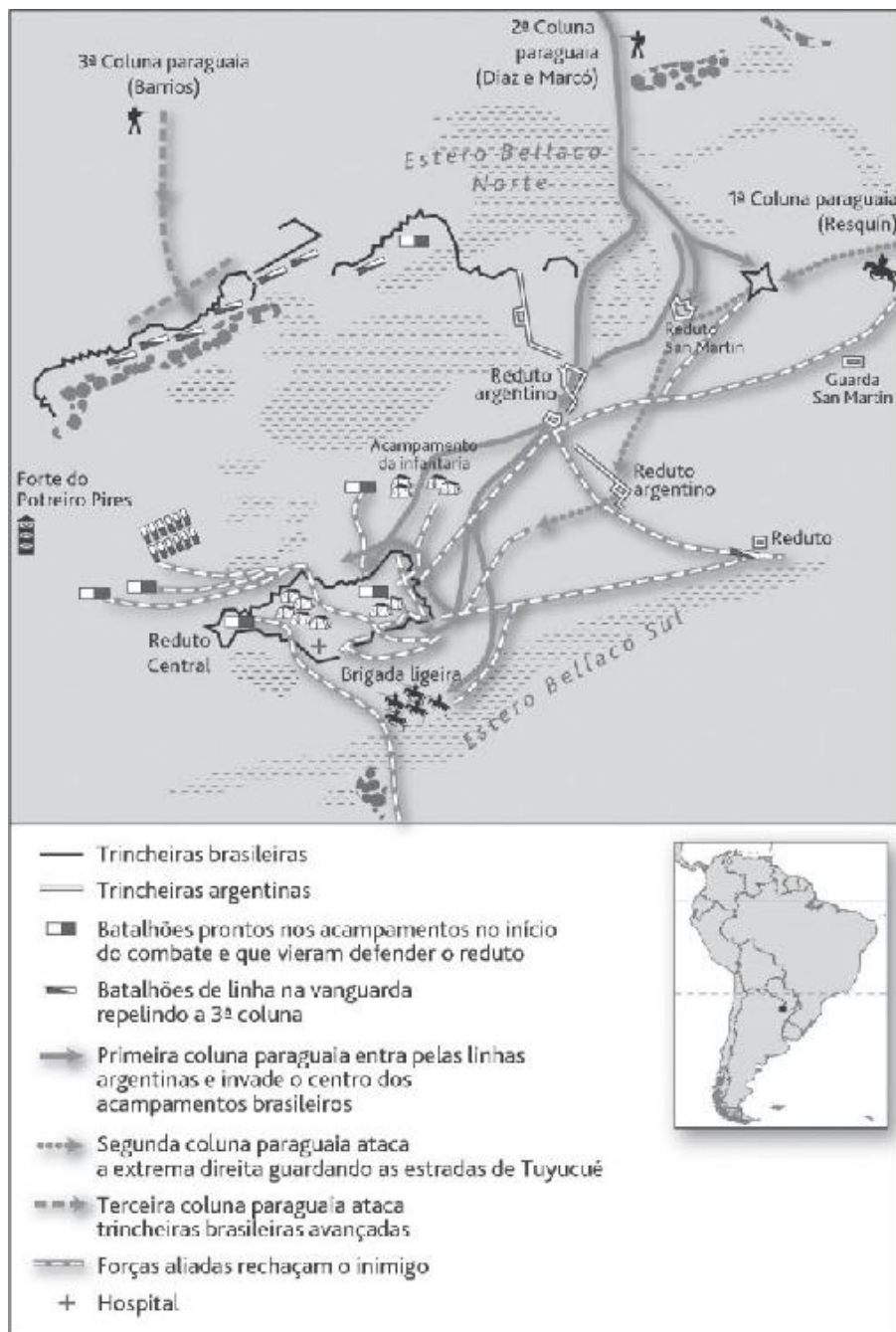
O grupo de 8.700 homens do general Vicente Barrios, cuja missão era envolver os aliados pela retaguarda, teve dificuldades em atravessar o matagal e só chegou ao ponto combinado quando o combate já se desenrolava, sem conseguir surpreender o inimigo. O flanco direito, que estava menos guarnecido, também foi mal explorado pelos 6.300 homens do general Resquín. Com a ágil reorganização das forças aliadas, a luta tomou novo rumo.

A primeira linha uruguaia rapidamente se articulou, sob o comando do coronel Rivas, e iniciou uma carga. Mesmo acuados no centro do acampamento, onde não havia onde se abrigar, seus integrantes conseguiram resistir aos agressores. Logo se somaram a eles os contingentes argentinos e brasileiros.

O general Osório, que chefiava a divisão brasileira, havia saído cedo para se encontrar com Tamandaré na embarcação capitânia. O 3o Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, a cargo do tenente-coronel Emilio Mallet, havia trabalhado na preparação de um fosso largo e profundo nos arredores do lago Tuiuti para compensar o fato de que o terreno pantanoso era desfavorável à ação de seus canhões. A iniciativa chegou a ser criticada pelos comandantes das

outras nacionalidades, que não consideravam digno outro tipo de confronto que não o corpo a corpo.[3] Durante o combate, no entanto, essa posição estratégica representou tanto um obstáculo às ações hostis do inimigo quanto uma vantagem em termos de campo de visão. E os paraguaios começaram a cair aos montes diante daquelas baterias.

Boa parte da leva de atacantes comandados pelos coronéis Marcó, Díaz, Barrios e Rojás tombaram no fosso de Mallet. As sucessivas investidas da cavalaria paraguaia foram detidas diante de seus 24 canhões La Hitte e de uma bateria de mercenários alemães, cujos artilheiros manuseavam as peças com exímias agilidade e coordenação. A cada explosão, em que voavam pernas e braços humanos, cabeças e patas de cavalos, um pequeno grupo de brasileiros na retaguarda festejava com clarins, cornetas e tambores.



Batalha do Tuiuti

O ataque ao acampamento aliado pelas forças paraguaias.

– Eles que venham! Granada e metralha, espoletas a seis segundos!
Por aqui não passam! – gritava Mallet a seus comandados durante a

batalha.

O general Paunero liderou a reação do 1º Corpo do Exército argentino. O 2º Corpo estava sob a responsabilidade de Emilio Mitre, irmão do comandante em chefe. O general Gelly y Obes, chefe do Estado-Maior argentino, percorria a cavalo os diversos pontos do acampamento, orientando suas tropas com uma impressionante tranquilidade. Ao retornar e se deparar com toda a área conflagrada, Osório fez o mesmo, incentivando seus soldados aos gritos de “Viva a nação brasileira!”.^[4]

Venâncio Flores manteve-se na parte central do campo e foi apoiado pelos generais brasileiros Antônio de Sampaio e Alexandre Argolo, o visconde de Itaparica. Fez enormes estragos nas fileiras contrárias, obrigando os sobreviventes a retirar-se, em meio ao fogo e sob golpes de baioneta. Depois de perder seguidamente os quatro cavalos em que montara, o general Sampaio passou a combater a pé, sendo alvejado várias vezes.

Ao cabo de quase seis horas de luta, o descampado estava coberto por corpos de todas as nacionalidades, com fendas nos crânios, olhos abertos, vísceras expostas. E por toda parte ouviam-se gemidos de agonia dos sobreviventes, mutilados ou gravemente feridos. Com as forças guaranis já em fuga, não havia dúvida de que aquele tinha sido o confronto mais sangrento de toda a história sul-americana.

As perdas da Aliança chegaram a 4.049 homens, sendo 3.011 brasileiros – 719 mortos e 2.292 feridos –, 606 argentinos – 126 mortos e 480 feridos – e 432 uruguaios – 133 mortos e 299 feridos. Entre os paraguaios, as baixas foram de 4 mil soldados mortos, cerca de 6 mil feridos e 370 feitos prisioneiros e imediatamente integrados à Legião Paraguaia contra seu país ou levados para fazer trabalhos forçados nos cafezais e nas estâncias dos aliados.

No início da noite, Bartolomeu Mitre ordenou aos batalhões que se unissem na tarefa de empilhar e incinerar os corpos dos mortos na batalha. Apesar de todo o esforço, centenas de cadáveres de aliados e paraguaios ficaram insepultos, devido ao número de soldados que tombaram em banhados mais distantes do acampamento e que não puderam ser recolhidos. As carcaças dos cavalos mortos, espalhadas e abandonadas pelo terreno, deixaram um odor putrefato no ar.

Passado o impacto mais forte que se seguiu ao confronto, Mitre convocou uma reunião com os demais líderes aliados. No encontro, foi

aconselhado pela maioria dos comandantes – de Flores e Osório a Gelly y Obes, Paunero e Argolo Ferrão – a aproveitar a circunstância dramática dos lopistas para devastar o acampamento do *Mariscal* em Passo Pucú e dali marchar diretamente para Assunção. Nenhum deles tinha dúvidas de que a guerra estava decidida e os paraguaios, à beira da rendição. Parecia o momento certo para desferir o golpe final.

Mitre, porém, queria esperar pelo reforço de 12 mil homens do general Marques de Souza, que, segundo Osório, estava para chegar. Essa atitude foi vista como sinal de indecisão e alimentou o clima de insatisfação na tropa.^[5] O próprio Osório, que havia sido ferido ao final da batalha de Tuiuti, mostrou-se irritado e transferiu o comando para o general Polidoro da Fonseca Quintanilha Sordão, novidade que também não foi bem recebida pelos brasileiros, que admiravam e confiavam cegamente no antigo líder e viam Polidoro mais como um “homem de salões do que de guerra”. Às margens do Paraná, a esquadra de Tamandaré aguardava uma solução em terra para seguir rio Paraguai acima.

Passaram-se quase dois meses sem que uma nova ação fosse ordenada, até que, em 16 de julho, Mitre incumbiu León de Palleja e suas tropas mercenárias de atacar a região de Boquerón del Sauce, onde se encontravam estacionadas as principais peças da artilharia paraguaia.^[6]

Mas o coronel paraguaio Elizaldo Aquino, informado da iminente investida, preparou-se bem, protegendo e posicionando estrategicamente suas baterias. Por conta disso, o resultado foi desastroso para a Tríplice Aliança.

Em dois dias de embates, 5 mil aliados tombaram, e o número de mortos só não foi maior entre eles porque Flores contrariou o comando de Mitre e regressou antes que suas forças fossem inteiramente dizimadas. As forças lopistas perderam 3 mil integrantes.

Nem Palleja nem o oponente paraguaio Aquino sobreviveram à batalha. O primeiro teve o corpo trasladado pelos soldados em uma maca – imagem registrada pela empresa fotográfica uruguaia Bate & Cia., presente no *front* desde o início – e sepultado com honras em Tuiuti. O segundo recebeu um disparo no ventre, agonizou por três dias em Passo Pucú e morreu pouco depois de receber, *in extremis*, uma promoção a general ordenada por Solano López. Após mais de um ano de campanha, e a oportunidade perdida de um desfecho para

o conflito, acendia-se o alerta de que a guerra poderia estar longe do fim.

XXVIII

Ana Néri e as mulheres no *front*

Depois do fracasso de Boquerón, os aliados suspenderam por mais de dois meses a ideia de uma nova investida. Os acampamentos da Aliança e dos paraguaios eram separados por pouco mais de um quilômetro e, algumas vezes, combatentes de um lado chegavam a conversar com os do outro em pleno matagal. Quase 60 mil soldados de Solano López haviam tombado mortos ou gravemente feridos, e ele ordenou que outros 60 mil fossem convocados entre as pessoas do povo. Mulheres, adolescentes e idosos também deveriam receber armas.

Nas frentes da guerra, a precariedade era sentida com mais intensidade do que nunca. Já não havia quase botas; muitos lutavam com sandálias ou até descalços; apetrechos e provisões eram levados em sacas de pano, que, durante as chuvas intensas, comprometiam mantimentos como farinha, café e açúcar.

O imprevisto também se aplicava aos armamentos, tanto no lado dos paraguaios quanto dos aliados. Nem todos os voluntários brasileiros levavam armas de fogo. No segundo semestre de 1866, os soldados da guarda nacional argentina já se queixavam de receber munições que nem sequer cabiam nas armas, por terem calibres diferentes. Em alguns casos, era preferível confiar nas espadas, que podiam manter afiadas.

Se desde Jataí havia fuga de guerreiros guaranis para as regiões correntinas e do Sul do Brasil, após Tuiuti já apareciam registros de abandono da luta por aliados que se embrenhavam nos lodaçais de Neembucú, por onde passavam a vagar sem rumo e também sem nacionalidade.

“Em um caminho de Passo da Pátria avistei um de meus soldados, que havia desertado”, recordou em carta um oficial argentino. “Como

esse ato era passível de pena de morte, não me animei em prendê-lo e o deixei andar, fingindo que não o tinha visto”.[1] A Justiça Militar brasileira também previa a morte na forca ou por fuzilamento para os desertores, mas nenhuma sentença podia ser executada sem a palavra final de Pedro II, que tinha o poder de confirmar ou perdoar a condenação.

Os aliados não possuíam mapas da região, e os engenheiros que faziam incursões com esse intuito, levando seus aparelhos de agrimensura, corriam alto risco de serem abatidos em pleno trabalho de medições. As forças guaranis tinham a vantagem de conhecer melhor o território e de saber como se deslocar. Os problemas para esses combatentes eram a pouca quantidade de alimento e os castigos, aplicados sem piedade por qualquer infração. Em seu quartel-general, López intensificava as punições aos desertores ou aos que eram apanhados nas mínimas faltas. Além do fuzilamento dos que incorriam no primeiro caso, aos demais – e aos prisioneiros feitos em combate – eram reservados tormentos físicos com crescente regularidade.

O castigo do cepo, em que se imobilizavam os pés – e algumas vezes também as mãos – em orifícios de uma grande peça de madeira, era aplicado com maior frequência.[2] A punição podia durar dias, com o torturado exposto ao sol, à chuva e ao frio, sem alimento ou água. Quase sempre era acompanhada de sessões de chibata. Mais temível, porém, era o cepo-uruguaiana, em que o torturado era ajoelhado, com fuzis atravessados atrás dos joelhos e sobre os ombros, encostados na nuca, tendo as duas armas atadas por cordas de couro molhadas, que, ao secar, apertavam gradualmente o corpo do supliciado a ponto de partir sua coluna vertebral. Quem não confessasse recebia maior carga de fuzis e maior aperto. Se desmaiasse, era acordado com açoites.[3]

O efetivo de López também era contumaz em esmagar a golpes de martelo as extremidades dos dedos dos prisioneiros, fossem do campo inimigo, desertores ou considerados traidores. A crueldade atingiu um estágio inédito com a execução do soldado Bernardo Pelaes, moído em uma prensa de tabaco por ter abandonado sua guarnição. O episódio foi relatado por Laurent Cochelett, então cônsul francês no Paraguai.

Ainda assim, em uma guerra em que já eram evidentes as pouquíssimas chances de vitória, e em que a rendição não era algo considerado pelo presidente paraguaio, cresciam os casos de fuga de

soldados para o lado inimigo. No começo de julho de 1866, em discurso à tropa, tentando conter as defecções, o *Mariscal* fez um alerta ameaçador: “Cuidado! Até aqui perdoei muitas coisas. Mas daqui em diante não perdoarei mais ninguém!”.

No lado aliado, os banheiros improvisados com tábuas sobre buracos no chão eram uma fonte de germes. Em uma área mais distante, havia um lago de águas mais limpas, com fundo de areia, onde era possível se banhar sem tanto perigo de infecções, mas com grandes cuidados, já que o local era conhecido pela presença de jacarés. Os soldados sofriam com sarna; eram picados por mosquitos, pulgas, formigas ou mesmo por cobras e outros animais peçonhentos; bebiam água insalubre; contraíam febre tifoide e disenteria; na falta de quinino, os médicos ministravam arsênico aos combatentes.

Após as batalhas, antes que os feridos fossem enviados a Montevideu, Buenos Aires e Porto Alegre no vapor *Eponina*, era preciso realizar curativos, extrações de balas e amputações sem a devida assepsia. O Corpo de Saúde dependia de estudantes do primeiro ano das escolas de medicina, que atuavam “empunhando um ferro com a maior sem-cerimônia, cortando, retalhando a carne humana, desalmadamente”, como registrou Rodrigues da Silva em *Recordações da Campanha do Paraguai*.

O capitão Benjamin Constant, educador e intelectual que anos depois seria cognominado O Fundador da República, indignou-se com a situação encontrada no *front*. Em carta à sua mulher, datada de 3 de março de 1867, desabafava:

Disse algumas verdades que nada têm de boas e ainda hoje estive com o chefe do Corpo de Saúde. Corta o coração ver-se os pobres soldados e oficiais ardendo em febre ou feridos por balas, cortados por metralhas, cortando os ares com dolorosos gemidos, pedindo água, comida etc., e vê-los assim atirados sobre o convés de navio onde passam um e dois dias sem ter um pão para comer. É o espetáculo mais desumano que se pode imaginar.

Em um documento do dia 8 de junho de 1866, comunicava-se ao Gabinete do Ministro que médicos cometiam abusos frequentes no *front*, como os que ocorriam no Hospital de Saladeiro: “Constatou-se que a falta de caridade tem chegado a ponto de o dr. Francisco Mendes de Amorim castigar com bolas e mandar carregar com armas e sacas d’areia as praças enfermas”.^[4]

No caso de febres e infecções, como a tuberculose, a permanência

prolongada nas embarcações era um agravante, fator de disseminação de doenças. Àquela altura, a maioria dos soldados tinha de tratar seus ferimentos de guerra com os recursos da medicina popular da época, como ervas e até urina e fezes. Com poucas alternativas para tratamento, os médicos aconselhavam a ingestão de álcool como medida profilática contra as febres palustres, um costume da época que fazia com que muitos se tornassem alcoólatras.

A tropa do general Manuel Osório, que ao partir consistia em um efetivo de 9.465 homens, tinha no seu Corpo de Saúde dezessete pessoas responsáveis pela assistência médica e cirúrgica, muitas delas sem treinamento para enfrentar uma situação de guerra. Os argentinos contavam com uma pequena equipe chefiada pelos cirurgiões Capolicán Molina e Joaquín Bedoya.

Fernando Luis Osório Filho recriou em *História do General Osório*,^[5] sobre seu avô, as agruras dos feridos no cenário do conflito: “Os chamados hospitais de sangue, espaços tristes, sombrios e fúnebres, nada mais eram que pobres ranchos, cobertos de palha, sempre cheios de feridos, que chegavam estropiados, ensanguentados, em doloroso desalinho; uns sozinhos; outros se apoiando em camaradas com ferimentos menos graves; a maior parte carregada no ombro, em redes de capotes e mantas, ou deitada no chão frio”.

Se a oferta de médicos e enfermeiros homens para atender os campos de batalha era escassa e constituída de indivíduos mal treinados, a presença de mulheres nessas funções era praticamente nula, ao menos nos primeiros tempos da guerra. A elas costumavam ser reservados os papéis de cozinheiras, lavadeiras ou prostitutas. Quando ficou claro que o conflito duraria muito além do que se imaginava, as esposas de combatentes foram autorizadas a acompanhar os pelotões.^[6]

Na frente paraguaia, as mulheres que seguiam a tropa eram concentradas em pequenos grupos sob o comando de uma sargenta. Trabalhavam de doze a catorze horas por dia, em tarefas culinárias e de limpeza, além de fazer serviços de tecelagem de algodão. Após os combates, eram convocadas a cuidar dos feridos. Os argentinos, que não tinham por hábito permitir que mulheres acompanhassem suas fileiras, costumavam ridicularizar brasileiros e paraguaios ao ver essas voluntárias e familiares dos soldados em marcha, com crianças no colo ou trouxas de mantimentos nas mãos.

Ordens religiosas eventualmente também prestavam apoio médico aos soldados, mas restringiam sua ação às grandes cidades, bem longe dos cenários de conflito.

Uma viúva baiana, porém, ofereceu uma contribuição fundamental para alterar esse quadro. A contenda entre os países do Cone Sul já entrava em sua fase mais aguda quando Ana Justina Ferreira Néri estabeleceu um centro de atuação na cidade argentina de Salto.

Nascida em uma família de posses, proprietária de fazendas de fumo, cana-de-açúcar e algodão, ela se casara com o capitão de fragata Isidoro Antonio Néri, morto em 1843, vítima de uma meningite fulminante a bordo do brigue *Três de Maio*, que conduzia. Apesar de ter apenas 29 anos ao perder o marido, tinha um rosto austero, sempre circundado pelos cabelos negros presos em um coque discreto que reforçava sua herança lusitana. E não demonstrava intenção alguma de se casar novamente.

Católica habituada a trabalhos de caridade, Ana sentiu um chamado especial quando seus filhos, os estudantes de medicina Isidoro e Justiniano, o militar Pedro Antônio, e o sobrinho Arthur Rodrigues Ferreira foram mobilizados para o *front* como integrantes do 10º Batalhão de Voluntários da Pátria.

Em 8 de agosto de 1865, aos quarenta anos, ela escreveu ao presidente da província da Bahia, Manuel Pinto de Souza Dantas, oferecendo-se para cuidar dos feridos e doentes nas regiões conflagradas:

Como brasileira, não podendo ser indiferente aos sofrimentos dos meus compatriotas, e, como mãe, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros, e por uma tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, se isso me fosse permitido; mas opondo-se a este meu desejo a minha posição e o meu sexo, não impedem, todavia, esses dois motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul onde se façam precisos, com o que satisfarei ao mesmo tempo os impulsos de mãe e os deveres da humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas pela honra e brio nacionais e integridade do Império. Digne-se Vossa Excelência de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração.

Dois dias depois, Souza Dantas deu ordens ao comandante do Conselho das Armas para que Ana Néri fosse contratada como a primeira enfermeira brasileira na Guerra do Paraguai. Ela não perdeu tempo: no dia 13 de agosto já estava embarcando para o Rio Grande do Sul, onde recebeu treinamento de enfermagem com as freiras da

Com as irmãs de caridade, Ana aprenderia a prestar os primeiros socorros, a dar injeções, a controlar as hemorragias e a cauterizar feridas com uma lâmina quente. Mas a determinada viúva também traria uma contribuição herdada da tradição familiar e popular:

Conheço um vasto jardim de plantas terapêuticas, umas para chás, outras para banhos, outras para compressas, outras para óleos, outras ainda para inalações. As folhas do girassol são antiasmáticas, a alfazema e a arnica são cicatrizantes e antissépticas, a camomila é anti-inflamatória, as queimaduras podem ser tratadas com bananas, o agrião é expectorante, a alcachofra é boa para o fígado, o tomate é fortificante, o alecrim é muito bom contra o esgotamento físico e mental, a alface é ótima contra as irritações intestinais, as barbas de milho são excelentes contra as pedras renais e infecções na bexiga, os coentros são preciosos contra as dores nervosas.[8]

Depois do estágio, Ana Néri juntou-se ao 40º Batalhão de Voluntários, comandado por seu irmão, o major Maurício Joaquim Ferreira, passando a prestar serviços em Salto, a 180 quilômetros de Buenos Aires, onde se estabeleceram grandes depósitos e hospitais de sangue. Pouco depois, deslocou-se para a cidade de Corrientes, que recebia grande quantidade de feridos das batalhas ocorridas em território paraguaio.

Em meio a essas mulheres que se destacavam pela prestação de serviços de apoio ou por meio da enfermagem, havia aquelas, mais raras, que efetivamente entravam em combate. A gaúcha Florisbela, intrépida soldada do 29º Corpo de Voluntários da Pátria, ocupou posições, de carabina em punho, em diversas batalhas, ao final das quais ajudava no hospital cuidando dos que haviam caído no cenário da guerra. Florisbela era “transviada”, conforme dizem os relatos, “mulher da vida, sem família, sem nome”; dela só se sabia que nascera no Rio Grande do Sul. O general brasileiro Joaquim Silvério Pimentel, que a conheceu e testemunhou seus feitos, recordou-se em seu livro *Episódios militares*: “Era a temeridade em pessoa e a abnegação ao extremo. Vê-la com lábios enegrecidos de pólvora pela ação de morder o cartucho era para os soldados um fator de entusiasmo: chamavam-na de ‘o anjo da vitória’”. [9]

XXIX

Uma cartada para ganhar tempo?

No início de agosto de 1866, forças paraguaias chefiadas pelo coronel Manuel Gimenez ocuparam e fortificaram Curuzú, um povoado às margens do rio Paraguai, ao sul da fortaleza lopista de Curupaiti e muito próximo dos acampamentos inimigos. Ao estabelecer a instalação defensiva com 2.500 homens, pretendiam criar um anteparo que evitasse avanços dos batalhões aliados.^[1]

Após três semanas de trégua, ao amanhecer do dia 1º de setembro, os brasileiros empreenderam uma grande operação para desalojar os paraguaios dali. O comando estava a cargo do general Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, com o apoio da flotilha composta dos encouraçados *Bahia*, *Barroso*, *Lima Barros*, *Rio de Janeiro* e *Tamandaré*, mais a canhoeira *Magé* e os navios de madeira *Greenhalgh*, *Beberibe*, *Belmonte*, *Araguari*, *Ipiranga*, *Parnaíba* e *Ivaí*. O combate foi iniciado com uma manobra em que a Marinha Imperial, margeando a região do Chaco, conseguiu desembarcar em um canal do rio um total de 8 mil combatentes, entre infantes, cavalarianos, artilheiros e pontoneiros (especialistas em artefatos de mobilidade).

No dia seguinte, às duas horas da tarde, o encouraçado *Rio de Janeiro* foi atingido na proa e na popa indo a pique, junto com seu comandante Américo Brasília e mais de cinquenta combatentes. Outras embarcações também foram danificadas. Somente no terceiro dia de embates foi possível destruir a base de onde os paraguaios disparavam torpedos e enviavam brulotes – dispositivos flutuantes com material explosivo.

Houve oitocentas baixas entre as forças aliadas, incluindo mortos e feridos, e setecentos mortos, 1.700 feridos e trinta prisioneiros entre as forças guaranis. Os paraguaios restantes foram perseguidos até as proximidades de Curupaiti e chegaram a deixar para trás diversas

peças de artilharia.

Apesar de mais esse triunfo, naquele setembro de 1866 a guerra se encontrava em um impasse perigoso. O Paraguai estava profundamente debilitado diante das sucessivas derrotas que vinha sofrendo desde que Solano López havia decidido ignorar a rendição de Uruguaiana e levar o conflito adiante. Porém, os aliados estavam desorganizados, as perdas humanas eram imensas e os líderes militares de cada parte defendiam estratégias desencontradas. No espaço de um ano, não haviam conseguido avançar mais que vinte quilômetros território adentro. Parecia ainda distante o objetivo de apelar o ditador paraguaio do poder.

Para piorar o quadro, outras nações sul-americanas já deixavam a neutralidade, e o conflito começava a envolver o resto do continente, correndo o risco de se alastrar. O Chile, à frente dos governos do Pacífico, ofereceu mediação, mas nenhuma das partes concordou com a interferência. O governo peruano, por meio do chanceler Toribio Pacheco, emitiu uma declaração de protesto contra a Tríplice Aliança ao tomar conhecimento dos termos do tratado secreto. A Colômbia divulgou nota semelhante. Mais preocupante foi a atitude do presidente da Bolívia, general Mariano Melgarejo, de pôr à disposição 12 mil de seus soldados para reforçar as linhas paraguaias.

No dia 10 de setembro, uma semana após a derrocada de Curuzú, Solano López enviou de Passo Pucú uma carta a Bartolomeu Mitre, em que propunha um encontro para negociar o término da guerra. Apesar de levar uma bandeira branca e de emitir um toque de atenção com a trompa, o portador foi recebido a tiros e retornou sem entregar a missiva. Mais tarde, chegou ao acampamento paraguaio um pedido de desculpas dos aliados pelo incidente, com a garantia de que o responsável pela hostilidade seria punido.

Na manhã seguinte, Solano enviou seus generais Bernardino Caballero e José Eduvigis Díaz, com um piquete de soldados, para encontrar-se com Bartolomeu Mitre e entregar a ele a mensagem que continha o seguinte teor:

Quartel-general em Passo Pucú, 11 de setembro de 1866.

Ao Exmo. Sr. general brigadeiro, presidente da República Argentina e general em chefe do Exército aliado

Tenho a honra de convidar a Vossa Excelência a uma entrevista pessoal entre nossas linhas, no dia e hora que V. Exa. assinala.

Deus guarde a V. Exa. – Francisco S. López.

Caballero apresentou-se com uma bandeira branca espetada na ponta de uma lança, e Díaz entregou a carta do presidente paraguaio ao comandante das forças aliadas. Esse fez uma pequena conferência com o presidente uruguaio, Venâncio Flores, e com o chefe da divisão brasileira, general Polidoro. Todos avaliaram ser conveniente aceitar o convite. Mitre rapidamente redigiu a resposta positiva e entregou-a aos emissários[2]:

Quartel-general do Exército aliado, 11 de setembro de 1866.

Ao Exmo. Sr. marechal dom Francisco S. López, presidente da República do Paraguai e general em chefe de seu Exército

Tive a honra de receber o comunicado de Vossa Excelência, com a data de hoje, convidando-me a uma entrevista pessoal entre nossas linhas, o dia e a hora que me conviesse; respondendo, devo dizer a V. Exa. que aceito a entrevista proposta e me encontrarei amanhã às nove horas da manhã, no ponto de nossas linhas, no Paso Yataití-Corá, levando uma escolta de vinte homens, que deixarei à altura das linhas avançadas, adiantando-me em pessoa no terreno intermediário para o fim indicado, se V. Exa. estiver conforme com isso.

Deus guarde a V. Exa. por muitos anos – Bartolomeu Mitre.

À tarde, em nova mensagem, Solano López declarou:

Acabo de ter a honra de receber a resposta que Vossa Excelência se dignou a dar à minha proposta de entrevista desta manhã e, agradecendo a V. Exa. pela aceitação que dela faz, me conformarei com o proceder que V. Exa. se propõe e cumprirei o dever de não faltar à hora indicada.

Deus guarde V. Exa. por muitos anos – Francisco S. López.

Na manhã do dia 12, Solano deixou seu acampamento em uma carruagem e seguiu até a trincheira, de onde prosseguiu em seu cavalo favorito, Mandyyú, acompanhado por uma escolta de 24 integrantes do esquadrão de dragões. Prevenido, o presidente mandou posicionar um grupo de fuzileiros em pontos próximos do local do encontro, que ficava a apenas dois quilômetros de Tuiuti, a fim de manter os convidados sob sua mira. Além dessas tropas, seguiram o *Mariscal* cerca de trinta oficiais, entre eles seus irmãos Venâncio e Benigno e o cunhado Vicente Barrios Bedoya.

Bartolomeu Mitre chegou ao local marcado por Solano López em um cavalo negro, acompanhado de Venâncio Flores, do general Polidoro, de seu ajudante de ordens e uma comitiva de vinte soldados. O argentino consultou os companheiros sobre seu interesse em participar da conversa. Flores concordou, dizendo estar curioso em conhecer o oponente e saber o que ele tinha a dizer. Já o brasileiro recusou o contato direto: “As instruções de sua majestade são as de combater esse homem; não de entabular relações sociais com ele”, disse, afirmando em seguida que observaria o encontro à distância.

Ao se encaminharem um na direção do outro, ficava evidente que as figuras dos dois governantes não poderiam ser mais contrastantes. Solano López, baixo, gordo e corado, trajava uniforme de gala azul-escuro, com emblemas de general de divisão aplicados no colarinho, botas granadeiras com esporas de prata e, sobre os ombros, seu poncho favorito – curiosamente, um presente que anos antes havia sido levado pelo ministro José Antonio Pimenta Bueno em nome do monarca brasileiro a seu pai, Carlos Antonio López. A peça trazia uma coroa imperial bordada em fios de ouro. Solano tinha um ar confiante e cordial. Mitre, esquelético e de longa barba negra, com sua figura alta, longilínea, vestia um capotão preto com cinturão e punhos brancos, usava chapéu de abas largas com plumas negras, levava uma espada na cintura e carregava uma chibata na mão esquerda.

O líder paraguaio saudou Mitre com um largo sorriso e fez questão de cumprimentar o general oponente com o aperto de mão característico do mestre maçom, na clara intenção de estabelecer com ele uma relação de afinidade e até de cumplicidade. Mitre pareceu entender o recado, já que instantaneamente voltou os olhos para as mãos que se ligavam e depois para os olhos do interlocutor com uma expressão mais desarmada. López foi afável:

– Sinto só encontrá-lo depois de tantos anos, general.

– Sim. Creio que nos avistamos pela última vez no ano 61, quando me destes a honra de uma visita a Buenos Aires.[3]

– É verdade. Mas naquela ocasião falamos apenas de livros, não de política – devolveu o paraguaio.

O cumprimento a Flores teve um tom mais seco. E, ao oferecer-lhe cigarros, recebeu uma resposta atravessada.

– Tenho os meus – disse-lhe o caudilho da República Oriental. – E nada quero do senhor *Mariscal*.

López não se conteve em desferir uma estocada verbal no presidente uruguaio:

– Sabe que estamos nesta situação por sua causa, não?

Com uma expressão irritada, Flores tentou manter o controle:

– Não entendo a que o senhor se refere.

El Mariscal revolveu a ferida:

– Entende, sim. Ao deixar seu país à mercê do Império, colocou em risco todo o nosso continente e nos trouxe a este ponto. Sabe muito bem disso.

Percebendo que não teria ambiente para participar de algum tipo de negociação, Flores fez um desagravo:

– Não me responsabilize por suas decisões insanas. Foi o seu desvario que abriu esta chaga em nossa região! Não tem consciência disso?

Mitre manteve-se frio, mas a animosidade que se formava entre os dois colocava o encontro em risco antes mesmo de começar. Flores pareceu ter percebido isso, e, voltando-se para o colega argentino, declarou:

– Vejo que não há o que tratar aqui. Desejo-lhe sorte, meu amigo, mas acredito que perde seu tempo buscando a razão onde não existe nenhum senso.

Em seguida, chamou seus auxiliares e se afastou.

López fez um gesto de inconformidade com a cabeça e convidou Mitre a tomar lugar em uma mesa que havia sido arrumada no descampado com pães, conservas, uma garrafa de conhaque e duas taças.

– Meu caro companheiro, convido-o a brindar à solução de nossas diferenças, que, tenho certeza, é um objetivo que iremos alcançar.

Mitre aceitou o convite e, ao receber a taça cheia, devolveu a saudação com uma exortação à paz.

– Somos todos irmãos de continente, senhor López!

O *Mariscal* virou o copo de uma só vez, induzindo o militar oponente a acompanhá-lo, como gesto de cortesia. Serviu novas doses e estendeu ao convidado uma caixa de charutos *criollos* com entalhes em prata. Falou-lhe das qualidades do produto e ambos puseram-se a fumar. Como havia convocado o encontro, o líder paraguaio tomou a iniciativa de abordar a questão:

– Meu caro Mitre, já é suficiente o derramamento de sangue por

parte de nossas forças e pelas forças aliadas.

O argentino fez um gesto de concordância com a cabeça, mas nada disse.

– Considero possível estipular as condições de uma paz sólida, duradoura e honrosa para todos – prosseguiu o líder paraguaio.

– Não posso oferecer a Vossa Excelência outras condições senão as estipuladas pelo tratado com que, para sua defesa, se uniram os povos aliados – retrucou Mitre.

López afirmou então que não poderia concordar com os termos do Tratado da Tríplice Aliança, que previa o desmembramento do Paraguai e a entrega de parte de seu território aos adversários. Também pediu que não fosse considerada a exigência de sua renúncia ao comando do país.

– Tais condições são inaceitáveis – argumentou. – São normas fixadas para um vencido. E não posso me dar por tal antes mesmo de combater.

O comandante argentino reiterou que a condição *sine qua non* para o fim das hostilidades seria a retirada completa das forças lopistas dos territórios ocupados, com a rendição total do Paraguai. E resumiu, de forma mais direta:

– Sua renúncia é a exigência central, excelência. Nossa guerra não é contra o povo paraguaio, mas contra o seu governo.

El Mariscal assumiu uma expressão irônica. Meneou a cabeça e respondeu:

– Meu amigo, só terá minha renúncia depois de matar-me em minhas últimas trincheiras!

O argentino manteve o ar solene. López optou então por outro caminho.[4] Tentou convencer Mitre a selar uma paz em separado, retirando as forças argentinas da guerra, para que o Império brasileiro, com os apoios minados, se tornasse um adversário mais fácil de derrotar:

– Estimado Mitre, se me deixa só com os brasileiros, para mim é *comida digerida*.

Com o orgulho um tanto atingido, e não desejoso de representar o papel de traidor na trama em questão, Mitre franziu a testa, irritado:

– Permita-me observar-lhe que está falando com o general em chefe das forças aliadas!

López voltou ao tom conciliador:

– Por isso mesmo! Por ter o senhor tal autoridade é que propus este encontro – disse. – Mas veja que, enquanto o Império se engrandece, a República Argentina se debilita. Não obstante, estou interessado em saber sob que condições poderíamos negociar a paz.

Embora pretendesse desincumbir-se rapidamente de sua missão, o chefe das forças aliadas viu o tempo se esvaír sem nenhum progresso. López insistia no fim do conflito, mas não aceitava deixar o poder. Ao final de cinco horas, o máximo que conseguiu do paraguaio foi a proposta de um acordo em separado com os argentinos, o que Mitre repisou estar fora de questão. O paraguaio pediu, então, que um auxiliar redigisse um documento,^[5] para que Mitre levasse aos demais representantes da Tríplice Aliança, com o seguinte teor:

Sua Excelência, o marechal López, presidente da República do Paraguai, em sua entrevista de 12 de setembro, convidou Sua Excelência, o presidente da República Argentina, general em chefe do Exército aliado, a encontrar meios conciliatórios igualmente honoráveis para todos os beligerantes, para ver se o sangue vertido até aqui não seria considerado suficiente para lavar as mútuas querelas, pondo fim à guerra mais sangrenta da América do Sul, por meio de satisfações mútuas e igualmente honrosas e equitativas, que garantissem um estado de permanente paz e sincera amizade entre os beligerantes. Sua excelência, o general Mitre, limitando-se a ouvir, respondeu que levaria os termos ao seu governo e à decisão dos aliados.

Mitre leu o documento, declarou-se ciente e não escondeu o ar de frustração: “Já que não evoluímos, é certo que as hostilidades serão retomadas com toda a intensidade”, avisou ao paraguaio.

Antes de se despedir, López presenteou o convidado com um relógio de ouro, que havia mandado comprar em Londres, e uma caixa de charutos *criollos*. Como não havia levado nenhum regalo de retribuição, Mitre, um tanto acabrunhado, lhe entregou como lembrança a chibata que levava consigo. Solano entregou-lhe a sua e os dois se despediram.

O comandante das forças aliadas reuniu o grupo que o acompanhava e deixou o local. Em 14 de setembro, enviou uma resposta sucinta sobre a conversa que tivera com Polidoro e Flores a respeito da proposta feita por López no encontro: “Apresentamos tudo à apreciação de nossos respectivos governos, sem que tenha havido modificação alguma na situação dos beligerantes”.

No mesmo dia, *El Mariscal* devolveu-lhe uma carta nos seguintes termos:

Nada me deteve ante a ideia de oferecer a última tentativa de conciliação que ponha término a esta torrente de sangue que vertemos na presente guerra, e me assiste a satisfação de haver dado assim a mais alta prova de patriotismo para o meu país, de consideração para com os inimigos que o combatem e de humanidade para o mundo imparcial que nos contempla.

Se a Entrevista de Yataití-Corá – como passou a ser conhecido o encontro – foi uma cartada solitária de López para sair da situação em que se metera ou apenas uma manobra para ganhar fôlego, nunca de saberá ao certo. O fato é que o tempo gasto entre as idas e vindas de Mitre e Flores deu às forças de López o alívio necessário para recompor suas linhas em Curupaiti, o próximo e mais doloroso passo da guerra para os aliados.

Os presságios de Curupaiti

Nos dias que se seguiram, o general paraguaio José Eduvigis Díaz e o engenheiro militar inglês coronel George Thompson comandaram a escavação de trincheiras em torno de Curupaiti com dois quilômetros de extensão. Trabalhando em turnos, os soldados baseados no forte cortaram árvores e abriram fossos de quatro metros de largura, atolados em pântanos e juncais, algumas vezes com lama até a cintura. Sua fibra e seu vigor foram admiráveis, dadas as terríveis circunstâncias em que precisaram atuar.

Com as vestes em farrapos, que mal podiam ser consideradas uniformes, famintos, recém-saídos de uma batalha em que haviam sofrido uma derrota profunda em termos numéricos e estratégicos, os paraguaios ainda encontravam ânimo para empunhar as ferramentas sob a chuva e o vento. Havia ainda, é verdade, o temor do pelotão de fuzilamento.

Solano López havia ordenado ao coronel húngaro Francisco Wisner de Morgenstern que desenhasse um projeto para as trincheiras de Curupaiti contra o avanço inimigo, que considerava iminente.[1] Dois dias depois, o *Mariscal* convocou os comandantes mais importantes de seu exército para uma reunião sobre o assunto. Todos aprovaram o plano, exceto o general Díaz, que afirmou, em guarani: “*Oî porane la cuatiá ari pero pecha ña mbopuharo la trinchera no ro jocoichene los cambape*” [Está bem no papel, mas, se levantarmos assim a trincheira, não deteremos os *pretos*]. López apoiou seu general e o autorizou a construir as trincheiras a seu critério. A contribuição de Thompson, especialista em artilharia e fortificações, também foi decisiva.

Reorganizados, os batalhões paraguaios ganharam considerável vantagem diante dos aliados, que, por seu lado, mantinham-se desmobilizados e confusos. Vários dias foram perdidos em discussões

sobre a forma de se chegar a Humaitá. Como o caminho pelas margens do rio Paraguai não era obrigatório, Mitre defendia um avanço rumo ao norte por terra, entre Curuzú e Passo Pucú, sem passar pelo forte. Mas os demais comandantes consideravam fundamental derrubar Curupaiti, próxima ao rio, e argumentavam que teriam o apoio dos navios de Tamandaré, até então pouco utilizados.

Batedores aliados haviam feito um avanço pela mata em 16 de setembro, para sondar o campo e ocultar peças de artilharia em pontos determinados, a fim de iniciar a investida. Passaram algumas horas nas imediações do forte, mas acabaram recebendo ordens para recuar. A esquadra emitiu um aviso de que não estava em condições de empreender um bombardeio naquele momento, porque o tempo estava fechado e havia a possibilidade de chuvas. De fato, pouco depois o grupo foi apanhado por um aguaceiro, que inutilizou parte da pólvora que transportava.

Nessa incursão, ao avistar os intensos preparativos paraguaios, os batedores haviam tido a certeza de que o combate seria mais duro do que se imaginava. Ao retornar, suas informações espalharam-se pelo campo aliado e afetaram o ânimo da tropa.

Por conta disso, em 21 de setembro, o acampamento de Tuiuti estava com uma agitação incomum, com ares de cerimônia de despedida para a maioria. Em meio às chuvas intermitentes, soldados e oficiais reuniam-se em grupos para churrascadas, rodas de jogos de cartas e goles do vinho. Alguns chegavam a brindar com os companheiros ao seu “último dia na Terra”.

O coronel oriental Ignacio Rivas, designado por Bartolomeu Mitre para liderar a primeira das quatro colunas de ataque argentinas, convidou outros comandantes para uma refeição em sua barraca,[2] entre eles o coronel Manuel Rosetti, portenho, chefe do 1º Batalhão de Infantaria de Linha; o coronel Bautista Charlone, italiano de nascimento; o coronel uruguaio José Miguel Arredondo, chefe da Segunda Coluna Argentina; Alejandro Díaz, chefe do 3º Batalhão de Infantaria de Linha; o coronel Manuel Fraga, chefe da 4ª Infantaria de Linha; Domingo Fidel Sarmiento, filho do embaixador nos Estados Unidos, Domingo Faustino Sarmiento, e chefe de companhia do 12º Batalhão de Infantaria de Linha; e Francisco Paz, filho do vice-presidente Marcos Paz e capitão do 12º Batalhão.

Em dado momento, Charlone fez um sinistro brinde ao colega José

Miguel Arredondo: “Amigo, és o único a romper a atmosfera que une o restante de nós, já que serás o único a sair ileso amanhã!”.

Os demais presentes não pareceram abalados pelo presságio. Arredondo, entretanto, reagiu: “Como é possível que um homem tão bravo se deixe levar por semelhantes preocupações?”. Charlone respondeu com um grande sorriso: “Quem sabe? Coisas do espírito!”. Após a refeição, Charlone procurou seu ajudante de ordens e entregou a ele seu relógio, sua carteira e algumas cartas, encarregando-o do envio a seus parentes e amigos, caso fosse morto no combate.

O capitão Dominguito Sarmiento também preparou uma carta para sua mãe, mas optou por deixá-la no bolso da farda. Nela a consolava previamente e declarava:[3]

Morrer pela pátria é viver, é dar ao nosso nome um brilho que nada será capaz de apagar; e nunca fostes mais digna como mulher que quando, com estoica resignação, enviou às batalhas o filho de suas entranhas.

Igualmente tocante foi o bilhete que o soldado Cleto Mariano Grandoli deixou para ser entregue aos seus pais, caso não sobrevivesse à batalha.[4] Ele se oferecera como voluntário um ano antes, ingressando com apenas 16 anos no 1º Batalhão de Santa Fé. Participara das operações de Jataí, Uruguaiana, Itapirú, Estero Bellaco e Tuiuti. Mas pressentia que Curupaiti seria seu maior desafio:

O argentino honrado deve deixar de existir antes de ver humilhada a bandeira da pátria. Não tenho dúvidas de que a vida militar é penosa. Mas que importa se padecemos na defesa dos direitos e da honra de nosso país. Amanhã seremos dizimados. Mas saberei morrer defendendo a bandeira que me deram.

Na manhã seguinte, horas antes do combate, o grupo voltou a se reunir, dessa vez na barraca de Manuel Fraga. O tom de profecias macabras voltou a dominar o ambiente, primeiro em uma fala de Rosetti, depois pela boca do próprio Fraga, que observou: “Escutaram durante a noite o grito do *yporá*, o pássaro de canto agourento? Bebamos o vinho que ainda resta e brindemos, porque hoje vamos todos morrer!”.

Naquele 22 de setembro, 5 mil paraguaios esperavam pelas forças aliadas, distribuídos em sete batalhões de infantaria e quatro esquadrões de cavalaria, resguardados por dois paredões de terra de mais de dois metros de altura cada, separados por um fosso pantanoso

de cerca de cinquenta metros. A segunda barreira havia sido reforçada por cercas feitas com enormes troncos cruzados, galhos e ramos, atrás das quais haviam sido distribuídas 49 bocas de fogo.

O plano de ataque aliado consistia na combinação de bombardeios às defesas paraguaias pela esquadra imperial, comandada pelo almirante Tamandaré, com movimentos ofensivos de quinze batalhões de infantaria argentinos – com duzentos a trezentos homens cada, liderados por Wenceslao Paunero – e das forças brasileiras de infantaria e de cavalaria, sob o comando de Marques de Souza. [5]

Na véspera do combate, Tamandaré havia prometido “descangalhar” o forte Curupaiti em duas horas. A frota deslocada para o confronto era composta por três chatas, pelos encouraçados *Brasil*, *Barroso*, *Lima de Barros*, *Bahia* e *Tamandaré*, os bombardeiros *Pedro Alfonso* e *Forte de Coimbra*, e as canhoesiras *Beberibe*, *Magá*, *Parnaíba*, *Belmonte*, *Ibaí*, *Mearin*, *Iguatemi*, *Araguari*, *Araguaia*, *Ipiranga*, *Henrique Martins* e *Chuí*.

Parte das forças terrestres aliadas era composta de combatentes sulistas que não carregavam outro armamento além de lanças. O general uruguaio Venâncio Flores seguia à frente de uma divisão de cavalaria e algumas centenas de orientais, praticamente tudo o que havia restado de suas tropas na campanha. Seu retorno a Montevideú já estava acertado, mas ele decidiu prestar essa última colaboração ao esforço de guerra. O comando geral e todo o planejamento couberam inteiramente a Mitre pela primeira vez.

Quando a esquadra apontou na margem esquerda do rio Paraguai, no começo da tarde, uma chuva forte voltou a cair. Pelo terreno barrento, cujas características já naturalmente pantanosas eram agravadas pelo temporal, vieram avançando os integrantes do 2o Corpo do Exército brasileiro. Junto a eles, seguia uma tropa de combatentes argentinos, marchando na cadência marcada por tambores e embalada por clarins.

A natureza encarregou-se de criar uma ambientação assustadora, com o estrondo de trovões que faziam a terra tremer e reverberar antes mesmo do primeiro disparo da artilharia. Iniciado o bombardeio em direção ao forte paraguaio por parte da esquadra brasileira, os soldados aliados apressaram o passo rumo às linhas lopistas.

Por conta da “muralha” de terra erguida às margens do rio, os canhões de Tamandaré tiveram de ser direcionados para uma altura

que os fazia atingir apenas as copas das árvores. E o desastre anunciado rapidamente se concretizou.

Em quatro colunas, 17 mil aliados se lançaram sobre a primeira trincheira, os argentinos pelo centro e os brasileiros pela direita. O ânimo por ultrapassá-la sem resistência se desvaneceu ao perceberem que haviam caído em uma cilada: sob a chuva, em solo aberto e lamacento, os integrantes da infantaria caíam, um a um, diante do fogo vindo da segunda barreira, ainda distante de seu alcance. Totalmente desprotegidos, eram abatidos às centenas.

Do lado de López, as baixas eram poucas, insignificantes mesmo, diante do imenso estrago provocado nas divisões aliadas. O próprio Mitre teve seu cavalo atingido por um canhão e precisou trocar de montaria. Não obstante, gritava sem parar aos combatentes: “Avançar! Avançar!”.

Os jovens soldados que se viam enredados naquela armadilha voltavam seus olhos para a retaguarda, na esperança de que fosse ordenado um recuo salvador que os livrasse da morte certa e inútil. Mas a orientação era a mesma: “Avançar! Avançar sempre!”.

Aparentemente, segundo relatos posteriores, de seu posto de observação, bem atrás, Mitre tinha a impressão errônea de que havia apenas uma trincheira a ser vencida e que, uma vez ultrapassada, os contingentes já entrariam em luta corpo a corpo com os paraguaios. Isso praticamente não ocorreu, por haver uma segunda barreira, distante, a ser vencida. Sem receber informações corretas, Tamandaré prosseguia com a artilharia, desconhecendo a falta de efetividade de seus bombardeios.

O soldado Cleto Mariano Grandoli, que carregava a bandeira argentina, tombou morto como havia previsto na carta à sua mãe, sem se desfazer do pavilhão.

Entre as fileiras brasileiras, um destaque foi a inusitada participação da pernambucana Maria Francisca da Conceição.^[6] Quando o marido foi destacado para o ataque ao forte de Curuzú, ela decidiu acompanhá-lo a qualquer custo, desobedecendo a proibição do general Marques de Souza de que mulheres seguissem sua expedição. No dia do embarque, ela cortou os cabelos, conseguiu um uniforme, arranjou um quepe e infiltrou-se na tropa. Em Curupaiti, entrou na luta, integrando o 1º Batalhão, mesmo sem dispor de armas. Quando o primeiro soldado caiu ao seu lado, Maria Francisca tomou-lhe a

baioneta, a cartucheira, e avançou com a artilharia. Em meio à luta, percebeu que o marido havia sucumbido, mas continuou combatendo. Só parou quando também foi atingida. Tendo sobrevivido à batalha, seria apelidada Maria Curupaiti, e seu nome seria dado ao 42º Batalhão de Voluntários da Pátria.

À frente das linhas paraguaias, montado em seu cavalo, o general Díaz orientava os combatentes guaranis aos gritos e com a espada em riste, em meio à infernal artilharia. Os balaços passavam por ele, que se mantinha enérgico, firme, determinado. A demonstração de coragem enchia seus esquadrões de motivação. Solano López, como sempre, estava ausente do teatro da guerra e recebia as informações na fortaleza de Humaitá.

Às quatro horas da tarde, Mitre foi informado de que alguns batalhões já estavam completamente aniquilados. Meia hora depois, quando o massacre se tornara tão evidente quanto a impossibilidade de vitória no confronto, o general Marques de Souza aproximou-se de Mitre e fez a ele um respeitoso apelo: “Senhor, esta será a derrota mais grave desta guerra. Morrerão todos sem sequer tocar as trincheiras paraguaias. Ordene a retirada, por favor!”.

Atordado, o comandante em chefe das forças aliadas consentiu e sinalizou a seu comando para que fosse executado o toque de retirada.

[7]

Após quatro horas de batalha, a devastação no lado dos aliados era incontestável. Milhares de corpos espalhavam-se das margens do rio Paraguai até as proximidades da linha lopista. Entre eles, estavam os do filho do vice-presidente argentino, Francisco Paz, e de Dominguito Sarmiento, que sangrou até morrer após ter sido alvejado no tendão de Aquiles. Dos quinze chefes de batalhões argentinos, catorze saíram mortos ou feridos. Apenas um escapou ileso: José Arredondo. Sua sobrevivência confirmava a profecia do coronel Charlone, que, atingido na cabeça, também sucumbiu na batalha, assim como Rosetti, Alejandro Díaz, Luciano Salvadores, Manuel Fraga e outros três chefes militares. Estudiosos atribuíram esse alto número de oficiais argentinos abatidos aos uniformes de guerra que usavam do alto de seus cavalos, com suas reluzentes dragonas douradas, polainas brancas, jaquetas azuis e bombachas vermelhas, trajes comprados dos franceses como sobras da Guerra da Crimeia que destacavam suas figuras e faziam deles alvos bem visíveis.

Apesar do resultado adverso, o Exército argentino fez questão de manter a dignidade com uma lenta retirada, liderada pela cavalaria, em rigorosa formação. Ao vê-los dar meia-volta, os paraguaios gritaram vivas ao som de pequena banda com harpas, cornetas e tambores. Já Marques de Souza organizou como pôde o recuo dos brasileiros.

Segundo os levantamentos mais conservadores, ao final do embate, os brasileiros haviam tido 412 soldados mortos, 1.589 feridos e dez desaparecidos; os argentinos, 983 mortos, 2.002 feridos e 56 desaparecidos. Os batalhões chefiados pelo general Polidoro e por Venâncio Flores não chegaram a entrar em combate e, assim, não sofreram baixas. O lado paraguaio teve 54 mortos e 196 feridos, um dado espantoso diante da força aliada – quatro vezes superior.

Os corpos de Alejandro Díaz e Dominguito Sarmiento puderam ser recolhidos, mas o cadáver da maioria dos aliados ficou à mercê dos paraguaios, que lhes tomaram os armamentos, relógios, uniformes e calçados, além dos soldos que lhes haviam sido pagos na véspera da batalha. Os feridos mais graves, que não puderam ser levados como prisioneiros pelas forças guaranis, receberam golpes fatais de baioneta.

Parte dos cadáveres foi lançada nas próprias trincheiras e coberta com terra; o restante foi jogado no rio Paraguai. Os paraguaios que haviam aderido aos aliados e que foram feitos prisioneiros por seus compatriotas seguiram para o acampamento de Passo Pucú, onde morreram por tortura ou fuzilamento.

Ao término da Batalha de Curupaiti, o general Mitre redigiu a seu substituto no governo, Marcos Paz, uma sentida mensagem informando a morte do filho dele. Em resposta, Paz lhe escreveria: “O senhor sabe o tanto que terei de conter do meu sofrimento para prosseguir. Como sou presidente, se dou uma demonstração de fraqueza, transmitirei a desmoralização aos nossos cidadãos”.

Os generais brasileiros e a imprensa do Império atribuíram a maior culpa pelo desastre aliado a Mitre, não propriamente pela atuação na batalha, mas por ter apostado alto demais no entendimento com Solano López e tê-lo deixado ganhar tempo.[8]

O presidente argentino nunca rebateu publicamente as acusações, mas em cartas e conversas reservadas queixou-se de desentendimentos com o comando imperial. Nelas, comentava a resistência de Tamandaré e Marques de Souza em obedecer a suas determinações e

queixava-se frequentemente de Polidoro, que citava como “velho”, “doente” e “fatigado”: “É impossível imaginar uma nulidade militar maior do que esse general”, escreveu ele ao chanceler Elizalde.

Sem dúvida, tudo indica que a falha de comunicação entre eles comprometeu a sobrevivência das tropas em Curupaiti. Polidoro, que havia assistido inerte ao desenrolar do confronto de seu posto de observação, alegou posteriormente que havia esperado em vão pelo sinal de Tamandaré, da esquadra, para atacar. O almirante afirmou categoricamente que havia sinalizado com a bandeira vermelha com a cruz branca ao centro.

Entre os sobreviventes da batalha estava o tenente Cândido López, soldado em campo, artista nos intervalos das batalhas. Quando o estilhaço de uma granada despedaçou sua mão direita, provocando uma intensa hemorragia, ele recolheu o sabre que havia caído sobre o terreno lamacento, ergueu o punho atingido para tentar conter o sangramento e prosseguiu lutando enquanto teve forças. Quando estava perto de desfalecer, foi socorrido e levado para uma cirurgia na qual teve o antebraço seccionado até a altura do cotovelo. Dias depois, sob o risco de gangrena, foi submetido à amputação do restante do braço. Por essa razão, ficaria conhecido em seu país como El Manco.[9]

Ao retornarem com suas tropas ao acampamento de Passo Pucú, os generais Eduvigis Díaz e Vicente Barrios encontraram um Solano López exultante com a vitória, que quebrava uma sequência quase ininterrupta de resultados negativos em mais de um ano.

Ao lado do *Mariscal*, postava-se, também risonho, ninguém menos que o prelado Fidel Maíz, preso anos antes em Assunção como traidor da pátria. Próximo dele e com ar bem menos tranquilo podia se notar o bispo de Assunção, Manuel Antonio Palacios, que havia julgado e condenado o padre no começo de 1863.

– Curupaiti representa o começo de minha segunda vida! – disse Maíz aos intrigados generais.

O que ocorreu nas semanas anteriores foi que López estava buscando uma figura intelectual, dotada de um excepcional talento de propagandista, para editar proclamas ou publicações a serem rodadas no próprio acampamento militar e distribuídas por toda a nação. Por mais que tentasse pensar em outro nome, apenas o de Fidel Maíz lhe vinha à cabeça. Chamou-o, então, ao quartel-general e fez a ele um desafio: se as forças paraguaias fossem vitoriosas em Curupaiti, seria

posto definitivamente em liberdade e nomeado capelão de seu exército. Como tudo deu certo, o *Mariscal* cumpriu sua promessa e pediu que a ocasião fosse comemorada com uma missa solene de Ação de Graças. Ali, começava não apenas uma nova etapa para o presbítero, mas também sua fama como “o padre de sete vidas”.

Voluntários, mas nem tanto

A derrota na ação de Curupaiti, que custou tantas vidas de seus compatriotas, abalou fortemente o moral dos combatentes da Aliança, afetando também o apoio popular à guerra em Buenos Aires e Montevideu. Após a batalha, o presidente Venâncio Flores retirou-se para Montevideu e, dali em diante, manteve uma representação quase simbólica de seu país no conflito, em cujas frentes permaneceram pouco mais de seiscentos soldados orientais.

Enquanto a população argentina pressionava pelo abandono da Aliança, as montoneras – como eram definidas as revoltas empreendidas por grupos armados das regiões rurais – voltavam a deixar a nação em um clima deflagrado, resistindo a subjugar-se ao poder central. A impopularidade da guerra com o Paraguai fez com que o governo recorresse à convocação à força de “voluntários”, que chegavam a ser levados acorrentados para os quartéis e navios. Também era comum a contratação clandestina de mercenários europeus. Ninguém mais queria deixar sua casa, sua terra e sua família para atuar em um conflito que não parecia ter sentido algum. Se fosse para entrar em combate, pensavam os cidadãos àquela altura, que fosse para defender seu território.

O próprio Conselho de Ministros portenho chegou a autorizar o presidente a aceitar as negociações de paz propostas pelo Paraguai para dedicar-se às questões internas, independente dos aliados. O Brasil, no entanto, alertou que consideraria motivo de ruptura de relações qualquer iniciativa de negociar com Solano López algo que não fosse sua capitulação e exílio. Tanto Mitre quanto Sarmiento e Paz concordaram que essa era uma questão de honra e decidiram respeitar os termos do Tratado da Tríplice Aliança até o fim – ou melhor, até a queda de López.

Em 11 de novembro de 1866, estourou um levante de tropas na província argentina de Mendoza. Os amotinados contaram com o apoio da polícia local e abriram as prisões, nas quais se encontravam, inclusive, líderes federalistas. Um deles, o coronel Carlos Juan Rodríguez, assumiu a administração da província e se negou a reconhecer o governo de Mitre. Em carta a seu vice, Marcos Paz, Mitre atribuía as rebeliões no interior “à falta de virtudes cívicas do povo” e “aos maus governos locais”:[1]

Se a metade de Corrientes não houvesse atraído a causa nacional, armando-se em favor do inimigo, se Entre Ríos não houvesse se sublevado duas vezes, se quase dois contingentes das províncias tivesse cumprido o seu dever, se uma opinião simpática ao inimigo externo não houvesse alentado a traição, quem duvida que esta guerra já não estaria terminada?

A diminuição do entusiasmo popular pela guerra e a drástica redução dos alistamentos não ocorreu apenas entre os argentinos. No Brasil, a partir de 1867, o governo imperial começou a exigir dos presidentes das províncias cotas de combatentes de, no mínimo, 1% de sua população. Jornais de vários pontos do país chegavam a publicar charges ironizando a medida, como a de um homem arrancado da cama pelos alistadores.

Aos mais pobres que quisessem evitar a luta, só restava a fuga para o mato. Por essa razão, os comissários de polícia e seus prepostos saíam a caçar “caboclos no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto em sua tapera, o caiçara no litoral, enfim brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes”.[2]

Por outro lado, os mais ricos recorriam a diversas formas de escapar à convocação: faziam doações de recursos, equipamentos, metais, joias e homens cativos.



SURDELEGADO.—Meu caro, nós estamos precisando de gente. Se os solteiros fogem para o matto, não ha remedio se não vir a cama dos casados. As ordens que tempo são apertadas!

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, São Paulo.

Charge publicada na *Semana Illustrada*, que mostra cidadão sendo retirado da cama para servir como “voluntário” nas frentes de batalha do Paraguai.

Nessa nova etapa, os senhores rurais e os grandes empresários brasileiros adotaram a prática de participar do esforço de guerra enviando escravos para lutar em seu lugar. Em troca, recebiam uma indenização do governo imperial. Esse tipo de prática tornou-se corrente, e em pouco tempo sociedades patrióticas, comerciantes e até conventos passaram a oferecer escravos para combater na guerra.

Já em 14 de outubro de 1865, o *Diário da Bahia* publicava o seguinte anúncio, no qual esse tipo de negócio era proposto sem rodeios:

Quem precisa de uma pessoa para marchar para o Sul em seu lugar e quiser libertar um escravo robusto, de vinte anos, que deseja incorporar-se ao Exército, declare por este jornal seu nome e morada onde possa ser procurado, e por preço cômodo achará quem lhe substitua nos contingentes destinados à guerra.

Em novembro de 1867, o Império alterou essa prática e decidiu conceder alforria para os negros que se apresentassem voluntariamente. Isso fez com que cativos fugissem das fazendas, sós ou em grupos, e se apresentassem aos recrutadores com nomes falsos, para despistar seus senhores, sob as vistas grossas do governo. Dom Pedro II deu o exemplo, libertando todos os escravos das fazendas imperiais para lutar na guerra. O movimento abolicionista ganhava

impulso, por vias tortas, empurrado pela conjuntura que a nação vivia. O monarca, que no íntimo era simpatizante da causa, mas ainda não conseguia levá-la a efeito por meio de um gesto voluntarista, não pôde deixar de fazer uma declaração pública a respeito:

A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico (negreiro), não é senão uma questão de forma e de oportunidade. Quando as circunstâncias penosas em que se encontra o país o permitirem, o governo brasileiro considerará objeto de primeira importância a realização daquilo que o espírito do cristianismo há muito reclama do mundo civilizado.

Calcula-se que o Brasil levou à guerra em torno de 139 mil homens, de um total de pouco mais de 9 milhões de habitantes, ou seja, cerca de 1,5% da população. A origem dos efetivos em terra era de 54.992 Voluntários da Pátria, 59.669 membros da Guarda Nacional e 8.489 recrutados e escravos libertos. As forças da Marinha somavam 15.850 homens.

Os registros deixados por generais brasileiros indicam que os afrodescendentes tinham desempenho oscilante na frente de batalha. De certa forma, essa atuação se justificava, até porque era tarefa inglória tentar lhes incutir o entusiasmo por uma guerra que não consideravam sua.

Os uruguaios alistaram um número bastante reduzido de ex-escravos. E quase todos eles ajudavam a compor o Batalhão Florida, chefiado pelo espanhol León de Palleja, morto após o combate de Boquerón.

Já o governo de Buenos Aires enviou batalhões inteiros compostos por negros libertos. Na Argentina, a escravidão havia sido abolida pela Constituição de 1853, mas a medida só foi efetivada por completo em 1860. Esse uso da força negra como *carne de cañón* – na denominação de alguns historiadores – é apontado como uma das principais causas do quase desaparecimento da população afrodescendente na Argentina. A outra razão seria a epidemia de febre amarela, ocorrida em 1871, que afetou de forma fulminante os mais pobres da sociedade.

Caxias, o trunfo de Pedro II

A desastrosa operação de Curupaiti expôs as deficiências estratégicas e o estado de desarticulação entre os componentes da Aliança naquele momento. As intrigas se sucediam e os resultados militares tornavam-se crescentemente insatisfatórios. Pedro II recebeu com sobressalto as informações sobre as perdas humanas e materiais no confronto e resolveu ter uma conversa enérgica com seu homem de maior confiança: Caxias.

O imperador já havia feito apelos anteriores ao marquês, no sentido de assumir o comando das forças brasileiras, mas Lima e Silva vinha se esquivando, alegando seus afazeres como integrante do Partido Conservador e apresentando outras justificativas para ficar longe de um quadro bélico que considerava confuso. Ele não escondia do soberano que desaprovava quase por completo a forma como estava sendo conduzida a ação dos aliados no conflito. E ressentia-se do fato de que o plano para a guerra que apresentara em 20 de janeiro de 1865 havia sido inteiramente desvirtuado. Suas críticas já vinham de algum tempo e eram direcionadas especialmente a Tamandaré, a quem o desempenho em Curupaiti, a seu ver, representou a pá de cal.

Diante de dom Pedro, ele foi ainda mais franco:

– Não tenho como ficar à frente desta missão com a presença dele no comando naval – afirmou. – Quanto ao general Mitre, sei da estima que Vossa Majestade tem por ele. É um homem de valor, mas, como idealizador de ações de batalha, nos manterá nesse atoleiro por anos a fio.

– Por uma questão de honra com o tratado que firmei, não tenho como afastar Bartolomeu Mitre do comando em chefe. Isso é claro – respondeu Pedro II. – Quanto às forças imperiais, tem minha aprovação para agir com total liberdade. Quem, a seu ver, seria o mais

indicado para chefiar a esquadra?

– Penso no almirante Joaquim José Inácio – propôs Lima e Silva.

– O barão de Inhaúma... – refletiu dom Pedro. – Muito bem, e o que ele tem feito? Não está na política, pelo que sei...

– Não, majestade. Dedicou a maior parte de seu tempo à Santa Casa de Misericórdia. Mas é extremamente confiável e bem talhado para a tarefa.

Além das altas credenciais militares conquistadas desde que entrara na Academia da Marinha aos catorze anos, Inácio era ligado ao marquês de Caxias por fortes laços de confiança ao longo de mais de trinta anos de convívio. Maçom como Lima e Silva, com o grau de vice-grão-mestre, havia sido ministro da Marinha quando Caxias foi escolhido primeiro-ministro, em 1861. Esteve nas guerras Cisplatina e dos Farrapos, e era ao mesmo tempo ativo e conciliador. Com a derrubada do gabinete, em 1862, caiu em um temporário ostracismo.

– E como faremos para retirar Tamandaré do comando sem provocar uma crise? Entendo que poderia ser mais eficaz, mas é um militar, muito leal – lembrou o monarca. – As coisas precisam ser feitas com cuidado e respeito pela biografia dele. Sem falar que é um homem de temperamento. Não vai aceitar bem a remoção.

– Sinto que a melhor solução seria manter os dois em um primeiro momento. Joaquim Inácio assumiria em caráter temporário e, passados dois ou três meses, com Tamandaré já conformado, tomaria posse definitivamente.

– Pode ser... – respondeu o soberano sem muita convicção. – E quanto aos outros? Osório, Polidoro, Porto Alegre...

– Não vejo problemas na permanência deles. Além de tudo, são todos grandes amigos meus e profundamente devotados ao Império.

– Então, assim faremos – decidiu Pedro II. – Agradeço pelo empenho, meu caro.

– Não decepcionarei vossa majestade nem a nossa pátria – prometeu Caxias, ao se despedir.

Além da desmotivação, após tantos meses de guerra, o ambiente nos acampamentos aliados era de um afrouxamento que não condizia com o rigor da caserna com o qual Caxias se identificava. Os generais provavelmente tentavam compensar as terríveis condições pelas quais as tropas precisavam passar com uma leniência em relação a comportamentos fora do padrão militar. Bebia-se muito, havia a

circulação de prostitutas pelas barracas e passava-se por longos períodos de inatividade. Em favor dos jovens subordinados, é preciso lembrar que, ao contrário de seus chefes, quase nenhum deles havia recebido anteriormente qualquer treinamento no Exército. A cultura da disciplina não lhes era familiar. Assim, muitos comandantes faziam vista grossa para as deserções e para a pouca combatividade de alguns durante as batalhas. “Vi, acorocado atrás de uma casa de cupim, um tenente escondido da linha de fogo”, anotou em seu diário de guerra o jovem Dionísio Cerqueira.

O general Joaquim Silvério Pimentel relatou no seu *Episódios militares* que mesmo alguns oficiais graduados costumavam esquecer a liturgia do posto e pregar peças nos subordinados. Segundo ele, Osório, cuja coragem e cuja capacidade de liderança eram inquestionáveis, chegou a enviar sua carruagem a um local onde, apanhados de surpresa, os batalhões correram para perfilar-se.^[1] E do veículo, em seu lugar, para surpresa geral, saiu uma das moças “vivandeiras” da região, que fez questão de passar zombeteiramente as divisões em revista.

Caxias não tinha senso de humor para esse tipo de situação. Acreditava que era a hora não só de pôr ordem na tropa, mas também de aplicar recursos mais avançados para resolver o conflito. Não se tratava de uma questão de pressa, mas de método e eficiência. Conseguir resultados melhores, com menos baixas e maior organização.

Em 10 de outubro se deu sua nomeação para o comando brasileiro. Lima e Silva tratou rapidamente dos preparativos de viagem, despediu-se da mulher, Ana Luísa, das filhas Luísa e Ana, e embarcou para a região do Prata, sem saber *se* e *quando* estaria de volta ao Rio de Janeiro. No dia 17 de novembro chegou a Itapirú e no dia seguinte assumiu o posto de comandante em chefe das forças brasileiras.

Um dos primeiros desafios que encontrou na região do conflito não foi de ordem militar, mas de saúde. Além dos desfalques provocados pelo alto número de feridos, uma epidemia de cólera morbo, iniciada em Corrientes, começava a assolar todas as frentes de batalha. A doença é causada pelo vibrião colérico (*Vibrio cholerae*), uma bactéria em forma de vírgula que se multiplica rapidamente no intestino humano, produzindo uma potente toxina que provoca diarreias intensas. Sua transmissão ocorre diretamente dos dejetos fecais de

doentes por ingestão oral, principalmente de água contaminada. Como os soldados se movimentavam quase todo o tempo em terrenos alagados e os próprios acampamentos eram insalubres, a disseminação da doença era rápida e muitas vezes letal.

Depois de percorrer os hospitais e enfermarias de Corrientes, Itapirú, Cerrito, Paso de Pátria e Tuiuti, Caxias nomeou o médico Francisco Pinheiro Guimarães para supervisionar os trabalhos de atendimento. Reorganizou as unidades médicas e retirou delas um total de 2 mil oficiais e soldados que já se encontravam aptos para o combate, mas resistiam a receber alta. Melhorou a qualidade do corpo de oficiais, inclusive mandando de volta ao Brasil os que não considerava capazes, e intensificou o treinamento dos soldados que haviam permanecido na ativa.

Em um encontro com Mitre, mostrou-se cauteloso, talvez até em excesso: avaliou que a ação decisiva só seria possível em um horizonte de pelo menos um ano. Foi, talvez, sua decisão mais polêmica. O presidente argentino insistia que a esquadra brasileira subisse o rio Paraguai e enfrentasse a fortaleza de Humaitá o quanto antes, abrindo caminho para a tomada de Assunção. O brasileiro considerava o plano muito arriscado e acreditava que era necessária uma incursão por terra, cuja preparação demandaria meses de trabalho. Os demais comandantes aliados o seguiam nesse pensamento e não escondiam a desconfiança de que o intento de Mitre, na verdade, era ver as embarcações imperiais destruídas em combate. Viam nessas ordens uma trama para neutralizar a potencial ameaça brasileira no caso de um conflito futuro entre as nações, até aquele momento aliadas. E ignoravam a determinação de Mitre.

Em retrospecto, o que se constata é que o presidente argentino estava correto. A frota brasileira tinha plenas condições de enfrentar a passagem por Humaitá e ajudar as tropas aliadas a ganhar terreno rumo ao norte, a caminho da capital paraguaia. Nesse aspecto, Caxias foi responsável por atrasos na campanha e por um dispêndio material talvez maior que o necessário.

Havia também que ser resolvida a questão Tamandaré, que, como esperado, relutou em entregar o comando a Joaquim Inácio, o barão de Inhaúma. Transcorridos dois meses de impasse, ele encontrou uma saída honrosa e cedeu: alegando problemas de saúde, retornou ao Brasil.

A passagem do comando a Inhaúma não ocorreu como Caxias esperava. O almirante estava fragilizado física e psicologicamente para a tarefa. Alguns relatos atribuem seu mal-estar à malária, moléstia adquirida por uma picada de mosquito. As sequelas da doença lhe causavam um estado de permanente fraqueza e ele passava grande parte do tempo em sua cabine, acamado.

Poucas semanas antes da vinda de Caxias, chegou ao acampamento de Tuiuti o capitão Benjamin Constant Botelho de Magalhães, militar e professor de origem pobre, que, apesar disso, recebera uma educação esmeradíssima. Ele vinha se notabilizando por um temperamento inconformista e contestador. Em 1858, durante uma formatura do curso na Escola Militar, por exemplo, havia protestado contra acusações de roubo levantadas contra alunos. Por causa desse episódio, passou alguns dias preso na fortaleza de Santa Cruz. Em 1862, foi nomeado professor de matemática do Instituto de Meninos Cegos, o qual levaria seu nome após sua morte.

Constant havia sido convocado em 25 de agosto de 1866, assim como seu irmão Marciano, e partira do Rio de Janeiro uma semana depois. Com um ano de casado, uma filha recém-nascida, a esposa, Maria Joaquina, grávida, e uma tia idosa para sustentar, ele entrou em desespero ao saber que seria obrigado a se alistar. Sem o seu conhecimento, sua mulher conseguiu uma audiência com o imperador, que, informado da situação grave que a ausência do arrimo da família implicaria, concordou em poupá-lo. Ele, porém, não aceitou o privilégio.

Depois de deixar o irmão em Montevideú, a cargo de uma tarefa administrativa, seguiu para a Argentina, passando por Corrientes, e fixou-se em Tuiuti, no território paraguaio, onde iniciou a construção de uma série de trincheiras. Como reconhecimento pela qualidade de seu trabalho, foi efetivado na Comissão de Engenheiros, da qual fez parte até meados de 1867, quando contraiu malária e teve que deixar o *front*.

Durante sua passagem pela guerra, Benjamin Constant escreveu uma série de cartas à família nas quais revelava seu verdadeiro repúdio à forma de comando exercida por Caxias.[2] Atacava, por exemplo, os privilégios que o marquês recebia, como a água pura que lhe mandavam do Rio em pipas enquanto os voluntários precisavam cavar buracos no chão para conseguir o líquido.

Mas, sobretudo, discordava do rumo que o general imprimia à guerra, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo número elevado de perdas humanas, algo que, na verdade, era ainda mais grave antes da chegada de Lima e Silva, fato que desconhecia. “A posição elevada que tem o marquês e o prestígio imenso de que está rodeado o seu nome são mais do que um fenômeno inexplicável, incompreensível. É uma verdadeira aberração de todas as leis sociais”, anotou.

O historiador Tiago Gomes de Araújo, que analisou em profundidade essa correspondência de Constant, concluiu que, entre outros elementos, “a ojeriza que Constant alimentou contra Caxias originou-se da diferente concepção que aqueles dois profissionais do Exército tinham sobre a vida militar. Constant apregoava a importância do soldado cidadão, pela qual se negava a noção de obediência passiva, fundamento da disciplina e da hierarquia nas organizações militares. Caxias, ao contrário, simbolizava o oficial disciplinado e disciplinador”.

Em 31 de maio de 1867, chegaram ao acampamento de Tuiuti os aeronautas norte-americanos Ezra e James Allen, que traziam consigo dois balões, adquiridos em Nova York, ao custo de 10 mil dólares. Os engenhos, operados a hidrogênio, seriam utilizados para observações do campo inimigo, com os objetivos de avaliar a dimensão das tropas a serem enfrentadas e de traçar mapas detalhados da região. Ao se darem conta do uso dos equipamentos pelos aliados, os paraguaios passaram a acender fogueiras para, com a fumaça, dificultar a visibilidade dos espões. A imprensa guarani também divulgou a utilização do recurso pelos brasileiros, e o periódico satírico *El Centinela* publicou uma charge em que os soldados lopistas, ao serem vigiados pelos ocupantes dos balões, davam-lhes as costas e baixavam-lhes as calças.

O *El Centinela*, assim como o *Cabichuí* e o *Cacique Lambaré*, era profusamente distribuído entre as tropas paraguaias, cumprindo um papel de zombar do inimigo e fortalecer o moral dos soldados. O *Cabichuí* era editado pelo padre Fidel Maíz e publicado pela *Imprenta del Ejército* em precárias oficinas instaladas junto aos quartéis-generais de Solano López em Passo Pucú e San Fernando.

O *Cacique Lambaré*, redigido em guarani e rodado em papel de caraguatá (ananás-silvestre), era destinado ao interior do país. No impresso, soldados brasileiros mostrados em caricaturas como animais

deram uma visão nova da representação da guerra. Pedro II era sempre tratado como “El Gran Macaco”.

Durante o governo Mitre, que permitia ampla liberdade de imprensa em um clima de reunificação nacional, havia pelo menos dois jornais ilustrados sendo publicados em Buenos Aires. Eram *El Mosquito* (1862-86) e *El Correo del Domingo* (1864-67). O primeiro se definia como “periódico satírico, burlesco”. Já *El Correo* não seguia a mesma linha jocosa de seus congêneres.

O Brasil contava com iniciativas correlatas. Mesmo tendo apenas oito páginas – quatro de texto e quatro de ilustrações –, a *Semana Illustrada*, de Henrique Fleiuss, exerceu papel decisivo em relação à Guerra do Paraguai. Assim que o conflito teve início, publicou imagens instigando ao alistamento voluntário. Uma delas, de grande impacto, baseada na matriarca romana Cornélia, mostrava Rosa da Fonseca, mãe do futuro marechal Deodoro e de outros sete militares, dando a bênção ao filho mais jovem, de partida para o teatro da guerra.

O historiador Herman Lima observou que seria possível fazer uma reconstituição da Guerra do Paraguai seguindo-se a cobertura feita pela *Semana Illustrada*, com mapas de reconstituição dos locais das batalhas, caricaturas e croquis de “correspondentes de guerra” capacitados, como Antonio Luiz van Hoonholtz, depois barão de Tefé, Alfredo d’Escagnolle Taunay e Joaquim José Inácio. Na *Semana*, Solano López ora era retratado na figura de um abutre, segurando nas garras dois sacos de ouro, aterrorizado pela imagem da morte que lhe grita: ‘Basta, delenda Paraguai!’, ora aparecia espavorido, diante do espectro do fim da guerra, também retratada pela imagem da morte que empunha a espada da Justiça e lhe aponta o exílio.

Caxias não estava isento das charges dos periódicos ilustrados como *A Vida Fluminense* (1868-75). Em outro deles, o *Cabrião*, de breve existência (1866-67), foi retratado humoristicamente quinze vezes. No isolamento do *front*, ele não disfarçava a decepção ao tomar conhecimento das críticas que se faziam na capital contra sua atuação.

Ao receber essas notícias, o general chegou a enviar uma carta de renúncia ao imperador. Pedro II respondeu-lhe que a confiança em sua atuação permanecia inabalável e o manteve no posto.

Prestigiado pelo soberano e admirado pela maior parte dos soldados, o comandante, um tanto aliviado das pressões, levou em

frente sua filosofia de trabalho, menos suscetível ao julgamento que lhe faziam no Brasil. Em apoio ao seu esforço, o imperador enviou-lhe gradualmente novos efetivos, que totalizaram 14 mil voluntários e um crédito de 91 mil patações (cerca de 80 milhões de reais, em 2016), para adquirir víveres, munições, remédios, barracas e até novos uniformes. O aumento no padrão de conforto foi reforçado por medidas para aprimorar a higiene geral das tropas, a fim de conter as epidemias. Em consequência, ao final de maio de 1867, o surto de cólera no acampamento da Aliança estava praticamente debelado, depois de causar 4 mil óbitos somente entre os brasileiros.

Entre fevereiro e julho, Mitre precisou se ausentar para combater as revoltas dos argentinos que lhe impunham a pecha de *vendepatria*. [3] Com Mitre distante, Caxias ganhou maior liberdade para agir e decidir sobre a melhor maneira de chegar ao objetivo de conquistar a capital paraguaia. Em 17 de julho, o general Osório, que havia sido enviado ao Rio Grande do Sul para buscar reforços, retornou com 5.451 recrutas e o ânimo renovado.

A possibilidade de vitória sobre as debilitadas forças guaranis parecia finalmente mais próxima.

A retirada da Laguna

Dado o seu isolamento do cenário onde se desenrolava a parte crucial das ações – e também da capital do Império –, a frente de Mato Grosso foi esquecida pelo noticiário sobre a guerra, apesar de estar com diversas de suas cidades tomadas pelos paraguaios. Nem por isso deixou de ser território de uma das mais penosas empreitadas que os brasileiros enfrentaram ao longo do conflito. Uma verdadeira epopeia, que começou depois da invasão de dezembro de 1864.

Em 25 de janeiro de 1865, o presidente do estado de São Paulo, conselheiro João Crispiniano Soares, decretou a formação do 7º Batalhão dos Voluntários da Pátria para liberar o Centro-Oeste. Como o que de fato ocorria era o recrutamento compulsório, a missão enfrentou resistência da população masculina. Mesmo que a maioria tenha atendido ao chamado, foram registrados casos de rapazes que se disfarçaram como beatas em procissões, usando vestidos e véus, e escravos que derramaram óleo fervente nas pernas para serem considerados incapazes para o combate. Nessa situação de emergência, sobressaiu-se a marquesa de Santos, ex-amante de Pedro I e então viúva do brigadeiro Tobias, que ofereceu grandes donativos em dinheiro para a causa.^[1]

Em 1º de abril de 1865, na presença do imperador Pedro II e ao som de uma banda que tocava trechos de *La Traviata*, o vapor *Santa Maria* zarpou do Rio de Janeiro levando o militar escolhido para chefiar a operação, coronel Manuel Pedro Drago, e um grupo de jovens oficiais. A bordo estava o engenheiro Alfredo Maria d'Escragnolle Taunay, de 22 anos, futuro visconde de Taunay e um dos mais argutos cronistas do conflito. De família aristocrática, era filho de Felix Émile Taunay, diretor da Academia Imperial de Belas Artes, e de Gabriela Hermínia, filha do conde d'Escragnolle. Seu avô, o

pintor Nicolas Antoine Taunay, viera para o Brasil integrando a missão francesa de 1816.

No dia seguinte, os combatentes desembarcaram no porto de Santos e subiram a serra em direção à capital paulista utilizando o trecho já construído da estrada de ferro inglesa. Em 10 de abril de 1865, a primeira coluna, composta por 568 homens, reforçada por 135 paranaenses, partiu com destino a Miranda, no estado invadido, onde deveria assumir o governo e atacar os paraguaios.

Como não havia uma rede de comunicações terrestre ou fluvial até a frente de batalha, o grupo deveria marchar por mais de 2 mil quilômetros através de selvas e pântanos. Seis meses depois, uma nova coluna foi enviada para reforçar os efetivos, com direito a missa solene na Sé e a bênção de uma bandeira de São Paulo bordada pelas senhoras paulistanas.[2]

Entre 15 e 20 de junho, a primeira tropa estacionou em Campinas, no interior do estado, onde os barões do café reinavam em luxuosos solares. Essas famílias poderosas fizeram questão de recepcionar os batalhões com banquetes, jantares, bailes e saraus.[3] A soldadesca também se rendeu aos apelos das ruelas ao redor da área central, tomadas por botecos e casas de prostituição. As notícias sobre o ambiente festivo não tardaram a chegar à Corte, e os jornais cariocas foram impiedosos ao qualificar a passagem como “retiro alegre”, “de grandes comilanças”.

O final da estadia foi menos efusivo. Pelo menos 150 indivíduos desertaram, retornando à capital. Dezenas de soldados contraíram varíola – doença que causa erupções no rosto e febres – e seis deles não resistiram.

Ao retomar a marcha, rumo à província de Minas Gerais, a tropa passou por Casa Branca e Franca, onde também recebeu boa acolhida. O grupo chegou a Uberaba em 18 de julho e juntou-se à brigada mineira de Ouro Preto, com 1.212 homens comandados pelo coronel José Antonio da Fonseca Galvão.

O próximo objetivo seria Coxim, em Mato Grosso, onde havia paraguaios espalhados por toda a região. Percebendo o tamanho do desafio e o despreparo total de suas forças, o coronel Pedro Drago resolveu mudar o rumo das tropas. Em vez de levá-las para um ataque direto, resolveu se dirigir a Cuiabá para lá se equipar melhor. O alto-comando, no Rio de Janeiro, discordou de suas recomendações e,

aferrando-se ao plano original, ordenou a marcha para Miranda, transferindo o comando da tropa ao coronel Galvão.

Seguindo por uma vasta região de cerrado do Brasil central, as tropas chegaram a Coxim em 20 de dezembro de 1865. Na localidade, devido a chuvas intensas, a tropa empacou mais uma vez, passando por mais seis meses de espera, aguardando reforços que não chegavam, ilhada por inundações. Vendo suas provisões escassearem perigosamente, enquanto aumentava o surto de doenças típicas da região, o coronel Galvão resolveu seguir para Miranda, ao encontro dos paraguaios, conforme o previsto no plano original. Para isso foi necessário enfrentar 396 quilômetros de pântanos pestilentos, na chamada Corixa da Madre de Deus, onde os soldados, por vezes, passavam o dia todo com água fétida até a cintura. O voluntário Alfredo d’Escragnolle Taunay registraria mais tarde:

A marcha prosseguia numa lentidão exasperante. À noite os soldados ficavam expostos a um frio enregelante e pela manhã eram tostados pelo sol, agravado pela ausência de árvores frondosas. O espelho d’água escondia os sumidouros e quem neles caísse ia para o fundo direto, carregado de bagagens. Havia ainda os animais peçonhentos, onças, jacarés e as grandes serpentes. Mas o pior de tudo eram os vírus e as bactérias mortais, que encontraram nos soldados esgotados e enfraquecidos as suas melhores vítimas.

destruída e completamente saqueada. Àquela altura, a coluna já perdera mais de um terço de seu efetivo e nem sequer entrara em combate. Ali, em 113 dias de permanência, mais quatrocentos homens pereceram vitimados pelo beribéri, doença causada pela falta de vitamina B1 que se caracteriza por fraqueza muscular, alterações nervosas, cerebrais e cardíacas.

De igual porte foram também as baixas sofridas pelo elemento civil que acompanhava a expedição – em geral familiares dos soldados que lhes preparavam a comida, pois o Exército só se responsabilizava pelo alimento *in natura* –, sem falar de prostitutas e comerciantes. Havia, portanto, uma legião de homens, mulheres e crianças que, por motivos nobres ou não, na maior desorganização, compartilhava as mesmas agruras dos soldados, criando graves problemas para o moral da tropa, o abastecimento e a condução das operações militares. Como Miranda estava situada num baixio e, portanto, também sujeita a alagamentos e doenças, como a varíola, a cólera, o tifo e o beribéri, novas vítimas tombaram, entre as quais o comandante Galvão.

Em 1º de janeiro de 1867, o coronel Carlos de Moraes Camisão, de 47 anos, assumiu o comando da coluna, então reduzida a 1.680 homens divididos em duas brigadas de três corpos cada. No dia 11, conduziu a tropa rumo à colônia militar de Miranda na direção sul, passando por Nioaque, vilarejo a meio caminho de seu destino final. Foram semanas de alívio, em que os soldados percorreram 210 quilômetros por uma região arborizada, de clima ameno e terreno estável, com água pura para saciar a sede. O tenente Alfredo Taunay anotou, extasiado,[4] suas impressões sobre o lugar:

O panorama que então subitamente se desdobra é realmente grandioso. Aos pés do espectador, vasta campina a que embelezam magníficos acidentes; além, as grandes orlas da mata que acompanham as sinuosidades das belas águas do Aquidauana. (...) Tão brilhante, tão suave a luz que a toda aquela paisagem cobre que, involuntariamente, vem a imaginação emprestar a sua magia a esse irresistível conjunto dos encantos da terra e do céu. Apertadas entre altas ribanceiras, cobertas de taquaruçus, correm as águas frescas do Nioaque sobre um leito quase contínuo, de grés vermelho, disposto em grandes lajes; mas quem, sábio ou artista, não acharia farta messe nestes campos admiráveis?

Entre Miranda e Nioaque, durante a passagem pela tribo chooronó (ou guaná), da nação Chané, o jovem Taunay enamorou-se da índia Antônia, de dezesseis anos.[5] O pai da moça permitiu o relacionamento, desde que o tenente doasse à aldeia “um saco de

feijão, outro de milho, dois alqueires de arroz, uma vaca para corte e um boi de montaria”, conforme o próprio Taunay relataria mais tarde.

Enquanto a tropa ficou estacionada na região, os jovens mantiveram encontros apaixonados e trocaram promessas de uma vida juntos. Quando sua companhia levantou acampamento, porém, Taunay soube que Antônia não seria autorizada a deixar a tribo e seguir com ele. Desesperado, cavalgou até o território chooronó para se despedir da amada. Depois de retornar, em galope acelerado, ao batalhão, que já havia retomado a marcha, deixou para trás qualquer esperança de reencontrar a moça.

Os idílios amorosos e as belezas naturais apreciadas pelas trilhas do planalto não garantiram uma jornada sem percalços. Os enfermos eram transportados em redes levadas por soldados ou em cangalhas puxadas por animais. Ao atingirem a colônia militar de Miranda, no dia 4 de março, estavam todos esgotados e famintos. Mas haviam cumprido a missão que lhes fora dada, contra todas as dificuldades, superando profundas privações.

Uma vez acomodada a tropa, instalou-se entre os soldados um ambiente quase tão festivo quanto o verificado no começo da empresa, em Campinas. Pela reputação de segurança e maior salubridade do posto, começaram a afluir ao local moradores e comerciantes, antes dispersos pela região, assim como mato-grossenses refugiados nas matas após terem sido ameaçados pelos invasores de ser convocados a juntar-se às fileiras lopistas para lutar contra seus compatriotas. Carretas traziam guloseimas, como doces em compota, bolos e queijos, além de utensílios de cozinha, tecidos, sabonetes e colônias que despertavam os desejos de consumo das mulheres dos soldados. Os voluntários de Minas Gerais executavam em seus instrumentos sinfonias e canções, que representavam uma novidade naquela vizinhança e um lenitivo ao espírito dos combatentes.

Algumas semanas depois, o coronel Camisão anunciou à comissão de sete engenheiros militares uma intenção surpreendente: estava disposto a invadir e atacar o território paraguaio.[6] Lembrou que estavam a doze quilômetros do rio Apa, que demarcava a fronteira original, às margens do qual ficava o vilarejo paraguaio de Bela Vista, cuja fortificação estava em poder das forças guaranis. Acreditava ser possível uma ação bem-sucedida que os permitisse avançar até Concepción, cidade próspera, banhada pelo rio Paraguai, a

quatrocentos quilômetros dali.

A insistência do coronel se devia em grande parte a uma dolorosa questão pessoal. Ele fazia parte do contingente que abandonara Corumbá quando as tropas de Vicente Barrios invadiram Mato Grosso em dezembro de 1864. Seu nome costumava ser citado em quadrinhas e canções junto ao do coronel Carlos Augusto de Oliveira, cuja covardia havia selado o infortúnio da população local. Para ele, mesmo a um custo alto, o feito heroico de tomar Concepción poderia lhe trazer a necessária reabilitação.

Os oficiais ficaram divididos e alguns deles lembraram que a tropa não dispunha sequer de alimento suficiente, mesmo que não precisasse encarar uma nova marcha. Camisão argumentou que havia uma junta de bois a caminho para abastecer os soldados e garantiu que abaixo de Bela Vista encontrava-se a fazenda Laguna, onde havia um rebanho pertencente a Francisco Solano López, que poderia abastecer os pelotões. E frisou que dispunha de uma vantagem relevante: nascido na vila de Pinimi, em Minas Gerais, conhecia toda a área que se estende das margens do Paraná às bordas do Paraguai, o que fazia dele um exímio conhecedor da região.

O coronel acrescentou ainda ter sido informado que, naquele momento, era generalizado o desânimo entre os paraguaios sobre um desfecho favorável para o seu lado na guerra. O conselho improvisado decidiu confiar no julgamento e aceitou o desafio. O chefe dos engenheiros, tenente-coronel Juvêncio, descrente do sucesso da empreitada, declarou, contrariado: “Pois bem, senhores! Deixarei viúva e seis órfãos. Terão como única herança um nome honrado!”.

Em 21 de abril, o contingente imperial passou ao território paraguaio com seiscentos combatentes. Seguiam todos a pé, porque quase todos os cavalos haviam sucumbido por conta dos rigores da expedição. Mas levavam provisões e munição em carros de bois e em algumas poucas mulas. Os índios terenas e guaicurú-kadiwéus ofereceram-se a integrar o contingente na defesa do território. Eles mostraram não apenas coragem, mas verdadeira ferocidade em batalhas futuras.

Em Bela Vista, os brasileiros encontraram o forte e os casebres incendiados pelos paraguaios, que, informados da aproximação dos brasileiros, deixaram os invasores sem mantimentos ou abrigo. Ao chegarem a Laguna, em 1º de maio de 1867, as forças do coronel

Camisão foram recebidas por um batalhão de 780 homens e dois canhões. A posição caiu cinco dias depois e os guaicurus-kadiwéus, seguindo uma tradição tribal, esquartejaram os corpos dos paraguaios abatidos, o que lhes custou uma severa reprimenda do comandante. Mas aquela seria uma autêntica vitória de Pirro. No dia 8, sob o fogo renovado dos lopistas e sem víveres para seu sustento, a tropa, esgotada, começou a recuar, em um episódio que entrou para a história como A Retirada da Laguna.

As tempestades que castigaram a tropa em campo aberto encharcaram os terrenos e avolumaram os rios a serem atravessados. Neles, atolaram carroças e canhões, que foram conduzidos com grande dificuldade para a outra margem. A travessia do rio Apa teve que ser feita por meio de uma pinguela improvisada, pela qual passaram, um a um, soldados, mulheres, animais e peças de artilharia.

Em 11 de maio, o grupo sofreu uma nova emboscada, mas conseguiu reagir, deixando o campo coberto com pelo menos cem corpos paraguaios. Utilizando táticas de guerrilha, os índios terenas e guaicurus-kadiwéus detiveram o avanço guarani até que o exército de Camisão pudesse se recompor e seguir sem sua ajuda pelas linhas brasileiras. Pela participação na guerra, os kadiwéus ganhariam do imperador Pedro II uma reserva no município de Bodoquena, com 350 mil hectares.

Na agonia do caminho de volta, após ultrapassarem os alagados, os batalhões precisaram enfrentar as queimadas que o inimigo promovia à sua volta e um surto generalizado de cólera. A certa altura, o coronel Camisão decidiu que os infectados, às dezenas, teriam de ser abandonados à própria sorte, pois já não havia mais como levá-los. Eles foram deixados em um bosque conhecido como Cambaracê (em guarani, negro que chora), com um pouco de água e protegidos apenas por cartazes pedindo compaixão para com os doentes. Pouco adiante, o próprio coronel teria o mesmo destino.[7]

Somou-se a essa trágica romaria o episódio ocorrido ao retornarem a Nioaque, no início de junho. Dias antes, o vilarejo havia sido quase que completamente destruído, com casas saqueadas e incendiadas pela passagem dos paraguaios. Feito um rescaldo dos víveres encontrados e organizado um acampamento próximo ao rio, os soldados conseguiram ter a primeira noite de sono tranquilo em meses.

No dia seguinte, porém, em uma missão de reconhecimento no

interior da igreja matriz da cidade, única construção que restou sem grandes danos, um soldado acendeu um isqueiro e a fagulha da chama ateou fogo a diversos rastilhos de pólvora deixados pelo inimigo. O atropelo dos militares na busca por uma saída, ao perceberem o perigo, impediu que o total da tropa ali reunida escapasse à explosão, que, por pouco, não levou toda a construção pelos ares. O efetivo reunido nas proximidades organizou-se rapidamente e foi em seu socorro, acreditando se tratar de um ataque externo, mas encontrou somente os corpos de seus companheiros ardendo em chamas.

De um efetivo que chegou a reunir cerca de 3 mil combatentes em fins de 1865, apenas setecentos homens chegaram ao porto do Canuto, na margem esquerda do rio Aquidauana, onde embarcaram de volta para casa em 11 de junho de 1867.

A luta pela recuperação do território mato-grossense prosseguiu a partir daí sob as ordens do novo presidente da província, José Vieira Couto de Magalhães, e do chefe de suas forças, capitão Antonio Maria Coelho. Ele ordenou um ataque à vila de Corumbá e, após intensos combates com os quase quatrocentos ocupantes, todos os sobreviventes paraguaios foram degolados.

No retorno a Cuiabá, a força brasileira levou o vírus da varíola consigo e a moléstia acabou por vitimar metade da população, composta por 10 mil habitantes. O flagelo só seria superado em dezembro daquele ano, quando o território brasileiro finalmente ficaria livre de todos os invasores.

XXXIV

A morte do herói e a segunda Tuiuti

Como uma névoa que subia e se espalhava gradualmente pelo continente, a epidemia de cólera deslocou-se dos acampamentos aliados e atingiu as fileiras paraguaias em maio de 1867. Somente nas proximidades de Curuzú, a moléstia matou 2.400 dos 4 mil infectados, entre eles 87 oficiais de Solano López. O próprio *Mariscal* ficou doente no período e, sem compreender plenamente a gravidade da situação, convenceu-se de que estava sendo envenenado por subordinados. Essa ideia o levou a confiar a última palavra sobre os cuidados com sua saúde a Elisa Lynch. Cabia a ela inclusive cuidar para que a água utilizada em família fosse sempre fervida sob suas vistas.

A primeira-dama não oficial era movida por uma dupla preocupação: além do temor da viuvez, ela tinha a certeza de que a morte do *Mariscal* poria fim à guerra, com derrota paraguaia, e deflagaria uma perseguição da qual ela seria um dos alvos – talvez o principal. A sobrevivência de López era a sua sobrevivência, assim como de seu patrimônio.

Nos anos anteriores e principalmente ao longo do conflito, Elisa havia se tornado dona da maior fortuna do país. Por doação do companheiro, recebeu em 17 de agosto de 1865 extensões de terra no estado do Mato Grosso e no Paraguai, às margens do rio Pilcomayo, que, somadas, perfaziam uma área superior à extensão da Holanda. Na capital Assunção e arredores, o presidente havia transferido 32 propriedades para o nome dela. Além de todas as joias que havia trazido da Europa, ganhara muitas mais do companheiro, sem contar que, dizia-se à boca pequena, outras tantas doadas pelas famílias assuncenas para o esforço de guerra teriam ido parar em seus cofres pessoais. Contudo, se Elisa estivesse interessada somente em uma vida de luxo, não teria ido para o *front*, quando poderia ter permanecido

em seu endereço da capital, vivendo em abundância com suas crianças, empregados e amigos próximos.

No quartel-general onde se instalou para cuidar de López, Elisa aplicou os conhecimentos de enfermagem obtidos na Argélia, cuidando também de alguns soldados feridos e infectados. O ar mantinha-se constantemente impregnado da fumaça das fumigações de folhas de louro e capim, que, acreditava-se, seriam capazes de debelar a enfermidade. A providência salvadora, no entanto, parece ter sido as talhadas de melancia que Elisa ministrou ao doente, logo que soube, pelo coronel Paulino Alén, da melhora entre os enfermos que haviam ingerido esse tipo de alimento, rico em líquidos.

Após a recuperação de López, chegara o momento de eliminar os desafetos e garantir um futuro sólido. Inspirado por Elisa, segundo alguns relatos, ele cuidou de enviar para o 40º Batalhão Especial os membros da elite paraguaia que haviam desprezado sua amada ou que lhe faziam oposição. O batalhão já se tornara famoso pelas missões suicidas, de alto risco e de fracasso praticamente garantido. “Três vezes aniquilado e três vezes reconstituído”, no dizer do major prussiano Max von Versen, observador independente junto às tropas paraguaias. Formas sutis de eliminar opositores pessoais ou políticos em breve seriam substituídas por perseguições mais diretas e penas capitais em massa.

Tais represálias não ajudaram muito a melhorar a imagem de Elisa Lynch. Segundo seus detratores, a irlandesa contribuiu para levar a guerra a extremos desnecessários, em parte por inculcar em Solano López a ideia de que ele era o maior soldado de seu tempo, destinado a retirar o Paraguai da obscuridade e tornar o país uma potência dominante na América do Sul. O boticário geral do Exército do Paraguai, George Frederick Masterman, que conviveu com o casal, anotou, talvez com exagero, em seu livro *Madame Lynch & friend*: “Essa senhora ocupava, por fim, o mais proeminente lugar nos assuntos do Paraguai, e, eu acredito, seus satânicos conselhos e uma ambição sem fronteiras foram as principais causas da terrível guerra que despovoou o país”.

Dorothea Duprat de Lassere, senhora da sociedade que mantinha a escola de moças em Assunção, também traçou em suas *Memórias* um retrato nada agradável de Elisa e Solano – que qualificou como “víbora” –, acrescentando que a crueldade dos pais era transmitida aos

filhos: “Panchito López, com efeito, mandou sorrir desapiedadamente mulheres, oficiais, e até os pequenos se divertiam em ver sovar os outros”. Em seu testemunho, ela menciona que, nos cenários da guerra, as mulheres também eram frequentemente vítimas de castigos no cepo e na chibata.[1]

Além da doença que o atormentou por semanas e da influência da amante, outros acontecimentos serviram para endurecer ainda mais o espírito do *Mariscal* no início daquele ano de 1867. Adelina Constanza, sua filha com Juanita Pessoa, foi vítima da varíola, aos 16 anos. Somada a essa perda, ocorreu na mesma época a morte do general José Eduvigis Díaz, que representaria uma baixa militar capaz de afetar profundamente o destino de suas tropas.

Durante o período de semitrégua que se seguiu ao combate de Curupaiti, o general Díaz costumava organizar expedições periódicas para observar as manobras realizadas pelos navios brasileiros no rio Paraguai. Em uma delas, no dia 26 de janeiro de 1867, ele seguia com mais quatro auxiliares em uma canoa, quando uma bomba disparada de uma das embarcações caiu a alguns metros de onde o grupo se encontrava. Na explosão, o general foi arremessado à água e sua perna esquerda abriu-se em duas partes. Os oficiais que o acompanhavam ficaram feridos sem tanta gravidade, e um deles, o sargento Cuati, ainda conseguiu resgatá-lo e o carregou até sua cabana em Passo Pucú.

Assim que foi informado do ocorrido com seu melhor comandante, Solano López enviou o médico inglês Frederick Skinner para atendê-lo. Também por sua ordem, a perna amputada foi embalsamada e colocada em um ataúde especial junto à cama de Eduvigis Díaz. Desolado, o *Mariscal* fazia visitas diárias ao general, que, apesar dos cuidados, expirou na tarde de 7 de fevereiro, após receber os sacramentos das mãos do bispo Manuel Palacios.

Com honras militares, seu caixão foi conduzido nos ombros de oficiais à capela de Humaitá, onde foi realizada uma missa de corpo presente. Em seguida, o vapor *Olimpo* levou seus restos mortais a Assunção, onde, no dia 10, foram colocados em um coche fúnebre coberto de coroas de rosas e jasmims. Seguiu-se um cortejo acompanhado por uma multidão até a catedral para missa solene. Depois, a procissão seguiu para o cemitério de La Recoleta. Ao passar pela estação ferroviária, convertida em hospital de guerra, os soldados

que ali estavam internados acenaram de seus leitos ou perfilaram-se sob os arcos em posição de continência.

À beira do túmulo, discursaram em homenagem ao herói nacional dezenove autoridades, entre as quais Venâncio López, irmão do presidente, e o chanceler José Berges. No livro impresso em honra a Díaz, destacou-se que o general “foi ferido pelo raio da guerra, em meio ao esplendor de seus triunfos, e seus preciosos restos demandaram apenas uma tumba como recompensa por seus imensos sacrifícios pela pátria”. O escritor paraguaio Justo Pastor Benítez juntou-se aos louvores ao militar, cunhando a frase: “Tinha como mãe a pátria e como noiva a glória”.

Com seu maior líder militar morto, López suspendeu as ações bélicas por meses. Bartolomeu Mitre acabara de retornar de Buenos Aires em 31 de julho de 1867, quando o *Mariscal* decidiu empreender um novo ataque. O general Bernardino Caballero, especialista em ações de camuflagem em matas, foi destacado para liderar a missão. No dia 11 de agosto, ele posicionou cerca de trezentos homens armados com mosquetes, punhais e espadins nas folhagens de um bosque da região.

Quando um grupo de soldados aliados passou próximo dali, as tropas guaranis investiram contra eles, disparando à queima-roupa, mutilando os mais desprevenidos e saqueando a carga transportada.

O resultado foi surpreendente, e Solano López o festejou com brindes ao general Caballero.[2] Os jornais paraguaios celebraram o noticiário da vitória, comentando que “quinhentos cadáveres de *macacos* agora alimentam os abutres”.

Em 15 de agosto, a esquadra imperial, cuja única ocupação até então vinha sendo impedir qualquer aproximação inimiga, além de observar os flamingos e jacarés que circulavam pela margem esquerda do rio Paraguai, atendeu ao comando de Mitre e se pôs em movimento, a fim de ultrapassar a fortaleza de Humaitá e abrir caminho para Assunção. Duas divisões de cinco encouraçados tiveram sucesso em forçar a passagem por Curupaiti, mas foram detidas pelos canhões de Humaitá e recuaram. Por terra, os aliados fecharam o cerco nos dois meses seguintes, após tomarem as bases de San Solano, Villa del Pilar e o ancoradouro de Tahí, isolando o forte ao norte e ao sul. No percurso, os aliados cortaram as linhas telegráficas que comunicavam a fortaleza com Assunção.

Num gesto extremo, Solano López ordenou um ataque-surpresa a Tuiuti, para evitar a queda de Humaitá, que já era conhecida como a Sebastopol paraguaia.[3]

Às cinco horas da manhã do dia 3 de novembro, 9 mil combatentes guaranis chefiados pelo general Vicente Barrios atingiram as bordas do acampamento, invadiram as barracas e, com punhais, empreenderam uma matança generalizada. No campo, encontravam-se 3 mil brasileiros e outros setecentos combatentes aliados, entre argentinos e integrantes da Legião Paraguaia. O general Bernardino Caballero adentrou a área com sua cavalaria, que, a golpes de espada, prosseguiu na eliminação dos soldados desprevenidos. Enquanto avançavam, os invasores iam saqueando tudo o que viam pela frente – bebidas, alimentos, peças de roupa – e ateavam fogo a cabanas e paíóis de pólvora.

O contra-ataque foi organizado por Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, que reuniu o exército no centro do terreno e comandou a artilharia contra os paraguaios, revertendo a situação. Ao final da refrega, havia mais de 2 mil paraguaios, 260 brasileiros e 35 argentinos mortos.

Naquele mesmo 3 de novembro, enquanto as divisões guaranis retornavam de Tuiuti, um frangalho humano que ainda atendia pelo nome de Frederico Carneiro de Campos exalava seu último suspiro na fortaleza de Humaitá. Aos 67 anos, dez dias antes de completar três anos de sua detenção, no incidente com o vapor *Marquês de Olinda*, sucumbiu a um rosário de torturas, fome e trabalhos forçados passados na base militar. Ainda no primeiro ano de cativo, pressentindo que não sobreviveria aos maus-tratos, chegou a enviar um testamento à sua mulher, Auta Ferreira França Carneiro de Campos. Em 3 de junho de 1867, pôde despachar uma carta endereçada à esposa, à filha Ana e à neta Dulce na qual relatava os sofrimentos vividos como prisioneiro de guerra. A história registra que Auta enlouqueceu ao saber do destino do marido. Por decreto imperial, ela passaria a receber uma pensão de 120 mil réis mensais, mais meio-soldo de coronel.[4]

No acampamento aliado, Caxias vivia uma nova crise por duvidar da própria capacidade de liderar as forças à vitória. Em longa carta ao imperador, datada de 18 de maio de 1867, ele já havia exposto suas dúvidas e, mais uma vez, pedia autorização para retornar ao Brasil.[5]

Ao final, declarava:

Todas essas considerações e outras que ainda omito, por deixá-las à ilustrada penetração de Vossa Majestade, fazem-me insistir na ideia da paz. A paz com López, a paz, imperial majestade, é o único meio salvador que nos resta. López é invencível, López pode tudo; e sem a paz, majestade, tudo estará perdido e, antes de presenciar esse cataclisma funesto, estando eu à frente dos exércitos imperiais, impetro a V. M. a especialíssima graça de outorgar-me minha demissão do honroso posto que me tem confiado.

Pedro II manteve-se irredutível. A captura ou rendição de López era condição inegociável para se pôr um ponto-final nas hostilidades. Era o que rezava o tratado e era o que deveria ser cumprido.

Mas Humaitá resistia e, em meados de dezembro de 1867, chegou à fortaleza uma comissão chefiada por Saturnino Díaz Bedoya, tesoureiro geral e cunhado de López, marido de Mônica Rafaela, para fazer a entrega solene de uma espada de bainha de ouro cravejada de diamantes com uma imagem de são Jorge, uma grinalda de ouro e um “gorro triunfal” com fios dourados, que a população da capital havia mandado fazer em honra ao seu líder – El Supremo, como já era chamado.

Solano demonstrou enorme satisfação com o presente, mas quando os membros da comitiva imaginavam que estariam liberados para retornar a Assunção, o *Mariscal* revelou sua intenção de retê-los por ali, sem oferecer nenhuma explicação. De todos eles, Bedoya era o mais atemorizado pela situação em que se viu. E com razão, pois guardava um segredo que poderia custar sua própria vida e as dos que lhe eram mais próximos.

A conspiração

Em janeiro de 1868, a epidemia de cólera já alcançava Buenos Aires. Muitos dos soldados que haviam sobrevivido à jornada de volta para casa levaram consigo a doença e a disseminaram pelo caminho. O próprio presidente em exercício, Marcos Paz, que havia perdido o filho na guerra um ano e meio antes, sucumbiu no dia 2 daquele mês.

Notificados da morte do vice-presidente argentino, os comandantes aliados prepararam uma cerimônia fúnebre em sua homenagem. No dia 11, o acampamento de Tuiuti foi adornado com fitas negras, e as bandeiras foram hasteadas a meio mastro. Uma missa foi celebrada com a presença de todos os soldados em formação trajando seus melhores uniformes. A cada meia hora, a artilharia fazia disparos, o que atraiu a atenção de espiões paraguaios, infiltrados nas proximidades. Ao observarem a movimentação, à distância, imaginaram que Bartolomeu Mitre havia morrido. Quando a informação chegou ao forte de Humaitá, Solano López e seus comandantes festejaram, pensando que, sem o principal líder, os aliados tomariam um rumo desfavorável.

Mitre não estava morto, mas sua participação realmente se aproximava do fim. Em 13 de janeiro, ele transmitiu o comando ao marquês de Caxias, reuniu um grupo de soldados para acompanhá-lo e partiu, deixando apenas um contingente simbólico de suas tropas na frente de batalha. O general portenho evitava o abandono explícito do conflito, mas o fato é que nunca mais retornaria ao *front* nem enviaria novos reforços. Estava cansado do desgaste político que a função lhe causava e havia ficado bastante irritado com a informação recebida do representante brasileiro, um mês antes, de que sua autoridade de comandante em chefe aliado não se estendia à esquadra imperial.

Na Argentina, a pressão pela ruptura com a Aliança era cada vez

mais intensa. Com eleições majoritárias marcadas para novembro daquele ano, sua gestão terminava visivelmente debilitada. Além do ambiente adverso na capital, o mitrismo era acossado em Catamarca e La Rioja^[1] pelos rebeldes federalistas liderados por Felipe Varela, o Quixote dos Andes.

Em Montevidéu, a situação era ainda mais grave. O Partido Blanco, em protesto contra a hegemonia do grupo de Venâncio Flores, se absteria das eleições ocorridas em novembro de 1867. Em 15 de fevereiro de 1868, os novos parlamentares uruguaios tomaram posse, e Flores transmitiu o cargo ao presidente do Senado, Pedro Varela. A aparente tranquilidade na transição foi quebrada quatro dias depois, quando 25 homens enviados pelo ex-presidente Bernardo Berro invadiram a sede do governo, aos gritos de “Abaixo o Brasil!” e “Viva a República Oriental e o Paraguai!”, mas não conseguiram capturar Varela nem seus assessores, que conseguiram fugir a tempo.

Ao tomar conhecimento do que ocorria, Venâncio Flores convocou alguns correligionários para resisitir e partiu em uma carruagem rumo ao local dos acontecimentos. Seu grupo, no entanto, foi interceptado por indivíduos com o rosto coberto por lenço, que atearam fogo ao coche. Ao tentar escapar do veículo, o general recebeu várias punhaladas e caiu morto em plena rua.

Os revoltosos seguiram para o palácio, mas foram reprimidos pela guarda nacional, que sufocou o golpe. Bernardo Berro havia planejado fugir em um vapor em caso de fracasso do movimento, mas o barco não apareceu e ele foi aprisionado.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
Detalhe da fortaleza de Humaitá em 1868. Fotografia em papel albuminado.

Levado ao *Cabildo*, sede do Legislativo, Berro se viu acuado pelos governistas e acabou assassinado com um tiro. Seu cadáver foi degolado e arrastado pelas ruas da capital. Pedro Varela prosseguiria como presidente interino até 1º de março, quando passaria o governo ao também colorado Lorenzo Battle.

Na véspera desse episódio trágico, parte da esquadra brasileira finalmente avançou pelo rio Paraguai, ultrapassando o limite da fortaleza de Humaitá.

Informado da chegada iminente dos navios aliados a Assunção, o vice-presidente paraguaio Francisco Sánchez, que respondia pela administração da República, convocou o Conselho Consultivo, do qual participaram o coronel Venâncio López, seu irmão Angel Benigno, o major Francisco Fernández, ajudante de ordens de Solano López, o juiz Bernardo Ortellado, o deão da catedral Eugenio Bogado, os editores do *Cacique Lambaré* Carlos Riveros e o padre Francisco Espinoza, e Gumersindo Benítez, editor do *El Semanario* na época.

Na reunião, Francisco Fernández propôs que, em vista da fragilidade das defesas da capital, sua artilharia não disparasse contra as embarcações imperiais. Apesar de um apoio inicial dos presentes, a ideia não prosperou, por conta da oposição do padre Espinoza, que

conclamou a resistência “até o último cartucho”.

A não agressão aos encouraçados brasileiros abriria espaço para a negociação direta com o inimigo, algo que Venâncio e Benigno, àquela altura, desejavam iniciar. Conhecedor das intenções dos irmãos mais novos de Solano, o presidente em exercício, incondicionalmente fiel ao *Mariscal*, fez um alerta: “Qualquer pessoa que for encontrada em comunicação com o inimigo sofrerá a pena capital”. Ao final do encontro, Sánchez declarou Assunção porto militar, ordenou sua evacuação imediata e determinou a transferência do governo para Luque, quinze quilômetros a leste. Mal houve tempo de tomar qualquer outra providência porque, no dia 24, os encouraçados brasileiros já apontavam suas baterias para a cidade. Restavam um destacamento de 1.200 homens e uns poucos velhos, mulheres e crianças, além de representantes de legações estrangeiras.

As canhoeriras imperiais, afinal, fizeram disparos na direção do palácio do governo, sem provocar grandes danos, mas logo se afastaram de Assunção, seguindo para o norte.

Embora o assunto fosse evitado em voz alta e em reuniões oficiais, o fato é que crescia na capital e entre os grandes proprietários paraguaios a simpatia pela ideia de uma rendição negociada com os aliados que encerrasse o conflito e conduzisse o país a um ambiente de normalidade. Essa hipótese não chegava a ser uma novidade, pois já vinha sendo discutida meses antes, em parte por iniciativa da própria família de Solano López.[2]

A trama ainda não havia tomado forma em março de 1867, quando o diplomata norte-americano Charles A. Washburn foi se encontrar com López em Passo Pucú, para apresentar a ele uma proposta de paz nos moldes da que Mitre já havia oferecido: o fim das hostilidades e o abandono da Presidência em troca de um exílio seguro na Europa ou nos Estados Unidos. No encontro, ele teria levado ao *Mariscal* até mesmo uma oferta, feita por Caxias, de compensação financeira, na linha da “diplomacia dos patações”. Mas as tratativas não vingaram.

Em 18 de agosto, o representante consular inglês G. Z. Gould fez moção semelhante a López, com a sugestão de entrega do comando ao vice Francisco Sánchez. Debatida no alto-comando paraguaio, a iniciativa teve forte repercussão entre as classes dominantes do país, cada vez mais desejosas do fim da guerra, mas não encontrou receptividade por parte de López, que apostava em uma adesão

iminente das forças sublevadas argentinas e no apoio boliviano. Estava claro que jamais se afastaria do poder e do país por vontade própria.

Um plano alternativo, por assim dizer, começou a ser traçado no final de setembro de 1867, na mansão da família, em um encontro organizado pelos irmãos Venâncio e Benigno López e sua mãe, Juana Carillo López. A reunião contou com a presença de Saturnino Bedoya, o marido de Mônica Rafaela López, José Berges, Charles Washburn e José Maria Leite Pereira, cônsul interino de Portugal, que já recebera recursos imperiais para fornecer roupas e medicamentos aos brasileiros detidos em Assunção.[3]

Para espanto dos presentes ao encontro, a matriarca Juana se dispôs a declarar serem verdadeiros os rumores que Solano não era filho legítimo do falecido Carlos Antonio López, mas sim fruto de uma relação pré-matrimonial com seu riquíssimo padrasto, Lazaro Rojas.[4] Juana sabia que a afirmação colocaria em jogo a ligação familiar do *Mariscal* com o homem de quem ele herdara a Presidência, facilitando uma justificativa para sua deposição. Os recursos para financiar a conspiração seriam fornecidos por Benigno e por Bedoya, tesoureiro geral do Estado, que para tal desviaria valores dos cofres públicos. Os candidatos para a sucessão seriam aqueles mesmos, tendo como alternativa o chanceler José Berges.

As intrigas de Assunção chegaram rapidamente aos ouvidos de Solano López. Talvez já tivessem chegado quando tomou a decisão de reter a comitiva com Saturnino Bedoya no forte de Humaitá. Afinal, naquele dezembro de 1867, ao fazer uma consulta ao novo cônsul francês, Paul Cavalier de Cuverville, sobre o apoio do amigo Napoleão III à sua gestão, López recebeu em resposta uma carta que não apenas reiterava as amabilidades do imperador, como informava que tanto o embaixador Washburn quanto Benigno López haviam comentado com ele a forte possibilidade de haver uma mudança no comando do país.

Coube ao bispo Manuel Palacios a iniciativa de incutir novas desconfianças na mente de López. O religioso levou ao *Mariscal* a informação de que Bedoya o havia procurado em sua casa de palha para falar de seus temores de que “o revés militar”, representado pela ultrapassagem dos encouraçados imperiais por Humaitá, motivasse “um acontecimento muito grave” em Assunção.

A revelação da confidência de Bedoya fez com que López determinasse sua detenção e o interrogatório pelo general Vicente

Barrios e pelo próprio Palacios. O tesoureiro geral, porém, admitiu apenas ter reproduzido ao bispo comentários ouvidos na capital. E não foi punido nesse primeiro momento.

A questão é que as maiores preocupações de López eram as de curto prazo. Na noite de 2 de março de 1868, o *Mariscal* colocou em execução um plano para tentar se apoderar da esquadra imperial remanescente nas águas próximas. Enviou oito canoas com duzentos homens, armados de punhais e sabres, para um ataque-surpresa às embarcações. Apesar da chuva forte, os sentinelas brasileiros perceberam a presença dos atacantes, que foram quase todos mortos na ação, sem causar estrago algum à flotilha.

Esse fracasso, somado à ruptura do bloqueio fluvial pela esquadra imperial, rio Paraguai acima, e a investida inicial contra Assunção, fizeram com que no dia 3 de março ele decidisse se deslocar com a maior parte de seu grupo – cerca de 8 mil homens – para San Fernando, na direção norte, a 250 quilômetros da capital, às margens do rio Tebicuari.

No dia 16, já plenamente instalado, López começou a se voltar para o tema da conspiração. Ditou uma carta ao vice Francisco Sánchez exigindo explicações sobre os rumores de contemporização com o inimigo e de constituição de um governo revolucionário em Assunção. Alertava ainda que não se deixasse influenciar por seus irmãos. Sánchez respondeu imediatamente, assegurando-lhe sua plena fidelidade.

Em seguida, López convocou o irmão Benigno a se juntar a ele no acampamento militar e fez o mesmo com José Berges, o major Francisco Fernández, Carlos Riveros e o juiz Bernardo Ortellado. Benigno estava em Concepción com sua segunda família quando recebeu o chamado. Ao chegar a San Fernando, não encontrou o irmão, que estava fora, cavalgando pelos arredores. Elisa o recebeu na casa que havia sido arranjada para o primeiro casal, com boa mobília e louças trazidas de Assunção. Ela mandou preparar um belo jantar para o cunhado e abriu uma garrafa de vinho. A refeição estava na metade no momento em que Solano surgiu na sala, acompanhado do general Bernardino Caballero.

– Pancho! Como estás, meu irmão? – saudou-o Benigno, levantando-se para abraçá-lo.

Solano López não expressou grande satisfação. E foi direto ao

ponto.

– Nada bem com as notícias que me chegaram... – respondeu, lacônico. – Benigno, Angel Benigno, o que acontece em nossa terra? Que discussão é essa sobre não atacar os navios que ameaçam nossa capital?

– Senhor, não posso negar que as classes proprietárias estão colocando em questão a nossa capacidade de vencer a guerra. Na verdade, a derrota é algo dado como certo por todos – argumentou o caçula.

– O que pensa que está dizendo? – reagiu Solano. Elisa observava a cena com preocupação. – O que pensa que estamos fazendo aqui?

– Você está longe há muito tempo. Só recebemos más notícias...

– E isso é motivo para montarem uma conjuração em família? – rebateu o *Mariscal*.

– Temos nos reunido, sim – admitiu Benigno. – Depois do cerco a Humaitá, vimos que era o momento de tomar alguma resolução para salvar nossas vidas e nossos interesses.

– Estamos em uma guerra, Benigno! Vamos vencê-la, ou morreremos todos juntos!

– Não é o que se diz – insistiu o irmão. – Em Assunção, o povo se tornou *más negro que los mismos negros* [mais brasileiro que os próprios brasileiros]!

A última frase atingiu em cheio o orgulho do *Mariscal*. Com a face crispada e tomado pela ira, seu primeiro impulso foi o de mandar fuzilar o irmão naquele mesmo instante. Olhou para Caballero e percebeu que qualquer decisão tomada no calor do momento teria de ser levada até o fim. Se recuasse depois, ficaria desmoralizado diante da tropa. Respirou fundo e voltou-se para Benigno:

– A partir deste momento, ficarás em prisão domiciliar. Não poderás sair desta casa até que eu decida o que fazer a respeito de teu procedimento.

– Pancho... – murmurou Benigno.

– Estamos em uma zona de batalha – interrompeu Solano, lacônico. – Aqui não existem laços de parentesco. Doravante deverá se dirigir a mim como presidente, *mariscal* ou comandante.

Nos dias seguintes foram chegando a San Fernando os demais convocados por Solano López. Eles se juntaram a Saturnino Bedoya, que já se encontrava no local desde dezembro, para serem submetidos

a uma série de interrogatórios e acareações.

No início da segunda quinzena de julho, López decidiu convocar uma reunião de seu estado-maior para deliberar sobre a questão política que se apresentava. Movimentos rebeldes não eram nada comuns no estilo de gestão autocrática praticada no Paraguai, e era até mesmo difícil imaginar que medidas tomar a respeito. Do encontro participaram seu secretário de confiança, os coronéis Silvestre Aveiro, que também havia trabalhado para Carlos Antonio López, e Juan Crisóstomo Centurión, os generais Vicente Barrios, José María Brugué e Francisco Isidoro Resquín, além do bispo Manuel Palacios.

O *Mariscal* pediu sugestões ao grupo e ouviu do religioso que o mais correto seria executar os envolvidos assim que fosse determinada a participação de cada um no complô. Sem parecer se dar conta de que a própria família do presidente estava implicada, Resquín recomendou o uso da tortura e lembrou que era um recurso previsto pela legislação em vigor.

Solano decidiu então que as investigações deveriam ser conduzidas pelo presbítero Fidel Maíz, assistido pelo padre Justo Roman. O general Francisco Isidoro Resquín ficou encarregado de arrancar as necessárias confissões. Além de designado para persuadir os interrogados a admitir sua culpa e se arrepender, Maíz foi indicado para atuar como “fiscal de sangue” – acompanhante espiritual dos últimos momentos – daqueles que eventualmente fossem condenados à morte.

Os primeiros visados foram Saturnino Bedoya, José Berges e Benigno López. Enquanto os dois primeiros foram deixados ao relento, o último, irmão caçula do *Mariscal*, foi removido para uma cabana. Berges e Benigno foram acareados e expuseram os fatos transcorridos na reunião de Assunção, mais de um ano antes, insistindo que seu intento era apenas o de pôr fim à guerra.

Ainda que tenha ficado em isolamento, Benigno conseguiu manter Francisco Fernández fiel à sua causa. O ajudante de ordens de Solano passou a visitá-lo quase todas as noites e teria recebido do caçula dos López a oferta de uma grande soma para matar o *Mariscal*. Interrogado sem tortura, o corneteiro que montava guarda na cabana contou ter ouvido nas conversas entre os dois que o atentado se consumaria na saída de uma missa na capela do campo. Segundo ele, os conspiradores fugiriam para as linhas inimigas nos cavalos de López,

que eram os mais bem tratados do acampamento.

Tratava-se, portanto, de assassinar do líder paraguaio, e não mais de um golpe de Estado. O plano lhes garantiria participação no futuro ordenamento do país e permitiria que a família López mantivesse suas propriedades, escapando a possíveis confiscos após a rendição.

Verdadeira ou não, a revelação acabava com qualquer chance de Benigno ser poupado da pena capital. Mas, mesmo tendo passado algumas vezes pelo cepo-uruguaiana, ele não confirmou a versão do corneteiro nem implicou sua mãe ou suas irmãs. Apenas admitiu que havia pago ao representante norte-americano Charles Washburn a quantia de 2 mil onças de ouro por seu apoio e pela promessa de reconhecer o novo governo. O farmacêutico George Masterman também foi torturado e apontou o cônsul como cérebro da trama.

Washburn esperou se encontrar em segurança, em Buenos Aires, dois meses depois, para reagir à divulgação dessas notícias. Redigiu uma carta a López em que repudiou as acusações e distribuiu um artigo aos jornais portenhos denunciando as crueldades perpetradas contra prisioneiros no Paraguai para se obterem as confissões que interessavam ao regime. Semanas depois, embarcava de volta aos Estados Unidos.

Em um manuscrito do que seriam suas memórias, o general Patricio Escobar, cuja letra foi autenticada por especialistas, descreveu um episódio agravante desse quadro que revelava a desintegração familiar dos López na etapa final do conflito. É um relato controverso e recorrente em diversas crônicas da guerra: a tentativa de Juana Carillo de eliminar o próprio filho Solano, que teria ocorrido em 31 de julho de 1868, uma semana após o aniversário do *Mariscal*.

Nessa data, chegou ao acampamento de San Fernando uma cesta com *chipas*, espécie de pão de queijo e polvilho muito popular no Paraguai, enviada por Juana de San Estanislao, de onde havia se abrigado com as filhas. Elisa Lynch pôs a mesa, trouxe um *puchero*, cozido de carnes com legumes, e uma bandeja com as *chipas*. Antes de saborear suas guloseimas preferidas, López jogou uma delas ao seu cão Bron, mascote que o seguia ao longo de toda a campanha.[5] Ao levar outra à boca, foi impedido por Escobar, que o aconselhou a evitar o risco de ingerir alimentos vindos de fora naquele momento do conflito. Ainda segundo relato do general, minutos depois, o cachorro agonizou aos pés do dono e morreu. López, então, pediu que o médico

Frederick Skinner fizesse uma necropsia no animal, procedimento que teria constatado a presença de arsênico nas vísceras. *Causa mortis*: envenenamento.

Os julgamentos de San Fernando

Nos quatro meses seguintes à saída de Solano López de Humaitá, os 3 mil soldados que se mantiveram na fortaleza resistiram como puderam ao cerco dos aliados. O comando havia ficado a cargo dos coronéis Paulino Alén e Francisco Martínez, que, dia após dia, demonstravam cada vez menos esperanças de sustentar a posição. Apesar de dispor de 180 peças de artilharia, contavam com um mínimo de recursos e mantimentos para garantir a sobrevivência da tropa. López, no entanto, insistia que o efetivo do forte continuasse tentando ações contra as embarcações inimigas que ainda se mantinham naquela altura do rio Paraguai.

No dia 9 de julho, ataques guaranis ao *Barroso* e ao *Rio Grande*, fundeados acima de Tahí, foram inócuos. No dia 17, a fortificação sofreu uma investida do 3o Corpo do Exército Imperial, sob o comando do general Osório, em que, mesmo combalidos, os paraguaios impuseram pesadas baixas aos brasileiros. Após o confronto, o comandante em chefe Caxias enviou uma mensagem a Paulino Alén, propondo a rendição em troca de uma vantajosa compensação financeira. Em resposta recebeu uma nota irônica^[1] que dizia:

“Sinto, marechal, não estar em condições de também lhe oferecer milhões. Mas se consentir em me entregar seu Exército, em nome do presidente, prometo presentear-lo com a coroa imperial do Brasil.”

O orgulho falava alto, mas o desespero pela falta de saídas era maior. O coronel pediu a Solano López autorização para evacuar o forte antes que o famélico exército fosse dizimado, mas recebeu em resposta um seco: “Resistam até o último homem”.

Transtornado, Alén aproveitou o primeiro momento em que se viu desacompanhado dos colegas oficiais para carregar seu revólver, encostá-lo na têmpora e disparar. Como o tiro não foi mortal, ele, já

caído, mas ainda de arma na mão, fez um novo disparo, dessa vez contra o abdome. A tentativa de suicídio fracassaria e ele seria conduzido a San Fernando, onde passaria por um julgamento sumário e ficaria à espera do fuzilamento.

Ironicamente, horas depois de se autoinfligir os ferimentos, chegou à fortaleza a autorização de López para que abandonassem Humaitá. O coronel Francisco Martínez executou a retirada durante três noites, em canoas que rumaram para a margem oposta do rio Paraguai. O grupo se dividiu, sendo uma parte composta pelos mais fortes – que se embrenharam pela região do Chaco e desapareceram de vista –, e outra parte pelos doentes, feridos, mulheres e crianças, que se abrigaram em Isla Poí, amparados por Martínez, antes que este se rendesse aos aliados.

Incapaz de punir o coronel derrotado, Solano López determinou que a mulher dele, Juliana Insfrán de Martínez, fosse conduzida a San Fernando. Ordenou que ela denunciasse o marido como desertor e inimigo da pátria. Ela se recusou e foi colocada em uma estaca, onde foi açoitada diante da tropa.

Depois de submetida ao castigo, Juliana foi levada de volta a López, que ofereceu a ela uma opção: assinar uma carta em que repudiava a rendição de Francisco Martínez. Ela continuou recusando e foi submetida a seis sessões do suplício no cepo-uruguaiana sem renegar o marido. Elisa Lynch, que fora amiga de Juliana em Assunção, não intercedeu em seu favor. Finalmente, esgotada, mas inabalável em sua convicção, recebeu a sentença: seria fuzilada pelas costas, a pena destinada aos traidores.

Após seguidas torturas e de carregar pesados grilhões, o tesoureiro geral Saturnino Bedoya, marido de Mônica Rafaela López, decidiu adotar uma estratégia para pôr fim à própria vida e a abreviar os terríveis sofrimentos que lhe impunham: passou a recusar alimento e a raspar as feridas que os grilhões lhe produziam nas pernas, causando gangrenas que deixaram seu estado de saúde ainda mais grave. O coronel Juan Crisóstomo Centurión, em suas *Memórias ou reminiscências da Guerra do Paraguai*[2], testemunhou a situação do prisioneiro na etapa final:

Quando chegamos a San Fernando, se bem me lembro, em meados de agosto, Bedoya se encontrava com duas pesadas barras de grilhões, sob uma cobertura de couro, a alguma distância do quartel-general e, segundo me referiram, já havia feito importantes

revelações acerca da planejada revolução. Mas López, não satisfeito com elas e supondo que pudesse saber mais, o havia submetido a todo gênero de castigos. Um ataque de diarreia, complicado com outras moléstias, pôs fim às suas amargas e cruas desgraças.

Eliminado um dos cunhados, o *Mariscal* decidiu pôr em prisão domiciliar o general Vicente Barrios e a própria Inocência López, ambos residentes no quartel-general havia meses. Caído em desgraça, Barrios foi gradualmente perdendo o controle emocional, ao ver o destino de parentes e antigos companheiros e ao ser submetido a sucessivos interrogatórios. Habitualmente um homem nervoso e um tanto violento com a esposa, irmã de Solano, em 11 de agosto descarregou sua fúria sobre a mulher, agredindo-a com tapas no rosto. No dia seguinte, redigiu um bilhete pedindo a ela que o perdoasse e, com uma navalha de barbear que mantivera escondida na bainha da calça, cortou o próprio pescoço.[3] Ao ser encontrado, foi socorrido pelos médicos militares e, embora tenha perdido a voz, sobreviveu para ser sentenciado à morte por fuzilamento.

Do dia 22 ao 26 daquele mês foram executados nada menos que 148 condenados nos chamados Julgamentos de San Fernando. Entre eles, estavam José Vicente Urdapilleta Caríssimo, casado com a irmã de Saturnino Bedoya; tripulantes de um vapor italiano detidos no início da guerra; e Teodoro Gauna e Sinforoso Cáceres, que haviam sido membros do triunvirato de Corrientes, no início da guerra. Antes de ser fuzilado, Gauna deixou um bilhete: “Deus sabe qual será meu fim; aceitei aquele posto contrariado, com o único objetivo de salvar meu país”. [4]

Em paralelo aos castigos físicos e às execuções, seguiam-se os interrogatórios dos implicados na conspiração. Venâncio López, irmão de Solano, que se encontrava em Assunção, foi convocado ao acampamento, assim como sua mãe, Juana, e sua irmã Mônica Rafaela. Venâncio, que chegou bem antes, foi detido e, mesmo sem ter passado pela tortura naquele momento, confirmou as reuniões para empossar um novo governo. Alegou que, por estarem longo tempo sem notícias do que ocorria em Humaitá, imaginaram que os aliados poderiam ter vencido os combates e que o *Mariscal* estaria morto. Assim como Benigno, foi mantido preso e incomunicável.

Com o aumento no número de acusados de traição, a tarefa de extrair confissões tornava-se mais complexa a cada dia. O general Resquín resolveu, então, recorrer aos serviços do sargento José

Gregório Benítez, um profissional da chibata, “exímio na arte de fazer saltar em pedaços a carne dos desgraçados”.^[5] Alto, corpulento, de cabeleira crespa e hirsuta, o carrasco havia feito jus ao apelido de Toro Pichai, uma referência à espécie mais feroz de bovinos no país.

Benítez foi trazido ao acampamento e teve como primeira vítima o comerciante Cândido Augusto Vasconcellos, contra quem nada pesava de concreto e cujo único crime era o de ser irmão do vice-cônsul de Portugal no Paraguai, José Maria Leite Pereira, acusado de espionagem. Condenado pelos padres Maíz e Roman, ele foi açoitado a tal ponto que, ao final de cinco dias de castigos, tinha fraturas nos braços e, ao chegar ao pelotão de fuzilamento, já estava mais morto do que vivo.

Também foram confiados ao chicote de Toro Pichai os irmãos de Solano López, Venâncio e Benigno, o chanceler José Berges, o ancião Hilario Recalde, de tradicional família assuncena, e o bispo Manuel Palacios, que agora caía em desgraça por intrigas de Fidel Maíz. O próprio cabeleireiro de Elisa Lynch, dom Henry, foi capturado e espancado quando souberam que ele fizera piadas sobre os penteados da amante do *Mariscal*. A certo ponto, o médico George Frederick Masterman descobriu, inclusive, que haviam dado veneno ao rapaz, mas conseguiu lhe salvar a vida e ele acabou sendo libertado.

Embora se referisse frequentemente, em privado e publicamente, a uma conjuração contra seu regime, López não comentava em documentos ou cartas a declaração da mãe sobre sua paternidade e muito menos a suposta tentativa de seu envenenamento – assunto que, segundo seus contemporâneos, foi tratado apenas com Elisa e os assessores mais próximos. Ao que tudo indica, apesar de sentir-se traído pela mãe e pelos irmãos, havia uma preocupação em preservá-los em certa medida, até para evitar uma imagem negativa diante de seus subordinados. O padre Fidel Maíz, no entanto, estava entre os que defendiam atitudes firmes do *Mariscal* inclusive contra os mais íntimos.

– Em muitas circunstâncias, o dano mais forte vem do próprio sangue – insuflava o padre, em conversas particulares com o líder paraguaio. – As maldições mais certas e mais grotescas vêm do entorno mais próximo.

Naquele período, com o aumento do número de mortes entre os prisioneiros em decorrência de maus-tratos e pela escassez cada vez

maior de homens para as tarefas de campo – como cavar trincheiras e montar linhas defensivas –, López ordenou que dezenas fossem libertados para realizar trabalhos forçados. A medida não impediu que muitos deles, doentes e subnutridos, morressem com ferramentas nas mãos. Somente na primeira semana de novembro, foram listados pelo general Francisco Isidoro Resquín 34 argentinos, vinte brasileiros e um italiano, além de cinco legionários que pereceram nas exaustivas jornadas.

Mas as execuções prosseguiram e agora ameaçavam os escalões mais altos da nação. Em 4 de novembro, Resquín e o padre Fidel Maíz apresentaram ao *Mariscal* a recomendação ao fuzilamento de uma longa lista que incluía Benigno López – apontado como cabeça da trama para assassinar Solano López –, José Berges – descrito no processo como “réu confesso, frio até o cinismo” e acusado de dilapidar o Tesouro Público –, o bispo Manuel Antonio Palacios, o general Vicente Barrios e o presbítero Eugenio Bogado. Dezenas de outros réus eram relacionados no documento, quase todos condenados por traição. Caberia ao líder paraguaio assinalar com um “x” ao lado dos nomes quando desejasse confirmar o veredito dos julgadores e omitir-se quando quisesse comutar a pena imposta por eles aos acusados.[6]

Solano López analisou a lista por dias, cuidadosamente, tentando, sem sucesso, desligar-se do fato de que seus irmãos eram os primeiros nomes da relação. Depois de marcar todos aqueles sobre os quais tinha certeza da culpa ou com quem pouco se importava, voltou-se aos dois parentes. A mão tremia a cada vez que sentia o impulso de passar a pena com tinta sobre o papel. Por fim, após muito hesitar, optou pelo “x” em ambos os casos. A data para o cumprimento das sentenças, no entanto, ainda estava por ser definida.

XXXVII

A Dezembroada

O mês de setembro de 1868 trouxe rápidas mudanças no panorama do conflito. Naquele momento, Solano López decidiu transferir o comando paraguaio para as margens do riacho Piquissiri, à direita do rio Paraguai, onde foi montado acampamento ao sopé de um conjunto de morros conhecidos como Lomas Valentinas.

Informado da concentração das tropas guaranis naquela região, Caxias tratou de analisar as possíveis opções de ataque. A nova localização trazia uma série de vantagens para López: uma investida aliada a partir do sul exporia essas tropas a cruzar um terreno pantanoso, desolado e com uma vegetação espinhosa. E na desembocadura do Piquissiri no rio Paraguai havia uma barranca denominada Angostura, na qual foi montada uma fortificação defensiva que dificultaria a chegada de contingentes inimigos por via fluvial.

O comandante brasileiro decidiu por uma solução mais complexa, porém com maior possibilidade de sucesso: atacar o campo lopista pela retaguarda, vindo do norte. Para contornar o ponto de resistência paraguaio, determinou a construção, por 3.500 homens, de uma estrada com onze quilômetros de extensão na margem esquerda do Paraguai, através do Chaco.

Na abertura desse caminho, por onde marcharam 23 mil soldados, foram cortadas cerca de 6 mil palmeiras. Já era dezembro quando os navios da Marinha que restavam na região forçaram a passagem por Angostura e reembarcaram as tropas ao final da estrada do Chaco, transportando-as para a margem direita até San Antonio, atrás das linhas inimigas.

A chamada manobra de Piquissiri, desenvolvida por Caxias, é considerada a mais ousada e criativa de todo o conflito em termos de

estratégia.[1] Graças a essa tática, as tropas aliadas puderam desfechar uma série de ataques vitoriosos contra posições paraguaias, que ficaram conhecidos como Dezembroada e selaram o destino de Solano López.

Depois de uma noite de festejos e alegria, comemorando o desembarque próximo ao seu objetivo, as tropas aliadas foram mobilizadas ao toque da alvorada, na manhã do dia 6. O general Argolo Ferrão seguiu à frente, em direção à ponte do arroio Itororó, por uma estrada cercada de capoeirões e ligeiramente acidentada, com desfiladeiros e rochedos medindo de três a quatro metros. Ao todo, 15 mil soldados participariam da investida.

Preparado para resistir, o general paraguaio Bernardino Caballero reuniu 5 mil homens do outro lado do arroio, com quatro canhões em cada lado e mais quatro em posição frontal. Três mil atiradores foram posicionados sob a proteção da vegetação ciliar e sua cavalaria ficou à retaguarda da colina, concentrada e protegida do fogo dos brasileiros.

As duas forças estavam separadas por uma ponte de madeira, com três metros de largura e menos de dez de comprimento, suspensa a quatro metros de altura. Quando o primeiro pelotão aliado tentou cruzá-la, os canhões paraguaios começaram a rugir, fazendo cair aos montes os soldados que, devido ao espaço reduzido para fazer a travessia, encontravam grande dificuldade para atingir o lado oposto.

O exíguo espaço que permitia o acesso às linhas inimigas era um verdadeiro matadouro, por onde mal passavam três integrantes da cavalaria ou uma fileira de seis soldados por vez – e onde quem seguia ficava à mercê do inimigo.

Os comandantes brasileiros, então, colocaram-se à frente de suas forças para dar o exemplo. Chegaram a cair de seus cavalos Argolo Ferrão, Deodoro da Fonseca e muitos outros no enfrentamento com os lopistas. Os batalhões avançavam e recuavam sucessivamente, até que o coronel gaúcho João Niederauer Sobrinho atravessou a ponte com seu 6º Grupo de Lanceiros e conseguiu tomar quatro bocas de fogo do inimigo, fazendo debandar a fileira de paraguaios mais próxima. Ainda assim, decorridas quase quatro horas de batalha, havia poucos avanços, e o desânimo contaminava os pelotões atacantes.

Caxias, então, do alto de seus 63 anos, deixou seu posto de comando em uma colina, percorreu a tropa a galope e, com a espada desembainhada, bradou: “Sigam-me os que forem brasileiros!”.

Mesmo tendo o cavalo alvejado e morto, o marquês não deixou de intensificar os golpes contra os adversários e de gritar ordens aos comandados. Na quinta hora de combates, a vitória dos aliados estava clara e os batalhões de López recuaram até as margens do rio Avaí. Não foi um triunfo tranquilo: o lado brasileiro teve 1.864 baixas, sendo 508 mortos – 45 deles oficiais –, e 1.356 feridos. O lado paraguaio teve 1.600 baixas, entre mortos e feridos.

Como só se havia distribuído munição e víveres para três dias, naquela noite a ração foi de espigas de milho, colhidas nas redondezas do agrupamento. Caxias e seu estado-maior também se alimentaram delas em uma demonstração de companheirismo.

No dia 11 de dezembro, reorganizada e reabastecida a tropa, Caxias retomou o movimento, tendo como objetivo a conquista de Villeta, um porto que lhe proporcionaria o apoio necessário ao prosseguimento das operações sobre a região do Piquissiri. Bernardino Caballero mantinha seus efetivos às margens do Avaí para tentar impedir ou retardar o avanço do Exército imperial até Lomas Valentinas, onde se encontrava Solano López.

O general paraguaio foi ao encontro dos aliados com 5.600 homens, infantaria no centro, apoiada por dezoito canhões, e a cavalaria nos flancos. Reforçando a retaguarda seguiam mulheres, idosos e adolescentes precariamente armados. Na outra margem a leste do arroio, Caxias contava com 19 mil homens.

Pouco depois de iniciado o confronto, desabou uma tempestade que logo fez o riacho transbordar, dificultando os movimentos de ambos os exércitos. Secundado pelo general José Antônio Corrêa Câmara, Manuel Osório liderou a cavalaria pela esquerda para aliviar a pressão dos paraguaios. Caballero contra-atacou com o restante de sua cavalaria apoiada pela infantaria. Nesse momento, o general Osório recebeu um balaço no rosto que lhe partiu a mandíbula. Para que seus comandados não percebessem a extensão do ferimento, amarrrou o queixo com um lenço e prosseguiu à frente da tropa.

Gradualmente, os paraguaios foram tombando e, à uma hora da tarde, após cinco horas de luta, só restavam duzentos deles, que fugiram com Caballero em direção a Ita Ivaté. Foram capturados todos os canhões paraguaios. As perdas brasileiras somaram 729 homens. Terminada a batalha, o exército dirigiu-se para Villeta, onde foi se reorganizar junto à esquadra imperial, que ali ancorou.

Caxias descreveu os acontecimentos e fez suas avaliações em ofício ao barão de Muritiba, ministro da Guerra, em uma carta[2] na qual relatou que “nossas perdas foram, em relação às do inimigo, muito mais insignificantes em número; todavia nas duas pelejas tivemos fora de combate 2 mil homens, e entre eles temos a deplorar a morte de guerreiros abalizados que, cheios de patriotismo, se haviam devotado à causa nobre de vingar as injúrias da pátria”. O inflexível marquês, porém, foi duro ao mencionar o desempenho de seus homens:

Nos combates de Itororó e do Avaí, assisti a atos muito vergonhosos, e foi necessário que eu abandonasse minha posição de comandante em chefe para conduzir ao fogo e à carga batalhões inteiros e corpos de cavalaria, e ainda assim nem todos chegaram às fileiras inimigas. Muitos oficiais brasileiros perderam a vida em decorrência da indisciplina e tibieza dos corpos que comandavam.

Solano López, que mais uma vez havia ficado distante do campo de batalha, custou a acreditar na derrota informada pelo general Caballero. O acampamento de Lomas Valentinas e o solitário ponto de apoio da bateria de Angostura, às margens do rio Paraguai, tornavam-se seus últimos bastiões na região. Era o momento de tomar algumas decisões cruciais. Entre elas estabelecer o destino dos condenados nos Julgamentos de San Fernando.

Com o irmão Venâncio, decidiu ter um rasgo de misericórdia. Os dois haviam sido muito próximos desde a infância, e Venâncio sempre inspirara nele um instinto protetor, além de ser padrinho de Panchito, o mais velho e mais querido de seus filhos com Elisa. Também não identificava nele uma verdadeira sede de usurpar-lhe o poder. E convocou Maíz e Resquín para fazer o comunicado:

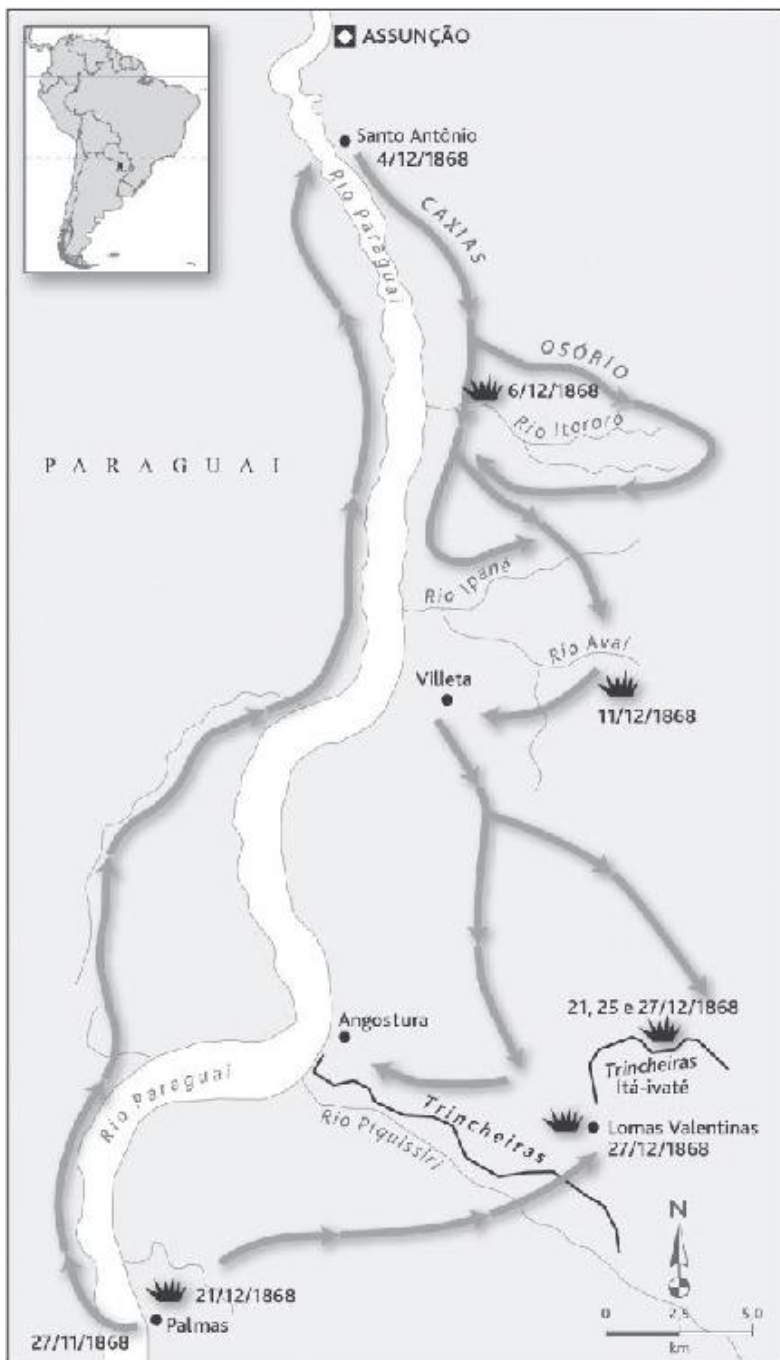
– Decidi que não mandarei executá-lo. Ele demonstrou sinceridade e arrependimento de seus atos.

Venâncio teve sua sentença de morte comutada para dez anos de prisão. A notícia não era necessariamente boa, uma vez que continuaria a ser submetido a sessões de açoite, exposto ao calor do dia e ao frio da noite, recebendo porções mínimas de água e alimento. Apesar do ato de misericórdia, Solano fez uma advertência a seus comandados a respeito do irmão: “Nunca mais lhe dirigirei a palavra nem quero ouvir o nome dele pronunciado em minha presença”.

Tempos depois, um de seus sargentos, Angel Díaz, cometeu a imprudência de desobedecer a essa determinação e Solano,

exasperado, mandou puni-lo com cinquenta chibatadas.

O irmão caçula Benigno e os demais condenados ilustres tiveram sua execução mantida e marcada para o dia 21 de dezembro daquele 1868. Chegada a data do cumprimento das sentenças, todos os militares em serviço se agruparam bem cedo no descampado conhecido como Potrero Mármol.^[3] Algumas mulheres e até crianças, tomadas pela curiosidade, se aglomeraram para assistir ao espetáculo, que seria comandado pelo general Resquín. O pelotão de fuzilamento era formado por apenas quatro soldados, para que não houvesse um gasto grande em munição. Caso o condenado sobrevivesse aos tiros, o trabalho deveria ser finalizado com a ponta de uma baioneta.



Dezembrada

Da Manobra de Piquissiri à vitória aliada em Lomas Valentinas.

Benigno havia acordado bem cedo e pedira ao tenente Alfredo Candía que chamasse Solano. O tenente levou o recado ao *Mariscal*,

mas nem sequer obteve uma resposta. “Ele não disse palavra”, informou ao retornar.

Angel Benigno insistiu:

– Faça-me esse favor. Diga a ele que, embora eu tenha sofrido diversos reveses, não teria razão alguma para traí-lo. E que, se algo aconteceu de mal entre nós, nossa mãe é a única culpada.

Mesmo temeroso da reação de López, o tenente tornou a procurar o presidente em seu alojamento e repetiu as palavras do condenado. Ouviu apenas uma frase seca:

– Não há nada o que conversar.

Informado da terminante recusa do irmão em ouvir seus argumentos, Benigno percebeu que o melhor a fazer seria preparar-se para o fim. Chamou o padre Arévalo, que então atuava como capelão da tropa, e pediu que ele ouvisse sua confissão. Ao final da conversa, o religioso lhe perguntou como as coisas haviam caminhado para algo tão grave. Limitou-se a dizer:

– Na verdade, eu não estive à altura das circunstâncias.

A frase, ambígua, talvez indicasse não um arrependimento por ter se voltado contra o irmão e superior hierárquico, mas um lamento por não ter sido forte o bastante para derrubá-lo.

– Tem algum pedido a fazer antes de deixar este mundo? – perguntou-lhe o padre.

– Transmita meu amor aos meus filhos Aurelio, Manuel, Rafaela, Ângela, Maria Higinia e Arsenio. Envio-lhes minhas bênçãos.

As execuções começaram antes das oito da manhã. Juliana Insfrán, esposa do coronel Francisco Martínez – o comandante da derrotada Humaitá –, recebera um último conforto: fora autorizada a lavar os ferimentos adquiridos nos castigos, vestir um traje limpo e a pentear os cabelos. Ainda assim, era uma imagem fantasmagórica ao ser amarrada a uma estaca, tendo sido fuzilada de costas para o pelotão, como “traidora da pátria e do governo supremo”.

Dezenas de outros foram passados em armas, entre eles os ministros José Berges e Gumersindo Benítez, ambos ex-ministros das Relações Exteriores, o coronel Paulino Alén, o vice-cônsul português José Maria Leite Pereira e o dirigente do Partido Blanco uruguaio Antonio de Las Carreras. Esse último recebeu a pena desacordado, pois já não tinha forças para caminhar ou manter-se alerta.

Em determinado momento, surgiu em cena o bispo Manuel

Antonio Palacios, conduzido por dois guardas. O padre Fidel Maíz, responsável pelas condenações e fiscal de sangue da execução, chegou a aspergir água benta sobre ele. Palacios teve uma reação enfurecida. Gritou maldições a Maíz e foram precisos mais dois soldados para contê-lo, vendá-lo e amordaçá-lo, já que ele dirigia ininterruptamente improperios ao antigo subordinado. Esse não escondia o ar de satisfação por encontrar-se em uma situação inversa à de 1862, quando fora preso e julgado por Palacios. Quando a brigada disparou a carga fatal, a vingança do prelado estava consumada.

Benigno ainda pôde ouvir os berros do bispo quando foi retirado da cabana onde estava agrilhado. Chegado o momento de sua própria punição, ele foi conduzido ao centro do acampamento, onde já se encontrava o marido de sua irmã Inocência, Vicente Barrios Bedoya, com as mãos atadas para trás e os olhos semicerrados. Muito debilitado pelo ferimento no pescoço e pela falta de alimento, ele mal se mantinha em pé diante das baionetas. Ao receber os tiros certos, seu corpo desceu lentamente até o chão e foi arrastado para uma área distante, onde nem mesmo receberia uma cova.

Posicionado diante da tropa, Benigno lançou um olhar de rancor ao padre Fidel Maíz. Não deixava de ser uma ironia ver seu antigo aliado contra a ascensão do irmão ao poder tornar-se praticamente o seu carrasco. O religioso feito juiz sempre fizera questão de presenciar as sessões de tortura comandadas por Resquín e em algumas delas empunhou pessoalmente o chicote contra o caçula dos López. Benigno pediu que não fosse vendado. Apenas cerrou os olhos e ficou à espera do fim.

Sem expressar nenhuma emoção, o general Resquín emitiu um grito vigoroso:

– Fogo!

E comandou os batalhões em uma saudação:

– *Viva el mariscal Solano López!*

Todos responderam:

– *Viva El Mariscal!*

– Agora voltem aos seus deveres, soldados! – ordenou Resquín.

O grupo se dispersou rapidamente. Tendo observado a cena à distância, Solano retornou ao seu alojamento, reafirmando em seu íntimo que havia feito o certo: desestimulando a traição ao dar o exemplo. Repetia para si mesmo que os atos do irmão haviam sido de

extrema gravidade e que não havia alternativa. Ainda assim, uma ponta de remorso o consumia.

Não houve muito tempo para reflexões, porém. As pilhas de cadáveres mal haviam sido formadas no Potrero Mármol quando o toque de alerta anunciou a aproximação das tropas aliadas ao acampamento. López estava confiante de que conseguiria resistir e derrotar os atacantes.

Entre as estruturas defensivas existentes em Lomas Valentinas, destacavam-se as trincheiras abertas sob o comando do engenheiro George Thompson, ao longo de nove quilômetros; o forte de Angostura estava guarnecido por 2 mil homens e dezoito canhões, entre os quais o Cristiano, o maior já operado na América do Sul, que acabara de chegar e fora fundido em Ibicuí com o metal retirado de sinos de igrejas de Assunção.

Naquele dia 21, o marquês de Caxias lançou um ataque geral às posições apenas com as forças brasileiras, mas foi rechaçado. Após elevadas perdas para ambos os lados, acabou por ordenar o recuo da tropa.

No dia 24, um emissário adentrou o acampamento de Lomas Valentinas trazendo uma mensagem dos integrantes da Aliança, que propunham ao *Mariscal* que depusesse as armas e se rendesse, “como forma de poupar muitas vidas de ambos os lados”. O documento que foi encaminhado a López levava as assinaturas de Caxias, representando o Brasil, a do general Gelly y Obes, em nome da Argentina, e a do general Enrique Castro, do Uruguai.

Solano López desconsiderou a oferta e mandou o mensageiro de volta. Ainda assim, o soldado pôde confirmar algo que Caxias desconfiava, com base em informações de seus subordinados: que a defesa paraguaia estava aberta em dois pontos, duas passagens estreitas diante da trilha que dividia as colinas.

No dia 27 de dezembro, após o reabastecimento de homens e víveres efetuado em Villeta, Caxias lançou um segundo ataque com avanços frontais alternados a flanqueamentos de leste e oeste, que vieram a derrotar por completo as posições paraguaias. Durante o assalto, a figura de Solano López em seu cavalo Mandyyú foi vista cruzando a retaguarda do campo de batalha para finalmente desaparecer em meio ao fogo cruzado. Três dias depois, Angostura também capitulou.

A situação que permitiu a fuga de Solano López deu margem a todo tipo de críticas por parte da imprensa e da classe política no Brasil e na Argentina, ganhando versões variadas dos historiadores. Alguns destes acreditam ter havido falta de empenho de Caxias para fazer a captura do adversário. Outros, que houve uma questão de honra entre generais. Foram feitas até especulações de que houvera um gesto de misericórdia do general brasileiro pelo irmão maçom. Mas é preciso lembrar que López não costumava se expor ao combate e, durante a batalha, já devia estar em retirada com seu grupo familiar.

Após devastar o Exército paraguaio em Lomas Valentinas, Caxias acreditava que a guerra havia terminado. Não se preocupou em organizar e chefiar a perseguição a López, pois havia recebido informes de que o ditador fugira para a Bolívia onde receberia asilo, quando, na verdade, o líder paraguaio havia tomado o rumo de Cerro León, no departamento de Cordilheira.

No dia 1º de janeiro de 1869, os contingentes aliados marcharam sobre a capital paraguaia sem a presença do comandante em chefe, que sentia estar chegando ao limite de suas forças.

XXXVIII

Assunção, cidade aberta

O primeiro dia de 1869 parecia à Tríplice Aliança o último de toda a guerra. Mais de 1.700 soldados brasileiros, argentinos e uruguaios, sob o comando do coronel Hermes Ernesto da Fonseca – pai do futuro presidente marechal Hermes –, desembarcaram em Assunção de forma desordenada e mesmo caótica.^[1] Como se houvessem sido abolidos quaisquer compromissos com a disciplina militar, com os códigos éticos da guerra ou princípios de humanidade, boa parte da tropa adentrou a cidade, sem controle, arrombando portas de casas, saqueando pertences de moradores e jogando arquivos de repartições públicas às ruas. Documentos históricos foram confiscados e seriam levados para o Brasil. O trono de Carlos Antonio López foi retirado do Palácio do Governo pelo comando argentino e seria enviado para Buenos Aires. As peças de mobília do Club Nacional, dos imóveis da família López e da casa de Elisa Lynch foram depredadas. Nem mesmo igrejas e consulados foram poupados da selvageria que se instalou.

A maior parte da população havia fugido ao saber da aproximação dos aliados, mas mesmo assuncenos que haviam permanecido na capital ou que estavam em retirada contribuíram para o vandalismo, aproveitando-se do clima de desordem para retirar pertences de casas temporariamente sem moradores. Até crianças foram sequestradas, para que se obtivessem resgates por sua devolução às famílias. Mulheres foram violentadas, como atesta o relato do general José Ignacio Garmendia,^[2] do Exército argentino: “A soldadesca desenfreada abriu as válvulas de sua feroz lascívia e essas infelizes que haviam visto morrer seus maridos, filhos e noivos sofreram os ultrajes da luxúria na noite mais negra de suas vidas”.

Somente no dia 5 Caxias chegou à cidade sitiada, com mais 10 mil combatentes, entre eles os próprios remanescentes renegados da

Legião Paraguaia. Escandalizado com o quadro que encontrou, o marquês conseguiu gradualmente impor sua autoridade e colocar ordem nas fileiras, inclusive com a punição de alguns dos criminosos. Mas estava visivelmente abatido e não parecia capaz de encontrar ânimo para assumir novas missões.



Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevideu

Prisioneiros paraguaios reunidos pelas forças aliadas durante a tomada de Assunção, em janeiro de 1869.

Com os últimos integrantes da Aliança chegou a enfermeira Ana Néri, que logo procurou uma sede para montar um hospital onde pudessem ser socorridos brasileiros, argentinos, uruguaios, e também paraguaios feridos ou infectados por doenças. A baiana chegou a usar a espaçosa casa de Elisa Lynch como centro médico. Depois recebeu um imóvel onde instalou uma enfermaria modelo, utilizando os próprios recursos financeiros para equipá-la. Na capital, ela recebeu com resignação as notícias dolorosas da morte do filho Justiniano, do irmão e de um sobrinho nos campos de batalha.

Sua atuação na cidade não ficou imune a resistências. O médico-chefe do Exército brasileiro custou a aceitar o uso de plantas medicinais às quais a enfermeira recorria para mitigar os sofrimentos dos feridos. Ali, sem instrumentos adequados, e para espanto de

muitos médicos, operaria com sucesso a perna do garoto paraguaio Tayti, esmagada durante uma batalha.

O quartel-general brasileiro foi instalado no antigo cárcere público, que havia dado lugar à escola de filosofia de Ildefonso Bermejo. Mas Caxias não utilizaria o local por muito tempo.

No domingo, 16 de janeiro, foi oficiada uma missa na catedral, a poucos passos dali, em comemoração ao que se acreditava ser o encerramento da guerra. O marquês compareceu em traje de gala, assumindo um lugar nas primeiras fileiras. O calor era escaldante e o desconforto de todos em roupas pesadas era evidente. Depois de dez minutos de iniciada a celebração, Caxias pendeu ligeiramente para a frente, chegou a tentar se recompor, mas acabou tombando ao chão.

Atendido pelo médico Bonifácio de Abreu, levou quase meia hora para recobrar os sentidos. Ao longo do dia, refletiu um bocado e tomou a decisão de regressar ao Brasil. Estava esgotado física e psicologicamente, não havia mais o que fazer ali.

Embora o imperador lhe recomendasse reiteradas vezes que não encerrasse a guerra sem a captura ou a morte de Solano López, em menos de 48 horas ele já estava de partida.[3] Enviou uma carta ao ministro da Guerra, Muritiba, comunicando sua decisão, e embarcou para o Rio de Janeiro, tendo como primeira parada o porto de Montevideú.

Na capital do Império, a notícia apanhou a todos de surpresa, inclusive Pedro II, que se mostrou alarmado. No Conselho de Ministros, onde os conservadores haviam recuperado a maioria, o assunto foi tratado com cuidado, mas houve quem qualificasse Caxias como insubordinado e desertor.

No dia 16 de fevereiro, ele chegou ao porto do Rio de Janeiro, sob chuva, sem que ninguém estivesse à sua espera. Foi direto para casa, onde sua mulher Ana Luísa e o empregado Luís Alves – um índio a quem criara após a morte do filho biológico, aos catorze anos, e a quem dera o mesmo nome – o receberam com certo espanto, já que não sabiam ao certo a data de seu retorno.

Pedro II sentia-se em uma posição desconfortável, em um dilema em que qualquer decisão impensada poderia colocar sua autoridade em questão. Se fosse rigoroso com o comandante Caxias, poderia desagradar às Forças Armadas, que o respeitavam imensamente. Se ignorasse sua saída abrupta da frente de guerra, pareceria fraco. O

lado magnânimo falou mais alto. Decidiu não mencionar com os auxiliares o deslize do marquês. Ao contrário, daria a ele um retorno de herói nacional. Em 20 de fevereiro, em solenidade no Palácio São Cristóvão, concedeu-lhe a Medalha do Mérito Militar. Um mês depois o tornaria duque, o único no Império com esse título.

Com a partida de Caxias, as forças de ocupação ficaram a cargo dos generais Guilherme Xavier de Souza, Emilio Mitre e Enrique Castro, brasileiro, argentino e uruguaio, respectivamente. Depois de meses de debates no *Cabildo* de Assunção, com a concordância dos aliados, um governo provisório de paraguaios seria formado, em julho, na forma de um triunvirato, pelo militar Cirilo Antonio Rivarola Acosta, o advogado José Díaz de Bedoya, que tivera grande parte da família executada por López, e o parlamentar Carlos Loyzaga.

Lentamente, os seus habitantes foram retornando à cidade. Primeiro as mulheres idosas, para explorar o território. Depois vieram os outros. Muitos haviam deixado seus bens enterrados.[4] Assim que entravam nas casas, levantavam um tijolo ou cavavam um buraco, de onde retiravam peças de ouro e notas de dinheiro.

Ao menos em Assunção, a guerra havia chegado ao fim.

A mãe sentenciada

Em janeiro de 1869, Juana Carillo López e a filha Mônica Rafaela foram levadas a arroio Itanamari, no departamento de Canindeyú, 416 quilômetros a leste de Assunção, próximo à fronteira com o Brasil, sendo imediatamente postas em prisão domiciliar. No mesmo regime foi colocada Francisca Garmendia, a bela e ainda solteira Pancha, o amor não correspondido de Solano López. À perseguição política juntavam-se contornos de uma longamente esperada vingança pessoal.

O *Mariscal* não manteve contato direto com elas. Sem perda de tempo, reuniu seu cada vez mais reduzido estado-maior, agora composto pelo padre Fidel Maíz, o general Francisco Isidoro Resquín, o coronel Silvestre Aveiro e José María Delgado, que acabara de ser promovido de tenente-coronel para brigadeiro-general. Com ar grave, López expôs a situação a ser avaliada:

– Senhores, novamente membros de minha família estão acusados de colaborar com o inimigo e de atentar contra a vida do presidente da República. Se são condenáveis as ações dos imperialistas que nos atacam, não são muito mais as dos nossos compatriotas que se prestam a esses propósitos? E o envolvimento de meus próprios irmãos e de minha própria mãe é algo tão absurdo que ultrapassa minha capacidade de decisão individual. Nunca hesitei em mandar para o fuzilamento um traidor, por mais próximo que fosse. Eu os reuni para escutar vossa opinião sincera sobre a conveniência de cessar a causa no estado em que se encontra ou levá-la até o final.[1]

E, voltando-se para Fidel Maíz, perguntou:

– Que pensa sobre isso?

Parecendo intimidado, já com a experiência desfavorável que lhe custou quatro anos em um calabouço pelo excesso de sinceridade, e talvez temeroso de que um comentário impensado levasse a uma

tragédia como a que atingiu Benigno López, o padre preferiu ser cauteloso:

– Minha opinião, senhor *Mariscal*, é a de que a causa seja encerrada no que concerne à sua mãe. Afinal, uma mãe...

Houve um breve silêncio e, temendo ter sido pouco enfático, ele decidiu ir além, em seu momento misericordioso:

– E o mesmo se aplica às suas irmãs...

López manteve uma expressão neutra. Por sua fisionomia, era difícil adivinhar se a proposta havia sido bem-aceita ou não. Ele prosseguiu:

– E o senhor, general Delgado?

– Opino como o padre Maíz.

– Certo. General Resquín?

– O mesmo, *Mariscal*.

– Coronel Aveiro? – López já demonstrava certo alívio, com a perspectiva de livrar-se do ônus de mandar punir a própria mãe.

Silvestre Aveiro, porém, impediu a unanimidade da votação.

– Respeitando o parecer do padre Maíz e dos senhores generais, não posso concordar com o encerramento do processo. Em seu afã conspirativo, sua mãe incitou a revolta em muitos cidadãos que poderiam ter prestado melhores serviços à pátria. Uma atitude desonrosa, sem sombra de dúvida.

Seguiu-se um silêncio maior. Era possível ouvir-se a respiração de cada um àquela mesa. Solano López emitiu um profundo suspiro. E falou:

– Eu os reuni para escutar opiniões francas, não lisonjas. Somente o coronel Aveiro falou com sinceridade. – E prosseguiu, voltando-se novamente para o coronel: – Nenhuma dúvida sobre a responsabilidade de dona Juana Carillo e minhas irmãs? Todas as provas estão reunidas?

– Absolutamente nenhuma dúvida – afirmou Aveiro, com indisfarçável satisfação.

– Então estás designado para aplicar a elas o devido castigo.

O coronel empalideceu. Fidel Maíz mal conteve um sorriso por ter se esquivado da embaraçosa situação.

– Ficamos assim – encerrou López. – Posteriormente iremos definir a sentença. Em princípio, estão condenadas ao fuzilamento.

Todos assentiram com a cabeça, de forma solene, sem dizer nada.

Solano deu a reunião por encerrada e todos deixaram a sala.

Na tarde seguinte, ao ser informada de que sua execução – e a de suas filhas – era uma questão de dias, Juana Carillo pediu para ser recebida pelo presidente. Ao vê-la frente a frente, López não conteve o ressentimento:[2]

– Que não se incomode em ver este seu filho. Um filho que conserva a própria vida mais pela vontade de Deus que por suas bênçãos.

– Que queres fazer aos teus irmãos, Pancho? Estás louco? Já não basta o assassinato de Benigno?

– Por acaso não sabes por que serão fuzilados?

– Porque caíram vítimas de tua conduta desapiedada! – retrucou ela.

– Porque fizeram algo horrendo a um país que só sobrevive graças ao valor, ao sacrifício prodigioso de seus bons filhos. Terás uma morte diferente daquela que desejastes para mim. Não será uma comida envenenada, deliciosamente preparada por minha mãe, que haverá de matar-me!

– Quem mais deve morrer para terminares essa guerra sem nenhuma esperança de vitória? O país é um vasto cemitério. Estás inundando de violência e morte esta terra que teu pai coroou de paz e de trabalho.

– Não há paz com desonra. Deverias ter nascido na terra de Mitre ou de Pedro II, que parecem ser os governantes a quem pretendes servir. Agora basta!

Chamando Aveiro, pediu que a conduzisse de volta ao cativeiro e depois voltasse ao alojamento para conversarem.

Antes de sair, Juana ainda apelou para os laços familiares:

– Pancho, não és meu filho?

– Não, senhora, sou o chefe supremo da nação.

Quando o coronel retornou, Solano determinou a ele que marcasse a execução das sentenças da mãe e das irmãs. Mas estava visivelmente indeciso. Pretendendo ouvir uma contradita, afirmou que a pátria deveria sempre estar acima de todo o sofrimento pessoal. Aveiro captou essa intenção e ponderou:

– Não há antecedentes de um caso como esse. Se o senhor quiser abrir uma exceção, a lei o permite.

López pensou um pouco e sugeriu a mudança da pena para duas

dúzias de chibatadas – “uma lição”, como definiu. O coronel apressou-se em concordar. O *Mariscal* também decidiu comutar a pena de suas irmãs. Restava ao oficial o cumprimento da punição a Juana Carillo, marcada para o dia seguinte.

– Adiante, Aveiro! A pátria não perdoa debilidades.

No início da noite, Solano López mandou chamar novamente o coronel.

– Mudei de ideia a respeito da punição à senhora Juana por suas insidiosas atitudes – disse Solano López ao homem de confiança.

O comandado reagiu com um leve gesto de cabeça, sem dizer nada.

– Decidi não mais mandar açoitá-la, dar a ela uns *cintarazos* – prosseguiu López.

Aveiro sentiu um pequeno lampejo de alívio, a esperança de que se desobrigaria da constrangedora tarefa de castigar fisicamente a mãe da autoridade máxima do país. Mas não houve tempo hábil para desfrutar daquele sentimento.

– Quero que faça o seguinte: vai surrá-la com o dorso de uma espada.

A punição com espada era conhecida como *pranchada*, aplicada com um sabre sem ponta nem gume, geralmente por insubordinação. Algumas vezes até à morte. O castigo também era infligido a soldados do Exército brasileiro. Surpreso, o coronel respondeu com um seco:

– Sim, *Mariscal*...

– E não quero que use menor energia por se tratar de uma parente de El Supremo. Cumpra a punição como se o estivesse fazendo a uma mulher das ruas – frisou.

Na manhã do dia seguinte, Juana Carillo foi retirada de sua cela e avisada de que a sentença determinada por seu filho seria executada.

Com os cabelos soltos e despenteados, as roupas em farrapos, correntes nos punhos e pés descalços, a mulher de 62 anos foi trazida para o pátio do cárcere de arroio Itanamari. No trajeto, ela murmurava maldições contra seus algozes e principalmente contra o filho mais velho. Suas mãos foram atadas a um pilar no centro do local, de forma a que ela ficasse de joelhos, e suas roupas foram rasgadas nas costas.

Ao primeiro golpe desferido por Aveiro,^[3] Juana soltou um longo grito e em seguida lançou uma ameaça:

– Continue, covarde! Ainda vou assistir ao seu fuzilamento!

– Não me surpreende que desejes tal coisa a um estranho, quando já desejastes tantas vezes a seu próprio filho! – o coronel respondeu a ela.

Em seguida, ordenou que a mãe de Solano López fosse amordaçada e voltou a golpear violentamente as costas da mulher com o metal, até deixá-la coberta de sangue.

Inocência e Rafaela tiveram suas penas suspensas, porque, segundo o próprio Solano López, teriam agido por influência de seus maridos, já mortos. Mas permaneceram prisioneiras e eram frequentemente açoitadas.

A vez do conde D'Eu

No início do ano de 1869, Gastão d'Orléans, o conde D'Eu, recebeu com alívio a notícia da tomada de Assunção pelo Exército aliado. Se no começo da guerra ele havia insistido com o sogro, dom Pedro II, para comandar as ações no *front*, àquela altura seu interesse em tomar parte no conflito era perto de zero.

Cansados do marasmo de São Cristóvão, ele e a princesa Isabel haviam se instalado no Paço Isabel, em Laranjeiras (hoje Palácio Guanabara), onde levavam uma vida animada, na qual sua principal preocupação era a espera do anúncio de uma gravidez de sua mulher – algo que temia não chegar nunca. Construída por José Machado Coelho e totalmente reformada em 1865, a nova residência do casal tornou-se cenário de recepções, concertos, sessões de dança e saraus de poesia.

O engenheiro André Rebouças, em seu diário,^[1] comentou o serão de que participou ali em 4 de março de 1867:

A noite foi apenas dançante, com orquestra e cerca de cem convidados (...) terminou à uma da madrugada. Até então, o príncipe e a princesa não pararam de dançar com juvenil entusiasmo.

O relaxamento do conde com o aparente encerramento da guerra durou pouco. Em 22 de fevereiro, o imperador mandou chamá-lo para avisar que, com o abandono de Caxias, ele deveria assumir o comando dos combates no Paraguai o quanto antes. Há relatos de que Gastão teria resistido, por não ter interesse em entrar no conflito somente em sua fase final. Ainda mais com a missão nada nobre de caçar Solano López e apresentá-lo vivo ou morto – de preferência vivo, segundo a recomendação do monarca, que desejava uma solução civilizada. A própria Isabel fez um apelo emocionado ao pai,^[2] pedindo em carta

que dispensasse o marido da empreitada:

Papai quer matar o meu Gastão? O Feijó recomendou-lhe que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar isso quando se está numa guerra? (...) e seria o meu Gastão que iria apanhar por lá uma doença de peito, que muito raras vezes se cura? A falta de meu bom Gastão seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a do Caxias. E agora que há cólera em Montevidéu...

A mensagem de Isabel a seu pai poderia reforçar a tese de que o conde D'Eu tentou se esquivar à determinação de Pedro II, finalmente tornada decreto imperial em 22 de março. No entanto, há elementos indicadores de que o gesto da princesa tenha sido uma iniciativa só dela e não representasse necessariamente o que seu marido pensava.

Embora seja incerto que seu ânimo fosse dos melhores, é fato que o conde mantinha o interesse pelo conflito, na qualidade de presidente da Comissão de Melhoramentos dos Materiais do Exército.[3] Um exemplo disso está na correspondência com o representante da legação brasileira nos Estados Unidos, Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, a quem solicitou documentação a respeito dos serviços internos dos corpos do Exército, arsenais, depósitos e campos de instrução. Era um esforço dele em prol das forças brasileiras, mesmo que no *front* burocrático.

E, em carta ao general Dumas, seu antigo preceptor e padrinho de casamento, o conde D'Eu comentou, aparentemente convencido da missão, antes de seguir para o combate:

Essa expulsão de López da região do Prata não é somente uma questão de honra nacional para o Brasil, mas é também uma questão de vida ou morte para a organização pacífica das Repúblicas nossas aliadas. Para elas, ainda mais do que para nós, a existência de López será sempre uma espada de Dâmocles.

Com seus 27 anos ainda incompletos, Gastão d'Orléans partiu no final daquele mês, a bordo do vapor *Alice*, rumo ao Paraguai. Apesar da pouca idade, era um homem bem diferente do rapaz que havia estado no cenário da guerra quatro anos antes. Não era mais o jovem esguio, de rosto infantil e cheio de curiosidade por tudo à sua volta. Além de um pouco mais gordo, tinha o rosto vincado, com um cavanhaque espesso e os cabelos mais ralos nas têmporas. Sentia-se confiante, embora sua experiência em batalhas se resumisse ao breve serviço prestado no Marrocos, quase uma década antes.

Ao chegar a Assunção, em 14 de abril, percorreu a cidade e, em

frente à sede das forças de ocupação próxima ao *Cabildo*, foi saudado por 8 mil homens em formação. Um de seus primeiros atos foi encontrar o presidente Domingo Faustino Sarmiento, que viera de Buenos Aires e se encontrava hospedado na casa do governo argentino.

Depois de dois dias, nos quais ordenou, entre outras medidas, que oficiais acusados de promoverem saques em território paraguaio fossem desligados da tropa, o conde seguiu para a vizinha Luque, onde avistou-se com o general Manuel Luís Osório, desfigurado e ainda com dores agudas em decorrência do ferimento recebido no rosto em Avaí. O efetivo ali reunido já era composto em sua quase totalidade por brasileiros. Assumiu o comando das operações e, com o forte sotaque de que nunca se livraria e que sempre causava estranheza entre os brasileiros, leu uma longa ordem do dia, em que exortava a tropa a “restituir a paz e segurança indispensáveis ao desenvolvimento”.

Por sorte, encontrou ali Alfredo d’Escagnolle Taunay, cuja família conhecia muito bem e com quem poderia se comunicar em francês. Após a campanha de Mato Grosso e da terrível retirada da Laguna, o futuro visconde fora deslocado para a capital paraguaia. Taunay fora promovido a major, com a condição de que também atuasse como repórter, enviando artigos à imprensa liberal do Rio de Janeiro. Gastão fez dele seu secretário.

Osório recebeu o jovem e inexperiente príncipe com desconfiança. Gastão não deixou de sentir a rejeição e anotou em carta à família a atitude do velho militar: “Homem de péssimo humor, apesar de competente”. Aos poucos, diante do empenho do novo comandante em chefe em impor um padrão de saneamento ainda superior ao de Caxias e em obter de dom Pedro II melhores condições de combate, como o envio de novos cavalos e munições, acabou se dobrando: “Comanda-nos um príncipe tão patriota, tão devotado à causa do Brasil quanto o melhor brasileiro. Ilustre por sua ascendência, ilustre por suas virtudes”.

O conde D’Eu, por sua vez, sentia-se cada vez mais confiante. Após dois meses de preparação, saiu em campo e logo se destacou em combate, chegando a revelar-se até mesmo um tanto imprevidente. “Gastão sabia ser valente e não temia a morte; ele recebia o concerto dos sons da guerra como uma homenagem”, recordou Taunay anos mais tarde. Algo parecido foi comentado por Deodoro da Fonseca, que

ficou sob suas ordens naquele estágio da campanha: “Não gosto do conde D’Eu. Solenemente antipatizo com ele. Mas a verdade me obriga a dizer: foi um dos mais ilustres generais sob os quais servi”.

No mesmo regimento, Gastão d’Orléans desenvolveu um forte laço de amizade com o coronel rio-grandense João Manuel Mena Barreto, então comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, que havia se destacado em momentos decisivos desde antes da guerra, como a tomada de Paissandu, o cerco de Uruguaiana e as batalhas do Avaí e de Lomas Valentinas. O general era quase vinte anos mais velho e, com sua figura heroica e paternal, fez com que o jovem príncipe fizesse dele seu principal conselheiro, seu homem de confiança e mesmo confidente.

Certa vez, em combate, quando o exército comandado pelo conde D’Eu atravessava um riacho, sob a fuzilaria dos adversários, Mena Barreto correu ao seu encontro e lhe disse: “Não há necessidade de se expor tanto. A batalha está ganha! Se precisássemos de um grande exemplo por parte do príncipe e general em chefe, eu não impediria vossa alteza, a bem da vitória de nossas armas. Mas não é o caso”.

Apesar de hierarquicamente superior, Gastão imediatamente acatou o comando.

A proximidade entre os dois e o fato de que, com o tempo, o príncipe passou a se referir ao veterano militar como “meu mais que amado amigo” levou alguns integrantes da tropa a fazerem piadas sobre a relação de companheirismo que unia a dupla. O fato é que Mena Barreto era um estrategista altamente experimentado e transmitia seus conhecimentos de combate ao pupilo. Informado de que López se refugiara na região da cordilheira, na parte central do Paraguai, estudou com o conde os mapas mais detalhados que conseguiu encontrar. Planejou um cerco que seguiria por San José, Ibitimí, Valenzuela até Peribebuí, esse um planalto aprazível, arborizado e com cursos d’água, adequado à permanência das tropas por longo tempo. Não sabia o quanto o *Mariscal* havia se retirado rumo ao norte, mas estava certo de que parte de suas tropas protegia sua retaguarda por aquelas paragens.

Antes de partir para a frente de batalha, o conde passou por Assunção e reuniu-se no antigo palácio de López com os integrantes do triunvirato recém-formado por Rivarola Acosta, Díaz de Bedoya e Loyzaga. Um dos temas do encontro foi o pedido que fez ao governo

provisório para que decretasse a emancipação dos escravos ainda existentes naquele país – cerca de 25 mil.

Apesar da boa intenção, o intuito parecia incoerente, uma vez que no Brasil mantinham-se centenas de milhares de afrodescendentes cativos.[4] Mas Gastão era um abolicionista convicto, tanto que, ao partir do Brasil, escrevera ao pai: “Quanto à escravidão, se voltar vencedor do Paraguai, vamos acabar com isso, a despeito de todos os conservadores da Terra”.

No encontro com os membros do triunvirato paraguaio, ele declarou:

Se lhes concederdes a liberdade pedida, rompereis solenemente com uma instituição que infelizmente foi legada a diversos povos da livre América. Tomando esta resolução, que pouco influirá sobre a produção e os recursos materiais deste país, tereis inaugurado dignamente um governo destinado a reparar todos os males causados por uma longa tirania, e a dirigir a nação paraguaia para essa civilização que felicita os outros povos.

O pedido foi recebido, mas o governo provisório só decretaria a abolição total da escravidão no país a 2 de outubro de 1869, ainda assim quase vinte anos antes da Lei Áurea brasileira.

O massacre de Concepción

O inferno desceu sobre a região central do Paraguai entre o final de abril e o começo de maio de 1869. Embora em tempo de guerra, não veio sob a forma de um inimigo externo, de uma horda de criminosos, de uma epidemia ou de um desastre climático.

Os moradores da localidade, quatrocentos quilômetros ao norte de Assunção, pressentiram que algo terrível estava para acontecer quando tropas de lanceiros apontaram no fim da estrada que levava ao centro urbano. Mal-ajambrados e com expressões assustadoras, desumanizadas, eles seguiam tendo à frente, a cavalo, um homem forte, de cabelos revoltos e olhos frios. Era o major José Gregório Benítez, o Toro Pichai, que havia angariado fama como o mais sádico torturador do regime lopista.

A ação por parte dessas forças hostis nos distritos da região teve como pretexto uma série de acontecimentos ocorridos no janeiro anterior.

Enquanto as tropas de Solano López se estabeleciam em Ascurra, na Cordilheira, encouraçados imperiais realizaram seguidas aproximações ao departamento de Concepción. A princípio, os brasileiros inspiraram temor na população local, mas terminaram por inclinar os moradores a uma adesão aos aliados.

A esquadra estava sob as ordens do substituto do adoentado almirante Joaquim Inácio, Delfim Carlos de Carvalho, o barão da Passagem, que logo explicitou sua intenção de um contato pacífico, inclusive por sinalizações com bandeiras brancas. Apesar da cordialidade, o comandante das forças navais brasileiras exigia a rendição do departamento, enquanto os cidadãos ganhavam tempo e pediam reforços ao *Mariscal*.

Em março, o capitão paraguaio José Perez chegou do

acampamento de Solano López, sem os reforços pedidos, mas com ordens de prender o comandante Gómez de Pedrueza, que administrava a cidade de Concepción, seu octogenário sogro, José Irigoyen, comandante da região entre os rios Branco e Apa, o padre Policarpo Paez, e mais alguns de seus ajudantes.[1] Considerados traidores da pátria por manterem negociações com os brasileiros, os dois primeiros foram enviados a Solano López, que ordenou seu castigo no cepo. O padre Paez teve tempo de conseguir asilo e foi levado em segurança para Assunção.

A prisão dessas lideranças revoltou os moradores de Concepción, que tinham Pedrueza e sua família em alta estima. Temerosas de sofrer o mesmo destino, autoridades locais e outras da vizinha Horqueta, como o prefeito Julián Ayala e o presbítero Cecilio Roman, apelaram ao suposto inimigo, pedindo que a esquadra brasileira garantisse a integridade dos moradores. Alguns chegaram a se refugiar nas embarcações, a fim de se preservar do alcance de El Supremo.

Pelas mais variadas razões, o departamento de Concepción – formado pela capital de mesmo nome e por distritos como a citada Horqueta, Iponá, Tacuatí, Villeta e Tupi Pitá – representava para Solano López um bastião a ser vencido. Para começar, era ali que seu irmão Angel Benigno possuía sua estância, onde moravam a segunda mulher e filhos, além de ter estreitos laços com membros de famílias destacadas. Famílias essas que detinham propriedades rurais, gado, cavalos, baús com dinheiro vivo, barras de ouro e joias e que viam com simpatia a possibilidade de o caçula dos López eventualmente subir ao poder. Chegavam à Ascurra boatos de que grande parte dessa elite havia enterrado seus bens para negociar a sobrevivência em caso de uma ocupação pelos cambás (“negros”, brasileiros). E não havia dúvidas de que, com o fuzilamento de Benigno, meses antes, qualquer sentimento de apoio ao partido do *Mariscal* havia desaparecido por completo.

Antes de instaurar a mais devastadora repressão sobre aqueles cidadãos, Solano López tomou o cuidado de enviar ao departamento os padres Juan Isidro Insaurralde, Francisco Regis Borja e Manuel Velázquez, com a missão de, por meio de confissões, obter as informações necessárias sobre a suposta conspiração em andamento e o paradeiro das riquezas de cada família. Basicamente, agiriam como espões.

Elisa Lynch reforçou as recomendações aos religiosos, dizendo que era o momento de pôr à prova seu patriotismo. “Esperamos que ponham seu amor ao Paraguai acima de qualquer outra convicção”, exortou durante o brinde que marcou a partida dos presbíteros. O discurso foi reforçado por Fidel Maíz, que ganhava cada vez mais ascendência sobre López.

Enquanto Insaurrealde evitou fazer qualquer delação, os padres Borja e Velázquez não tardaram a enviar um relatório sobre a situação na cidade a Maíz, que forneceu os subsídios a Solano López para que fosse montada uma lista de famílias e indivíduos a serem lanceados e a terem seus bens confiscados:[2] os Pedrueza, Martínez, Irigoyen, García, Aguero – família da mulher de Benigno López –, Recalde, Rodríguez, Carísimo, Córdoba, Lamas, Villa, Ruda, Quevedo de Aquino, Teixeira e Echalgue, além de cerca de vinte integrantes da tropa. Eram mais de quarenta indivíduos, entre homens, mulheres, adolescentes e crianças.

Para cumprir a determinação, Solano López destacou o implacável Toro Pichai, que naquele momento comandava um destacamento do Exército em Tacuaral. Com o encarregado foram reunidos alguns dos melhores lanceiros, quase todos integrantes do grupo conhecido como Cabezas Floridas, soldados que tinham seus chapéus enfeitados com flores pelas acompanhantes da tropa quando promoviam execuções de “traidores”. [3] Naqueles tempos, por uma questão de economia, devido à falta de pólvora para a munição, o bom manejo de instrumentos afiados era uma qualificação extremamente valorizada nos regimentos.

Sua primeira parada foi em 28 de abril, no pequeno povoado de Tacuatí, onde ordenou que todos os moradores fossem reunidos na praça da igreja. Não havia quase homens entre eles, exceto alguns idosos ou doentes. Depois de identificados todos os presentes, Toro Pichai retirou das fileiras oito mulheres pertencentes às famílias García, Ruda e Villa, que foram conduzidas até os muros do cemitério local, a cerca de cem metros de distância. Ali foram inteiramente despidas e lanceadas para horror de todos que testemunharam a cena. Em seguida, o major revistou pessoalmente as casas das mulheres mortas e foi recolhendo todos os objetos de valor, guardando joias e dinheiro em seus bolsos e até mesmo nos dedos e em torno do pescoço. O que não pôde levar consigo entregou a membros de sua

guarda para ser entregue a Solano López.

Na manhã seguinte, o grupo seguiu em direção a Horqueta, onde entrou em 2 de maio. Aterrorizadas com as notícias que haviam chegado de Tacuatí e com as primeiras detenções, as famílias de Horqueta, na esperança de aplacar a sanha dos enviados por López, decidiram organizar um baile para os invasores, com música, dança e as mais saborosas iguarias. Mas a manobra diversionista foi inútil. Já no dia seguinte, Toro Pichai e seus lanceiros deflagraram a matança.

A primeira detida foi a mulher do antigo prefeito Gómez de Pedrueza, Felicia Irigoyen. Grávida, ela chegou a se refugiar na igreja matriz, mas foi descoberta e arrastada pelos pés até um curral às portas da cidade, onde, após receber socos e pontapés, foi lanceada. Como detalhe especialmente cruel, Toro Pichai ordenou que a barriga onde carregava o feto em gestação também fosse perfurada.

Em seguida, cumprindo recomendações expressas do *Mariscal*, o carrasco voltou-se ao destino de Carmen Aguero, mãe de três filhos de Benigno López, e de outras 22 mulheres da sociedade local. Postas de joelhos, elas foram ouvidas em confissão pelos padres Borja e Velázquez, que tinham mais interesse em retirar delas informações sobre dinheiro, joias e objetos de valor enterrados do que encomendar suas almas no momento da execução. Os confessores anotavam os dados em um livreto antes de lhes dar a bênção final.

Uma a uma, foram despojadas de todas as suas roupas, anéis, colares e pulseiras e reunidas para serem mortas a golpes de lança. Algumas acompanhantes dos soldados e oficiais enviados por López apressaram-se em recolher os vestidos e os pertences das sentenciadas. Ao término dos lanceamentos, os cadáveres ficaram expostos à voracidade de cães e corvos até o final do dia, quando os restos mortais foram recolhidos e jogados em uma vala nas cercanias da cidade. No dia seguinte, sete anciãos que exerciam cargos de destaque na região e haviam sido agrilhoados na véspera também foram executados com o mesmo método. O presbítero Insaurralde, que, contrariando a missão a que havia sido designado por Solano López e Fidel Maíz, tomou a defesa dos acusados, foi posto em grilhões e levado para Ascurra.

Consumados os assassinatos, Toro Pichai e seu grupo rumaram para Laguna, onde continuaram seu trabalho de extermínio. Foram lanceados ao todo doze oficiais, sargentos e soldados aparentados com

membros da elite local, além de dez mulheres e dois meninos adolescentes, sempre com a pantomima de confissão oficiada pelos presbíteros Borja e Velázquez.

De Laguna, a tropa do terror retornou a Horqueta, onde oito mulheres haviam sido capturadas por alguns dos integrantes que haviam permanecido no povoado. Localizadas no vale próximo, estavam imobilizadas pelos pés em cepos comuns e haviam sido espancadas e açoitadas. Após o lanceamento de todas elas, a horda se deslocou para Tupi Pytá, em San Pedro, para eliminar os últimos nomes da lista de López. Naquele vilarejo, o grupo contou com a ajuda do comandante Juan Galdeano, acampado ali com uma tropa de 1.500 homens, para confiscar os bens de diversas famílias e conduzi-las a um campo de execução. Dezenove mulheres de variadas idades passaram pelo ritual da confissão, foram despedidas e espancadas, para finalmente serem golpeadas com lanças. Dois homens idosos também foram mortos.

Com a repressão geral, Solano López rompia explicitamente com as classes dominantes e proprietárias paraguaias, que já apostavam suas fichas em uma esmagadora vitória da Tríplice Aliança. Para sua base de apoio, o novo Estado lopista contava substancialmente com os segmentos camponeses e populares.

Àquela altura, o que o medonho José Gregório Benítez, o Toro Pichai, menos esperava era cair em uma cilada montada por um dos próprios membros de sua comitiva. Em uma reviravolta surpreendente, o padre Borja comunicou aos demais integrantes do grupo que havia encontrado em poder do executor mor uma mensagem do comandante da esquadra brasileira, que oferecia a ele, em troca da rendição, pagamento integral de seu soldo como tenente-coronel, patente superior à sua.

Diante da denúncia, os oficiais paraguaios prenderam Benítez imediatamente, puseram-no em grilhões e o confinaram em uma casa de Laguna. Após uma tentativa de fuga, teve o peso dos grilhões duplicado. Quando era levado de volta ao acampamento de López, caiu em poder das forças brasileiras e foi mandado para Assunção, para ser julgado pelo governo provisório.

Com a prisão do Toro Pichai, o massacre em Concepción foi interrompido e famílias que seriam imoladas conseguiram escapar ao extermínio. As crianças deixadas órfãs pelos assassinatos foram

adotadas por vizinhos ou mesmo por indígenas residentes em *pueblos* nas redondezas. O tesouro resultante do confisco das famílias foi transportado pelo tenente Vicente Nuñez e entregue ao *mariscal* López, que o dividiu com Elisa Lynch.

A retirada do contingente que causou a devastação da região não bastou para abrandar o sofrimento dos sobreviventes, uma vez que a espoliação de seus bens e o isolamento em que foram deixados tiveram efeitos agudos, como a fome e a falta de recursos para combater surtos de cólera, varíola e tifo.

No auge da agonia, uma ameaça adicional parecia se apresentar: a aproximação das tropas aliadas, sob a liderança do general José Antônio Corrêa Câmara, cujas consequências seriam difíceis de prever.

Paradoxalmente, os contingentes militares inimigos, com os comerciantes e prestadores de serviços que os acompanhavam, e o apoio oferecido pela esquadra fundeada próximo a Villa Concepción, foram fatores de alívio. Ao chegar, as forças brasileiras ofereceram víveres e medicamentos que evitaram uma catástrofe maior para os moradores do departamento. Notificado desse drama, o governo provisório de Assunção também enviou mantimentos e roupas ao novo administrador local, Rosendo Carísimo.

Meses depois, os habitantes das cidades atingidas pela tragédia demonstraram formalmente sua gratidão ao general brasileiro, em um documento encaminhado por Carísimo com o seguinte teor:

Ao senhor general José Antônio Corrêa Câmara.

As famílias paraguaias, residentes nesta vila, acodem a mim, com seus votos, para que, antes da partida de Vossa Excelência, concentre em uma só expressão a gratidão que repousa em seus corações e que atribuem ao herói (...) e devo agregar ao relato dos benefícios que o movem a tanta gratidão, o eficaz e poderoso auxílio que suas forças ao digno mando de V. Exa. recebeu como autoridade local, para alívio dos desgraçados e manutenção da tranquilidade pública; cooperação valiosíssima nesta época de transição dos povos, em que surgem com mais impunidade os mal havidos com a ordem, a estabilidade e a lei.

Deus guarde a V. Exa. por muitos anos!

XLII

A campanha da Cordilheira

Em fins de maio de 1869, o Exército brasileiro ocupou Pirajú, cinquenta quilômetros a leste de Assunção, no encalço de Solano López. Nas semanas seguintes, tomou a totalidade das linhas férreas e destruiu a fundição de Ibicuí. López se encontrava em Ascurra, com sua família e uma pequena escolta comandada por Bernardino Caballero. Os caminhos de acesso ao seu quartel-general eram defendidos por uma tropa de mais de 2 mil soldados, quase toda formada por adolescentes e mulheres^[1].

Em julho, o conde D'Eu já reunia em sua base cerca de 31 mil homens, dos quais 26 mil brasileiros, 4 mil argentinos, seiscentos uruguaios e os trezentos desertores que formavam a Legião Paraguaia. Antes de partir para o ataque, as forças aliadas foram cercando toda a parte sul da cordilheira, vilarejo por vilarejo. Em 4 de agosto foi tomada Sapucaí; dias mais tarde, Ibitimí.

Notificado do bloqueio imposto pelos aliados, López iniciou uma fuga para o norte do país, deixando a defesa das posições próximas, como o vilarejo de Peribebuí, a cargo do tenente-coronel Pedro Pablo Caballero.

O conde D'Eu enviou uma mensagem ao paraguaio, intimando-o a se render. Embora contasse apenas com 1.600 defensores, boa parte mulheres entrincheiradas próximo ou dentro da igreja matriz, Caballero respondeu: “Estou aqui para lutar e, se necessário, morrer; não para me render”.



Coleção Princesa Isabel

O conde D'Eu no comando das tropas brasileiras ao lado do visconde de Ouro Preto e de seus líderes militares, em 1869.

O bombardeio teve início na manhã de 12 de agosto. A batalha se estendeu além do imaginado, porque os combatentes guaranis resistiram com fúria ao ataque mesmo em condições críticas: na falta de balas, os canhões eram carregados com pedras, vidros e terra; quem estava sem armas, jogava areia nos olhos dos atacantes.

Em meio ao tiroteio, o general João Manuel Mena Barreto, que liderava o ataque, foi atingido na virilha por uma bala de fuzil do cabo Gervasio León, e caiu do cavalo. Seus comandados o levaram até as margens do riacho Mboreví para lhe prestar socorro, mas a hemorragia não estancava, e ele morreu em poucos minutos.

Após cinco horas de combates, a ação já se tornara um massacre, com as ruas da vila cobertas de corpos e sangue. Diante de tal cenário, Caballero finalmente acenou com a bandeira branca e se entregou. Nesse momento, o conde D'Eu viu um pequeno grupo se aproximar das linhas em que se encontrava, carregando um cadáver em uma padiola. Ao constatar que se tratava do general Mena Barreto, Gastão d'Orleans foi tomado por um surto que chegou a amedrontar seus próprios comandados. Sua primeira reação foi de paralisia. Depois, deu vazão ao puro ódio.

Determinou que Caballero fosse amarrado pelas mãos e pelos pés às rodas de dois canhões, suspenso no ar, e açoitado até declarar diante das tropas, dos sobreviventes da batalha e de sua própria esposa, que se submetia à autoridade imperial. Após momentos intermináveis de castigo, quando já havia ficado claro que o militar paraguaio não cederia, o conde determinou que lhe decepassem a cabeça.[2]

Em seguida, outros novecentos prisioneiros tomados no combate, muitos deles adolescentes, foram colocados em fileiras para serem igualmente degolados por ordem do jovem comandante-em-chefe.

As execuções se seguiram a tal ponto que mesmo os mais experimentados oficiais, acostumados à crueza dos combates chegaram a sentir fortes reações de mal-estar. O extermínio só foi interrompido com a intervenção do general Emilio Mallet, que, abalado, tentou chamar Gastão à razão:

– Basta, comandante! Basta! Muito sangue já foi derramado e não podemos nos comportar de forma igual à que mais condenamos no inimigo! – apelou, sendo felizmente atendido pelo conde, que afinal concordou em suspender a carnificina.

Os historiadores divergem sobre um episódio talvez ainda mais cruel, ocorrido naquele 12 de agosto: o incêndio do hospital de Peribebuí, em que pereceram centenas de feridos, médicos e enfermeiras. As versões mais extremadas acusam Gastão d'Orléans de ter mandado atear fogo às instalações, ordenando inclusive que se lacrassem as portas e janelas para impedir a fuga dos que estavam em seu interior. As mais brandas – inclusive a do conde, em livro publicado décadas mais tarde – relatam que o fogo foi causado pelos bombardeios aliados, como efeito da batalha, sem que houvesse a intenção de sacrificar os pacientes.[3]

De todo modo, nenhuma das partes nega que o incêndio tenha ocorrido e que praticamente não tenha havido sobreviventes.

Os atos de barbárie ocorridos em Peribebuí levaram os líderes militares que os presenciaram a repensar seu apoio ao novo comandante-em-chefe. No dia seguinte à tomada da cidade, o argentino Emilio Mitre anunciou que as forças argentinas estavam se retirando do conflito a partir daquele momento. E não perdeu tempo em organizar a volta das tropas ao seu país.

Já feito marquês de Herval por Pedro II, o general Osório, cujo

poder de mobilização vinha perdendo força devido aos ferimentos de que padecia e da crescente influência de Mena Barreto, viu nas decisões radicais do príncipe a gota d'água para decidir se afastar do *front*.

Sem os seus mais importantes apoiadores, e certamente ao entender que havia avançado pelo terreno perigoso dos crimes de guerra, o próprio Gastão caiu em um estado depressivo e foi sendo tomado por profundo alheamento do que se passava no contexto da guerra.

Horas antes da batalha mais infame para os dois lados desde que a guerra começara, ele e seu regimento instalaram-se na vizinha Caacupé, onde as tropas imperiais haviam mutilado ou degolado todos os oficiais que haviam defendido a praça. O estado de miséria ali era tão agudo que mulheres retiravam sangue de corpos dos mortos para alimentar seus filhos.[4] Sobre a situação no local, após o massacre, Gastão d'Orléans escreveria à família:[5]

O vilarejo era o mais nojento em que eu havia acampado, apesar de estar no meio de esplêndidos laranjais e muitas flores, e eu passei o período de forma muito melancólica. No entanto, eu não perdi a cabeça, mas me propus a não tomar mais conhecimento de ninguém.

XLIII

As crianças de Acosta Nú

Notificado da ocupação de Peribebuí pelas tropas aliadas, Solano López continuou a marcha em direção ao norte. A essa altura, contava com um efetivo de homens famélicos, meninos entre seis e treze anos de idade, idosos, doentes e mulheres, além de escassos equipamentos militares, sob o comando do general Bernadino Caballero. Essa horda de esfarrapados ficaria para trás enquanto o *Mariscal*, Elisa Lynch, seus filhos, sua mãe e irmãs e o vice-presidente Sánchez bateriam em retirada com parte da tropa liderada por Francisco Isidoro Resquín.

Após algumas horas de caminhada pela estrada para San Estanislao, o general Caballero fez uma parada no povoado de Acosta Nú e preparou suas forças como pôde para resistir aos aliados. Mandou pintar bigodes e até barbas nas crianças para fazê-las parecer adultos, entregou a elas pedaços de pau, lanças, machadinhas e tudo o que pudesse ser usado como arma. No fim da tarde de 15 de agosto, as forças brasileiras já cercavam os bosques e descampados do distrito onde os contingentes guaranis haviam se concentrado. O local também era chamado em espanhol como Barrero Grande e os brasileiros chamariam a batalha ali travada como de Campo Grande.^[1]

Ainda à noite, Caballero enviou uma mensagem a Solano López, informando sobre a situação. A resposta, que autorizava o general a dispensar mulheres e crianças, se assim julgasse necessário, não chegou a tempo de evitar a tragédia maior. O dia 16 mal amanhecera quando o conde D'Eu ordenou o ataque ao grupo. Ao perceber que combatiam milhares de crianças e velhos quase inválidos, com os ossos à mostra, e que tinham como vestimentas nada mais trapos de pano em torno da cintura, os soldados brasileiros viram-se diante de um dilema moral ainda mais grave que o natural sentimento de culpa de se ceifar vidas em um cenário deflagrado. Em menos de uma hora,

garotos caídos ao solo, feridos a bala ou trespassados por espadas pediam aos companheiros que lhes tirassem a vida, para pôr fim ao seu sofrimento. As mães das vítimas, escondidas atrás de árvores ou da vegetação mais alta, assistiam à aniquilação, impotentes.[2]

Somaram-se 1.500 baixas, entre mortos e feridos, no lado paraguaio. Quando os combatentes guaranis recuaram, buscando refúgio no bosque e no matagal das cercanias, o conde D'Eu ordenou que seus subordinados atemassem fogo à vegetação, o que fez com que poucos conseguissem escapar à matança. Devido à grande mortandade de soldados em idade infantil naquele dia, a data de 16 de agosto seria instituída como o Dia da Criança no Paraguai.

Os sobreviventes seguiram o general Bernardino Caballero até San Estanislao, onde o comandante recebeu do *Mariscal* uma condecoração por méritos de guerra, e se juntaram ao *mariscal* López, que tomou o rumo de San Isidro de Curuguatí.

Após o trágico episódio de Acosta Nú, o triunvirato que governava em Assunção, formado por Bedoya, Loyzaga e Rivarola, emitiu um decreto que tornava Francisco Solano López um fora da lei, que deveria ser “expulso para sempre do solo paraguaio como assassino de sua pátria e inimigo do gênero humano”. O documento afirmava que “esse monstro de impiedade perturbou a ordem e aniquilou a nossa pátria com seus crimes, banhando-a em sangue e atentando contra as leis divinas e humanas”. Ao final do texto, constava a expressão: “No primeiro ano de liberdade da República do Paraguai”.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Família paraguaia no período final do conflito: na falta de soldados para os combates, civis foram convocados a pegar em armas.

Em 28 de outubro de 1869, Curuguatí foi atacada, saqueada e incendiada pelas tropas brasileiras. López e sua comitiva escaparam por pouco e fugiram como puderam, tomando o rumo nordeste do país. Colunas secundárias do Exército paraguaio foram derrotadas em Itapitanguaí e Tacuatí, numa clara evidência de que as últimas resistências à Tríplice Aliança estavam nos estertores.

Tinha início o ato final do conflito, uma etapa que ficaria conhecida como Caravana da Morte.

XLIV

A Caravana da Morte

Nos primeiros dias de novembro de 1869, Solano López e seu grupo, cada vez mais reduzido, chegaram a San Estanislao, no departamento de San Pedro, 151 quilômetros a nordeste de Assunção, onde o líder paraguaio montou seu novo quartel-general nas instalações de um colégio jesuíta.

Após meses de maus-tratos extremos, Francisca Garmendia, a quem o *Mariscal* nunca perdoou pela rejeição na juventude, foi executada com toda sua família. Segundo o relato do próprio militar que presidiu as execuções, Antonio Barrios, ao ser levada ao local onde a sentença seria cumprida, próximo a uma árvore centenária, Pancha tinha o corpo coberto apenas por um lençol, manchado pelo sangue vertido nas sessões diárias de chibatadas, os cabelos soltos desgrehados, e caminhava com grande dificuldade. Seu carrasco teve pouco trabalho, pois assim que a lança perfurou seu peito, ela caiu inerte ao solo.^[1] Foram executadas ainda, no mesmo dia, suas seis meias-irmãs.

Acosados pelos aliados que se aproximavam, López e seus seguidores ficaram pouco tempo por ali. Como a parte oeste do país estava patrulhada pelo inimigo, a alternativa foi cruzar a região desértica, em direção à fronteira nordeste. Mas um rastro de mortos pelas doenças e a fome foi ficando pelo caminho, constituindo-se em pistas sobre o rumo tomado pelo comboio. Entre os relatos da guerra, um episódio é especialmente revelador do desespero reinante na etapa final: um dos soldados que ainda havia conseguido a duras penas manter seu cavalo, e era muito apegado a ele, enforcou-se depois que, certa noite na caravana, quando quase todos dormiam, seus colegas, transtornados, mataram o animal para saciar a fome.

Entre os aliados que haviam permanecido na defesa de pontos distantes da capital, o abandono também cobrava um preço alto, como

foi o caso da tropa baseada em Villa del Rosário, a 225 quilômetros de Assunção. Em *Episódios militares*, o general Joaquim Silvério Pimentel recordou as provações vividas:[2]

No dia 19 de outubro de 1869, o desalento e a fome eram atrozes. Apelamos para os cavalos emagrecidos da viagem, depois para os muares e, finalmente, para os cães. Nenhuma esperança havia de recebermos mantimentos, porque os caminhos, inundados e alagados, interceptavam-nos todo recurso possível. Recorreu-se, pois, às ambulâncias dos hospitais, e dali tiraram-se todas as latas do *extractum carnis* que havia, a fim de se dar a cada homem uma colherada desse preparado para ser dissolvido em uma xícara d'água, e desse modo iludir o estômago dos famintos (...) A farinha fabricada do miolo da palmeira de jerivá tornou-se nociva; três oitavas partes do Exército adoeceram. A fome nesse dia tocara ao extremo.

Inconformado com as sucessivas fugas do *Mariscal*, o novo presidente argentino, Domingo Faustino Sarmiento, escreveu sobre López a Manuel R. García, seu ministro em Washington: “A guerra está concluída, ainda que aquele tirano tenha vinte peças de artilharia e 2 mil cães que haverão de morrer sob as patas de nossos cavalos. Como acabar com um idiota, bêbado, que ainda tem algumas vítimas a imolar?”.

O general brasileiro José Antônio Corrêa Câmara enviou um despacho a Caxias e a dom Pedro II, no Rio de Janeiro, onde afirmava sobre os combatentes guaranis[3]:

Sua disciplina proverbial de morrer antes de render-se, de morrer antes de se fazer prisioneiro, seguindo as ordens de seu chefe, aumentou sua moral e vem a formar um conjunto que converte esses soldados em seres extraordinários, invencíveis, sobre-humanos.

A carta de Câmara reforçava as impressões enviadas por Caxias a dom Pedro II, um ano antes,[4] em que o marquês perguntava:

Soldados, ou simples cidadãos, mulheres, crianças, o Paraguai todo são uma só coisa, um só ser moral indissolúvel. Quanto tempo? Quantos homens, quantas vidas e quantos elementos, recursos, precisaremos para terminar a guerra? Ou seja, para converter em fumaça e pó toda a população paraguaia, para matar até o feto no ventre da mulher?

O fim

Em 8 fevereiro de 1870, ao chegar a Cerro Corá, onde se daria o último ato da Guerra da Tríplice Aliança, Solano López recebeu a notícia da morte de seu irmão Venâncio, que teria ocorrido no dia 5 daquele mesmo mês.^[1] Sem mencionar o nome do parente que o havia traído, conforme fora sempre advertido, o auxiliar informou que o falecimento ocorrera aparentemente por causas naturais, junto ao arroio Chriguelo, nas proximidades de Paso Mbutú.

“Causas naturais” era um eufemismo recorrente para os maus-tratos sofridos pelos alvos da vingança lopista. Em seus últimos dias, Venâncio não passava de uma figura fantasmagórica, esquelético pela fome, sujo, devastado pelas privações e a exaustão das caminhadas, que se arrastava com o corpo em carne viva na retaguarda da tropa em fuga. A mãe, Juana, e as irmãs Inocência e Mônica Rafaela eram mantidas cativas na comitiva de Solano, com as roupas esfarrapadas e bastante abatidas.

Localizado a uma distância de 454 quilômetros ao nordeste de Assunção, Cerro Corá era um cenário de paraíso em um momento em que os horrores do conflito atingiam seu momento crucial. Montes arborizados da cordilheira de Amambaí, como o Ponta Porã, o Tacuru Pytã, o Guazú, o Tanquería e o próprio Cerro Corá, à margem direita do repousante rio Aquidabã, apresentavam-se pontilhados por palmeiras e pedreiras sob um clima ameno.^[2]

As carroças e as montarias foram acomodadas em um curral improvisado. Tendas de campanha foram montadas, acenderam-se fogueiras e as mulheres foram em busca de frutas e verduras para reforçar as poucas rações que restavam. Os homens foram tentar alguma pesca e caça. A última cabeça de gado havia sido sacrificada no final de janeiro para um assado dividido entre a tropa e a família

López. Todos tinham fome e as crianças começavam a sofrer com a desnutrição. Dos 10 mil que haviam acampado em Ascurra, só restavam com o *Mariscal* pouco mais de quatrocentos homens, comandados por onze oficiais de alta patente, entre eles seu filho Juan Francisco, o Panchito, feito chefe do Estado-Maior. Enquanto isso, o Exército brasileiro ainda dispunha de 30 mil soldados.[3]

Naquele refúgio passaram algumas semanas de calma. Apesar dos recursos escassos, voltou-se a ouvir os risos da soldadesca e, aqui e ali, fazia-se música com harpa ou violão. Ao mesmo tempo, o clima indicava certo alheamento à presença do *Mariscal*, que já não inspirava tanto temor, talvez porque, de forma fatalista, pressentissem que o desfecho da guerra já se encontrava escrito.

Enquanto as semanas passavam, Elisa tentava convencer Solano a atravessar o Chaco e cruzar a fronteira para a Bolívia, onde poderia obter asilo facilmente junto ao presidente Mariano Melgarejo. López recusava a ideia, em parte por não querer passar à história como covarde, em parte porque tinha consciência da impopularidade do governante vizinho. De fato, Melgarejo cairia menos de um ano depois e seria assassinado no exílio peruano em novembro de 1871. O retiro bucólico de Cerro Corá, tão próximo da fronteira com o inimigo, era sua parada final, um beco sem saída.

Numa dessas conversas, López acendeu um *puro*[4] e respondeu:

– Tentas adoçar meus momentos finais com esses acenos de esperança, *ma chérie*. Mas minha decisão está tomada.

Elisa apelou aos instintos paternos. Observou que os filhos mereciam uma chance de viver em paz:

– O sacrifício não será apenas o da tua vida, Francis.

– Prometi não abandonar jamais o meu país. Tome seu caminho com as crianças – pediu. – Voltaremos a nos reunir em algum momento, quando tudo isso acabar.

Ela apenas meneou a cabeça e deu um longo suspiro, certa de que não havia mais o que fazer. A sorte estava lançada.

Com ar conformado, Solano lhe revelou um desejo: “Gostaria de condecorar alguns dos bravos soldados que estiveram comigo desde muito tempo”, disse. “Infelizmente, não temos aqui ouro, prata ou adereços para forjar medalhas”.

A ideia animou madame Lynch, que se pôs a buscar pedaços de esporas, fivelas e tudo o que pudesse ser trabalhado para satisfazer,

mesmo que simbolicamente, a derradeira vontade do general. Alguns soldados ajudaram-na a fundir e entalhar as plaquetas, mas ainda faltavam tecidos com as cores do país de onde deveriam pender as medalhas. Ela encontrou na bagagem do *Mariscal* fitas com as cores da Espanha recebidas em alguma homenagem consular nos tempos de paz.[5] Separou as tiras, retirando as amarelas e mantendo as vermelhas, que também caracterizavam os uniformes e os símbolos nacionais paraguaios, e com elas montou as condecorações desejadas por López. Evidentemente, ele ficou bastante tocado com o gesto. E admirando o resultado do esforço, expressou sua gratidão:

– Elisa, de tudo o que fiz na vida, a maior certeza é a de tê-la escolhido como companheira. Vou preparar o momento oportuno para fazer essa entrega.

Por volta do meio-dia do dia 28 de fevereiro, um grupo de mulheres, com fuzis às costas, foi até o *Mariscal*, com a informação de que haviam avistado uma coluna de cavalaria com milhares de homens a caminho do acampamento.

López agradeceu e convocou seu estado-maior a reunir-se no centro do campo, junto ao mastro com o pavilhão nacional. Seus generais e coronéis atenderam prontamente ao comando e lhe passaram um resumo das condições para um combate. Praticamente não havia pólvora para canhões, mas todos se comprometeram a resistir com fuzis, revólveres, armas brancas, lanças e toda munição a que pudessem recorrer. Depois pediu que a tropa o encontrasse no descampado. Diante do fragilizado esquadrão, discursou:

Soldados paraguaios! Os esperam a glória e a imortalidade! A vós outros a República se encomenda a histórica missão de manter a bandeira tricolor bem alta ante o ódio e a escravidão. O inimigo reivindica o solo de seus filhos! Vamos enfrentar essa responsabilidade, honrosa, patriótica e histórica. Vencer ou morrer! Que os filhos dos vossos filhos sejam sempre orgulhosos desse tempo de sacrifício e renúncia. A vitória mais sublime os espera. Nesse calvário, vencemos mil fadigas e penúrias. Hoje, aqui, o Cerro Corá se ilumina de pátria. O sol da imortalidade está nascendo!

Após essa fala, emocionado de uma forma pouco testemunhada antes por seus comandados, abriu uma caixa com as condecorações improvisadas e, desculpando-se pela imperfeição das comendas, que qualificou de provisórias “até que mandemos fazer as definitivas por um ourives”, entregou uma a uma aos principais auxiliares, entre eles os generais Bernardino Caballero e Francisco Roa, o coronel Juan

Crisóstomo Centurión e o próprio Panchito.

Depois de dispensar o grupo, López recolheu-se à sua tenda, para uma refeição e alguns goles de conhaque. Durante a madrugada, sem conseguir dormir, escreveu uma carta para ser deixada aos comandados, caso não sobrevivesse à etapa que o esperava:

Se os restos de meus exércitos me seguiram até esse final momento, é porque sabiam que eu, seu chefe, sucumbiria com o último deles, nesse último campo de batalha. Seremos vilipendiados por uma geração surgida do desastre, que levará a derrota na alma e no sangue como um veneno, o ódio ao invasor. Eu serei mais escarnecido que vós, serei posto fora da lei de Deus e dos homens e me esmagarão sob o peso das montanhas de ignomínia. Não me importa. O vencedor não é quem resta com vida no campo de batalha, mas quem morre por uma bela e justa causa.

No início da tarde de 1º de março, chegou o momento do inevitável desfecho: um efetivo de 4 mil combatentes aliados, sob o comando do general José Antônio Corrêa da Câmara, empreendeu o esperado ataque ao acampamento, sem permitir uma reação vigorosa dos paraguaios. Entre as fileiras estava o 9º Batalhão de Infantaria Imperial, sob o comando do tenente-coronel Floriano Peixoto, que duas décadas mais tarde se tornaria o segundo presidente do Brasil.

Solano López correu para montar em seu cavalo e, de espada em punho, lutou o quanto pôde, gritando aos comandados: “Matemos esses *macacos!*”. Como era o mais gordo – talvez o único de todo o grupo reunido na região – e trajasse o uniforme mais vistoso, foi facilmente identificado e caçado pela tropa brasileira.[6]

Galopando ao longo da margem do rio Aquidabã, López foi perseguido a galope pelo cabo José Francisco Lacerda, conhecido como Chico Diabo.[7] De sua montaria, o militar de 22 anos arremessou sua lança e desferiu-lhe um golpe certo no baixo-ventre. Uma fração de segundo depois, o capitão João Pedro Nunes, ajudante de campo do comandante da vanguarda brasileira, aproximou-se dele e acertou sua cabeça com um sabre. O *Mariscal* tombou do cavalo e caiu de costas no rio. O general Câmara acercou-se dele e bradou:

- Renda-se, general! Sua vida será respeitada!
 - E o Tratado da Tríplice Aliança?! – indagou López, ofegante.
 - Será cumprido até as últimas consequências. Entregue sua espada!
 - Minha espada fica comigo. Morro com minha pátria!
- Ao erguer o braço, em um esforço desesperado para reagir, López

recebeu um balaço de fuzil no peito, disparado pelo soldado gaúcho João Soares. Lentamente, sua cabeça pendeu para trás e afundou na água.

Chico Diabo aproximou-se e, apalpando o cadáver, retirou-lhe da cintura uma faca de prata com detalhes em ouro e a gravação das iniciais F. L., que também serviam para o nome dele, Francisco Lacerda. O soldado Genésio Gonçalves Fraga cortou a orelha esquerda do morto, cumprindo a promessa de levar esse “troféu” a sua família. Outros vieram a seguir para saquear o corpo, apesar dos gritos de protesto do general Câmara.

Ao ver o presidente paraguaio morto, a tropa brasileira foi tomada por uma euforia selvagem, assassinando indiscriminadamente civis e militares, pondo fogo em barracas e matando até mesmo feridos e doentes que se encontravam nos ranchos.

O general Francisco Roa, emboscado no arroio Tacuaras, recebeu a intimação de soldados imperiais que o cercaram: “Rende-te, paraguaio danado!”.

– Jamais! – gritou o oficial, que foi imediatamente degolado.

Em sua carruagem, em um barranco acima do rio, o vice-presidente Francisco Sánchez, então com 75 anos, tentou reagir aos agressores a bengaladas. Em meio aos golpes desferidos contra os brasileiros, recebeu um tiro fatal.

Durante a perseguição ao *Mariscal*, Elisa e seus filhos conseguiram se refugiar em outro coche, protegidos por Panchito López, que montou guarda em frente ao veículo. Os combatentes aliados já chegaram perguntando se quem estava lá dentro era a “querida de López e seus bastardinhos”. Furioso, Panchito ergueu sua espada e investiu contra o grupo.[8]

Um dos soldados gritou:

– Renda-se, menino!

E ouviu como resposta do adolescente de quinze anos:

– Um coronel paraguaio não se rende!

Nesse momento caíram todos sobre ele, aos gritos das crianças, que assistiam a tudo da janela do coche, e de Elisa. Ela desembarcou para socorrer o filho que, com o corpo perfurado em várias partes pelos golpes de espada, morreu em seus braços. O enteado José Félix, de dez anos, filho de Juanita Pessoa, também tentou enfrentar os adversários e foi ferido mortamente.

Desesperada, Elisa reuniu forças para se pôr de pé e encarar os oponentes, fazendo menção de puxar a arma da cintura. Foi cercada por dois homens e reagiu:

– Cuidado com o que vão fazer! Sou inglesa!

Vendo aquela mulher em situação lastimável, com seus filhos atrás de si, o major Floriano Peixoto ordenou que a deixassem em paz e foi obedecido.

As atenções de Elisa voltaram-se novamente para Solano. Caminhou ao lugar onde ele se encontrava caído. As pernas estavam fracas e o medo a dominava. O cadáver ensanguentado na margem do rio estava despido – haviam retirado suas roupas e todos os troféus possíveis: haviam lhe cortado as orelhas, um dedo, quebraram-lhe quase todos os dentes e retiraram-lhe alguns da boca. O relógio de ouro também fora levado.

Elisa voltou-se para o destacamento militar que estava próximo e gritou:

– Então, é essa a civilização que vieram trazer? É essa a sua libertação do povo paraguaio?

Antes do fim da tarde, junto aos filhos pequenos, ela limpou os corpos do companheiro, do filho e do enteado e os envolveu em mantas de cavalaria, à guisa de mortalhas. Durante o ritual, cuidou de retirar, com um punhal afiado, mechas dos cabelos de Solano e de Panchito.

Com uma lança que encontrou jogada nas proximidades, abriu três covas. Enterrou Solano, Panchito e José Félix e assinalou o local com uma cruz improvisada. O prelado Fidel Maíz aproximou-se, juntou-se ao pequeno grupo e procedeu um ritual de consagração das sepulturas. Elisa acendeu uma vela e a colocou nas mãos de uma das crianças. Abraçada aos meninos, sentou-se e rezou com eles, em voz baixa, entre lágrimas, uma longa oração.

A essa altura, o Exército aliado já havia montado acampamento. Uma pequena refeição foi servida. Todos foram se recolhendo pouco a pouco, e finalmente a noite caiu silenciosa sobre o último campo de batalha do conflito.

A Guerra do Paraguai havia terminado.

XLVI

O destino de cada um

Na manhã seguinte à Batalha de Cerro Corá, o general brasileiro José Antônio Corrêa Câmara fez um levantamento da situação resultante do combate final. Dos cerca de quatrocentos paraguaios envolvidos na ação, quase 250 foram mortos, inclusive a maior parte dos oficiais graduados e dos suboficiais. Três padres tombaram no campo de batalha, mas Fidel Maíz consumiu mais uma de suas sete vidas ao sair ileso do confronto.^[1] Outra ainda seria gasta ao ser colocado diante de um pelotão de fuzilamento improvisado por soldados brasileiros que ao grito de “Fogo!”, dispararam apenas pólvora seca, sem lhe causar nenhum dano além do enorme susto e da humilhação de ser alvo da chacota do inimigo.

Corrêa Câmara também localizou a mãe e as irmãs de Solano López no grupo detido. Juana Carillo pediu para ver a sepultura do filho e foi levada até o local, onde encontrou Elisa Lynch, ainda guardando seus mortos. O encontro não foi amigável. Elisa fez menção de abraçar a “sogra”, mas Juana rejeitou a aproximação. “Não a conheço. O que deseja, senhora?”, reagiu. Inocência e Mônica Rafaela esqueceram rapidamente os maridos mortos, assim como as tragédias vividas, e nos dias seguintes já iniciavam romances com militares brasileiros – Inocência com o próprio general Câmara.

O que restou da Caravana da Morte seguiu para Assunção, com uma parada em Villa Concepción, onde os corpos de Francisco Solano López, Panchito e José Félix, exumados, passaram por uma necropsia feita por médicos do Exército brasileiro. Os exames confirmaram as perfurações por lança, no ventre, e à bala, no peito do *Mariscal*.^[2]

A morte de Solano López iniciou a construção de um mito em torno de sua figura, que ganharia novos enfoques de acordo com o contexto histórico de cada época e dificilmente encontraria análises

objetivas. No período do imediato pós-guerra, prevaleceu a visão dos vencedores, que o retrataram como tirano e delirante, assim como a do governo provisório, que o havia declarado traidor da pátria. É preciso lembrar, porém, que, por mais atrocidades que o regime sob seu comando tenha perpetrado, López não diferia, na perseguição aos adversários políticos, de vizinhos como, por exemplo, Venâncio Flores.

Para boa parte da população paraguaia, ainda nos dias atuais, López é uma figura cultuada, visto como um estadista que, mesmo tendo cometido excessos, defendeu bravamente seu país da agressão estrangeira, inclusive no plano econômico. Esse aspecto foi enfatizado pelos movimentos de esquerda latino-americanos, para quem o líder paraguaio foi um pioneiro anti-imperialista. Já sob o aspecto estratégico, suas deficiências ficaram evidenciadas em diversos momentos. O historiador Francisco Doratioto, por exemplo, afirma: “Na condução da guerra, Solano López foi chefe militar incompetente. Esse fato foi, porém, compensado pela disciplina e combatividade do soldado paraguaio, mantidas quer por sua bravura, quer pelo clima de terror a que era submetido”.^[3]

Para Elisa Lynch, a queda de Solano López representou a ruína material e pessoal, como ela própria previra. No retorno a Assunção, ela mal pôde recolher alguns dos pertences que haviam restado na casa devastada durante a ocupação da capital pelas forças aliadas, mais de um ano antes. A residência e suas demais propriedades foram confiscadas pelo governo provisório paraguaio e ela foi levada para Montevideu, onde ficou detida por algumas semanas. Depois foi enviada ao Rio de Janeiro, onde tentou, sem sucesso, uma audiência com o imperador Pedro II. O conde D’Eu aceitou interceder em seu favor e, com o auxílio dele, somado a gestões do Império Britânico, foi autorizada a viajar para a Inglaterra.

Ao chegar a Londres, Elisa pediu na Justiça o desbloqueio dos valores que havia depositado no Royal Bank of Scotland. Apesar de ter vencido a causa, não recebeu dinheiro algum, uma vez que o representante do banco, William Stewart, se declarou insolvente. Finalmente, retornou a Paris, onde se reuniu ao enteado Emiliano e se instalou com os filhos sobreviventes – Enrique Venâncio, Carlos Honório e Frederico – no número 53 do boulevard Pereire, ao lado da place de Wagram. Dali presenciou a queda de Napoleão III, em 1871, após a derrota na Guerra Franco-Prussiana.

Convidada pelo presidente paraguaio Juan Bautista Gill, ex-combatente de Lomas Valentinas, ela pôde regressar ao Paraguai no final de 1874, acompanhada de Emiliano, para iniciar uma luta pela retomada de seus bens. A oportunidade se revelou infrutífera, pois, ao saber de sua presença na cidade, um grupo de mulheres, a maioria delas viúva de homens mortos na guerra, exigiu que Gill a deportasse. Ele cedeu e ordenou que ela partisse.

Elisa embarcou sozinha, já que, após tantos anos na Europa, Emiliano decidira permanecer na terra natal, junto à família materna. Poucos meses depois, no entanto, caiu doente e morreu, com apenas 25 anos. Juanita Pessoa, sua mãe, havia se casado novamente com o coronel Pedro Hermosa, ajudante de ordens de Solano López, e viveria em Pilar até a morte, no fim do século XIX.

Elisa ainda viajaria a Buenos Aires, em 1885, com o objetivo de reaver a posse das terras públicas paraguaias que haviam sido postas em seu nome por Solano López e passaram a pertencer à Argentina e ao Brasil ao final da guerra. Chegou a impetrar uma ação, por meio do jurista brasileiro Rui Barbosa, para ter reconhecida como sua propriedade a área de 33.175 quilômetros quadrados em Mato Grosso. Como esperado, os pedidos foram considerados improcedentes em ambos os países.

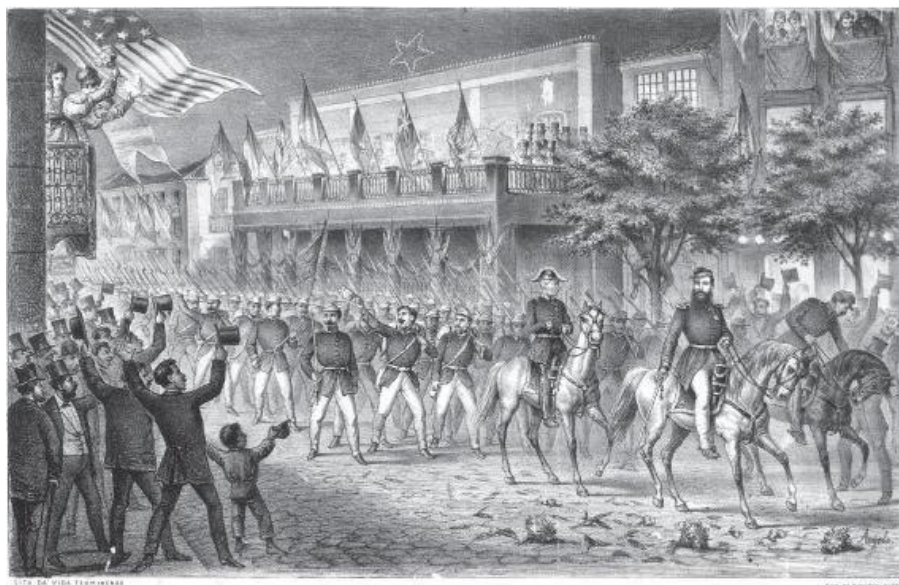
A mulher irlandesa de López passou seus últimos tempos na obscuridade, em Paris, servida por uma criada no apartamento de onde raramente saía. O filho Enrique Venâncio retornou ao Paraguai, enquanto Carlos Honório e Frederico construiriam a vida entre a França e a Inglaterra. Em 26 de julho de 1886, aos 51 anos, Elisa morreu vítima de câncer. Em 1961, o então presidente, marechal Alfredo Stroessner, mandou buscar, por via marítima, os restos mortais da “imperatriz do Prata” e os depositou no cemitério histórico do Ministério da Defesa, na capital Assunção, em uma majestosa urna de bronze.

Diferentemente de Elisa, a mãe de Solano López, Juana Carillo, retomou suas propriedades e as de seus filhos Venâncio e Benigno em Assunção. Mas morreria pouco depois, em 12 de julho de 1871. Sua filha Mônica Rafaela casou-se com o militar brasileiro Milcíades Augusto de Azevedo Pedra e teve com ele o filho Pompílio Pedra López. Inocência López, também irmã do *Mariscal*, teve a filha Adelina López com o general Corrêa Câmara. Ele não se casou com ela e

retornou à capital do Império, onde recebeu o título nobiliárquico de visconde de Pelotas. Foi ministro da Guerra, senador do Império pelo Partido Liberal e o primeiro governador do Rio Grande do Sul após a Proclamação da República.

Embora tenham articulado à sua maneira para encerrar a guerra, a mãe e os irmãos de Solano López são vistos pela maioria dos paraguaios como conspiradores que desmereceram a confiança de seu governante e contribuíram para entregar seu país aos inimigos, causando sofrimentos ainda maiores à população. Enquanto López é celebrado em ruas e monumentos do Paraguai, seus demais parentes foram relegados a um limbo histórico, esquecidos pelos países da Aliança e objeto de sentimentos entre a indiferença e a rejeição por parte de seus compatriotas.

Um dos auxiliares mais próximos de López no período final do conflito, o coronel Juan Crisóstomo Centurión recebeu um ferimento no rosto em Cerro Corá e foi embarcado em um navio para o Rio de Janeiro.[4] Com ele, seguiram outros prisioneiros de guerra, entre os quais o padre Fidel Maíz e o general Bernardino Caballero. Esse último voltaria ao Paraguai para fundar o Partido Colorado, pelo qual chegaria à Presidência em 1880.



ENTRADA TRIUMFAL DOS VOLUNTARIOS DA PÁTRIA NA TARDE DE 23 DE FEVEREIRO DE 1870

Desfile triunfal dos Voluntários da Pátria, no centro do Rio de Janeiro, em seu retorno da Guerra do Paraguai. A *Vida fluminense*, 23 de fevereiro de 1870.

Fidel Maíz foi autorizado a regressar a Assunção no final do ano de 1870 e logo voltou a lecionar filosofia e letras. Nesse retorno, dedicou-se a reabilitar sua imagem, com a preparação do livro *Etapas de minha vida*, em que justificava seu comportamento antes e durante a guerra. O relato não foi suficiente para abrandar o julgamento predominantemente negativo que a história fez de sua figura controversa.[5] Na velhice, recolheu-se à sua arroios y Esteros natal, onde morreria aos 93 anos.

Pedro II preferiu não promover desfiles triunfais públicos ou grandes celebrações da vitória sobre os paraguaios. Desgastado e consciente do custo humano e material sofrido pela nação com o conflito, restringiu-se a celebrar uma missa pelos mortos, na Capela Imperial, ao som do *Réquiem* de Mozart. O monarca, porém, fez questão de reconhecer personagens decisivos que, em sua opinião, não haviam recebido o devido destaque. Um deles foi o baiano Faria Rocha, um dos primeiros comandantes dos Voluntários da Pátria, a quem o imperador recebeu com um abraço caloroso.

Dom Pedro também decidiu conceder uma medalha e uma pensão vitalícia à enfermeira Ana Néri pelos serviços prestados durante a guerra. Ela, aliás, seria uma das figuras mais celebradas pelos brasileiros ao final do conflito: em sua chegada ao Rio de Janeiro, trazendo consigo três órfãos paraguaios que decidiu adotar, foi recebida com uma chuva de pétalas de rosas e pouco depois teve seu retrato pintado em tamanho natural por Vitor Meireles.

Em seu retorno à Bahia, em 5 de julho de 1870, Ana Néri recebeu uma coroa de ouro cravejada de diamantes, onde se lia gravado: “À heroína da caridade, as baianas agradecidas”. A Câmara Municipal de Salvador conferiu a ela as Medalhas de Humaitá e de Campanha e lhe ofereceu um lugar permanente de honra na Casa.[6] No Rio de Janeiro, onde faleceu em 1880, foi criada a escola de enfermagem de alto padrão que recebeu seu nome, em 1923.

Recuperado do esgotamento que sofrera na sequência da tomada de Assunção, o duque de Caxias manteve a atividade política no Rio de Janeiro, mas passava cada vez mais tempo em sua fazenda nos arredores de Valença, no interior da província. Ao partir para o

Oriente Eterno – como definem os maçons a vida após a morte – em 1880, deixou testamento onde dispensava as pompas fúnebres a que tinha direito como nobre e militar, pedindo apenas que sua urna mortuária fosse conduzida por seis soldados de bom comportamento.

Em 25 de agosto de 1923, 120 anos após seu nascimento, foi instituído o Dia do Soldado e a festa em sua honra. Três anos depois, receberia o título póstumo de Patrono do Exército. Ainda assim, manteve-se como um dos alvos preferenciais dos críticos à intervenção brasileira no Paraguai. Visto pelos revisionistas como alguém que também foi impiedoso ao dizimar as mal equipadas tropas guaranis, ele se estabeleceu para as forças armadas brasileiras como modelo de estrategista, com um inflexível senso do dever.

Nos tempos imediatos do pós-guerra, sua figura manteve-se ofuscada pela do general Manuel Luís Osório, cujos feitos junto à Tríplice Aliança mantiveram-se mais imunes a polêmicas. Logo depois de seu regresso, por exemplo, ele recebeu de Deodoro da Fonseca uma espada de honra, cinzelada em ouro e ornada de brilhantes, custeada pelos oficiais que comandou na guerra. Na lâmina estavam gravadas as batalhas e os combates de que participara. Apesar do prestígio, Osório atravessou a década de 1870 sob a pressão de dívidas. Sua situação se estabilizou após ter sido nomeado senador do Império pela princesa Isabel, em 1877. Na posse, declarou: “A farda não abafa o cidadão no peito do soldado”. No ano seguinte, se tornaria ministro da Guerra e permaneceria no cargo até a morte, em 1879, de pneumonia.



Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, Brasília.

Ilustração constante no *Atlas histórico da Guerra do Paraguai*, retratando os principais personagens da Tríplice Aliança e listando os grandes embates do conflito. 1871. Rio de Janeiro. Lithografia Imperial de Eduardo Rensburg.

Na nova atividade, Osório despachava frequentemente com o imperador, com quem mantinha um relacionamento marcado pela informalidade. Conta-se que, em uma dessas reuniões, ao perceber que dom Pedro cochilava, deixou sua espada cair ao chão, com muito barulho. O imperador teria acordado com o susto e dito ao amigo: “Acredito que o senhor não deixava cair suas armas quando estava no Paraguai, marechal!”. E Osório teria lhe respondido, divertido: “Não, majestade, mesmo porque lá nós não cochilávamos em serviço”.

Como Osório, Deodoro da Fonseca teve seus atos de bravura no conflito reconhecidos por seus pares. Mas a atuação política posterior se sobrepôs ao seu desempenho na guerra. Em 1885, tornou-se presidente interino da província do Rio Grande do Sul. Em um período em que se acirrava a Questão Militar – confronto das classes armadas com o governo civil do Império –, ele chegou a permitir que a oficialidade de Porto Alegre se manifestasse politicamente, algo não

permitido até então. Tendo escapado às punições a que em outros tempos estaria sujeito por esse comportamento, teve sua liderança reconhecida ao ser eleito primeiro presidente do Clube Militar, entidade que ajudara a constituir. O alto conceito adquirido também foi decisivo para a escolha de seu nome como presidente provisório do Brasil após a Proclamação da República, em novembro de 1889.

No poder, porém, Deodoro se mostraria autocrático: toda manifestação passou a ser acusada de conspiratória e de estar ligada à restauração da monarquia. A mudança de regime foi acompanhada de um aprofundamento da crise econômica que já se desenhava. Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda no período, lançou uma política de emissão de papel-moeda, a fim de equacionar a falta de dinheiro para pagar a massa de assalariados e, ao mesmo tempo, viabilizar o processo de industrialização, que ficou conhecida como Encilhamento.

Após a aprovação da primeira constituição republicana, em 1891, Deodoro tomou posse formalmente como presidente da República. Quando decidiu fechar o Congresso, em 3 de novembro daquele ano, foi pressionado a renunciar. Vinte dias depois, em meio à Revolta da Armada, entregou o cargo, assumindo, em seu lugar, Floriano Peixoto.

Deodoro da Fonseca morreria em agosto de 1892, um ano depois de um de seus maiores apoiadores, o veterano Benjamin Constant, que vinha sendo castigado pelas sequelas da malária adquirida no Paraguai. Com o fim do Império, Constant assumira o Ministério da Guerra e chegara a encarregar as filhas de bordar a primeira bandeira republicana, idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, com a divisa inspirada num lema positivista: “O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” – o “amor” acabou excluído. Em 1890, tornou-se ministro da Instrução Pública e elaborou uma reforma do ensino com nítida influência do positivismo. No entanto, seu temperamento contestador o fez entrar em choque com Deodoro, à medida que o primeiro presidente se mostrava cada vez mais autoritário, e causou sua demissão, o que agravaria ainda mais a crise que levou à renúncia do próprio Deodoro.

A campanha do Paraguai teve um profundo impacto na trajetória do ex-combatente Alfredo d’Escagnolle Taunay, que alcançou a patente de major e recebeu o título de visconde. Seu relato sobre a retirada da Laguna, publicado em 1871, transformou-se em um dos

livros mais vendidos da época. Mais tarde, ele adaptou sua história de amor com a índia Antônia no conto “Irecê a Guaná”. Escritor que fez a transição do romantismo para o realismo, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

As consequências do conflito foram determinantes para o destino da família real no Brasil. Embora sua permanência no poder ainda fosse se estender por quase duas décadas, a vida de todos os seus integrantes seria afetada pelas transformações pelas quais a nação passou dali em diante. O imperador e sua possível sucessora, a princesa Isabel, tiveram sua autoridade crescentemente contestada. E a imagem do Conde D’Eu não contribuiu para amenizar esse cenário.

Afastado das frentes de combate desde o final de setembro de 1869, Gastão d’Orleans retornou ao Brasil logo que soube da morte de Solano López. Ele e o general Manuel Luís Osório foram homenageados em uma festa organizada pelo Partido Liberal, em um dos raros eventos positivos para o conde que, nos anos seguintes, seria hostilizado pela classe política, pelo jurista Rui Barbosa e pela imprensa republicana, que o pintavam como um estrangeiro antipático, *bon vivant* e explorador dos pobres que viviam em cortiços improvisados em suas propriedades. Certa vez, ele desabafou em uma carta aos parentes europeus: “Estou cansado de ser usado como bode expiatório”. Para o povo paraguaio, o conde foi o vilão maior, lembrado até os dias de hoje como o líder militar que promoveu as carnificinas de Peribebeu e, sobretudo, de Acosta Nú, onde as crianças foram as maiores vítimas.

Após a guerra, Gastão d’Orleans voltou suas principais atenções à vida familiar. No final de 1873, a princesa Isabel finalmente engravidou, mas teve um parto difícilíssimo, no qual nasceu a filha Luísa Vitória, em julho de 1874. A menina, contudo, morreu poucos dias depois. No ano seguinte, o casal teria o primeiro varão, Pedro de Alcântara, seguido dos príncipes Luís e Antônio. Exilado com o sogro no advento da República, morreu quando viajava em um navio para o Brasil, para os festejos do centenário da Independência, em 1922.

Logo que a guerra se encerrou, o outro genro de Pedro II, o duque de Saxe, seguiu para a Europa com a princesa Leopoldina e os filhos Pedro Augusto, Augusto Leopoldo e José Fernando – o mais moço, Luís Gastão, nasceria no Velho Continente. Pouco depois do parto, Leopoldina morreria de febre tifoide, em Viena. Os dois filhos mais

velhos seriam criados pelos sogros Pedro II e Teresa Cristina. O duque de Saxe não retornou mais ao Brasil e viveu dedicado ao seu maior interesse – a caça – até a morte, em 1907.

Ao receber a notícia da perda da filha, Pedro II iniciou com a imperatriz Teresa Cristina uma viagem por toda a Europa e pelo Egito, sua primeira ida ao exterior, que duraria onze meses. Em 1876, começou outra longa jornada que também incluiria os Estados Unidos e o Canadá. A última excursão foi pela Europa, em 1888, e teve como principal motivo a recuperação de sua saúde, abalada por crises diabéticas e febres. Pedro II foi aconselhado por seus médicos a passar um ano e dois meses em tratamentos entre Alemanha, Itália e França. Enquanto esteve fora, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil. Ao retornar, o monarca encontrou o país em um clima convulsionado pela insatisfação das elites empresariais e rurais e, sobretudo, pela inquietação nos quartéis. Ainda assim, recebeu com surpresa a notícia da derrubada da monarquia, em 15 de novembro de 1889, quando se encontrava em Petrópolis estudando um texto em tupi-guarani.

Como grande parte do que ocorreu na vida política nacional desde então, o imprevisto dominou a cena nos primeiros momentos da República. Deposto todo o Conselho de Ministros, presidido pelo visconde de Ouro Preto, o marechal Deodoro da Fonseca, em um rasgo da antiga fidelidade a dom Pedro II, declarou que iria procurar o imperador, para propor-lhe um novo Gabinete. Seus colegas militares o convenceram do perigo que eles correriam caso persistisse a antiga ordem. Coube a José do Patrocínio, então presidente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, decretar oficialmente o novo regime. Ao longo do dia, o almirante Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré, que permaneceu fiel a dom Pedro II, tentou obter dele a permissão para sufocar a ação dos republicanos, o que lhe foi negado.

Aos 82 anos de idade, o almirante era o último dos grandes militares monarquistas ainda vivo. Ele permaneceu ao lado da família imperial até seu embarque definitivo para o exílio no navio *Alagoas* – às pressas, à noite e sob chuva, numa medida do comando republicano para evitar qualquer tentativa de reação popular em prol do velho regime. Por ocasião de sua morte, em março de 1897, seis marinheiros acompanharam seu corpo no carro fúnebre. No cortejo até o cemitério de São Francisco, o povo o saudou como herói e, no porto, os navios

prestaram-lhe as últimas homenagens, com oficiais perfilados e salvas de canhões.

O governo provisório ofereceu a Pedro II uma dotação financeira para se manter na Europa nos primeiros tempos, mas ele recusou de forma categórica. Com a morte da imperatriz, de insuficiência cardiorrespiratória, três semanas após a chegada a Portugal, dom Pedro estabeleceu-se em Paris, onde viveu modestamente e morreu de pneumonia em 5 de dezembro de 1891. Enquanto preparavam seu corpo, um pacote lacrado foi encontrado no quarto com uma mensagem escrita pelo próprio imperador: “É terra de meu país; desejo que seja posta no meu caixão, se eu morrer fora de minha pátria”. O pacote continha amostras de terra de diversas províncias brasileiras.[7]

O governo francês proporcionou ao monarca deposto um funeral com honras de Estado, acompanhado por milhares de pessoas, entre elas representantes da realeza europeia, além de membros da Academia Francesa, da Academia de Ciências Morais e da Academia de Inscrições e Belas-Artes. A viagem prosseguiu até a Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, onde o corpo de Pedro II foi depositado no Panteão dos Bragança em 12 de dezembro.

Os membros do governo republicano brasileiro, temerosos de que a grande repercussão da morte do imperador levasse a uma tentativa de mudança no quadro político, vetaram qualquer manifestação oficial. Contudo, houve homenagens populares em todo o país: comércio fechado, bandeiras a meio pau, toques de finados, tarjas pretas nas roupas e ofícios religiosos, seguidos de pronunciamentos que enalteciam Pedro II.

Mesmo sendo irreversível o processo que pôs fim ao antigo regime, no imaginário popular brasileiro resistiram através dos tempos as contribuições deixadas pelo Segundo Reinado. A tal ponto que se fez um plebiscito, no ano de 1993, sobre forma e sistema de governo, que incluía consulta sobre um possível retorno à monarquia, em que, apesar da vitória da manutenção do regime republicano, a alternativa monarquista recebeu 13,4% dos votos válidos.

Ao final da guerra, Irineu Evangelista de Sousa, o visconde de Mauá, enfrentou dificuldades financeiras, que foram agravadas por uma crise bancária no Uruguai. Em 1875, o Banco Mauá pediu moratória e ele teve de vender a maioria de suas empresas a

capitalistas estrangeiros. Minado pelo diabetes, mas sempre empreendedor, passou a dedicar-se à corretagem de café,^[8] até falecer aos 76 anos em sua casa de Petrópolis, às vésperas da queda do Império.

O governador Justo José de Urquiza foi assassinado no Palácio San José, na cidade de Concepción del Uruguay, província de Entre Ríos, a 11 de abril de 1870, durante a revolta liderada pelo general Ricardo López Jordán. As discordâncias do chefe militar com o caudilho remontavam à retirada de Pavón. Quando Urquiza convocou os entrerrianos a reforçar a Tríplice Aliança, em 1865, López Jordan lhe respondeu em uma carta: “O senhor nos chama a combater o Paraguai. Nunca! Esse povo é nosso amigo. Chame-nos para lutar contra os portenhos e os brasileiros. Para isso, estamos prontos. Esses são os nossos inimigos. Ainda ouvimos os canhões de Paissandu”.

Comandante-em-chefe das forças aliadas e presidente argentino durante quase todo o conflito, Bartolomeu Mitre manteve-se um liberal ferrenho e, em um proclama que emitiu ao fim da guerra, exaltou o significado daquele triunfo para o livre comércio no Cone Sul. Em 1872 foi enviado ao Brasil para negociar os limites estabelecidos pela Tríplice Aliança. No ano seguinte, candidatou-se a presidente mais uma vez, sendo derrotado por Nicolás Avellaneda. Ao tentar combater os rebelados de Córdoba em 1874, teve suas forças destroçadas e foi feito prisioneiro por dois anos.

Após sua libertação, nos momentos em que não estava exercendo algum papel político, Mitre dedicava-se à literatura: escreveu os ensaios biográficos *Historia de Belgrano* e a *História de San Martín*. Traduziu também para o espanhol a *Eneida*, de Virgílio, a *Divina Comédia*, de Dante, e *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Sem ter enriquecido no poder ou com a guerra, recebeu de presente uma casa adquirida com o dinheiro arrecadado por doações populares, na rua que recebeu seu nome, no centro de Buenos Aires. Já viúvo e sem o filho primogênito, Jorge, que se suicidara no Brasil, o velho líder morreu em 19 de janeiro de 1906, tendo seus funerais acompanhados por uma multidão até o cemitério da Recoleta.

José Francisco Lacerda, o Chico Diabo, que atingiu Solano López em Cerro Corá com uma lança, deixou o Exército e casou-se com uma prima, com quem teve quatro filhos. Morreu em 1893, no Uruguai, aos 45 anos. Tempos depois, seus restos mortais foram recolhidos pela

família no país vizinho e novamente enterrados no cemitério da Guarda, em Bagé. A lança que usou contra Solano López está exposta no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Entre os prisioneiros capturados em Cerro Corá estava o argentino Victor Silvero, único membro sobrevivente do triunvirato que governou Corrientes durante a ocupação paraguaia, no começo da guerra. Encaminhado a julgamento na Argentina por alta traição,[9] ele seria absolvido, mas carregaria a pecha diante da nação até a morte, em 1902.

O brutal José Gregório Benítez, o Toro Pichai,[10] que comandou os massacres de Concepción, sofreu uma punição leve em relação aos atos hediondos que praticou. Preso em Assunção desde julho de 1869, foi submetido a julgamento em Caazapá, mas escapou da prisão na noite de 14 de outubro de 1870. Foi visto pela última vez na casa de sua irmã em Itá, no departamento Central do Paraguai.

O cãozinho Coquimbo, que acompanhou Venâncio Flores desde a batalha de mesmo nome, em 1861, morreu no Palácio Presidencial de Montevideú, no colo de seu dono, pouco tempo antes do fim da guerra.[11] Flores mandou embalsamá-lo e empalhá-lo e hoje ele é exibido em uma caixa de vidro, em uma das salas mais visitadas do Museo Casa de Gobierno, na capital.

XLVII

Do pós-guerra aos dias atuais

Terminada a guerra, chegava o momento de fazer valer as cláusulas acordadas no artigo 16 do Tratado da Tríplice Aliança, que estabelecia a divisão de porções territoriais da nação vencida entre os vencedores. O Paraguai perdeu 140 mil quilômetros quadrados,^[1] o que corresponde aos estados de Pernambuco e Alagoas juntos. O Brasil apossou-se da região que reivindicava de longa data – no nordeste do país até o rio Apa –, e a Argentina, parte de Misiones e do território do Chaco. Estipulou-se também uma dívida de guerra, de 460 mil contos de réis, mais de 200 milhões de dólares, que só foi efetivamente perdoada em 1943, por Getúlio Vargas, em resposta a uma iniciativa idêntica da Argentina.

Entre 18 de agosto de 1869 e 31 de agosto de 1870, o governo do Paraguai foi exercido pelo triunvirato formado por Cirilo Antonio Rivarola Acosta, José Díaz de Bedoya e Carlos Loyzaga. Acosta foi empossado como presidente constitucional em 1º de setembro, mas teve de renunciar em 15 de dezembro de 1871, em meio a violentas manifestações e revoltas. Refugiou-se no departamento de Cordilheira por seis anos. Em 1º de janeiro de 1879, após comparecer a um encontro com o recém-empossado presidente Cândido Bareiro, mesmo tendo recebido garantias de segurança, foi morto a punhaladas no antigo mercado de Assunção.

A ferrovia inaugurada por Carlos López, que tivera atividade curta antes da guerra, foi penhorada para pagar a dívida pública deixada pelo governo lopista. Somente em 1886, o governo paraguaio recuperou o empreendimento e ampliou sua extensão de Paraguari até Villarica. Foram acrescentados quatro novas locomotivas e 91 vagões de passageiros e carga. Sua operação acabou desativada em 1999. A siderúrgica de Ibicuí, destruída pelos aliados, nunca mais foi

reativada.

Dos 139 mil homens enviados à guerra pelo Brasil,[2] cerca de 50 mil morreram – sendo 4 mil de cólera –, mais que o dobro dos 18 mil mortos contados pela Argentina, dos seus 30 mil mobilizados. O Uruguai listou 3.120 mortos dos 5 mil combatentes mobilizados – proporcionalmente a perda mais alta.

Um dos aspectos mais discutidos da Guerra do Paraguai refere-se à queda populacional daquele país em razão do conflito. Nas décadas de 1960 e 1970, quando o anti-imperialismo era uma questão aguda para a intelectualidade e os movimentos políticos latino-americanos, tornou-se corriqueiro afirmar-se que até 80% dos paraguaios foram dizimados no episódio – a maioria na população masculina. Segundo essas teses, de um contingente de 800 mil habitantes, cerca de metade teria sido vítima de um genocídio.

No entanto, o país antes da guerra não devia ter sequer 400 mil habitantes. O único censo posterior à época colonial, realizado em 1846, listou 238.862 indivíduos. Mesmo considerando a precariedade dessa contagem em tempos de recursos administrativos limitados, dificilmente a quantidade de cidadãos teria quadruplicado em vinte anos. Assim, as estimativas mais equilibradas da atualidade apontam que perderam a vida entre 15% e 20% da população, em torno de 80 mil civis e militares, sendo que quase metade vítimas de doenças e fome, além de maus-tratos infligidos pelo próprio lopismo. De qualquer forma, um índice trágico. O censo de 1886 registrou 236.751 indivíduos. No início da década de 1960 chegava a dois milhões,[3] distribuídos por 406 mil quilômetros quadrados. Em 2016, a população paraguaia aproximava-se dos 7 milhões de habitantes, com equilíbrio entre homens (50,4%) e mulheres (49,6%).[4]

Os últimos soldados brasileiros só deixariam o Paraguai em 1876. Dos cinquenta corpos de Voluntários da Pátria que seguiram para a guerra – somando mais de 50 mil combatentes –, retornaram ao Brasil apenas 14 mil. Para os mutilados de guerra que não tinham recursos para a própria subsistência – cerca de mil –, o governo brasileiro criou o Asilo de Inválidos da Pátria, inaugurado em 1868 na ilha de Bom Jesus, na baía de Todos os Santos.

Apesar de todos os sofrimentos vividos, soldados e oficiais de diversas bandeiras conheceram novas geografias, confrontaram seus hábitos, culturas e realidades sociais, trazendo de volta para casa uma

visão ampliada de mundo, uma nova forma de encarar os países vizinhos e o anseio por mudanças sociais e políticas. Foi também o período de estabelecimento ou consolidação de regimes republicanos – ainda que com representatividade restrita às classes dominantes locais – e da extinção total do uso de mão de obra escrava.

É possível demarcar nesse período o “nascimento” de um Exército coeso e bem organizado no Brasil, que levaria à queda do Império e à Proclamação da República, em novembro de 1889. Mais que isso, foi um momento em que as diversas instituições nacionais – Exército, Igreja, maçonaria, imprensa, classe política, aristocracia rural, industriais, banqueiros – haviam conquistado autonomia e se organizado de tal forma que o poder monárquico havia perdido muito de sua relevância. Era também o momento em que surgia uma classe operária, em grande parte formada com a chegada de mão de obra europeia. Quando Pedro II assumiu o poder, o Brasil Império era uma nação rural, de feições coloniais e escravistas. Quando saiu, o Brasil agora República tinha estados politicamente estruturados e com traços cosmopolitas em suas cidades mais prósperas.

Se o Império Britânico fomentou ou não as hostilidades na região será sempre um tema a se discutir. Um fato, porém, há que se reconhecer: ao final do conflito, as nações envolvidas viram-se profundamente endividadas com os bancos ingleses.[5] No período, a dívida externa da Argentina era de mais de 100 milhões de dólares da época. Entre 1871 e 1889, a soma da dívida do Império, interna e externa, chegou a 760 mil contos, ou 402 milhões de dólares. “Grande parte desse déficit, 95%, se devia a gastos extraordinários com revoltas internas, guerras externas, desastres naturais, como secas e epidemias. Somente a Guerra do Paraguai consumiria 613 mil contos, cerca de 337 milhões de dólares”, relatou o historiador José Murilo de Carvalho.

Na Argentina, a guerra foi positiva para os produtores de gado e de cereal e para os comerciantes que abasteceram as tropas imperiais no período. Durante o conflito, a administração Mitre-Paz ampliou o sistema ferroviário, organizou o Exército, difundiu o ensino em todos os níveis, melhorou o serviço postal e telegráfico, organizou a Suprema Corte de Justiça, saneou a moeda, regularizou a dívida pública, adotou o sistema métrico decimal e fundou o crédito público.

O Uruguai, apesar de ter sido o estopim do conflito, foi o país que

menos sofreu prejuízos financeiros com a guerra, embora seja preciso lembrar que nas décadas anteriores havia sido devastado em confrontos com os vizinhos. E finalmente se inseriu como nação autônoma e próspera na região. A imigração após a Guerra do Paraguai[6] foi fundamental para a reconstrução do país. Em *Regeneración de la sociedad paraguaya: aporte de los inmigrantes (1870-1904)*, a historiadora Raquel Zalazar observa:

Após a guerra contra a Tríplice Aliança, o Paraguai dizimado precisava recuperar a sua sociedade, tanto do ponto de vista demográfico como social, cultural, econômico e político. O governo paraguaio começou uma campanha para atrair imigrantes, especialmente europeus, para renovar e transformar a sociedade, atingindo assim o país contingentes de italianos, argentinos, espanhóis, franceses, brasileiros, portugueses, alemães, uruguaios, austríacos, britânicos, entre outros, que foram os primeiros em abrir grupos empresariais e da indústria, mudando o tipo de vida cotidiana. A contribuição dos imigrantes no final do século XIX foi muito importante para o Paraguai, pois eles ajudaram a reativar a economia e influenciaram a construção de uma nova sociedade e, portanto, uma nova cultura nacional.



A América do Sul após a Guerra do Paraguai

Territórios anexados e em litígio nos anos seguintes ao conflito.

Cenário da queda de Solano López, Cerro Corá foi convertido em parque nacional e monumento histórico a céu aberto em 1976. Além

de esculturas e marcos que homenageiam os militares mortos no confronto, são expostos no local restos de carretas, balas de canhões, baionetas e lanças deixados após o combate. Uma galeria ilustra as batalhas ocorridas entre 1864 e 1870 e tem um acervo de quadros com a figura do *Mariscal*.

O Paraguai travaria um novo conflito, dessa vez com a Bolívia, entre 15 de junho de 1932 e 12 de junho de 1935, pela região do Chaco Boreal, tendo como uma das causas a descoberta de petróleo no sopé dos Andes. Se a Guerra da Tríplice Aliança foi o maior conflito armado do continente no século XIX, a Guerra do Chaco deixou 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota da Bolívia, com a perda e a anexação de parte de seu território pelo Paraguai.

No ano seguinte, 1936, seria inaugurado na área central da capital paraguaia o Panteão Nacional dos Heróis, construção de cúpula embandeirada e colunas romanas, com aparência de templo religioso – por ter sido originalmente planejada por López para ser o Oratório de Nossa Senhora Santa Maria de Assunção. Ali foram depositados os restos mortais de Solano López; de seu filho Panchito; de seu pai, Carlos Antonio López; do general José Eduvigis Díaz e do general José Félix Estigarribia, vencedor da Guerra do Chaco.

Um dos filhos de Solano e Elisa, Enrique Venâncio, retornou ao Paraguai, tentando obter, sem sucesso, a recuperação dos bens da família perdidos no conflito. Ele se reestabeleceu no país, casou-se e batizou seu filho mais velho com o nome de Francisco Solano López. No começo do século XXI eram sete os bisnetos do *Mariscal*.

Dois deles, Juan Frederico e Jorge Enrique ainda lutam para reaver, ao menos em parte, o patrimônio dos ancestrais.[7] O próprio palácio do governo tem sido objeto de demanda entre eles e o Estado paraguaio. Frederico Solano López, trineto do *Mariscal* e fiscal público da cidade de Pilar, considera a possibilidade de abrir um inventário sobre o imóvel, uma vez que o código civil paraguaio não prevê a prescrição dos direitos de herança.

O embaixador Miguel Angel Solano López Casco, bisneto do *Mariscal*, tem uma exigência mais factível: “Para que as feridas se cicatrizem no Paraguai”, segundo ele, o Brasil precisa devolver o canhão Cristiano, feito com o metal dos sinos das igrejas de Assunção, que foi levado como troféu de guerra e atualmente está exposto no

Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.[8] Em 2010, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a prometer enviar a peça de volta. O Itamaraty, porém, afirma que nunca houve “negociação em curso sobre o assunto ou pedido oficial por parte do governo do Paraguai”.[9] O pesquisador do Iphan Adler Homero explica que a devolução é uma questão diplomática, mas a exposição desses troféus é comum em ambos os países: “O Paraguai mesmo tem um navio brasileiro afundado antes do conflito, o *Anhabaí*, que foi recuperado posteriormente e está exposto na cidade de Vapor Cué”.

Os integrantes da Tríplice Aliança deram alguns passos em direção à reconciliação – alguns deles polêmicos. Em seu governo, Cristina Kirchner batizou um regimento do Exército argentino com o nome de Francisco Solano López, uma iniciativa que repercutiu mal entre os setores militares de seu país. Em 1954, com menos controvérsia, o presidente argentino Juan Domingo Perón havia devolvido relíquias ao Paraguai, entre elas o trono de Carlos Antonio López.

O Brasil, no governo de João Baptista Figueiredo, restituiu a espada que Solano López tinha na mão no momento de sua morte, assim como entregou ao vizinho Alfredo Stroessner, depois de microfilmados, 50 mil documentos do Arquivo Nacional de Assunção, que haviam sido confiscados em 1870 e incorporados à Biblioteca Nacional depois de terem integrado a coleção do visconde de Rio Branco. Em Montevidéu, onde os traços da guerra são mais discretos, existe uma estátua de Francisco Solano López a cavalo.

O embaixador Miguel Solano López Casco, bisneto do *Mariscal*, considera a expressão *Guerra do Paraguai* ofensiva, “porque dá a entender que foi o Paraguai que provocou o conflito”:

– Prefiro chamar o conflito de Guerra da Tríplice Aliança. O paraguaio se sente ofendido até o fundo da alma quando se insiste em dizer que ele foi o culpado e que os aliados foram inocentes. O conflito foi provocado pelo Brasil.

Após tantas perdas humanas, cidades devastadas, epidemias e o redesenho do mapa sul-americano, o principal motivo para a guerra – a livre navegação pela bacia do Prata – foi alcançado. Nenhum país teria mais prerrogativas especiais sobre a circulação nos rios que a compõem, embora ainda não se tenha aproveitado todo o seu potencial como hidrovia que sirva efetivamente ao desenvolvimento da região.

A reaproximação entre Brasil e Paraguai acentuou-se com a inauguração da ponte da Amizade, sobre o rio Paraná, em 1965. Com essa construção, o Paraguai conectou-se, por rodovia, ao oceano Atlântico, e teve acesso a mais uma opção competitiva para escoar sua produção. Outro marco ainda mais significativo foi a construção da hidrelétrica de Itaipu, inaugurada em 1984. Itaipu Binacional é, ainda hoje, a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia e responde por aproximadamente 17% da energia consumida no Brasil e por 72% do consumo paraguaio.

O Paraguai compartilha atualmente 1.339 quilômetros de fronteira com o Brasil. Os limites territoriais, porém, ainda permanecem fluidos, especialmente em sua região leste, onde persiste a ação dos chamados *brasiguaios* – fazendeiros brasileiros que desenvolvem atividade agropecuária Paraguai adentro, apesar da oposição dos *carperos* (os sem-terra guaranis).[10]

O Brasil manteve-se como a economia mais forte do continente, mas deixou de exercer uma ação hegemônica sobre os vizinhos, que conquistaram maior autonomia. Como demonstração disso está o fato de que o Paraguai teve um crescimento econômico de 14,1% em 2013, o terceiro maior do mundo no período, de acordo com dados do Banco Mundial. Sem falar que, nos anos anteriores, já vinha crescendo a uma média de 6%. Ainda assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país no mesmo momento estava em 0,669, um dos mais baixos da América do Sul.

Em 25 de março de 1991, o Tratado de Assunção criou o Mercosul, em guarani Ñemby Ñemuha, organização intergovernamental de livre comércio composta por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Posteriormente, em 29 de junho de 2012, em resposta à destituição de Fernando Lugo da Presidência pelo Congresso, os demais membros da entidade decretaram a suspensão paraguaia.

Em uma demonstração de que as feridas causadas pelo antigo conflito nas relações regionais ainda estão longe de estarem cicatrizadas, a medida foi qualificada pelo novo governo como “uma reedição da Tríplice Infâmia”.

LINHA DO TEMPO

Guerra do Paraguai / Mundo

1811

- Proclamada a independência do Paraguai, em 15 de maio.

1814

- Início do governo de José Gaspar Rodríguez de Francia no Paraguai.

1815

- Napoleão Bonaparte é derrotado em Waterloo.

1816

- Declarada a independência argentina, em 9 de julho.

1817

- Irrompe a Revolução Pernambucana no Brasil.

1818

- O Chile proclama sua independência em 12 de fevereiro.

1819

- Simon Bolívar, apoiado pelos Estados Unidos e a Inglaterra, organiza um exército e liberta a Colômbia dos espanhóis.

1821

- Dom João VI parte do Brasil, de volta a Portugal.
- Napoleão morre exilado na ilha de Santa Helena, território britânico.

1822

- Pedro I declara a independência do Brasil, em 7 de setembro.

1824

- Promulgada a primeira constituição brasileira.

- Beethoven compõe a Nona Sinfonia (“Coral”).

1825

- Tem início a Guerra Cisplatina, conflito entre Brasil e Uruguai, que declara sua independência em 25 de outubro.

1828

- A Guerra Cisplatina chega ao fim.

1831

- Pedro I abdica do trono do Brasil e o país passa a ser governado por regentes.

1834

- Morte de dom Pedro I, em Portugal.

1835

- Início da Revolução Farroupilha, no Sul do Brasil.

1837

- Sabinada, revolta regencial ocorrida na Bahia.

1838

- Balaiada, revolta popular ocorrida no interior da província do Maranhão.
- O guerrilheiro italiano Giuseppe Garibaldi adere à Revolução Farroupilha.

1840

- Golpe da Maioridade: dom Pedro II assume o trono do Brasil, aos 14 anos.
- Em 20 de setembro, morre o ditador paraguaio Rodríguez de Francia.

1843

- Pedro II nomeia Pimenta Bueno encarregado de negócios e cônsul no Paraguai.

1844

- Início do governo de Carlos Antonio López, no Paraguai, em 14 de março.
- O Brasil reconhece oficialmente a independência do Paraguai.
- Carlos López fecha portos paraguaios à navegação de Corrientes.
- Nasce o filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche.

1845

- Fim da Revolução Farroupilha.
- Edgar Allan Poe publica seu poema *O corvo*.

1846

- Carlos Antonio López reabre portos paraguaios até a região de Villa del Pilar. Conflitos com forças do líder argentino Juan Manuel de Rosas na fronteira Sul.

1847

- É instituído o parlamentarismo no Brasil. A Pedro II cabe o Poder Moderador.

1848

- Revolução Praieira, em Recife, Pernambuco.
- Marx e Engels publicam o *Manifesto Comunista*.

1849

- Fechamento do Congresso Nacional paraguaio.

1849

- Expedição paraguaia a Passo da Pátria, comandada por Solano López.

1850

- A Lei Eusébio de Queiroz extingue o tráfico de escravos para o Brasil.

1852

- Em janeiro, Angel Benigno, filho caçula de Carlos Antonio López, ingressa na Academia Militar da Marinha brasileira.
- A Confederação Argentina reconhece o Paraguai como país independente.
- Acordo de livre navegação no rio Paraná.

1853

- Tratados entre o Paraguai e os Estados Unidos.
- A França reconhece a independência do Paraguai e Napoleão III credencia Solano López como cônsul em Paris. Solano também é confirmado como ministro plenipotenciário na corte da Espanha e na Inglaterra.
- Na Itália, Giuseppe Verdi estreia suas óperas *Il Trovatore* e *La Traviata*.
- Início da Guerra da Crimeia.

1854

- Em 28 de fevereiro, Solano conhece sua futura amante Elisa Alicia Lynch no palácio das Tulherias, em Paris.
- Em 11 de abril, Carlos Antonio López é reeleito. A seu pedido, a extensão do mandato é de três anos, em vez de cinco ou dez, como acontecera antes.
- López prepara tripulação para viagem do vapor *Tacuari* da Inglaterra ao Paraguai.

1855

- Nomeação do chanceler paraguaio José Berges como cônsul no Brasil.
- Retorno de Solano López ao Paraguai. Elisa chega a Assunção com o primeiro filho do casal pouco depois.

1856

- O governo paraguaio contrata os engenheiros londrinos Alfred e John Blyth, para construir ferrovia ligando Assunção a diversos pontos do Paraguai.
- Brasil e Paraguai firmam Tratado de Navegação.

1857

- Tratado navegação fluvial Brasil-Argentina.
- Charles Darwin publica *A Origem das Espécies*.
- Charles Baudelaire publica *As Flores do Mal*, obra considerada ultrajante à moral pública, que lhe vale uma multa de 300 francos.

1858

- Convenção para ajuste do acordo de navegação Paraguai-Brasil.

1859

- Entre agosto e dezembro, mediação de Solano López entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, que resulta no Pacto de San José de Flores. O vapor *Tacuari* é retido pelos ingleses no porto de Buenos Aires.
- Richard Wagner conclui sua ópera *Tristão e Isolde*.

1860

- Bernardo Berro, do Partido Blanco, é eleito presidente do Uruguai, com a promessa de combater a penetração brasileira no seu território.
- Carlos López encomenda a construção de mais navios em Londres.

1861

- Inauguração da metalúrgica de Ibicuí, no Paraguai.
- É inaugurada a linha férrea Assunção-Trinidad, a primeira do Paraguai.

1862

- Carlos Antonio López morre em 10 de setembro. Deixa decreto-testamentário nomeando o filho Francisco Solano López seu sucessor.
- Em 12 de outubro, o general Bartolomeu Mitre, governador de Buenos Aires, se torna o primeiro presidente constitucional da Argentina unificada.

1863

- Nos Estados Unidos, o presidente Abraham Lincoln liberta os escravos.
- O general uruguaio Venâncio Flores, do Partido Colorado, apoiado por Mitre e pelos

liberais brasileiros do Rio Grande do Sul, invade o Uruguai.

- Missão uruguaia em Assunção tenta aliança com López contra a Argentina e o Brasil.
- O Paraguai alerta a Argentina sobre a necessidade de preservação da independência uruguaia pelo equilíbrio de poder na região do Prata.
- Questão Christie, série de atritos diplomáticos entre o Brasil e a Inglaterra.

1864

- Em março, o presidente Bernardo Berro renuncia no Uruguai e entrega o Poder Executivo a Atanasio Aguirre, presidente do Senado.
- O Brasil envia representante ao Uruguai para discutir as ameaças sofridas por cidadãos brasileiros em território uruguaio e diz que pode intervir militarmente.
- Forças imperiais invadem o Uruguai em apoio a Venâncio Flores. O Paraguai considera a agressão como um ato de guerra. Em retaliação, apreende o vapor brasileiro *Marquês de Olinda* em 12 de novembro.
- Em 13 de dezembro, o líder paraguaio Solano López declara formalmente guerra ao Brasil e dias depois inicia a invasão do Mato Grosso.
- O presidente norte-americano Abraham Lincoln é assassinado.

1865

- Forças brasileiras unidas a Venâncio Flores esmagam a resistência em Paissandu, no Uruguai.
- Em 20 de fevereiro, Montevideu se rende sem luta e Flores assume o governo.
- Em 18 de março, o Paraguai declara guerra à Argentina e invade Corrientes.
- Argentina, Brasil e Uruguai firmam o Tratado da Tríplice Aliança, pela derrubada de López, a livre navegação no Prata e a tomada de territórios em litígio.
- Em 11 de junho, esquadra paraguaia ataca a brasileira em Riachuelo, mas é derrotada. O Paraguai fica bloqueado, incapaz de receber auxílio do exterior.
- Entre maio e junho, o Exército paraguaio invade o Rio Grande do Sul, mas, em 18 de setembro, se rende a dom Pedro II, Mitre e Venancio Flores.
- Em 3 de outubro, as forças paraguaias abandonam o território argentino.

1866

- Em janeiro, o general Robles, derrotado em Riachuelo, é fuzilado por ordem de López.
- Em 16 de abril, as forças aliadas cruzam o Rio Paraná e invadem o Paraguai.
- Em 24 de abril, os paraguaios tentam desalojar os aliados de Tuiuti, mas são derrotados.
- Em 3 de agosto, os liberais, críticos da guerra, voltam ao poder no Brasil.
- A 12 de setembro, encontro entre Mitre e López fracassa na tentativa de acabar com a guerra. Dez dias depois, a Batalha de Curupaiti se torna a maior derrota aliada no conflito.
- O então marquês de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, assume o comando das forças brasileiras de terra e mar.

- Em novembro, o Império concede alforria gratuita aos escravos alistados no serviço do Exército.

1867

- Epidemia de varíola atinge as tropas de ambos os lados do conflito, somando-se aos surtos de cólera, tifo e malária.
- Fracassa expedição brasileira ao Mato Grosso, no episódio conhecido como a Retirada da Laguna.
- Em 13 de junho o marechal Antônio Maria Coelho retoma Corumbá.
- Em 24 de junho é feita a primeira operação militar brasileira com balão.
- Em novembro ocorre a Segunda Batalha de Tuiuti.

1868

- Em janeiro, Mitre volta a Buenos Aires e Caxias o substitui como comandante-em-chefe aliado.
- Em fevereiro, encorajados brasileiros forçam a passagem rio acima por Humaitá e alguns deles chegam a bombardear Assunção.
- O ex-presidente Bernardo Berro, blanco, lidera uma rebelião no Uruguai. Venâncio Flores é assassinado, mas a revolta fracassa e Berro também é morto.
- López instala-se em San Fernando, onde inicia julgamentos contra estrangeiros e contra paraguaios – inclusive parentes – que considera traidores.
- Em 12 de junho, o aliado de Mitre, Rufino Elizalde, é derrotado nas eleições presidenciais por Domingo Faustino Sarmiento, contrário à guerra.
- De 6 a 30 de dezembro, sob o comando de Caxias, os aliados vencem os paraguaios em uma série de batalhas conhecida como a Dezembrada. López escapa do cerco em Lomas Valentinas.

1869

- Em 1º de janeiro, tropas aliadas invadem e saqueiam Assunção.
- No dia 5, Caxias considera a guerra terminada e em seguida se retira do teatro de operações.
- Em 15 de abril, o conde D'Eu, genro de dom Pedro II, se torna novo comandante-em-chefe das forças brasileiras e segue na perseguição a Lopez.
- Em 11 de junho, um governo provisório paraguaio assume em Assunção.
- Em 12 de agosto, forças aliadas tomam Peribeubí, a capital provisória de López. O conde D'Eu manda degolar o comandante paraguaio Pedro Caballero e dezenas de combatentes guaranis.

1870

- Em 1º de março, López é morto em Cerro Corá, com um golpe de lança desferido pelo brasileiro José Francisco Lacerda e por um tiro de fuzil. Termina a Guerra do Paraguai.
- Uma nova Constituição paraguaia é promulgada em novembro.

- Ideário republicano ganha força entre o povo brasileiro.
- Carlos Gomes compõe a ópera *O Guarani*.

1871

- Em Buenos Aires, irrompe uma epidemia de febre amarela.
- É promulgada a Lei do Ventre Livre no Brasil.

1872

- Tratado de paz cede ao Brasil o território entre os rios Apa e Branco, no Mato Grosso do Sul.

1876

- Tratado de paz cede à Argentina parte da região do Chaco e áreas de Misiones.
- Últimos soldados brasileiros deixam o Paraguai.
- Invenção do telefone, por Alexander Graham Bell.

1888

- Lei Áurea extingue a escravidão no Brasil.

1889

- Proclamação da República no Brasil.

NOTAS

CAPÍTULO I – O PODER DOS LÓPEZ

1. Em *El Mariscal Solano López*. F. Moliner, 1925, p. 17.
2. Os rumores são citados por diversas fontes, entre elas, James Schofield Saeger em *Francisco Solano López and the Ruination of Paraguay: Honor and Egocentrism* (p. 39) e Henry D. Ceupens, em *Paraguay: un paraíso perdido?: pasado, presente y futuro del Paraguay* (p. 162).
3. Ildefonso Antonio Bermejo, *Episódios da vida privada, política e social na República do Paraguai*, 2002, p. 162.
4. Harris Gaylord Warren, *Paraguay and the Triple Alliance: the Postwar Decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas, 1978.
5. Juan León é citado por Sybille Groe e Klaus Zimmermann em *O português brasileiro*, TFM, 2000, p. 363; por Ana Ribeiro em *El caudillo y el dictador*, Editorial Planeta, 2003, pp. 515, 558 e 560, e em *San Martín y Artigas: adversários ou colaboradores?*, Editorial Noel, 1951, p. 350. Há um registro, sem comprovação, de que ele ainda estaria vivo em 1944, aos 102 anos.
6. Mary Monte de López Moreira, catedrática da Faculdade de Filosofia, docente de História Antiga, História do Século XX e História do Paraguai, da Universidade Nacional de Assunção, em *Pancha Garmendía*, 2013.
7. Archivo Nacional de Asunción. Documento de 15 de janeiro de 1852.
8. *Proclamas y cartas del Mariscal López*. Editorial Assunção, 1957, p. 21.
9. Documento do Archivo Nacional de Asunción. Vol. 287, no 3, 25 de dezembro de 1849.
10. Diversas fontes apontam essa ambição de López. A região é descrita em *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção: história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2003*. Resende (RJ): Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2003, p. 105.
11. Documento do Archivo Nacional de Asunción. Vol. 320, no 22.

CAPÍTULO II – GRANDE PROVÍNCIA DAS ÍNDIAS

1. *Paraguay histórico*: material difundido por el Instituto de Historia y Museo Militar del Ministerio de Defensa Nacional, Edição 4. *Significado etimológico de Paraguay y Uruguay*. Editora do Autor, 1953.
2. *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e política*, de Alexandre José Mello Moraes, 1858, p. 127. *Aáguia e o dragão: portugueses e espanhóis na globalização do século XVI*, de Serge Gruzinski. Librairie Arthemie Fayard, 2012.

3. *Pilotos portugueses en el río de la Plata durante el siglo XVI*, de Rolando A. Laguarda Trias, pp. 71-6.
4. *ABC Color* de 24 de outubro de 2004, por Luis Verón, ed. *Gobernadores coloniales de la provincia del Paraguay*; e *Revista de la Universidad Nacional* (Vol. 7). Buenos Aires, 1907.
5. Leslie Bethell (Org.). *História da América Latina da Independência a 1870*. São Paulo: Editora Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. V. III, pp. 771-828.
6. Julio César Chaves, *El Supremo Dictador: biografía de José Gaspar de Francia*. Assunção: Carlos Schauman, 1985, pp. 23-34; 42.
7. Bruno Soerensen. *O poder absoluto do Dr. Francia*. São Paulo: Arte & Ciência y Unimar, 1998, pp. 114-5.
8. Ildefonso Antonio Bermejo em *Episodios de la vida privada, política y social de la República del Paraguay*. Assunção: Quell y Carrón, 1913.
9. ABC Digital. *Biografía de Don Carlos Antonio López*, 6 de setembro de 2010.
10. Luís Ferrand de Almeida. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
11. *Encyclopaedia Britannica*. Verbete de William M. Denevan. 2014.
12. *A Missão Bellegarde ao Paraguai*, Vol. I, 1849-1852, de José Antônio Soares de Souza. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1966.

CAPÍTULO III – NA CORTE DE NAPOLEÃO III

1. Informações contidas em carta confidencial do Foreign Office dirigida ao cônsul britânico no Paraguai, Charles Henderson, Pasta FO-59-19, datada de 8 de maio de 1854, do Arquivo Nacional da Grã-Bretanha.
2. Peter Schmitt, *Die diplomatischen Beziehungen unter Carlos Antonio Lopez und Francisco Solano Lopez*. Alemanha: Colloquium Verlag, 1963.
3. Benjamin Poucel, *Le Paraguay moderne et l'interet general du commerce*. Marselha (França): Marius Olive Editor, 1867.
4. Ana Barreto, *Elisa Alicia Lynch. Colección Protagonistas de la Historia*. Assunção: ABC Color, 2011.
5. Michael Lillis e Ronan Fanning, *Calúnia: Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009; Andrea de Freitas Machado, Valeria Aparecida da Fonseca e Fernanda Lengruher Nidecker, *Elysa Lynch, heroína irlandesa*. Rio de Janeiro: UFF, 1999; Héctor Francisco Decoud, *Elisa Lynch de Quatrefages*. Buenos Aires: Casa Editora Librería Cervantes, 1939.
6. Sobre Téophile Dumont: Sergio Cruz Lima, no artigo “Madame Lynch, a Imperatriz do Prata”. *Diário Popular*, 9 de dezembro de 2012.

CAPÍTULO IV – RETORNO

1. Archivo Nacional de Asunción.
2. *Buques paraguayos durante la Guerra de la Triple Alianza*. Historia y Arqueología Marítima. Carlos Mey Martínez. 2016.
3. Michael Lillis e Ronan Fanning, *Calúnia: Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009; Héctor Francisco Decoud, *Elisa Lynch de Quatrefages*.

Buenos Aires: Casa Editora Librería Cervantes, 1939.

4. *Buques paraguayos durante la Guerra de la Triple Alianza*. Historia y Arqueología Marítima. Carlos Mey Martínez. 2016.

5. Atual rua Marechal Estigarribia, onde hoje funciona a Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Nacional de Assunção.

6. Andrea de Freitas Machado, Valeria Aparecida da Fonseca e Fernanda Lengruber Nidecker, *Elysa Lynch, heroína irlandesa*. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

CAPÍTULO V – O “REI DOS MACACOS”

1. Cesar de Oliveira Lima Barrio, *O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. 289 f. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

2. *Rafael, o anjo negro de Pedro II*. Junior Esps. monarquia.org.

3. Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

4. Marleide da Mota Gomes, Lucia M. C. Fontenelle e Miguel Chalub, *O imperador Dom Pedro II: as suas crises convulsivas quando menino*. Rio de Janeiro: Programa de Epilepsia do Instituto de Neurologia Deolindo Couto; Universidade Federal do Rio de Janeiro. Arq. Neuropsiquiatr., 2007.

5. *180 anos do Senado Brasileiro. Um roteiro pela história do Senado no Brasil e no Mundo*. Brasília: Senado Federal, 2013.

6. Fabiano Barcellos Teixeira, *A primeira Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: História Viva, 2012.

CAPÍTULO VI – A BACIA DA DISCÓRDIA

1. Fabiano Barcellos Teixeira, *A primeira Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: História Viva, 2012.

2. Do Arquivo Mitre, em José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, pp. 40-1.

3. Uacury Ribeiro de Assis Bastos, “A Missão Pedro Ferreira de Oliveira”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, 1970.

4. Archivo Nacional de Asunción. “Cartas respecto a la invasión brasileira.” Seção História, Vol. 315, no 11, folha 3, 1855.

5. Ofícios de Pedro Ferreira de Oliveira ao Visconde de Abaeté, 1 a 25 de abril de 1855.

6. Hildebrando Accioly, *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai*. Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 69-77.

7. Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Paraguai. Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, 1856.

8. Kaori Kodama, *Africanos no Rio de Janeiro na epidemia de cólera, 1855-1856*. Rio de Janeiro: COC-Fiocruz, 2012.

9. O. R. David, *O inimigo invisível: a epidemia de cólera na Bahia em 1855-1856*. Dissertação (mestrado). Salvador: UFBA, 1994.

10. Archivo Nacional de Asunción.

11. Tratado de Aliança entre Brasil e Paraguai. Arquivo da Secretaria de Estado dos

CAPÍTULO VII – SOLANO LÓPEZ, PACIFICADOR

1. *Guerra de la Triple Alianza y el genocidio paraguayo*. Montevideu: Arca Editorial, 2009.
2. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.
3. Alcibíades Lappas, *La Masonería argentina a través de sus hombres*. Buenos Aires, 1966, p. 384.
4. Discurso reiterado em proclama de 1859: “Basta de guerra entre los hijos de la Nación Argentina”. *La Nación*, no 3.080.
5. Ernesto Quesada, *Los tratados argentino-paraguayos. Historia Secreta de la negociación*. Buenos Aires: Estudios, 1901, p. 327.
6. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 48.
7. John Hoyt Williams, *The Rise and Fall of the Paraguayan Republic, 1800-1870*. Austin: University of Texas, 1979.

CAPÍTULO VIII – A BUSCA DE UM SALTO TECNOLÓGICO

1. A honra de ser a primeira ferrovia sul-americana coube à linha Georgetown-Plaisance, na Guiana Inglesa, em 1848. O Peru teve a segunda, Lima-Puerto Callao, em maio de 1851; o Chile, a terceira, Caldera-Monte Amargo, em julho de 1851; o Brasil, a quarta, Baía de Guanabara-Petrópolis/Raiz da Serra, em abril de 1854; e a Argentina teve a quinta, com o trecho Del Parque-Floresta, em agosto de 1857.
2. James Schofield Saeger, *Francisco Solano López and the Ruination of Paraguay: Honor and Egocentrism*. Londres: Rowman & Littlefield, 2007.
3. *La diplomacia oriental en el Paraguay: correspondencia oficial y privada del doctor Juan José de Herrera, ministro de Relaciones Exteriores de los gobiernos de Berro y Aguirre*. Montevideu: Talleres A. Barriero y Ramos, 1908.

CAPÍTULO IX – SUCESSÃO

1. Decreto testamentário de Carlos Antonio López nomeando Francisco Solano López vice-presidente e seu sucessor. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 331, no 5, 1862.
2. Silvio Gaona, *El clero en la Guerra del 70*. Cura Rector de la Catedral de Assunção. Assunção: El Arte S.A., 1961.
3. Lei do Congresso designa Solano López presidente da República, 10 de outubro de 1862. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 331, no 9.
4. Processo contra os presbíteros Fidel Maíz e José del Carmen Moreno. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 334, no 7.

CAPÍTULO X – LIMPANDO O CAMINHO

1. Alcibíades González Delvalle, *San Fernando: drama histórico sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Servilibro, 1989.
2. Em 1856, por exemplo, ele pagou 360 pesos ao ministro da Fazenda por quatro

escravos de 15 a 30 anos. Em 1857, comprou quatro escravas e dois de seus filhos por quatrocentos pesos. Em agosto de 1860, gastou cem pesos com um escravo de 35 anos. Em outubro do mesmo ano, fez negócio com o empresário Manuel José Carraula por uma mulher de 25 anos e suas duas filhas. Um mês depois, adquiriu um casal com dois filhos. Em 1864, pagou 54 pesos por uma menina de 12 anos, havendo no mesmo ano outras transações semelhantes. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 293, no 6.

3. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 296, no 13.

4. Ana Maria Argüelo, “Los negros em Paraguay”, artigo publicado em *ABC Color*, agosto de 2012.

5. “Las moradas de los López”, artigo publicado no *Última Hora*, 22 de agosto de 2009.

CAPÍTULO XI – ERA DE OURO

1. Carta de Napoleão III a Solano López. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 444, no 12: “General, fiquei muito sensibilizado com a carta particular que haveis escrito, com a afetuosa lembrança que haveis guardado de vossa residência em minha Corte Imperial. Fico muito feliz em acompanhar, com olhar amistoso, os progressos sensíveis que obtive o Paraguai sob a tutela de seu ilustre pai, de lamentável perda, e não tenho dúvida de que, sob a vossa sábia direção, vossa pátria continuará a marchar rapidamente pela via da civilização. Enviando votos por vossa felicidade pessoal, a glória de vossa Presidência, me comprazo em oferecer a garantia de minha estima e de minha perfeita afeição. Sobre esta, general, rogo a Deus o lugar de sua santa e digna guarda. Escrito no Palácio das Tulherias em 10 de janeiro de 1863. Vosso bom amigo, Napoleão III”.

2. Francisco Doratioto, *Maldita guerra* : nova história da Guerra do Paraguai São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 42.

3. Número 499 do *El Semanario*, 14 de novembro de 1863.

CAPÍTULO XII – URUGUAI

1. R. Castellanos, *La cisplatina, la independencia y la república caudillesca*. Editorial Banda Oriental y La República, 1998.

2. Adriana Barreto de Souza, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

3. Joanna Santos de Souza, *A diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-58)*. 81 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

4. Em *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 29.

CAPÍTULO XIII – O FATOR VENÂNCIO FLORES

1. *La diplomacia oriental en el Paraguay: correspondencia oficial y privada del doctor Juan José de Herrera, ministro de Relaciones Exteriores de los gobiernos de Berro y Aguirre*. Montevideu: Talleres A. Barriero y Ramos, 1908.

2. O blog brasileiro Projeto Solo relata a história do animal no artigo “Conheça Coquimbo: o cão uruguaio embalsamado”, 4 de maio de 2015.

3. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1863.

4. *La diplomacia oriental en el Paraguay: correspondencia oficial y privada del doctor Juan José de Herrera, ministro de Relaciones Exteriores de los gobiernos de Berro y Aguirre*. Montevidéo: Talleres A. Barriero y Ramos, 1908.
5. Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, pp. 10-4.
6. Daniel Porciuncula Prado, *A Guerra do Paraguai: duas vertentes historiográficas*. FURG, Brasil, 2012.

CAPÍTULO XIV – O ROMPANTE DE LÓPEZ

1. Capitão Tenente Euzébio José Antunes, *A memória explicativa de certos fatos das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e contra a República do Paraguai durante o comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1867.
2. Armando de Senna Bittencourt, O almirante Tamandaré na campanha oriental. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano I, no 3. Rio de Janeiro, 2010.
3. “Não é acreditável que vinte navios com 4 mil homens do desembarque pudessem passar despercebidos”, ponderou na resposta, em que também atentava para o risco de isolamento do seu país: “A posição topográfica do Paraguai produziria a estagnação inevitável de todas as suas rendas logo no início da guerra que pode surgir com o Brasil e, até, ao mesmo tempo, com a Argentina. Tampouco é admissível, nem oferece bases de discussão, a ideia de um subsídio mensal de 80 a 100 mil pesos!”. *La diplomacia oriental en el Paraguay: correspondencia oficial y privada del doctor Juan José de Herrera, ministro de Relaciones Exteriores de los gobiernos de Berro y Aguirre*. Montevidéo: Talleres A. Barriero y Ramos, 1908.
4. Ricardo Nunes Borga, *Questões do Prata*. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2014, pp. 33-4.
5. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vol. 272. Fé de Ofício do Coronel Frederico Carneiro de Campos, 1966, pp. 301-10.
6. *Inventário das causas da guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai (1865/70)*, por Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel. Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 5 de novembro de 2011.

CAPÍTULO XV – A QUEDA DE PAISSANDU

1. J. Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1923-1929, pp. 277-82.
2. Bruna Oliveira Santiago, *A presença da fotografia nas páginas da Semana Ilustrada: reflexões sobre a relação entre litografia e fotografia no século XIX*. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 27 a 31 de julho de 2015; *Semana Ilustrada*, edição 222, ano 1865.
3. A denominação “macacos”, para definir depreciativamente os brasileiros, era amplamente utilizada nos países vizinhos do Cone Sul.
4. Diversos relatos uruguaios tratam desse personagem, também descrito no romance histórico *Desandanzas del Goyo Jeta*, de Hugo Bervejillo. Montevidéo: Proyección, 1993.
5. Archivo de Urquiza em A.G. Nación, publicada por Fermín Chávez em *Vida y muerte de López Jordan*. Buenos Aires: Nuestro Tiempo, 1970, p. 132.

CAPÍTULO XVI – O PARAGUAI INVADE O BRASIL

1. Roderick J. Barman, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 91
2. *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de outubro de 1864.
3. Ramón J. Cárcano, *Guerra del Paraguay. Acción y reacción de la Triple Alianza*, Vol. I. Buenos Aires: Domingo Viau, 1941, p. 37.
4. Os pesquisadores argentinos Florencia Pagni e Fernando Cesaretti, em seu blog (grupoefefe.blogspot.com), afirmam que Carlos Augusto de Oliveira ordenou que ninguém se afastasse de Corumbá, dando a entender que iria resistir. Mas, ao que tudo indica, estava apenas preservando os barcos para a sua própria fuga, que se deu em 2 de janeiro.

CAPÍTULO XVII – O TRIUNFO COLORADO

1. César de Oliveira Lima Barrio, *A Missão Paranhos ao Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai*. Brasília: Funag, 2010.
2. José Bernardino Bormann. *A Campanha do Uruguay (1864–65)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
3. Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro. Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

CAPÍTULO XVIII – EXPLODE O CONFLITO

1. Congresso Nacional Extraordinário, 5 de março de 1865. As medidas foram aprovadas após um discurso inflamado de Solano López com uma declaração de guerra, ainda informal, ao governo argentino.
2. Andrés Cisneros e Carlos Escudé (Org.), *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Centro de Estudios de Política Exterior; Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. Distribuidor exclusivo: Galerna, 1998.
3. J. Beverina, *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Biblioteca del Suboficial, p. 85.
4. Carlos G. Vertanessian, revista *Todo es Historia* no 519. Buenos Aires, outubro de 2010, pp. 12-8.

CAPÍTULO XIX – A TRÍPLICE ALIANÇA

1. Decreto no 3.371 de 7 de janeiro de 1865. Coleção de Leis do Império do Brasil, 7/1/1865, p. 5, Vol. 1, pt I.
2. Em sua íntegra, o texto trazia o seguinte conteúdo: *Art. 1o A República Oriental do Uruguai, Sua Majestade o Imperador do Brasil e a República Argentina contraem aliança ofensiva e defensiva na guerra provocada pelo Governo paraguaio.*
Art. 2o Os aliados concorrerão com todos os meios de que possam dispor, em terra ou nos rios, como julgarem necessário.
Art. 3o Devendo começar as hostilidades no território da República Argentina ou na parte do território paraguaio que é limítrofe com aquele, o Comando em Chefe e a direção dos exércitos aliados ficam confiados ao Presidente da mesma República, General em Chefe do Exército argentino Brigadeiro General Dom Bartolomeu Mitre. As forças navais dos aliados

ficarão sob o imediato comando do Vice-Almirante Visconde de Tamandaré, Comandante em Chefe da esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

As forças terrestres da República Oriental do Uruguai, uma divisão das forças argentinas e outra das forças brasileiras, que serão designadas por seus respectivos chefes superiores, formarão um exército às ordens imediatas do Governador Provisório da República Oriental do Uruguai, Brigadeiro General Dom Venâncio Flores.

As forças terrestres de Sua Majestade o Imperador do Brasil formarão um exército sob as imediatas ordens do seu General em Chefe Brigadeiro Dom Manuel Luís Osório. Embora as Altas Partes Contratantes estejam de acordo não mudar o teatro das operações de guerra, todavia, a fim de conservar os direitos soberanos das três nações firmam desde já o princípio de reciprocidade para o Comando em Chefe, caso as ditas operações tiverem de passar para o território oriental ou brasileiro.

Art. 4º A ordem e economia militar dos exércitos aliados caberão exclusivamente aos seus respectivos Chefes. As despesas de soldo, subsistência, munições de guerra, armamento, vestuário e meios de mobilização das tropas aliadas serão feitas à custa dos respectivos Estados. Art. 5º As Altas Partes Contratantes prestar-se-ão mutualmente, em caso de necessidade, todos os auxílios ou elementos de guerra de que disponham, na forma que ajustarem. Art. 6º Os aliados se comprometem solenemente a: não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derrubada a autoridade do atual Governo do Paraguai; bem como a não negociarem separadamente, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão com o perfeito acordo entre todos.

Art. 7º Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai, e sim contra o seu Governo, os aliados poderão admitir em uma legião paraguaia os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derrubar o dito Governo, e lhes darão os elementos necessários, na forma e com as condições que se ajustarem.

Art. 8º Os aliados se obrigam a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai. Em consequência, o povo paraguaio poderá escolher o governo e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados nem pedir o seu protetorado como consequência desta guerra.

Art. 9º A independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai serão garantidas coletivamente de acordo com o artigo antecedente pelas Altas Partes Contratantes durante o período de cinco anos.

Art. 10º Concordam entre si as Altas Partes Contratantes que as isenções, privilégios ou concessões que obtenham do Governo do Paraguai hão de ser comuns a todos eles, gratuitamente se forem gratuitas ou com a mesma compensação se forem condicionais.

Art. 11º Derrubado o atual Governo da República do Paraguai, os aliados farão os ajustes necessários com a autoridade que ali se constituir para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, de sorte que os regulamentos ou leis daquela República não possam prejudicar, impedir ou onerar o trânsito e a navegação direta dos navios mercantes e de guerra dos Estados aliados, dirigindo-se para seus territórios respectivos ou para território que não pertença ao Paraguai, e tomarão as garantias convenientes para efetividade daqueles ajustes sob a base de que os regulamentos de polícia fluvial, quer para aqueles dois rios, quer para o rio Uruguai, serão feitos de comum acordo entre os aliados e os demais estados ribeirinhos que, dentro do prazo que ajustarem os ditos aliados, aderirem ao convite que lhes será dirigido.

Art. 12o Os aliados reservam-se combinar entre si os meios mais próprios para garantir a paz com a República do Paraguai, depois de destituído o governo atual.

Art. 13o Os aliados nomearão oportunamente os plenipotenciários para a celebração dos ajustes, convenções ou tratados que se tenham de fazer com o governo que se estabelecer no Paraguai.

Art. 14o Os aliados exigirão desse governo o pagamento das despesas da guerra que se viram obrigados a aceitar, bem como a reparação e a indenização dos danos e prejuízos causados às suas propriedades públicas e particulares e às pessoas de seus cidadãos, sem expressa declaração de guerra; e dos danos e prejuízos verificados posteriormente com violação dos princípios que regem as leis da guerra.

A República Oriental do Uruguai exigirá também uma indenização proporcional aos danos e prejuízos que lhe causa o Governo do Paraguai pela guerra em que a obriga a entrar para defender sua segurança ameaçada por aquele governo.

Art. 15o Em uma Convenção especial se marcará o modo e a forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas.

Art. 16o Para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limites, fica estabelecido que os aliados exigirão do Governo do Paraguai que celebre com os respectivos governos tratados definitivos de limites, sob as seguintes bases:

A República Argentina será dividida da República do Paraguai, pelos rios Paraná e Paraguai a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai a Baía Negra; O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai do lado do Paraná pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que segundo a recente carta de Mouchez é o Iguaçu e da foz do Iguaçu e por ele acima até as suas nascentes;

Do lado da margem esquerda do Paraguai pelo rio Apa desde a foz até às suas nascentes; No interior, pelos cumes da Serra do Maracaju, sendo as vertentes do leste pertencendo ao Brasil e as de oeste ao Paraguai e, tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção às nascentes do Apa e do Iguaçu.

Art. 17o Os aliados se garantem reciprocamente o fiel cumprimento dos convênios, ajustes e tratados que se devem celebrar com o governo que se estabelecerá na República do Paraguai, em virtude do que foi concordado no presente tratado de aliança, o qualificará sempre em toda a sua força e vigor para o fim de que estas estipulações sejam respeitadas e executadas pela República do Paraguai;

Para conseguir este resultado, concordam que, no caso em que uma das Altas Partes Contratantes não possa obter do Governo do Paraguai o cumprimento do ajustado, ou no caso em que este governo tente anular as estipulações ajustadas com os aliados, os outros empregarão ativamente seus esforços para fazê-las respeitar. Se estes esforços forem inúteis, os aliados concorrerão com todos os seus meios para fazer efetiva a execução do estipulado.

Art. 18o Este Tratado se conservará secreto até que se consiga o objetivo principal da aliança.

Art. 19o As estipulações deste Tratado, que não dependam do Poder Legislativo para serem ratificadas, começarão a vigorar desde que seja aprovado pelos Governos respectivos, e as outras desde a troca das ratificações que terá lugar dentro do prazo de quarenta dias, contados da data do mesmo Tratado, ou antes se for possível, que se fará na Cidade de Buenos Aires.

Em testemunho do que, nós abaixo-assinados, Plenipotenciários de Sua Majestade o Imperador do Brasil, de sua Excelência o Presidente da República Argentina e de Sua Excelência o Governador Provisório da República Oriental do Uruguai, em virtude de nossos

Plenos Poderes, assina-os o presente Tratado e lhe fizemos pôr os nossos selos. Cidade de Buenos Aires, 1o de maio do ano de Nosso Senhor de 1865.

Carlos de Castro

Francisco Otaviano de Almeida Rosa

Rufino de Elizalde

3. Deodoro da Fonseca. RS 1886; pres. Rep. 1889-1891. CPDOC. FGV.
4. Felipe Varela, *¡Viva la Unión Americana!* Manifesto do general Felipe Varela aos povos americanos, 6 de dezembro de 1866.
5. Em informe ao presidente Mitre, o general aliado Wenceslao Paunero declarou que o lado paraguaio havia tido oitocentos combatentes mortos, o que logo se revelou um enorme exagero.
6. Antonio Emilio Castello, *Historia de Corrientes*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1991.
7. Pedro Antonio Galeano Valdez, *Paraguay vs Triple Alianza*. Assunção: Estudios Secundarios Culminados, 2005.

CAPÍTULO XX – O DESASTRE DE RIACHUELO

1. Archivo Nacional de Asunción. Processo contra Wenceslao Robles. Vol. 347, no 11.
2. Francisco Doratioto, *Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 146-51.
3. Álvaro Pereira do Nascimento, “Heroísmo bem-vindo”, em *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2009.
4. Depoimentos dos soldados Gabriel Barreto e José Villalva, prestados respectivamente em 5 e 6 de agosto de 1865, durante o processo contra o general Wenceslao Robles.

CAPÍTULO XXI – VISÕES SOBRE A GUERRA

1. Um panorama dessas diversas correntes encontra-se em Mário Maestri, “A guerra contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]”. *Revista digital Estudios Históricos*, CDHRP, agosto 2009, no 2.
2. Um trabalho bem representativo dessa corrente é *La otra historia*, coletânea de ensaios históricos organizada por Pachó O'Donnell. Buenos Aires: Ariel, 2012.
3. Ernane Guimarães Neto, “‘É impossível ser neutro’, diz Júlio José Chiavenato”. *Folha de S. Paulo*, 28 de outubro de 2007.
4. “Após 150 anos, estopim da Guerra do Paraguai ainda gera controvérsia” (Ricardo Salles). *Tahiane Stochero*. G1, 13 de dezembro de 2014.

CAPÍTULO XXII – A MARCHA PARA URUGUAIANA

1. Cesar Cristaldo Rodríguez, *La guerra contra la Triple Alianza. 1a Parte. La campaña de Uruguayana*. Assunção: Editorial El Lector, 2010.
2. Monografia de Pedro Antonio Galeano Valdez: *Paraguay vs. Triple Alianza 1865-1870*. Lambaré, Departamento Central. Monografias.com. 2005.
3. Arquivo de Urquiza, transcrito em *Vida y muerte de López Jordan*, de Fermín Chávez. Buenos Aires: Nuestro Tiempo, 1970, pp. 144-6.
4. Gabriela Saidon, *Cautivas*. Buenos Aires: Planeta, 2008.
5. Wagner Jardim, *Longe da pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição*

em Uruguiana (1865). Porto Alegre: FCM, 2015.

6. Archivo Nacional de Asunción. Documento de 27 de julho de 1865.

CAPÍTULO XXIII – ENCURREALADOS PELA ALIANÇA

1. Wagner Jardim, *Longe da pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguiana (1865)*. Porto Alegre: FCM, 2015, pp. 150-2.
2. Francisco Doratioto, *Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai* São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 172.
3. José Ignacio Garmendia, *Recuerdos de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta, litografía y encuadernación de J. Peuser, 1889, p. 173; L. Schneider, *A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2009, p. 282.
4. Joaquim Nabuco, *A Guerra do Paraguai*. Paris: Garnier, 1901, p. 152.
5. Segundo Pausânias, o imperador persa Xerxes, durante a batalha de Termópilas, ameaçou a defesa grega dizendo: “Minhas flechas serão tão numerosas que obscurecerão a luz do sol”. O rei espartano Leônidas teria respondido: “Tanto melhor, combateremos à sombra!”. Heródoto reporta essa afirmação não a Leônidas, mas a um tal Dieneses.

CAPÍTULO XXIV – DERROTADOS PELA FOME

1. “Relíquias de um conflito no século XIX: 15 fotografias da Guerra do Paraguai”, revista *História Ilustrada*, abril de 2014.
2. J. A. Dias Lopes, *A canja do Imperador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
3. Conde D’Eu, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1936, p. 79.
4. Conde D’Eu, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1936, p. 119.
5. Wagner Jardim, *Longe da pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguiana (1865)*. Porto Alegre: FCM, 2015, pp. 157-62.
6. Mário Maestri, “De Yatay a Cerro-Corá: consenso e dissenso na resistência militar paraguaia”, *Estudos Históricos*. CDHRPyB, Año V, Montevideu, dezembro de 2013, no 11.
7. Carta de André Rebouças a Alfredo Taunay (1893): “O santo velho [Dom Pedro] dizia-me no *Alagoas*: ‘Ainda quero bem o Silveira Lobo, ministro da Marinha, e único a me ajudar a ir para o Rio Grande do Sul’. (...) ‘Em Uruguiana seguimos o seu conselho e salvamos 7 mil paraguaiois’: Heroico e Bravo D. Pedro II”, p. 104.
8. Conde D’Eu, *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1936, p. 163.
9. Artigo do jornal paraguaio *ABC Color*, de 16 de maio de 2016, assinado por J. Rubiani.

CAPÍTULO XXV – FUZILADOS NO FORTE

1. Citações em *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*, de Mauro César Silveira. EdipucRS 1ª edição: 2003, pp. 124-5.
2. Isidoro J. Ruiz Moreno, *Campañas militares argentinas (1865-1874)*, Tomo IV, Vol. 1, *Guerra exterior y luchas internas*. Buenos Aires. Editora Claridad S.A., 2012, p. 123.
3. Francisco Doratioto, *Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai* São Paulo:

Companhia das Letras, 2002, p. 191.

4. Marcelo Pacheco, *Apuntes para una biografía*. Candido López, *Proyecto cultural artistas del Mercosur*. Colección Museo Histórico Nacional. Buenos Aires, 1998, pp. 7-50.

5. Wagner Jardim, *Longe da pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguiana (1865)*. Porto Alegre: FCM, 2015, pp. 91, 109.

6. Archivo Nacional de Asunción. Documento, Vol. 447, no 7.

CAPÍTULO XXVI – A MISSÃO SUICIDA

1. Citação a Conesa em *Acción de Corrales o Pehuajó*, do general Manuel Hornos. AGM, p. 327.

2. Carlos Alfredo D'Amico, *Buenos Aires, sus hombres y su política 1860-1890*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977, pp. 149-51

3. Carta reproduzida em *Solano López: soldado de la gloria y el infortunio*. Ensaios de Arturo Bray. Assunção: Editorial Nizza, 1958, p. 216.

4. Navios de madeira revestidos de chapas metálicas.

5. Beatriz Elizabeth e Ruyter C. Ribeiro, *Osorio: uma vida pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Zit, 2008.

6. Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro. Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.

7. *La América*. Buenos Aires, 23 de maio de 1866.

CAPÍTULO XXVII – TUIUTI, A BATALHA MAIS SANGRENTA

1. Carta de Bartolomeu Mitre a Marcos Paz. Quartel-general no Estero Bellaco, 3 de maio de 1866. Partes Oficiales, pp. 31-2.

2. Francisco Seeber, *Cartas sobre la Guerra del Paraguay, 1865-1866*. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1907.

3. André Rebouças, *Diário: a Guerra do Paraguai* (1866). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1973, pp. 168-73.

4. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, pp. 218-9.

5. Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro. Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, p. 400.

6. Juan José Arteaga e María Luisa Coolighan, *Historia del Uruguay*. Montevideu: Ed. Barreiro y Ramos, 1992.

CAPÍTULO XXVIII – ANA NÉRI E AS MULHERES NOFRONT

1. Francisco Seeber, *Cartas sobre la Guerra del Paraguay, 1865-1866*. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1907.

2. Carlos G. Vertanessian, *Todo es Historia* no 519. Buenos Aires, outubro de 2010, pp. 6-10.

3. Parte dos combatentes guaranis considerava tais castigos naturais. No livro *La Guerra del Paraguay*, que publicou tempos depois, o engenheiro britânico George Thompson, testemunha do conflito, escreveu: “Quando açoitado, o soldado consolava-se dizendo: ‘Se meu pai não me açoita, quem me haveria de açoitar?’. Todos chamavam de pai a

seus oficiais superiores, que a seu turno chamavam de filho aos soldados. López era chamado *taitá guasú*, o pai grande, mas também *mitá morotí*, que quer dizer menino branco, e *carái*, que quer dizer senhor”.

4. R. Lemos, *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Museu da Casa de Benjamin Constant, 1999.

5. Maria Teresa Garritano Dourado, *Doentes e famintos: cotidiano de um soldado na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História—ANPUH. São Paulo, julho de 2011, p. 15.

6. J. L. Osório e F. L. Osório Filho, *História do general Osorio*. Pelotas (RS). Tipografia do Diário Popular. 1915.

7. Joseph Eskenazi Pernidji e Mauricio Eskenazi Pernidji, *Homens e mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

8. Ana Néri, em *Vidas lusófonas* (site). Fernando Correia da Silva. Portugal. 1998.

9. General Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, *Episódios militares*. (Papellaria e Tipografia Luiz Macedo. 1897. Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, Imprensa Nacional, 1978.

CAPÍTULO XXIX – UMA CARTADA PARA GANHAR TEMPO?

1. Francisco Doratioto, *Maldita guerra* : nova história da Guerra do Paraguai São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 234.

2. Hugo Mendoza, *Curupaity: Guerra de la Triple Alianza. Colección 150 años de la Guerra Grande*, no 12. Assunção: El Lector, 2013.

3. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, pp. 220-1.

4. Ramón J. Cárcano, *Guerra del Paraguay: orígenes y causas*. Buenos Aires: Domingos Viau y Cia, 1939.

5. Daniel Pelúas e Enrique Piqué, *Crónicas de la Triple Alianza y el genocídio paraguayo*. Montevideu: Arca Editorial, 2009, p. 167.

CAPÍTULO XXX – OS PRESSÁGIOS DE CURUPAITI

1. Javier Romero Muñoz, *Guerra Grande: The War of the Triple Alliance, 1865-1870* (em inglês). Londres: Strategy & Tactics (270): 6-18. Bakersfield: Decision Games, 2011.

2. Rosendo Fraga, *Curupaity: heroica muerte de Manuel Fraga*. Buenos Aires: Nueva Mayoría, 2004, pp. 87-94.

3. Domingo Faustino Sarmiento, *La vida de Dominguito*. Pról. de Javier Fernández. Buenos Aires: Fondo Nacional de las Artes, 2000.

4. Miguel Angel de Marco, *Banderas rosarinas en la Guerra del Paraguay*, 1960.

5. Francisco Doratioto, *Maldita guerra* : nova história da Guerra do Paraguai São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 240-7.

6. Hilda Hübner Flores, *Mulheres na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EdiPucRS, 2010.

7. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 223.

8. Daniel Pelúas e Enrique Piqué, *Crónicas de la Triple Alianza y el genocídio paraguayo*. Montevideu: Arca Editorial, 2009, p. 173.

CAPÍTULO XXXI – VOLUNTÁRIOS, MAS NEM TANTO

1. Carta de Mitre del 24 de enero de 1867. Archivo Marcos Paz, t. VII, pp. 282-3.
2. Queiroz Paulo Duarte, *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981-1992.

CAPÍTULO XXXII — CAXIAS, O TRUNFO DE PEDRO II

1. General Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, *Episódios militares*. (Papelaria e Tipografia Luiz Macedo. 1897. Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, Imprensa Nacional, 1978.
2. R. Lemos, *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Museu da Casa de Benjamin Constant, 1999.
3. Natalicio Talavera, *La Guerra del Paraguay*, correspondência à *La Semana*, 27 de junho de 1866.

CAPÍTULO XXXIII – A RETIRADA DA LAGUNA

1. Raimundo de Menezes, *Caçando soldados para a guerra*, em *São Paulo de Nossos Avós*. São Paulo: Coleção Saraiva, 1955.
2. Edgard Luiz de Barros, *Os voluntários paulistas na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Geosp (Governo do Estado de São Paulo), 1990.
3. Luiz Roberto Saviani Rey, *O retiro antes da Laguna: Taunay em Campinas*. São Paulo: Editor Pontes, 2013.
4. Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay), *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
5. Fernando Antônio Lucas Camargo, *Um romancista em campanha: Taunay na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Baraúna, 2010.
6. José Pedro Frazão, Índios, fazendeiros e invasões: a história se repete. *Campo Grande News*, 28 de junho de 2013.
7. Alfredo d'Escagnolle Taunay (Visconde de Taunay), *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAPÍTULO XXXIV – A MORTE DO HERÓI E A SEGUNDA TUIUTI

1. *Memórias de Mme. Dorothéa Duprat de Lasserre*: versão e notas de J. Arthur Montenegro. Rio Grande do Sul. Livraria Americana, 1893.
2. O capitão Benjamin Constant havia participado da ação e impressionou-se com a tenacidade dos atacantes: “No combate, os paraguaios mostraram que são valentes e dedicados ao López. Morrem, mas não se rendem. Num pequeno encontro que houve no dia seguinte, vi quanto fanáticos pelo El Supremo são estas desgraçadas vítimas de López. Deu-se o seguinte: um piquete paraguaio composto de dez soldados ao comando de um oficial foi completamente cercado por um corpo de cavalaria do Osório. Fecharam e apertaram o círculo e o comandante disselhes que caso se rendessem não seriam mortos. As lanças e as espadas de nossos soldados refletiam aos raios de sol e em

cada uma viam eles pintada a morte, que os esperava se tentassem resistir ou se não se quisessem entregar; mas no meio daquele círculo de espadas que se apertava cada vez mais, diante da morte, aqueles heróis não se esqueceram do juramento prestado ao seu despótico chefe, das ordens recebidas; este juramento, estas ordens tinham para eles mais valor que a vida, responderam que não se entregariam porque não tinham ordem do superior governo; repetia-lhes o comandante da nossa força que então iam ser mortos; responderam com a maior calma: 'Pois'. E o comandante agitando a bandeira e dando reviravoltas com ela gritava: 'Não se rendam, sejamos paraguaios até na tumba. A seguir, cena de horrores, com cabeças arrancadas do tronco com um só golpe de espada; outras rachadas a espada; outros atravessados por lanças'". R. Lemos, *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Museu da Casa de Benjamin Constant, 1999.

3. Sebastopol era uma base da Marinha czarista que resistiu por um ano ao cerco de Inglaterra, França e do Piemonte, durante a Guerra da Crimeia (1853-1856). Essa comparação com Humaitá, que se mantinha invicta, era recorrente entre os oficiais aliados.

4. Coleção Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. DL576.022. 2 docs. 4 páginas.

5. Rio de Janeiro (RJ). Secretaria Especial de Comunicação Social Semana Ilustrada: história de uma inovação editorial / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria, 2007. 102p. : il. (Cadernos da Comunicação. Série Memória; 18).

CAPÍTULO XXXV – A CONSPIRAÇÃO

1. *Las Montoneras Felipe Varela*. Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez. Salta Jujuy, de Francisco Centeno. 1929.

2. *Tribunais de Sangue de San Fernando: O Sentido Político-Social do Terror Lopizta*, de Mario Maestri. História: Debates e Tendências. v. 13, n. 1, jan./jun. 2013.

3. Carta reproduzida em *Solano López. Soldado de la gloria y el infortúnio*. Ensaio de Arturo Bray. Assunção: Editorial Nizza, 1958, p. 348.

4. Idem, p. 349.

5. Manuscrito dice que la madre de López intentó envenenarle. Luis Bareiro. Assunção. *Última Hora*. 13 de novembro de 2011.

CAPÍTULO XXXVI – OS JULGAMENTOS DE SAN FERNANDO

1. Juan Crisóstomo Centurión, *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay Vol. IV*. Assunção: El Lector, 1987.

2. Idem.

3. Archivo Nacional de Asunción, Vol. 355, no 9.

4. *Campañas militares argentinas (1865-1874) – Tomo IV, Vol. 1 – Guerra exterior y luchas internas* – Isidoro J. Ruiz Moreno. Buenos Aires. Editorial Claridad. 2012.

5. Héctor Francisco Decoud. *La Masacre de Concepción ordenada por El Mariscal López*. Buenos Aires. Impresor Serantes Hnos. 1926.

6. Juan Crisóstomo Centurión, *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay Vol. IV*. Assunção: El Lector, 1987.

CAPÍTULO XXXVII – A DEZEMBADA

1. wikipedia.org/wiki/Manobra_de_Piquissiri
2. Carta de Caxias ao ministro da Guerra, o Barão de Muritiba. 26 de dezembro de 1868.
3. Mario Maestri, Tribunais de Sangue de San Fernando: o sentido político-social do terror lopizta. *História: Debates e Tendências*, v. 13, n. 1, jan./jun. 2013.

CAPÍTULO XXXVIII – ASSUNÇÃO, CIDADE ABERTA

1. Ricardo Borga, *Questões do Prata*. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2010, p. 219.
2. Em *Recuerdos de la Guerra del Paraguay* (Peuser, 1889), José Ignacio Garmendia escreveu ainda: “Aquela cidade solitária, sentada à margem do tranquilo rio, sofreu indiferente a sorte do vencido de longínquos tempos. O vencedor entrou para saquear”.
3. Carta de Caxias a José Maria Paranhos, 14 de janeiro de 1869.
4. Alfredo Boccia Románach, *El pillage final, em Paraguay y Brasil. Crónica de sus conflictos*. Biblioteca Virtual del Paraguay. Assunção: El Lector, 2000.

CAPÍTULO XXXIX – A MÃE SENTENCIADA

1. Alcibiades González Delvalle, *San Fernando: drama histórico sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Servilibro, 1989, pp. 59-62.
2. Silvestre Aveiro, *Memórias militares (1864-1870)*. Assunção: Comuneros, 1989.
3. Alcibiades González Delvalle, *San Fernando: drama histórico sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Servilibro, 1989, pp. 60-2.

CAPÍTULO XL – A VEZ DO CONDE D’EU

1. André Rebouças, *Diário e notas autobiográficas*. Organização de Ana Flora e Ignacio Rose Verissimo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
2. Roderick J. Barman, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.
3. Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870. Arquivo Histórico do Exército, pp. 7-8.
4. Josefina Plá, *Hermano negro: la esclavitud en el Paraguay*. Madri: Paraninfa, 1972.

CAPÍTULO XLI – O MASSACRE DE CONCEPCIÓN

1. Héctor Francisco Decoud, *La Masacre de Concepción ordenada por El Mariscal López*. Buenos Aires: Serantes, 1926.
2. Idem.
3. Gloria V. Casañas, *Yporã: amor e guerra bajo el sol guarani*. Buenos Aires: Plaza Janés; Random House Mondadori S.A., 2011.

CAPÍTULO XLII – A CAMPANHA DA CORDILHEIRA

1. Augusto Tasso Fragoso, *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934.
2. Juan Bautista Gill Aguinaga, *Historia Paraguaya*. Assunção: Academia Paraguaya de la Historia, 1967-8, pp. 22-3.
3. Juan Crisóstomo Centurión, *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del*

Paraguay Vol. IV. Assunção: El Lector, 1987.

4. Dionísio Cerqueira, *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1948.

5. Alice Melo, Cartas do front. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 1o de outubro de 2010.

CAPÍTULO XLIII – AS CRIANÇAS DE ACOSTA NÚ

1. Leandro Aponte, *Hombres, armas y batallas: la epopeya de los siglos*. Assunção: Imprensa Commeros, 1971, pp. 209-10.

2. Daniel Pelúas e Enrique Piqué, *Crónicas de la Triple Alianza y el genocídio paraguayo*. Montevideu: Arca Editorial, 2009, pp. 177-8.

CAPÍTULO XLIV – A CARAVANA DA MORTE

1. Héctor Francisco Decoud, *Via Crucis (Mujeres en la Guerra de la Triple Alianza)* em *Residentas, Destinadas y Traidoras*, compilado por Guido Rodríguez Alcalá. Assunção: RP, 1991.

2. General Joaquim Silvério de Azevedo Pimentel, *Episódios militares*. (Papellaria e Tipografia Luiz Macedo. 1897. Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, Imprensa Nacional, 1978.

3. Despacho privado do Marechal Câmara ao imperador Pedro II. León Pomer, *La guerra del Paraguay (Política y negocios)*. Buenos Aires: CEAL, 1971, p. 24.

4. Carlos Lima, *História do Maranhão: a monarquia*. São Luís: Instituto Geia, 2008, pp. 372-3.

CAPÍTULO XLV – O FIM

1. Roberto Paredes, *200 muertes 200 años*. Em Portal Guarani, Assunção, 2011.

2. Cerro Corá, donde murió El heroe y nació su leyenda de imortalidad. Assunção: *ABC Color*, 19 de maio de 2016.

3. Silvestre Aveiro, *Memórias militares (1864-1870)*. Assunção: Comuneros, 1989, p. 63.

4. Charuto artesanal feito apenas de folhas nacionais.

5. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 277.

6. Alice Melo, A morte e a morte de Solano López. *Revista de História do Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional*, 12 de novembro de 2014.

7. Apelido dado por sua própria mãe, por ele ter sido uma criança indomável.

8. Daniel Pelúas e Enrique Piqué, *Crónicas de la Triple Alianza y el genocídio paraguayo*. Montevideu: Arca Editorial, 2009, pp. 185-9.

CAPÍTULO XLVI – O DESTINO DE CADA UM

1. José María Rosa, *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p. 197-8.

2. Certificado de ferimentos causadores da morte de Solano López. *Archivo Nacional de Asunción*, Vol. 356, no 18: *Uma solução de continuidade na região frontal com duas*

polegadas de extensão, interessando (perfurando) a pele e o tecido celular.

Outra produzida por instrumento perfurocortante do hipocôndrio esquerdo com uma e meia polegada de extensão dirigida obliquamente de baixo para cima, interessando a pele, o peritônio, os intestinos e a bexiga. Outra no hipocôndrio direito de cima para baixo, tendo duas polegadas de extensão, atravessando a pele, o peritônio e provavelmente o intestino.

Finalmente, um ferimento produzido por bala de fuzil na região frontal, tendo uma só abertura, ficando a bala conservada na caixa torácica.

25 de março de 1870

Dr. Manuel Cardoso da Costa Lobo – Cirurgião de Brigada

Dr. Militão Barbosa Lisboa – 2º Cirurgião Contratado.

3. “O nascimento do culto a Solano López atendeu a um vazio ideológico no Paraguai, mas intenções bem menos nobres motivaram sua escolha como herói”. Brasil 500. Folha Online, 2000.

4. Centurión passaria pela França, por Cuba, onde se casou, e pela Jamaica antes de voltar a Assunção. Publicou *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*.

5. Fidel Maíz, *Etapas de mi vida*. Assunção: El Lector, 1986.

6. Joseph Eskenazi Pernidji e Mauricio Eskenazi Pernidji, *Homens e mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

7. “D. Pedro II: um brasileiro morre no exílio.” Florianópolis: Blog Império Brasil, 2009.

8. Pedro Calmon, *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 205.

9. *A maçonaria na Guerra do Paraguai*, de Nady Moreira Domingues da Silva, professora assistente do Dep. de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão. Fórum Antinova Ordem Mundial, 21 de agosto de 2015.

10. Héctor Francisco. Decoud, *La Masacre de Concepción ordenada por El Mariscal López*. Buenos Aires: Serantes, 1926.

11. Artigo “Conheça Coquimbo: o cão uruguaio embalsamado”, blog Projeto Solo, 4 de maio de 2015.

CAPÍTULO XLVII – DO PÓS-GUERRA AOS DIAS ATUAIS

1. A extensão de território perdida é ponto pacífico entre as diversas abordagens do conflito, citada em enciclopédias como *Barsa*, em informes oficiais do governo paraguaio e em trabalhos revisionistas, como *Questões do Prata*, de Ricardo Nunes Borge, e *Genocídio americano*, de Júlio José Chiavenatto.

2. Entre muitas outras fontes, o texto “Voluntários sem pátria”, de Rodrigo Goyena Soares, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 21 de outubro de 2013.

3. Dados do Banco Mundial, 2015.

4. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2015. Revision of World Population Prospects.

5. Anderson Caputo Silva. *Tesouro Nacional: Dívida pública: a experiência brasileira*, Cap. 1 – Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963.

6. Raquel Zalazar, *Regeneración de la sociedad paraguaya: aporte de los inmigrantes (1870-1904)*.

7. *Bisnietos del Mcal. López buscan abrir sucesión de Elisa Lynch*, por Pedro Gómez

Silgueira, enviado especial. *ABC Color*, 9 de maio de 2011.

8. *Bisneto de Solano López pede ao Brasil que devolva canhão da Guerra do Paraguai*. Senado Federal, 28 de novembro de 2014.

9. Ficha de país: *República do Paraguai*. Ricardo Westin. Agência Senado. Itamaraty, 28 de novembro de 2014.

10. Luciana Pelaes Rossetto, *Cobertura jornalística brasileira do conflito de terras entre camponeses paraguaios e brasiguaios*, Faculdade Cásper Líbero. Dissertação (Mestrado), 11 de junho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Tenho o prazer e o dever de expressar minha gratidão à Editora Planeta por ter me convidado a realizar esse projeto, que julgo de enorme relevância para o entendimento da trajetória de nosso continente. À editora Aida Veiga, ao diretor editorial Cassiano Elek Machado e ao diretor geral José María Calvin Lechuga, meu sincero obrigado e minha esperança de ter estado à altura do desafio proposto.

Expresso ainda meu agradecimento aos historiadores e pesquisadores brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios que me concederam entrevistas e forneceram valiosos subsídios de ideias, ambientação e mesmo itens de acervo documental e iconográfico. Entre eles, destaco o inestimável suporte oferecido por Mônica Cristina Corrêa, historiadora e tradutora; Marcos Issa, diretor da Argos Foto; os acadêmicos Herib Caballero Campos, diretor de pós-graduação da Universidad Nacional de Asunción; Isabel Clemente Batalha, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidad de la República, em Montevideu; os argentinos Hugo Chumbita, historiador e autor de diversas obras e artigos sobre a Guerra da Tríplice Aliança; e Rosendo Fraga, advogado e historiador, autor de *La política exterior Argentina 1854-2001* e *Curupaity: heroica muerte de Manuel Fraga*.

Agradeço também às autoridades paraguaias, que contribuíram das mais variadas formas com o projeto. Ao Ministério da Defesa, que me abriu a biblioteca do órgão e outras repartições, onde obtive a assessoria de uma competente equipe, além de acesso ao acervo do Museu Militar, detentor da mais ampla coleção de itens relacionados ao conflito – de vestuário a peças de artilharia –, a cargo do historiador Stanislau Diego Esquivel. Inestimável também foi a contribuição dos responsáveis pelo Archivo Nacional de Asunción, em especial de Vicente Arrúa, que, além de permitir ampla pesquisa do

material ligado à história do país, enviou, posteriormente ao meu retorno ao Brasil, fac-símiles de documentos que se revelaram da maior importância para checar fatos narrados e contextualizar o ambiente em que transcorreram.

Meu reconhecimento também à equipe da Biblioteca Nacional de Montevideú, que sugeriu obras e localizou volumes raros com agilidade e eficiência. Na mesma cidade, foi valiosa a consultoria fornecida pela gerência da livraria Puro Verso. Em Buenos Aires, entre tantas formas de apoio em bibliotecas, livrarias e escritórios do serviço público, sublinho especialmente o empenho dos funcionários do Museu Histórico Nacional.

FONTES CONSULTADAS

ABATI, Fábio de Oliveira. *A rendição de Uruguiana: narrativas de guerra e dimensões da crise da monarquia brasileira*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal (RN) 22 a 26 de julho de 2013.

ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil: a fronteira com o Paraguai*. Brasileira. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1938.

ALBERDI, Juan Bautista. *El Imperio del Brasil ante la democracia de América*. Paris. 1869.

_____. *La cuestión americana*. Buenos Aires. Grupo Editor Universitario. 2006.

_____. *Sarmiento: Polémica Alberdi-Sarmiento*. Buenos Aires. Losada. 2005.

ALONSO, José Luis; PEÑA, Juan Manuel. Prisioneros y heridos en la Guerra del Paraguay. Revista *Todo es Historia*. Buenos Aires. Ano XLIII. Edición 519. Outubro de 2010.

ARCHIVO DEL CORONEL DOCTOR MARCOS PAZ. Universidad Nacional de La Plata, tomo VII. 1996.

ALAMBERT, Francisco .O Brasil no espelho do Paraguai. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2ª ed. São Paulo. Editora Senac. 2000.

ALCALÁ, Guido Rodriguez. *Curuzú Cadete: cuentos de ayer y de hoy*. Assunção. Criterio Ediciones. 1990.

ALMEIDA, Francisco Manuel de. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica. *Revista Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*, n. 6, 2007. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha. 2007.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha*. Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1973.

ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré (1867)*. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha. 2007.

ARCHIVO NACIONAL DE ASUNCIÓN. Cartas e documentos sobre a Guerra da Tríplice Aliança.

BARATTA, Maria Victoria. *La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina*. Buenos Aires. Ouro Preto. 2014.

BAREIRO, Luis. Manuscrito dice que la madre de López intentó envenenarle. *Última Hora*. Assunção. Editorial El País. 2011.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo. Unesp. 2005.

BARRETO, Ana. *Elisa Alicia Lynch. Colección Protagonistas de la Historia*. Assunção. ABC Color. 2011.

BARRETO, José Francisco Paes. *História da Guerra do Paraguai*. Recife. Typographia de F. P. Boulitreau. 1893.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. Brasília. UnB. 2011.

BARROS, Edgard Luiz de Barros. *Os voluntários paulistas na Guerra do Paraguai*. São Paulo. Editora Geosp (Governo do Estado de São Paulo). 1990.

BARROS, Antonio Theodoro (Org.). *Holocausto sul-americano; 1864-1870, a destruição do Paraguai*. Rio de Janeiro. Imprensa Universitária da Universidade Federal Fluminense. 1999.

BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1959.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. A Missão Pedro Ferreira de Oliveira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo. USP. 1970.

BATALHA, Isabel Clemente; NILSON, Diego Hernández. *Políticas de Cooperação, Integração Fronteiriça e Desenvolvimento Territorial na Fronteira Uruguai-Brasil (2002-2012)*. Rio de Janeiro. Uerj. 2013.

BENGOCHEA, Felipe. *Humaitá. Estampas de epopeya*. Assunção. Don Bosco. 2008.

BERMEJO, Ildefonso Antônio. *Episódios da vida privada, política e social na República do Paraguai*. Porto Alegre (edição original em Madri, Espanha). EdPucRS. 2002.

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina da Independência a 1870*. São Paulo. Editora Edusp. Imprensa Oficial do Estado. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2004.

BLINDER, Olga; PLÁ, Josefina; ESCOBAR, Ticio. *Arte Actual em Paraguay 1900 / 1980*. Assunção. Idap. 1983.

BOCCIA ROMANACH, Alfredo. *El Pillage final, in Paraguay y Brasil. Crónica de sus conflictos*. Biblioteca Virtual del Paraguay. Assunção. El Lector. 2000.

BOTELHO, Stella Fontoura. *Amaral ferrador. Um campeador valente e destemido*. Porto Alegre. Age Ltda. 2005.

BORGA, Ricardo Nunes. *Questões do Prata*. Rio de Janeiro. Clube de Autores. 2010.

BOX, Pelham Horton. *Los orígenes de la guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires. Nizza. 1958.

BREZZO, Liliana M. *La Guerra del Paraguay en primera persona*. Assunção. Tiempo de Historia. 2015.

BURTON, Richard. *Letters from the battlefield of Paraguay*. Londres. Tinsley Brothers. 1870.

CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1975.

CAMARGO, Fernando Antônio Lucas. *Um romancista em campanha: Taunay na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. Baraúna. 2010.

CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay: orígenes y causas*. Buenos Aires. Domingo Viau. 1941.

_____. *Guerra del Paraguay. Acción y reacción de la Triple Alianza, Vol. I*. Buenos Aires. Domingo Viau. 1941.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro. Campus. 1997.

CARDOZO, Efraim. *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata*. Buenos Aires. Librería del Plata. 1961.

CARNEIRO, Henrique. *Guerra dos Trinta Anos. História das Guerras*. São Paulo. Contexto. 2006.

CARNEIRO DE CAMPOS, Federico. Ofício reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vol. 272: 1966, 301-310. Fé de Ofício do Coronel Frederico Carneiro de Campos. Rio de Janeiro. IHGB. 24 de agosto de 2011.

CARVALHO, José Murilo de. O historiador e os morcegos. *Revista Nossa História*. Ano 1, no 10, ago. 2004.

CASAÑAS, Gloria V. *Yporã: amor e guerra bajo el sol guaraní*. Buenos Aires. Plaza Janés – Random House Mondadori, S.A. 2011.

CASTAGNINO, Leonardo. *Guerra del Paraguay. La Triple Alianza contra los países del Plata*. Buenos Aires. La Gazeta Federal. 2014.

CASTELLANOS, R.. *La cisplatina, la independencia y la república caudillesca*. Editorial Banda Oriental y La República. 1998.

CASTELLO, Antonio Emilio. *Historia ilustrada de la Provincia de Corrientes*. Chaco (Argentina). Cosmos. 2011.

CATÁLOGO DO ARQUIVO DO ALMIRANTE TAMANDARÉ. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha. 2007.

CAWTHORNE, Nigel. *Uma nova história da Guerra do Paraguai: Solano López e a imperatriz da América do Sul*. São Paulo. M. Books. 2015.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção. El Lector. 1987.

CERQUEIRA, Dionisio. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1948.

CHAVES, Julio César. *El Supremo Dictador. Biografía de José Gaspar de Francia*. Buenos Aires. Ayacucho. 1946.

CHÁVEZ, Fermín. *Vida y muerte de López Jordan*. Buenos Aires. Theoria. 1957.

_____. *Vida del Chacho. Angel Vicente Peñaloza, general de la Confederación*. Buenos Aires. Theoria. 1962.

_____. *El revisionismo y las montoneras. La “Unión Americana”, Felipe Varela, Juan Súa y López Jordan*. Buenos Aires. Theoria. 1966.

_____. *José Hernández*. Buenos Aires. Plus Ultra. 1973.

_____. *Civilización y barbarie en la historia de la cultura argentina*. Buenos Aires. Theoria. 1974.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nacionalismo y liberalismo económicos en la Argentina, 1860-1880*. Buenos Aires. Solar. 1986.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Guerra do Paraguai: genocídio americano*. São Paulo. Brasiliense. 1979.

_____. *Os Voluntários da Pátria e outros mitos*. Global. 1983.

CHUMBITA, Hugo. *Rebelión de las montoneras federales, 1862-1868*. Rosário. Fundación Ross. 2011.

_____. *Caudillos y intelectuales contra la Guerra de La Triple Alianza*, In: Pacho O'Donnell (editor), *La otra Historia*. Buenos Aires. Ariel. 2012.

COLECCIÓN DE ENSAYOS Y DOCUMENTOS RELATIVOS A LA UNIÓN Y CONFEDERACIÓN DE LOS PAÍSES SUD-AMERICA-NOS (1867).

CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro. IHGB/Imprensa Nacional. 1936.

CORDEIRO DA SILVA, Pedro Henrique Verano. *As instituições políticas do Império e as relações com o Paraguai (1840-1853)*. Dissertação (mestrado). Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. 2012.

CORRESPONDENCIA MITRE-ELIZALDE. Instituto Ravignani. Universidad de Buenos Aires. 1960.

DECOUD, Héctor Francisco. *Elisa Lynch de Quatrefages*. Buenos Aires. Casa Editora Librería Cervantes. 1939.

_____. *La Masacre de Concepción ordenada por El Mariscal López*. Buenos Aires. Impresor Serantes Hnos. 1926.

DECRETO No 3.371, de 7 de janeiro de 1865. Coleção de Leis do Império do Brasil, 7/1/1865, Página 5, Vol. 1, pt I (Publicação Original).

DEL PRIORE, Mary. *O castelo de papel*. Rio de Janeiro. Rocco. 2013

DELVALLE, Alcibíades González. *San Fernando: drama histórico sobre la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção. Servilibro. 1989.

DIAS LOPES, J. A. *A canja do Imperador*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 2009.

DÍAZ, Honorio Alberto. *Pensamiento liberal argentino, Sociedad, Estado y Nación en Sarmiento, Alberdi y Mitre*. Buenos Aires. UNLaM. Prometeo. 2009.

DÍAZ ARAUJO, Enrique. *La política de “Fierro”. José Hernández ida y vuelta*. Buenos Aires. La Bastilla. 1972.

DOMINGUES DA SILVA, Nady Moreira. Trabalho publicado na revista *Filosofia em Revista* 85.3-4. Palestra proferida na Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. São Luís, MA. SEAF. 1982.

DOMINGUEZ, Cesar Cristaldo. *La guerra contra la Triple Alianza 1864-1870*. Assunção. El Lector. 2010.

DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo. Ibrasa. 1996.

DORATIOTO, Francisco. *História da Guerra do Paraguai*. São Paulo. Ática. 1996.

_____. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo.

Companhia das Letras. 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Doentes e famintos: cotidiano de um soldado na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. Julho de 2011.

DUARTE, María Amália. *Urquiza y López Jordan*. Buenos Aires. Platero. 1974.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1983.

DUHALDE, Eduardo Luis. *Contra Mitre. Los intelectuales y el poder: de Caseros al 80*. Buenos Aires. Punto Crítico. 2005.

ESCOBAR, Ticio. *Una interpretación de las artes visuales em El Paraguay*. Assunção. Litocolor. 1981.

FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires. Solar-Hachette. 1968.

FLORES G. DE ZARZA, Idália. *Juan Bautista Alberdi y la defensa del Paraguay en la Guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires. 1976.

FRAGA, Rosendo. *Curupaity: heroica muerte de Manuel Fraga*. Buenos Aires. Nueva Mayoría. 2004.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro. Imprensa do Estado-Maior do Exército. 1934.

FRAZÃO, José Pedro. Índios, fazendeiros e invasões: a história se repete. Campo Grande (MS). *Campo Grande News*. 28 de junho de 2013.

GALASSO, Norberto. *Historia de la Argentina. Desde los pueblos originarios hasta los tiempos de los Kirchner*. Buenos Aires. Colihue. 2011.

GÁLVEZ, Manuel. *Escenas de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires. La Facultad. 1928-1932.

GAONA, Silvio. *El Clero em la Guerra del 70*. Assunção. El Arte S.A. 1961.

GARCÍA MELLID, Atílio. *Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay*. Buenos Aires. Theoria. 1963.

GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires. J. Peuser. 1889.

GIMÉNEZ VEGA, Elías S. *Testigos y actores de la guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires. Peña Lillo. 1961.

GOMES, Marleide da Mota; CHALUB, Miguel. *Dom Pedro I do Brasil*

e IV de Portugal: epilepsia e comportamento peculiar e O imperador Dom Pedro II: as suas crises convulsivas quando menino. Rio de Janeiro. Programa de Epilepsia do Instituto de Neurologia Deolindo Couto/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Arq. Neuropsiquiatr. 2007.

GONZÁLEZ, J. Natalício. *La guerra al Paraguay, imperialismo y nacionalismo en el Plata*. Buenos Aires. Sudestada. 1968.

GRAHAM, Richard. Free African Brazilians and the State in Slavery Times. In: HANCHARD, Michael (Org.), *Racial Politics in Contemporary Brazil*. North Carolina. Durham: Duke University Press. 1999.

GROE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus. *O português brasileiro*. Frankfurt-Am-Main. Teo Ferrer de Mesquita. 2000.

GUGLIELMINO, Osvaldo. *Rafael Hernández, el hermano de Martín Fierro*. Buenos Aires. Colihue. 2011.

GUIMARÃES NETO, Ernane. “‘É impossível ser neutro’, diz Júlio José Chiavenato”. São Paulo. *Folha de S. Paulo*. 28 de outubro de 2007.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán; BRULL, Juan José. Del Fuerte de Itapirú, primera línea de defensa, solo quedan cimientos. *Última Hora*. Assunção. 30 de outubro de 2014.

JARDIM, Wagner. *Longe da pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana (1865)*. Porto Alegre. FCM. 2015.

JOSÉ, Ganymédes. *O dia em que a guerra passou por Casa Branca*. São Paulo. FTD. 1998.

JOURDAN, 1º Tenente E.C. *Atlas Histórico da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro. Lithografia Imperial de Eduardo Rensburg. 1871.

KODAMA, Kaori. *Africanos no Rio de Janeiro na epidemia de cólera, 1855-1856*. Rio de Janeiro. COC-Fiocruz. 2012.

KRAAY, Hendrik. *Os companheiros de Dom Obá: os zuavos baianos e outras companhias negras na Guerra do Paraguai (artigo)*. Salvador. UFBA. 26 de janeiro de 2012.

La diplomacia oriental en el Paraguay: correspondencia oficial y privada del doctor Juan José de Herrera, ministro de relaciones exteriores de los gobiernos de Berro y Aguirre. Montevideú. Talleres A. Barriero y Ramos. 1908.

LAPPAS, Alcibíades. *La Masonería argentina a través de sus hombres*. Buenos Aires. 1966.

LEMOES, R. *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na campanha do*

Paraguai. Rio de Janeiro. Museu da Casa de Benjamin Constant. 1999.

LILLIS, Michael; FANNING, Ronan. *Calúnia: Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai*. São Paulo. Terceiro Nome. 2009.

LIMA, José Fernandes; GALVÃO, José Campello d'Albuquerque. *Diário da Guerra do Paraguai*. Unigraf. 1995.

LIMA, Sergio Cruz. Madame Lynch, a imperatriz do Prata. São Paulo. *Diário Popular*. 9 de dezembro de 2012.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *A República nos traços do Humor: A imprensa ilustrada e os primeiros anos da campanha republicana no Brasil*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2010.

MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Montevideu. Ediciones de la Banda Oriental, tomo 2. 1992.

MAESTRI, Mário. A guerra contra o Paraguai: história e historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). *Revista Digital Estudos Históricos*. CDHRP. Agosto 2009.

_____. Piribebuy, a capital mártir: história e historiografia na Guerra do Paraguai. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, Vol. 39, n. 1, p. 32-53, jan./jun. 2013.

MAÍZ, Fidel. *Etapas de mi vida*. Assunção. El Lector. 1986.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. (Org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. 1995.

MARTINEZ, Carlos Mey. *Historia y Arqueologia Marítima*. Buenos Aires. Fundación Histamar (site).

MASTERMAN, George Frederick. *My Seven Eventful Years in Paraguay*. Londres. S. Low, Son and Marston, 1870.

MAURO, Frédéric. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo. Companhia das Letras. 1991.

MELO, Alice. A morte e a morte de Solano López. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. 12 de novembro de 2014.

Memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre: versão e notas de J. Arthur Montenegro. Rio Grande do Sul. Livraria Americana, 1893.

MENDES, Raimundo Teixeira. *A política positiva e o regulamento das escolas do Exército*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Apostolado Positivista do Brasil. 1901.

MITRE, Bartolomé. *Arengas*. Buenos Aires. Librería de Mayo. 1889.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *La formación de los estados de la cuenca del Plata. Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay*. Buenos Aires. Norma. 2006.

MORENO, Isidoro J. Ruiz. *Campañas militares argentinas (1865-1874)*. Buenos Aires. Claridad S.A. 2012.

MOREIRA, Mary Monte de López. *Pancha Garmendía*. Assunção. El Lector. 2013.

MORGADO, Sergio R. D. *A manobra de Piquiciri*. Da Cultura Ano XI no 18. Rio de Janeiro. Fundação Cultural Exército Brasileiro. 2015.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro. H. Garnier. 1897.

NAHUM, Benjamin. *Manual de historia del Uruguay*. Ediciones de La Banda Oriental. 1995.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da América Latina*. São Paulo. Texto Editores. 2011.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. São Paulo. Companhia das Letras. 1993.

O'LEARY, Juan. *El Mariscal Francisco Solano López (1925)*. Assunção. Instituto Colorado de Cultura. 1976.

_____. *Historia de la Guerra de la Triple Alianza (1912)*. Assunção. Instituto Colorado de Cultura. 1976

_____. *Lomas Valentinas (1916)*. Assunção. Instituto Colorado de Cultura. 1976.

ORTEGA PEÑA, Rodolfo; DUHALDE, Eduardo Luis. *Felipe Varela contra el Imperio Británico*. Buenos Aires. 1975.

OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *Historia do general Osorio*. Pelotas (RS). Tipografia do Diário Popular. 1915.

PAREDES, Roberto. *200 muertes 200 años*. In: Portal Guarani. Assunção. 2011.

PEÑA, Milcíades. *La era de Mitre. De Caseros a la Guerra de la Triple Infâmia*. Buenos Aires. Fichas. 1975.

PEDROSA, J. F. Maya. *A catástrofe dos erros*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2004.

PELÚAS, Daniel; PIQUÉ, Enrique. *Crónicas de la Triple Alianza y el genocídio paraguayo*. Montevideú. Arca Editorial. 2009.

PEREIRA DO NASCIMENTO, Álvaro. Heroísmo bem-vindo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. 12 de abril de 2009.

PEREYRA, Carlos. *Francisco Solano López y la Guerra del Paraguay*.

Buenos Aires. 1953.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi; PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. *Homens e mulheres na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2010.

PIMENTEL, General Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios militares* (Papeleria e Tipografia Luiz Macedo. 1897. Rio de Janeiro). Editora Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1978.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3ª edição. São Paulo. 1959

PLÁ, Josefina. *Hermano negro: la esclavitud en el Paraguay*. Madri. Paraninfa. 1972.

POMER, León. *La guerra del Paraguay. Estado, política y negocios*. Buenos Aires. Ceal. 1971.

_____. *La guerra del Paraguay: ¡Gran negocio!* Buenos Aires. Calden. 1968

_____. *Proceso a la guerra del Paraguay*. Buenos Aires. Instituto Superior A. Jauretche. 2010.

PROGRAMA DE EPILEPSIA DO INSTITUTO DE NEUROLOGIA DEOLINDO COUTO/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Silvânia. *Revisando a revisão: genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. Porto Alegre. FCM. 2014.

QUESADA, Ernesto. *Los tratados argentino-paraguayos. Historia secreta de la negociación*. Buenos Aires. Estudios. 1901.

QUINTANA, Eduardo. Se debe “acabar la sacralización nacionalista” de las Residentas. Assunção. *ABC Color*. 19 de agosto de 2014.

REBOUÇAS, André. *Diário e notas autobiográficas*. Organização de Ana Flora e Ignacio Rose Verissimo. Rio de Janeiro. José Olympio. 1938.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA DE 1870, ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, pp. 7-8.

REYNALDO, Ney Iared. *Guerra do Paraguai, um conflito anunciado (1852 a 1864)*. Goiânia (GO). Universidade Federal de Goiás. 2010.

RIBEIRO, Ana. *El caudillo y El dictador*. Buenos Aires. Planeta. 2003.

RIBEIRO, Beatriz Elizabeth; RIBEIRO, Ruyter C. *Osorio: uma vida*

pelo Brasil. Rio de Janeiro. Zit. 2008.

ROCK, David. *Argentina 1516-1987*. Buenos Aires. Alianza. 1994.

RODAS, Nelson Alcides de Mora. *El Tratado de la Triple Alianza contra El Paraguay*. Assunção. Servilibro. 2011.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento*. São Paulo. USP. 2009.

ROM, Eugenio. *Así hablaba Perón*. Buenos Aires. Peña Lillo. 1980.

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires. Peña Lillo. 1965.

_____. *Historia argentina*. Buenos Aires. J. C. Granda. 1969.

ROTTJER, Enrique I. *Mitre Militar*. Buenos Aires. Circulo Militar. Biblioteca del Oficial, Vol. 230. 1937.

RUBIANI, Jorge. *La Guerra de la Triple Alianza*. Assunção. Azeta. Diario ABC Color. 2006.

_____. *Batalha de Mbutuy*. Assunção. Azeta. Diario ABC Color. 2006.

SAEGER, James Schofield. *Francisco Solano López and the Ruination of Paraguay: Honor and Egocentrism*. Londres. Rowman & Littlefield. 2007.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1990

SARMIENTO, Domingo Faustino. *La vida de Dominguito*. Pról. de Javier Fernández. Buenos Aires. Fondo Nacional de las Artes. 2000.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)*. Rio de Janeiro. Tipografia Americana. 1875.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

SCOBIE, James R. *La lucha por la consolidación de la nacionalidad argentina*. Buenos Aires. Hachette. 1964.

SEEBER, Francisco. *Cartas sobre la guerra del Paraguay, 1865-1866*. Buenos Aires. L. J. Rosso. 1907.

SEMANA ILUSTRADA: HISTÓRIA DE UMA INOVAÇÃO EDITORIAL / PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Cadernos da Comunicação. Série Memória. Rio de Janeiro. Secretaria Especial de Comunicação Social. 2007.

SILVA, Anderson Caputo. *Dívida pública: a experiência brasileira*. Capítulo 1, Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. Brasília. Tesouro Nacional. 2009.

SILVA, José Luiz Rodrigues. *Recordações da Campanha do Paraguai*. São Paulo. Melhoramentos. 1924.

SILVEIRA, Mauro César. *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre. EdiPucRS. 2003.

SOERENSEN, Bruno; MARULLI, Kathia Brienza Badini; PLATE, Carlos F.; CARDOSO, Antonio. *O maior extermínio de um povo: visão crítica da Guerra do Paraguai*. Marília: Unimar. São Paulo. Arte & Ciência. 2001.

SOUBLIN, Jean. *Memórias imaginárias do último imperador*. São Paulo. Paz e Terra. 1996.

SOUSA, J. L. P. *Campanha da vacinação contra a varíola durante a guerra contra o Paraguai, 1865-1870*. Anpuh. 2009.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

SOUZA, Joanna Santos de. *A diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)*. 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília. Brasília. 2013.

SOUZA, José Antonio Soares de. *A Missão Bellegarde ao Paraguai, Vol. I, 1849-1852*. Brasília. Ministério das Relações Exteriores. 1966.

SPALDING, Walter. *A invasão paraguaia no Brasil. Série 5a Brasileira*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1940.

STEMMER, Juan Oribe. *El umbral de la Triple Alianza*. Ediciones de La Banda Oriental. 2008.

TALAVERA, Natalício Maria. Artigos para os periódicos *El Semanario* e *Cabichuí* (1865-1867).

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle (Visconde de Taunay). *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai (1871)*. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

THOMPSON, George. *La Guerra Del Paraguay*. Assunção. Servilibro. 2003.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A primeira Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro. História Viva. 2012.

TORAL, André. *Imagens em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo. USP. 2001.

TOYOS, Sergio. *La Guerra del Paraguay, en Historia militar argentina*. Servicio Histórico del Ejército. Buenos Aires. 1997.

TRÍAS, Vivian. *El Paraguay, de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires. Crisis. 1975.

VALDEZ, Pedro Antonio Galeano. *Paraguay vs Triple Alianza*. Assunção. Estudios Secundarios Culminados. 2005.

VARELA, Felipe. *¡Viva la Unión Americana! Manifiesto a los pueblos americanos sobre los acontecimientos políticos de la República Argentina en los años 1866 y 1867*. Buenos Aires. Potosí. 1868.

VERTANESSIAN, Carlos G. “Fotografías em tiempos de la Guerra del Paraguay.” *Revista Todo es Historia*. Buenos Aires. Año XLIII. Edición 519. Octubre de 2010.

WESTIN, Ricardo. *Bisneto de Solano López pede ao Brasil que devolva canhão da Guerra do Paraguai*. Brasília. Agência Senado. 20 de novembro de 2014.

WILLIAMS, John Hoyt. *Rise and Fall of the Paraguayan Republic, 1800-1870*. Institute of Latin American Studies. Austin. University of Texas. 1979.

ZALAZAR, Raquel. Regeneración de la Sociedad Paraguaya: Aporte de los Inmigrantes (1870-1904). *Diálogos*, Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. 2005, vol. 9, n. 2, pp. 67-78, pp. 69, 75.

ZENEQUELLI, Lilia. *Crónica de una guerra, La Triple Alianza*. Buenos Aires. Dunken. 1997.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abreu, Bonifácio de 313
Aguiar, Fausto 109
Aguiar, José Maria 72
Aguirre, Atanasio 111, 123, 150, 383
Alberdi, Juan Bautista 211, 413
Albín, Tomás Villalba 136
Alem, Leandro 106, 145
Allen, Ezra 263
Allen, James 263
Alsina, Valentín 71
Américo, Pedro 131
Amorim, Francisco Mendes de 226
Andrada e Silva, José Bonifácio de 55
Andrade, Olegario 126
Antonini, Andrés 93
Antunes, Euzébio José 113, 392
Aparicio, Timoteo 135
Aquino, Elizaldo 220
Araújo, Tiago Gomes de 263
Argolo, Alexandre 219
Armstrong, Thomas 170
Arredondo, José Miguel 243
Arrúa, Vicente 406
Artigas, José Gervasio 99
Assis, Machado de 131, 367
Ayala, Cipriano 140, 141
Ayala, Julián 328
Azambuja, Joaquim Maria Nascentes de 322
- Balzac, Honoré de 37
Barbosa, Rui 357, 362, 364
Bareiro, Cândido 369
Barroso, Francisco Manuel 152, 157
Batalha, Isabel Clemente 405
Beauharnais, Hortênsia de 36
Bedoya, Joaquín 226
Bedoya, José Díaz de 314, 369

Bedoya, Manuela Díaz de 20, 48
Bedoya, Saturnino 94, 132, 289, 292, 293, 296, 297
Bedoya, Saturnino Díaz 283
Bedoya, Vicente Barrios 48, 178, 234, 308
Bedoya, Vicente de Barrios 203
Bedoya, Vicente del Carmen Barrios 23
Belén, Francisco 125
Bellegarde, Pedro de Alcântara 34
Benavídez, Nazareno 71
Benítez, Gregorio 95
Benítez, Gumersindo 287, 308
Benítez, José Gregório 298, 327, 332, 368
Benítez, Juan León 20, 46
Benítez, Paulino Alén 161
Berges, Ildefonso Antonio 313
Berges, José 67, 75, 88, 94, 108, 109, 117, 132, 139, 140, 145, 152, 280, 289, 291, 293, 298, 300, 308, 381
Bermejo, Ildefonso Antonio 31, 387, 388
Berro, Bernardo Prudêncio 81, 95, 106, 111, 286, 382-384
Bogado, Eugenio 287, 300
Bonaparte, Napoleão 20, 140, 156, 379
Borja, Francisco Regis 329
Bourbon, Teresa Cristina de 56
Branco, Manuel Alves 32, 167
Brizuela, Juan José de 24, 37
Bruguez, José Maria 157, 204
Burke, Edmund 148

Caballero, Bernadino 339
Caballero, Bernardino 233, 280, 281, 291, 302, 303, 335, 340, 350, 358
Caballero, Pedro Juan 28
Cabrita, João Carlos Villagran 209
Cáceres, Sinforoso 144, 200, 297
Calvo, Carlos 76, 77
Câmara, José Antônio Corrêa 304, 332, 333, 344, 351, 355
Camisão, Carlos de Moraes 271, 273-275
Campos, Herib Caballero 171, 172, 405
Canabarro, Davi 181, 183
Cañete, María Roque 31
Canstatt, James 76
Carillo Viana, Juana Paula 18, 23, 48, 86, 294, 317-319, 355, 358
Carísimo, Rosendo 333
Caríssimo, José Vicente Urdapilleta 297
Carneiro de Campos, Auta Ferreira França 282
Carneiro de Campos, Frederico 116, 282, 392, 410
Carneiro Leão, Honorio Hermeto 67
Carraula, Manuel José 390

Carvalho, Delfim Carlos de 327
Carvalho, José Murilo de 372, 410
Casco, Miguel Angel Solano López 375, 376
Castro, Carlos de 147, 395
Castro, Enrique 310, 314
Castro, Gregorio 176
Catalina, Índia 123, 126
Caxias, Duque de 360, 391, 420
Caxias, Marquês de 148, 150, 185, 187, 191, 258, 285, 309, 384
Centurión, Juan Crisóstomo 32, 292, 297, 350, 358, 401, 402, 411
Cerqueira, Dionísio 259, 402, 411
Cervantes, Magariños 182
Charlone, Juan Bautista 243, 247
Chiavenatto, Júlio José 165, 166, 404, 411
Chico Diabo (José Francisco Lacerda) 351, 352, 368
Chumbita, Hugo 165, 405, 411
Clarendon, lorde (George William Frederick Villiers) 35
Cochelett, Laurent 225
Coelho, Antonio Maria 276, 384
Coelho, José Machado 321
Conceição, Maria Francisca da 246
Conesa, Emilio 208, 398
Constant, Benjamin 12, 225, 261-263, 363, 398, 400, 401, 415
Coquimbo 107, 148, 368, 391, 404
Couto de Magalhães, José Vieira 276

Da Re, Guillermo 96
De Cuverville, Paul Cavalier 290
De las Carreras, Antonio 308
Del Barrio, José García 48
Delgado, José María 315
Del Vecchio, Adolpho José 60
Deodoro da Fonseca, Manuel 150, 209, 303, 324, 361-363, 365, 396
D'Eu, Conde (Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans) 129, 186, 189, 200, 321, 322, 324, 325, 335, 336, 340, 356, 363, 385, 397, 402, 412
Dias, Marcílio 125, 159, 160
Díaz, Alejandro 243, 247, 248
Díaz, José Eduvigis 203, 208, 209, 213, 233, 241, 279, 374
Don Henry 50
Doratioto, Francisco 171, 201, 356, 391, 396, 397, 399, 413
D'Orleans, Gastão (Conde D'Eu) 129, 186, 191, 337, 364
Drago, Pedro 268, 269
Dumas, Alexandre 322
Dumas Filho, Alexandre 36, 37
Dumont, Théophile 42, 388
Duplessis, Marie 36
Duprat, Dorothéa 32, 279, 400, 416

Egusquiza, Félix 20, 141
Egusquiza, Petrona Decoud 94
Elizalde, Rufino de 109, 110, 113, 139, 141, 142, 147, 149, 249, 384, 395
Escalada, Juan Pedro 20, 89
Escobar, Patricio 294
Espinoza, Francisco 287
Esquivel, Stanislau Diego 406
Estigarribia, Antonio de la Cruz 72, 144, 173, 179, 196, 203
Estigarribia, José Félix 374
Estigarribia, Juan Vicente 30

Fernández, Francisco 287, 288, 291, 293
Ferrão, Argolo 220, 302
Ferreira, Arthur Rodrigues 228
Ferreira, Maurício Joaquim 229
Ferreira, Pedro Affonso 159
Figueiredo, João Batista 166, 375
Fleiss, Henrique 264
Flores, Venâncio 7, 12, 74, 105, 106, 109, 114, 115, 119, 121, 122, 124, 131, 135, 136, 147, 148, 181, 182, 187, 190, 194, 208, 213, 216, 219, 233, 234, 245, 248, 251, 286, 356, 368, 382-384, 393
Florisbela 229
Fraga, Genésio Gonçalves 352
Fraga, Manuel 243, 244, 247, 399, 405, 413
Fraga, Rosendo 172, 399, 405
Fragoso, Augusto Tasso 163, 391, 393, 398, 402, 413
Francia, José Gaspar Rodríguez de 18, 28, 379, 380, 388, 411
Franco, Rafael 164

Galdeano, Juan 331
Galvão, José Antonio da Fonseca 269, 271
García, Aurelio 96
García, Manuel R. 344
García, Ubaldia 31
Garmendia, Francisca 20, 315, 343
Garzón, Eugenio 105
Gauna, Manuel 205
Gauna, Teodoro 144, 200, 297
Gelly y Obes, Juan Andrés 175, 176, 219, 220, 310
Gill, Juan Bautista 357, 402
Gimenez, Manuel Antonio 231
Giró, Juan Francisco 105
Gómez, Leandro 112, 122, 123, 125, 126
Gómez, Servando 107
Grandoli, Cleto Mariano 243, 246
Greenhalgh, João Guilherme 159
Guazú, Romero 203

Hausmann, Georges-Eugène 36
Hernández, José 106, 411, 412
Herrera, Juan José de 81, 82, 106, 111
Herrera y Obes, Manuel 136
Holanda, Luís da 36
Homero, Adler 375
Hugo, Victor 37

Inácio, Joaquim José 258, 261, 264, 327
Insaurralde, Juan Isidro 329, 331
Irala, Domingo Martínez de 26
Irigoyen, Felicia 330
Irigoyen, José 328
Isabel Cristina, Princesa Isabel 57
Iturbide, Vicente Ignacio 28
Iturburu, Fernando 178

Joaquina, Carlota 56
Juan J. Souto 116

Karnal, Leandro 61
Kirchner, Cristina 375

Lacerda, José Francisco (Chico Diabo) 351, 352, 368, 385
Lagraña, Manuel Ignacio 144, 200
Lambas, Diego Eugenio 108
Lapido, Octavio 106, 108, 110, 111
Lavalleja, Juan Antonio 99, 105
Leite Pereira, José Maria 289, 298, 308
Leopoldina Teresa, Princesa Leopoldina 57, 364
Leopoldo I 169
Lima, Antônio Fernandes 174, 175
Lima e Silva, Francisco de 101
Lima e Silva, Luís Alves de (Duque da Caxias) 101, 384
Lima, Herman 264
Lisboa, Joaquim Maria (Almirante Tamandaré) 12, 140, 149, 244, 392, 411
López, Adelina 358
López, Adelina Constanza Pessoa 23, 215, 279
López, Cândido 202, 249
López Carillo, Angel Benigno 19, 21, 24, 37, 45, 85, 291, 307, 328
López Carillo, Inocência 19, 48, 51, 297, 308, 319, 347, 355, 358
López Carillo, Mônica Rafaela 19, 48, 51, 79, 94, 283, 289, 296, 298, 315, 347, 355, 358
López Carillo, Venâncio 19
López, Carlos 93
López, Carlos Honorio 215, 357
López, Corina Adelaide 215
López, Emiliano Victor Pessoa 23

López, Enrique Venâncio 215, 357, 374
 López, Francisco Solano 11, 14, 18, 19, 24, 39, 47, 49, 86, 87, 92, 106, 273, 340, 355, 374, 375, 382, 387, 388, 390, 417, 419
 López Insfrán, Carlos Alberto Antonio 18
 López, José del Rosario 174
 López, Pompilio Pedra 358
 López, Venâncio 93, 178, 280, 287, 298
 Loyzaga, Carlos 314, 325, 340, 369
 Lugo, Fernando 377
 Lula da Silva, Luiz Inácio 375
 Lushington, Stephen 76, 77
 Lynch, Elisa Alicia 11, 17, 39, 48, 143, 152, 169, 203, 215, 277, 278, 294, 296, 299, 311, 313, 329, 332, 339, 355, 356, 381, 388, 404, 408, 412, 415
 Lynch, Elysa 389
 Lynch, John 41

Madariaga, Juan 182
 Maia, Feliciano Inácio Andrade 159
 Maíz, Fidel 17, 86-89, 91, 92, 249, 250, 263, 293, 298, 299, 308, 315-317, 329, 331, 353, 355, 358, 359, 390, 404
 Maíz, Marco Antonio 20
 Mallet, Emilio Luis 210, 217, 337
 Marcó, Hilario 216
 Marques de Souza, Manuel 189, 202, 203, 207, 220, 231, 244, 246-248, 282
 Martínez, Francisco 295, 296, 307
 Martínez, José de la Cruz 145, 152, 205
 Martínez, Juliana Insfrán de 296
 Masterman, George Frederick 167, 279, 294, 299
 Mauá, Visconde de 102, 367
 Meden, Mikhail Alexandrovich 42, 43
 Médici, Catarina de 37
 Meireles, Vitor 360
 Melgarejo, Mariano 232, 348
 Mena Barreto, João Manuel 174, 324, 336
 Mena Barreto, João Propício 115, 124
 Mena Barreto, José Luís 115
 Mendoza, Gonzalo de 26, 27
 Mendoza, Pedro de 25
 Menezes, Alfredo da Mota 171
 Mesquita, Alves de 175
 Meza, Pedro Ignacio 156, 157
 Mitre, Bartolomeu 12, 71, 73, 82, 105, 108, 121, 127, 141, 143-145, 149, 165, 170, 175, 176, 190, 195, 200, 201, 207, 209, 213, 220, 232-234, 242, 258, 280, 285, 367, 382, 393, 398
 Mitre, Emilio 219, 314, 338
 Molina, Caupolicán 226
 Montes de Oca, irmãos 145
 [Montes de Oca, Alejandro Montes de Oca, Juan José Montes de Oca, Rómulo]

Montijo, Eugénia de 38
 Moreno, José Del Carmen 89, 390
 Moreno, Lucas 109
 Morgenstern, Francisco Wisner de 93, 241
 Morice, George F. 117
 Moynihan, John Owen 93
 Mujica, Eleutério 125
 Muñoz, Basilio 135
 Murature, José Félix 122, 126

Nabuco, Joaquim 67, 397
 Napoleão III (Luís Napoleão) 24, 36, 37, 95, 136, 290, 357, 381, 391
 Navarro, Manuel 126
 Néri, Ana Justina Ferreira 8, 223, 227-229, 312, 360, 399
 Netto, Antonio de Souza 115
 Niederauer, João 303
 Nunes, João Pedro 351
 Nuñez, Vicente 332

O'Donnel, Pacho 165, 396, 411
 Ojeda, José Pons (León Palleja) 216
 O'Leary, Juan Emiliano 11, 18, 164
 Oliveira, Carlos Augusto de 133, 134, 273, 393
 Oliveira, Pedro Ferreira de 62, 67, 389, 409
 Oribe, Ignacio 115
 Oribe, Manuel 99, 100, 115
 Ortellado, Bernardo 287, 291
 Osório Filho, Fernando Luis 227
 Osório Filho, Fernando Luís 399
 Osório, Manuel Luís 115, 122, 209, 210, 213, 217, 226, 227, 265, 295, 304, 323, 361, 364, 394
 Otaviano, Francisco 12, 147, 149, 395

Pacheco, Toribio 232
 Paez, Policarpo 328
 Palacios, Manuel Antonio 87, 91, 92, 143, 196, 204, 215, 250, 280, 290, 292, 298, 300, 308
 Palleja, León de 216, 220, 221, 255
 Paranhos, José Maria da Silva 62, 67, 121, 402
 Patrocínio, José do 365
 Paunero, Wenceslao 152, 182, 213, 244, 396
 Paz, Francisco 243, 247
 Paz, Marcos 145, 213, 243, 248, 252, 285, 398, 399
 Pedra, Milcíades Augusto de Azevedo 358
 Pedro I 55, 57, 62, 101, 267, 379, 380, 414
 Pedro II 8, 32, 47, 54-57, 59-62, 74, 77, 96, 100-102, 116, 129, 131, 147, 148, 167-169, 185-195, 199, 200, 224, 254, 257-259, 263, 264, 267, 275, 283, 313, 314, 317, 321, 322, 324, 338, 344, 345, 356, 359, 364-366, 371, 380, 381, 383, 385, 389, 397, 403, 404,

410, 414, 416

Pedruza, Gómez de 328-330

Peixoto, Floriano 351, 353, 363

Pereira Leal, Felipe José 54, 62

Pereira Pinto, Francisco 113, 114, 122

Perez, José 328

Perón, Juan Domingo 375

Pigna, Felipe 165

Pimenta Bueno, José Antonio 235, 380

Pinhoeiro Guimarães, Francisco 260

Polidoro, general (Polidoro da Fonseca Quintanilha Sordão) 12, 220, 233, 234, 239, 248, 249, 258

Pomer, León 164, 165, 403

Portocarrero, Hermenegildo 133

Prieto, Celestino 207

Quatrefarges, Juan Francisco Lynch de 47

Quatrefarges, Xavier de 41

Queiroz, Eusébio de 381

rainha Vitória 35, 76, 167, 195

Ravizza, Alessandro 92

Rebouças, André 321, 397, 398, 402

Resquín, Francisco Isidoro 23, 132, 134, 178, 203, 215-217, 292, 293, 298, 299, 305, 308, 309, 315, 316, 339

Ribeiro, João 134

Rivarola Acosta, Cirilo Antonio 314, 325, 369

Rivas, Ignacio 217, 242

Rivera, Fructuoso 100, 105

Riveros, Carlos 87, 287, 291

Rivière, Eduvigis de 32

Roa, Francisco 350, 352

Robles, Ezequiel 156, 159

Robles, Wenceslao 140, 142, 144, 145, 155, 156, 161, 177, 178, 203-205, 383, 396

Rocha, Dardo 208

Rodrigues, Zenón 32

Rodríguez, Carlos Juan 252

Rojas y Aranda, Lázaro 19

Roman, Cecilio 328

Roman, Justo 293

Rosa, José Maria 103, 165, 389, 390, 398, 399, 403

Rosas, Juan Manuel de 21-23, 32, 34, 72, 75, 100-102, 113, 380, 389, 391, 408, 420

Russell, John 211

Sagastume, José Vasquez 111, 115, 116

Salazar y Espinoza, Juan de 26

Salles, Ricardo Henrique 171, 396

Salvadores, Luciano 247
Sampaio, Antônio de 219
Sánchez, Domingo Francisco 94, 154, 287-291, 339, 352
Saraiva, José Antonio 112, 113
Sarmiento, Domingo Faustino 74, 145, 170, 243, 323, 344, 384, 399
Sarmiento, Domingo Fidel 145, 243
Saxe, duque de (Luís Augusto Maria Eudes de Saxe-Coburgo-Gota) 129, 187, 189, 364
Schnock, Adelaide 41
Seeber, Francisco 214, 398
Sherman, William Tecumseh 406
Silva Ferraz, Ângelo Muniz 186, 187, 191, 192
Silveira, Manoel Joaquim da 131
Silvério Pimentel, Joaquim 230, 259, 344
Silvero, Victor 144, 200, 368
Skinner, Frederick 167, 280, 294
Soares, João 351
Soares, João Crispiniano 267
Soler, Adolfo 140
Sousa, Irineu Evangelista de 102, 367
Sousa, Paulino José Soares de 102
Souto Maior, Manuel Inácio de Andrade 56
Souza Dantas, Manuel Pinto de 228
Souza, Guilherme Xavier de 314
Stewart, William 167, 357
Stroessner, Alfredo 164, 358, 375
Suárez, Gregório 125, 182

Taunay, Alfredo Maria d'Escagnolle 264, 268, 269, 271, 323, 363, 397, 400
Taunay, Felix Émile 268
Taunay, Nicolas Antoine 268
Taylor, Alonso 79, 93
Teixeira Mendes, Raimundo 363
Thompson, George 167, 203, 241, 309, 398
Thornton, Edward 76, 113, 142, 169, 195
Toro Pichai (José Gregório Benítez) 298, 327, 329, 330, 331, 332, 368

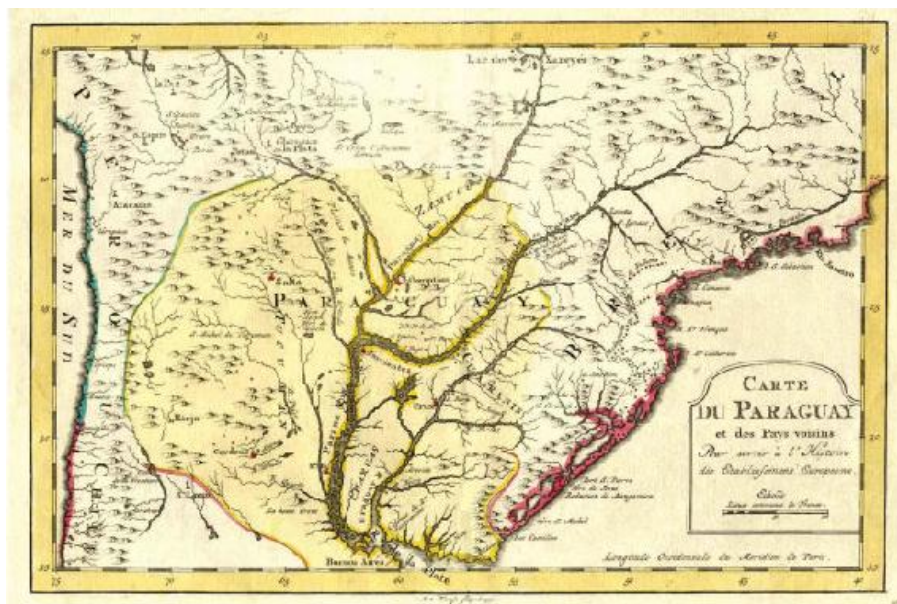
Uriarte, Maria Del Carmen Aguero 94
Urquiza, Justo José de 12, 34, 58, 71-74, 102, 108, 121, 122, 126, 127, 132, 139, 141, 144,
149, 152, 176, 177, 180, 200, 201, 367, 392, 396, 413

Valiente, Juan Francisco 205
Van Hoonholtz, Antonio Luiz 264
Varela, Benito 54
Varela, Felipe 151, 286, 396, 401, 411, 417
Varela, José Maria 89
Varela, José María 88
Varela, Pedro 286, 287

Vargas, Getúlio 369
Vasconcellos, Cândido Augusto 298
Vedía, Delfina de 72
Velasco, Bernardo 28
Velázquez, Manuel 329, 330, 331
Viana de Lima, César Sauvan 117, 118
Villalva, José 161, 396
Von Versen, Max 278

Washburn, Charles Ames 118, 288, 289, 290, 294
Winterhalter, Franz 96

Yegros, Fulgencio 28
Yegros, Rômulo 72



Coleção particular
 Mapa do Paraguai em 1756, por Henri Chatelain.



Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro
 Batalha do Avaí. Pedro Américo. 1872-1877. Óleo sobre tela. 600 x 1.100 cm.



Bridgeman Images/Fotoarena – Museu Napoleônico, Roma.



Palácio do Governo, Assunção



Palácio do Governo, Assunção

Retratos de Napoleão III e Solano López: paraguaio tentou projetar uma imagem de liderança inspirada nos imperadores franceses. (Napoleão III. Franz Xaver Winterhalter. Óleo sobre tela. 1852. 240 x 155 cm. Solano López. Aurélio García. Óleo sobre tela. 1866. 200 x 145 cm).



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Fotografia de Solano López durante a guerra. Na anotação, os dizeres “Morto em 1o de março de 1870... pelas forças do general Câmara”.



Domínio público

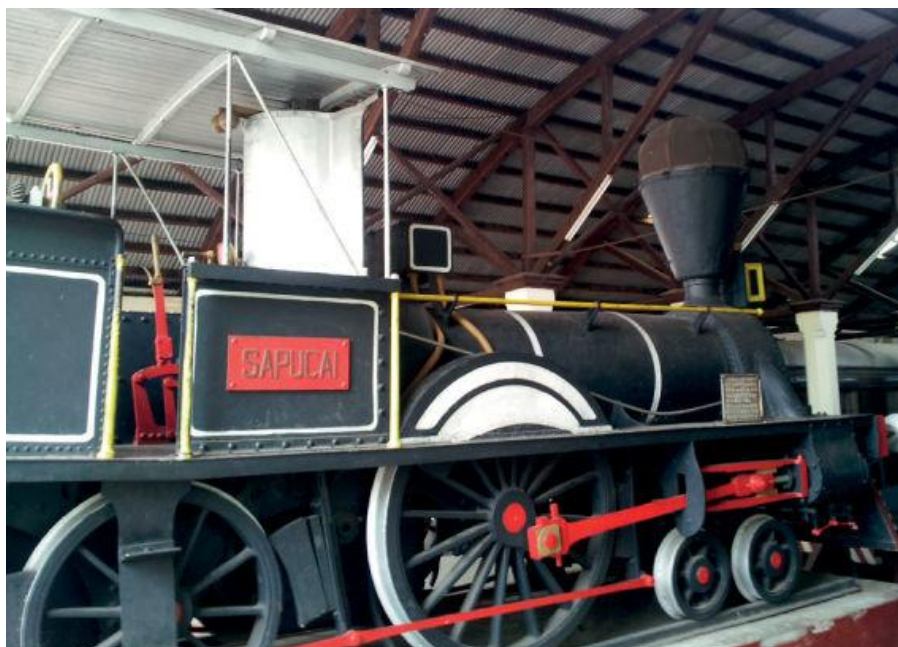
Fotografia de Elisa Lynch, às vésperas da guerra. Assunção, 1864.



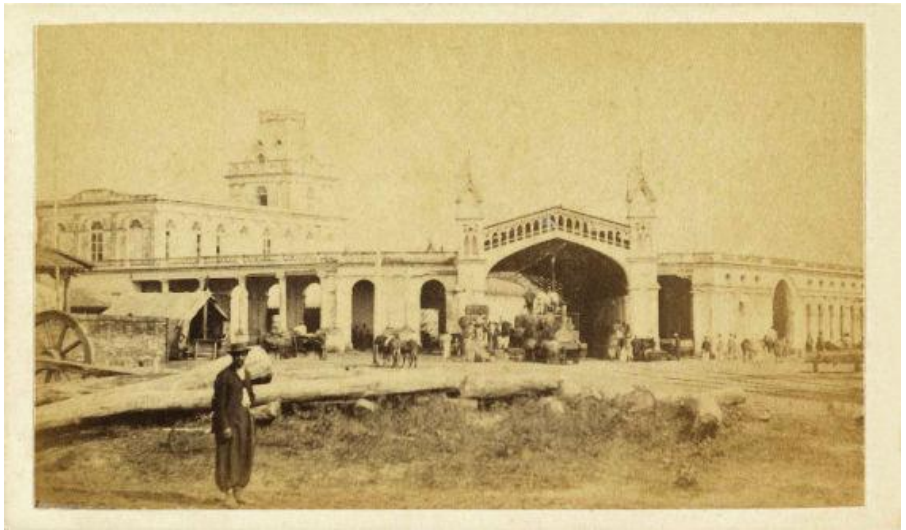
Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.



Palácio do Governo em Assunção, anteriormente uma propriedade do padrinho de Solano López. Foto de Luiz Octavio de Lima.



Locomotiva *Sapucaí*, a primeira a circular nas estradas de ferro paraguaias, a partir de 1861.



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Estação ferroviária de Assunção: durante a guerra, foi utilizada em parte como hospital para os feridos nas frentes de batalha.



Bridgeman Images/Fotoarena

Almirante Barroso, comandante da esquadra brasileira na Batalha do Riachuelo: ousadia para reverter situação desfavorável e conquistar uma das vitórias mais importantes para os aliados.

Autor desconhecido. 1900.



Pinacoteca do Paço Municipal, Salvador.

Ana Néri: viúva brasileira rumou ao *front* para ficar perto dos filhos e se destacou no atendimento aos doentes e feridos de todas as bandeiras. Salvador, Bahia.



Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.

Esquadra aliada no canal de Passo da Pátria em 23 de abril de 1866. Cândido López. 1887.

Óleo sobre tela. 45 x 59 cm. Buenos Aires, Argentina.



Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.

Ataque à 4ª Coluna Argentina em Curupaiti. Cândido López. Óleo sobre tela. 50,3 x 148 cm.
1898.



Museu Nacional de Belas Artes, Buenos Aires.

Trincheiras paraguaias em Curupaiti. Cándido López. Óleo sobre tela. 50,5x149,7 cm. 1893.



Bridgeman Images/Fotoarena

Bartolomeu Mitre, de jornalista combativo e envolvido nos movimentos revolucionários sul-americanos a presidente argentino, mais bem-sucedido como estrategista político do que militar.



Ministério do Exército, Rio de Janeiro.

General Manuel Luís Osório: comandante brasileiro demonstrou bravura e capacidade de motivar os combatentes, além de um senso de humor peculiar. Óleo sobre tela.



Museu Naval, Rio de Janeiro

Joaquim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré: atuação na baía do Prata desde os primórdios do conflito. Óleo sobre tela.



Museu Imperial, Petrópolis.

Duque de Caxias: general que comandou ações na segunda fase da guerra era contestado no Brasil e duvidava da própria capacidade de conquistar a vitória. Óleo sobre tela de Joaquim da Rocha Fragoso. 1875. 80x65 cm.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Batalha naval do Riachuelo: perda do elemento-surpresa e forte reação brasileira causou grave revés à frota paraguaia. Óleo sobre tela de Vitor Meirelles. 400x800 cm.



Museu Histórico Nacional, Buenos Aires.

Batalha de Tuyuti, em 24 de maio de 1866: embate causou o maior número de baixas em toda a guerra. Cândido López. Óleo sobre tela. 41x106 cm. 1876-1885. Buenos Aires, Argentina.



Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.
Uniformes brasileiros de diversas patentes usados na Guerra da Tríplice Aliança. Gravuras de José Wasth Rodrigues.